Um Só Planeta
Anuário discute as soluções mais promissoras para frear a extinção em massa de espécies



INÊS 249

Tributação
Receita reduz vantagens para o pagamento de autuações fiscais após condenação por voto de qualidade no Carf E1



Olimpíada
Medalhista e diretor da CBDA, Ricardo Prado vê “chances de final” para todos os nadadores brasileiros B6

Quinta-feira, 25 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6051 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Governo estuda mudanças em seguro-desemprego e BPC para reduzir despesas

Contas públicas Medidas em avaliação pela equipe econômica dependem do Congresso e só entrariam em vigor em 2025

Jéssica Sant’Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo estuda mudar os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as regras do seguro-desemprego para reduzir despesas obrigatórias e tentar que fiquem no limite do arcabouço fiscal, apurou o **Valor**. As medidas seriam adicionais à agenda de cortes e não estão contabilizadas nos R$ 25,9 bilhões já anunciados para 2025. As propostas exigiriam mudanças legais e poderão ser enviadas ao Congresso até o fim do ano.

Segundo o INSS, eram 6 milhões de pessoas recebendo BPC em junho. Há dez anos, no mesmo mês, eram 4 milhões. Até 2022, o crescimento no número de beneficiários variava entre 1% e 5%. Agora, está na casa de dois dígitos. A ideia é rever regras que flexibilizam as concessões e evitar riscos de judicialização. De acordo com uma fonte, as mudanças não são um “tabu” no governo, e assim que forem finalizadas passarão pelo crivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Hoje, o BPC paga um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência ou idoso carente. A família do beneficiário deve ter renda de até 25% do salário mínimo. Mas uma lei de 2021 permitiu dedução de gastos relacionados à saúde e concessão para casos específicos com renda até meio salário mínimo. Além disso, uma portaria de 2021 substituiu a avaliação social individual, no caso de perícia médica já realizada e constatado impedimento de longo prazo. A medida reduziu a espera, mas o governo avalia que abriu brecha à judicialização.

Para o seguro-desemprego, a equipe econômica defende a padronização das regras para o benefício, que varia entre a 1ª e a 3ª vez em que o pedido é feito. Para uma fonte, “esse é um bom momento” para fazer as mudanças, porque o país vive uma “situação boa de emprego”. O Ministério do Trabalho projeta que o gasto com a política seria crescente nos próximos anos, custando R$ 51,6 bilhões em 2024 e chegando a R$ 64,6 bilhões em 2027. Bruno Ottoni, da FGV, tem a mesma avaliação do governo, de que o formato atual é pró-cíclico. “As pessoas muitas vezes pedem demissão e entram no emprego informal. Com isso, acumulam o salário do emprego informal com o seguro-desemprego”, diz. **Página A4**

Dólar volta a superar R$ 5,65 em dia de fortes perdas em Wall Street

Gabriel Roca, Victor Rezende, Igor Sodré e Gabriel Caldeira
De São Paulo

O dólar retomou sua escalada diante do real ontem, um dia negativo no mercado dos EUA e de avanço do iene, que afetaram os ativos emergentes. A moeda americana subiu 1,27%, para fechar a R$ 5,6566, a segunda maior cotação do ano — a valorização acumulada em 2024 alcança 16,6%. Os juros futuros também subiram e o Ibovespa teve baixa de 0,13%.

Wall Street viveu seu pior pregão desde 2022. O Nasdaq perdeu 3,64%, e o índice S&P 500, 2,31%. A temporada de balanços trouxe dados que não agradaram aos investidores, que puniram especialmente as ações do setor de tecnologia. Os papéis da Tesla perderam 12%, enquanto Nvidia caiu 6,8% e a Alphabet, dona do Google, recuou 5%. **Páginas C1 e C2**

Biden diz que reis e ditadores não governam os americanos

De São Paulo

O presidente americano, Joe Biden, disse ontem que entendeu “ter chegado a hora de passar o bastão para uma nova geração”. No primeiro discurso desde que anunciou, no domingo, sua desistência a concorrer à reeleição, afirmou que manterá o foco em seu trabalho na Casa Branca nos próximos meses. Em um raro pronunciamento feito do Salão Oval, Biden, de 81 anos, falou que a abertura de espaço para os mais jovens é o melhor caminho para a unificação do país. “O melhor dos EUA está no fato de que reis e ditadores não governam aqui.” Como vice-presidente, Kamala Harris tem se alinhado em grande medida a Biden em questões econômicas, e analistas veem esse histórico como um indicativo. **Página A13**

● **Edward Luce:** Reviravolta coloca questões de gênero no centro da eleição americana. **A13**

Mão de obra é desafio para a celulose em MS

Stella Fontes
De Campo Grande (MS)

Produtores de celulose do Mato Grosso do Sul têm buscado oferecer melhorias, como acesso à internet, para atrair e reter trabalhadores, em meio à falta de mão de obra que veio junto com o “boom” de fábricas novas no leste do Estado. Os desafios incluem moradia, educação, saúde e infraestrutura, hoje insuficientes para atender as demandas que virão com os cerca de R$ 100 bilhões que serão investidos pelo setor até 2032.

A indústria de base florestal vai gerar 24 mil postos de trabalho na região, triplicando o número atual de vagas, mostra estudo da ESG Tech. “Com o crescimento, vêm os desafios. E o número um é o profissional, ter capacidade de dar conta dessa demanda [por mão de obra qualificada]”, diz o presidente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), Paulo Hartung. **Página B1**

DADO GALDIERI/BLOOMBERG

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, em encontro no Rio: trabalho conjunto na questão climática

Brasil e EUA reforçam parceria no clima



Lucianne Carneiro, Alessandra Saraiva, Rafael Rosas, Paula Martini e Camila Zarur
Do Rio

A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, e o ministro Fernando Hadadd (Fazenda) sinalizaram que os dois países vão reforçar a parceria na área do clima. “Estou muito feliz que o Tesouro e a Fazenda têm estado particularmente focados em um trabalho conjunto na área do clima, [tema] que o Brasil transformou numa prioridade de sua presidência no G20”, afirmou Yellen. Ela veio ao Rio para participar de eventos relacionados ao G20. Haddad disse que há um anúncio para ser feito sobre uma aproximação dos dois países em relação a transformação ecológica e transição energética.

Yellen também anunciou contribuição de US$ 667 milhões do governo americano para o Fundo das Pandemias. **Página A8**

Destaque

Eleição na Venezuela
O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil não vai mais enviar observadores para acompanhar a eleição na Venezuela, no domingo. A decisão foi tomada após o presidente Nicolás Maduro ter afirmado que as eleições no Brasil não são auditadas. **A2**

Indicadores

Ibovespa	24/jul/24	-0,13 % R$ 18,4 bi
Selic (meta)	24/jul/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	24/jul/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	24/jul/24	5,6340/5,6346
Dólar comercial (mercado)	24/jul/24	5,6560/5,6566
Dólar turismo (mercado)	24/jul/24	5,6870/5,8670
Euro comercial (BC)	24/jul/24	6,1135/6,1164
Euro comercial (mercado)	24/jul/24	6,1305/6,1311
Euro turismo (mercado)	24/jul/24	6,2004/6,3804





ESG

LUCIANA WHITAKER/VALOR

Rodrigo Gaspar, Jéssica Silva e Cinthia Gherardi acabam de assumir, em conjunto, a direção executiva do Sistema B Brasil, comunidade global de líderes que usam seus negócios para construir um sistema econômico com base na inclusão e na equidade. Página B2

Saint-Denis torce para que legado mude sua imagem



Paloma Varón
Para o **Valor**, de Saint-Denis

A um custo estimado entre € 9 bilhões e € 11,8 bilhões, a Olimpíada de Paris começa oficialmente amanhã. A cidade deve receber cerca de 15 milhões de visitantes e 10,5 mil atletas ficarão na Vila Olímpica, construída na cidade de Saint-Denis, a 13 km da capital, por € 3,5 bilhões.

Saint-Denis é conhecida por ter taxas de criminalidade superiores à média do país, e grande parcela da população pertence a minorias sociais mais vulneráveis, como africanos e muçulmanos — e, por isso, a cidade é alvo de discriminação. Graças à Olimpíada, o vice-prefeito, Shems El Khalfaoui, diz que a cidade recebeu nos últimos cinco anos o equivalente a três décadas de investimentos. “São estações de trem e metrô, pontes, ciclovias, estradas... nossa cidade era conhecida como ‘cidade-lixeira’. Agora isso mudou”, afirma.

Essa visão otimista, no entanto, não é unânime. “Já vemos moradias que saem do mercado de locação de longa temporada para entrar no Airbnb”, diz Cécile Gintrac, do Comitê de Vigilância dos Jogos na cidade, que aponta o risco de gentrificação — a expulsão dos moradores em razão da especulação imobiliária. **Página A16**

INÊS 249

A disparada do dólar não tem nada a ver com Lula



Nelson Niero

Luiz Inácio Lula da Silva acertou em cheio quando chamou de cretinos os jornalistas de miolo-mole que mentem descaradamente ao dizer que os dólar sobe toda vez que ele abre a boca. O presidente deveria ter dito que correlação não implica em causalidade, para ensinar uma lição a esses ignorantes. Mesmo com indícios fortes, pessoas sensatas e sofisticadas sabem que é uma temeridade fazer esse tipo de alegação. Afinal, quando Lula fala, a única coisa que acontece é que o mundo se abre, se ilumina e se esclarece, como já decretou a filósofa. Simples assim. O dólar não sobe. Nunca.

Esses descuidados têm que procurar outros culpados pelo "ruído interno". Investiguem, façam o seu trabalho, como já recomendou, com bastante assertividade, o ministro Fernando Haddad numa coletiva de imprensa. Vão ver se Jair Bolsonaro não está incomodando cetáceos, já que é bem conhecido o poder das baleias comedoras de sardinhas nos mercados mais líquidos do mundo. Elon Musk também pode estar por trás desse ataque especulativo contra o real, afinal ele não é dono do mercado global e espacial de câmbio, conhecido como ForeX? As viagens de centenas de autoridades dos três poderes e seus séquitos para o festivais político-judiciais em Portugal são outra possibilidade. Imaginem o efeito dessa multidão na ponta compradora?

O mais provável, no entanto, é que a desvalorização do real tenha sido mais um efeito da mudança climática, que causou do fogo no Pantanal às enchentes do Rio Grande do Sul, segundo os especialistas, que isentaram o governo de qualquer responsabilidade por esses desastres ambientais. Bobagem? É uma explicação muita mais plausível do que as relações impróprias e descabidas entre as falas do presidente e a desvalorização do real — que ontem, por um acaso, teve o pior desempenho entre 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor**.

Quando Lula diz que quer "fazer ajuste fiscal na rentabilidade de banqueiro que ganha dinheiro especulando todo dia na bolsa" trata-se unicamente de uma constatação dos fatos. Especula-se demais nestas terras, de swaps cambiais reversos ao jogo do tigrinho. É preciso acabar com essa sem-vergonhice, mas, claro, sem perder a ternura jamais, de maneira empática e inclusiva.

Por isso, cretino foi muito bem empregado pelo presidente para classificar os bandos de abestalhados que andam por aí a falar bobagens sobre o governo, o câmbio, os juros, a política fiscal, o resultado primário ou nominal, enfim, todas essas abstrações da contabilidade pública sobre as quais os desmiolados não têm a mínima condição dar pitacos. Nelson Rodrigues já havia alertado. Os idiotas, uma espécie de primos dos cretinos, vão dominar o mundo. Não pela capacidade, mas pela quantidade.

O desabafo mais que justificado do presidente é tão apropriado que torna-se inevitável usá-lo numa acepção mais abrangente. Assim, são cretinos os que acreditaram que ele iria, no seu terceiro mandato, fazer uma administração sóbria e manter os gastos sob controle. Austeridade fiscal passou longe dos discursos de campanha, e nem sequer foi apresentado uma versão final do plano de governo, para evitar polêmicas, disseram. Então, os sonsos acreditaram no que quiseram.

Sabemos hoje que basicamente o programa consiste em arrecadar mais e gastar mais ainda. Viajar pelo mundo também é essencial para a costura de uma cooperação internacional que visa taxar os super-ricos e acabar com a fome. Além disso, é cansativo ficar neste país mais que três meses seguidos sem uma turnê global para refrescar a cabeça e fugir do cretinismo que grassa pelos trópicos como o mosquito da dengue. Como dizia o compositor carioca, a caminho de Paris, bye-bye, Brasil, porque ninguém é de ferro. A gente aqui, na falta de um Royal Salute, vai tomando uma cachaça do pecado, em breve com imposto majorado, para segurar esse rojão.

O presidente, que não prometeu nada além de picanha e cervejinha, pegou o cheque especial em branco que lhe deram e está gastando por conta. Aprendam: educação e saúde são investimentos, não despesas (contadores, tomem nota), e o salário mínimo vai continuar subindo como se não houvesse amanhã nem arcabouço fiscal, para que o povo fique gordo e bonitão.

São especialmente cretinos aqueles que achavam que Lula não ia se meter na governança das empresas estatais, semiestatais, paraestatais e privadas. Pode não ter dado certo antes, agora pode ser que dê, Lula e o povo, numa pessoa só, errando de novo. Só algum parvo neoliberal meritocrata não se emocionaria com essa apoteose da democracia.

Por isso, empreendedores, executivos e gestores, da Faria Lima ou da padaria da esquina, parem de pensar por um minuto no lucro e na exploração das classes trabalhadoras. As empresas brasileiras têm que se subordinar aos desígnios do governo para que alcancemos a justiça social e fiscal. Parem de reclamar, façam fila, peguem a senha e aguardem as diretrizes das mentes brilhantes de Brasília, que entendem muito mais que vocês desse negócio de gerar, administrar e distribuir riqueza.

Nelson Niero é editor de S.A. do Valor Econômico.
E-mail nelson.niero@valor.com.br

Relações externas Presidente venezuelano questionou confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro, em meio a atrito com Lula

TSE desiste de missão à Venezuela após fala de Maduro sobre urnas

Fabio Murakawa e Mariana Assis
De Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou ontem que não enviará mais seus técnicos para acompanhar as eleições da Venezuela no próximo domingo. A desistência ocorre após declarações do presidente Nicolás Maduro, em que ele questiona a segurança do sistema eleitoral brasileiro, na última terça-feira.

Na nota, o TSE não cita Maduro. Mas afirma que a Justiça Eleitoral "não admite que, interna ou externamente, por declarações ou atos desrespeitosos à lisura do processo eleitoral brasileiro, se desqualifiquem com mentiras a seriedade e a integridade das eleições e das urnas eletrônicas no Brasil".

"Em face de falsas declarações contra as urnas eletrônicas brasileiras, que, ao contrário do que afirmado por autoridades venezuelanas, são auditáveis e seguras, o Tribunal Superior Eleitoral não enviará técnicos para atender convite feito pela Comissão Nacional Eleitoral daquele país para acompanhar o pleito do próximo domingo", disse a Corte no comunicado. "A Justiça Eleitoral brasileira não admite que, interna ou externamente, por declarações ou atos desrespeitosos à lisura do processo eleitoral brasileiro, se desqualifiquem com mentiras a seriedade e a integridade das eleições e das urnas eletrônicas no Brasil."

Mais cedo, em outra nota, a Corte havia afirmado que o boletim de urna brasileiro "é totalmente auditável".

Maduro passou a fazer declarações críticas ao Brasil depois de uma entrevista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a agências internacionais, na segunda-feira. Lula disse estar "assustado" com a afirmação do líder venezuelano de que haverá um "banho de sangue" no país, caso ele perca a eleição do próximo domingo.

Herdeiro político de Hugo Chávez, antigo aliado de Lula, Maduro disputa a permanência no cargo contra o líder opositor nista Edmundo González.

"Temos o melhor sistema eleitoral do mundo. Tem 16 auditorias e se faz auditoria quente, como vocês sabem, em 54% das mesas. Em que outra parte do mundo se fazem isso? Nos Estados Unidos? O sistema eleitoral não é auditável. No Brasil? Não auditam nenhum boletim no Brasil. Na Colômbia? Não auditam nenhum boletim", afirmou Maduro na terça.

> Corte eleitoral afirma não admitir 'que se desqualifiquem com mentiras' a seriedade das urnas eletrônicas

No mesmo dia, Maduro disse, em tom de ironia e sem citar Lula, que quem se assustou com sua fala "que tome um chá de camomila".

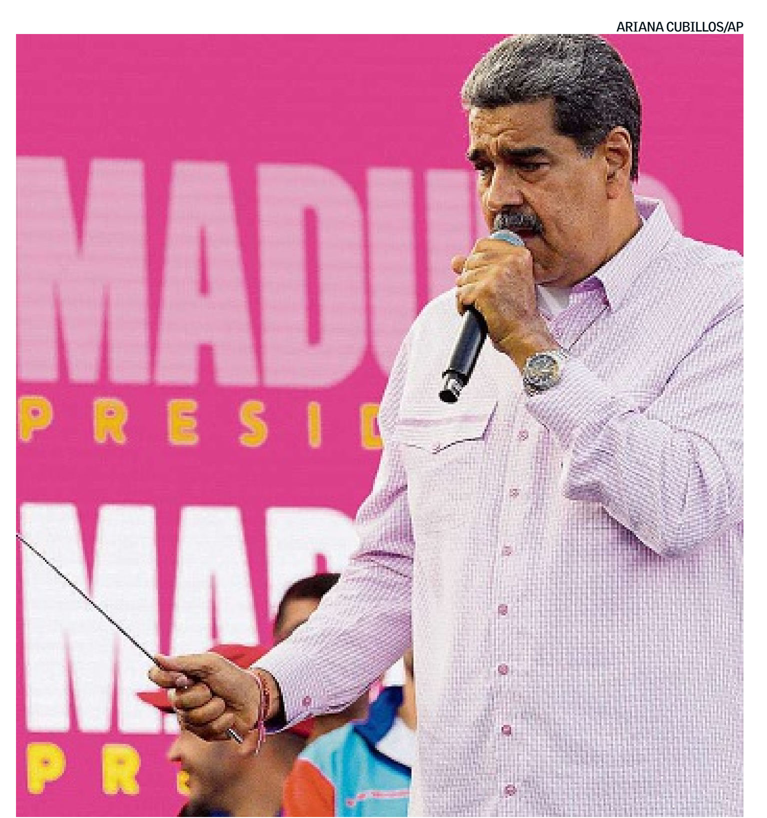
Ontem, Maduro voltou à carga ao afirmar em evento com autoridades de Trinidad e Tobago em Caracas que mantém "fronteira e boa vizinhança" com países como a Colômbia, o Brasil. Mas ressaltou que isso implica "que ninguém se meta nos assuntos internos da Venezuela".

Presidido pela ministra Cármen Lúcia, o TSE inicialmente havia recusado pedidos para que enviasse técnicos ao país vizinho. Porém, na semana passada resolveu ceder a apelos de integrantes do governo e mudou de posição.

Autoridades do governo brasileiro, por sua vez, vêm monitorando as declarações do presidente da Venezuela, mas não devem rebatê-las publicamente.

O assessor especial da Presidência, Celso Amorim, acompanhará a eleição em Caracas. No Planalto e no Itamaraty, há apreensão sobre se Maduro aceitará uma eventual derrota. Também preocupa o fato de que a posse do novo presidente ocorrerá cerca de seis meses após o pleito, o que aumenta as incertezas em caso de vitória da oposição.

ARIANA CUBILLOS/AP



Nicolás Maduro: governo brasileiro monitora declarações do venezuelano

Ministério lança Voa, Brasil para beneficiários do INSS

Rafael Bitencourt
De Brasília

Em solenidade discreta no auditório do Ministério de Portos e Aeroportos, o governo lançou nesta quarta-feira (24) o programa "Voa, Brasil" em versão menos ambiciosa do que a idealizada no início do governo para popularizar o acesso ao transporte aéreo. Antes, a iniciativa previa a oferta de passagens de até R$ 200 para estudantes do Prouni. Agora, o benefício alcança, em sua primeira fase, apenas para aposentados do INSS que não voaram nos últimos 12 meses.

O programa teve o lançamento remarcado por diversas vezes, o que aconteceria com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em evento oficial no Palácio do Planalto. Os sucessivos cancelamentos eram feitos por motivo de agenda do presidente e dificuldade de formatação da plataforma que está integrada aos sistemas de comercialização de passagens das companhias áreas.

O desenho do programa partiu do então ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. Ele enxergou a oportunidade de aproveitar os assentos ociosos dos aviões comerciais que voam no país, em torno de 20% no ano. Por se precipitar na divulgação do programa, sem antes alinhar com os ministros do Palácio do Planalto, França — atual ministro do Empreendedorismo — chegou a levar um pito do próprio presidente por lançar a ideia sem combinar com a Casa Civil.

Ao chegar ao comando da Pasta, o ministro Silvio Costa Filho assumiu a missão de levar à frente a política de incluir mais brasileiros no transporte aéreo. Para ver o programa acontecer, Costa Filho escalou Tomé Franca como secretário nacional de aviação civil.

Na solenidade de ontem, o técnico explicou que as passagens mais baratas serão oferecidas a 23,3 milhões de aposentados. Segundo ele, não há restrição de renda para os aposentados, mas apenas a exigência de não ter viajado no período de um ano. Cada um terá o direito a dois bilhetes aéreos por ano.

O sistema de oferta de passagens do Voa Brasil, exige também que o beneficiário tenha cadastro no portal Gov.Br, com nível de certificação "Prata" ou "Ouro". "É com base no cadastro da polícia federal que vamos garantir que o acesso ao programa seja feito de fato pelo programa", disse o secretário nacional de aviação civil.

Franca informou que mais de 3 milhões de passagens já estão disponíveis na plataforma do Voa, Brasil para os aposentados do INSS. Esse número, segundo ele, representa uma pequena fração dos 20% de assentos ociosos das companhias aéreas.

Ontem, A solenidade foi acompanhada por executivos da principais companhias aéreas, Latam, GOL e Azul e integrantes do governo, entre eles Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Mdic, Anal Carla Lopes, ministra em exercício do Turismo.

Em discurso, Costa Filho respondeu a críticas pela demora em oficializar o Voa, Brasil. "Não é fácil fazer um programa para 23 milhões de brasileiros", afirmou, ressaltando que mais de 90% desse público recebe até dois salários mínimos. O ministro lembrou que iniciativas, como Bolsa Família e Prouni, também demandaram bastante tempo de preparação até serem oficializadas.

Em apoio ao colega de governo, Alckmin afirmou que o programa "começou bem", com o público de aposentados. Ele lembrou que são pessoas que, em geral, "têm mais tempo", podem viajar fora de temporada e aproveitar ofertas com preços promocionais em hotéis e restaurantes.

No ano passado, o país registrou o total de 91,4 milhões de passageiros transportados em voos domésticos. O setor ainda se recupera do baque financeiro que representou a crise vivida durante a pandemia da covid-19.

No evento, Costa Filho falou do esforço do governo em aprovar medidas de créditos no Congresso que vão permitir a oferta de ao menos R$ 5 bilhões. Isso, disse, vai ajudar a requalificar aeronaves que estão paradas no Brasil por falta de manutenção.

Na ocasião, o presidente da Azul, John Rodgerson, falou pelo setor. Numa brincadeira, ele disse que chegou a comemorar o preço da passagem definida pelo governo, pois havia pensado que seria de US$ 200.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição



Hotel Unique passa por repaginação total em seus apartamentos

Três dos seis andares foram revitalizados para oferecer a melhor experiência ao cliente sem alterar as características desse marco do luxo hoteleiro de São Paulo

Desde que foi inaugurado, em 2002, o Hotel Unique consolidou sua posição de destaque na arquitetura, no design de interiores, no paisagismo e na gastronomia de São Paulo (SP). Desenhado pelo arquiteto Ruy Ohtake (1938-2021), o edifício se destaca na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, com seus cem metros de comprimento e 25 metros de altura.

Ancorado por estas mais de duas décadas de existência, o estabelecimento passa pela primeira ampla reforma de sua história.

Foram duas fases até agora, entre julho e agosto de 2023 e entre janeiro e março de 2024. “Fizemos a remodelagem de três andares e já estamos com uma programação para a repaginação de todos os demais apartamentos”, anuncia o diretor geral, Wellington Melo — que, ao longo de sua trajetória dentro do hotel, foi garçom, supervisor, coordenador, gerente e diretor de Operações.

A obra ficou a cargo do arquiteto João Armentano. “Fizemos a demolição do andar como um todo, mantendo praticamente somente as paredes externas do prédio”, prossegue Melo. “Mudamos piso, pintura, cores, texturas, móveis. O projeto de automação foi totalmente renovado. Colocamos novos móveis assinados e objetos de decoração, para os quais buscamos artistas brasileiros.”

Assim, também surgiu uma nova categoria de acomodação, a Mayfair, resultado da junção de dois apartamentos, que deu origem a uma suíte de 60 m². Os próximos passos incluem, além dos novos quartos, alterações no lobby e na área de eventos.

“O Unique tem no seu DNA o propósito de sempre ser um hotel vanguardista. Os nossos apartamentos sempre tiveram uma proposta de um luxo clean, o que torna o projeto de certa forma atemporal, ainda mais quando alinhado a uma preocupação e quase uma obsessão por manutenção constante de todo o empreendimento”, aponta Melo.

“Porém, apesar de todos esses fatores, sentimos a necessidade de fazer uma repaginação total. Iniciamos um projeto do zero, apresentando um novo Unique totalmente repaginado, mas mantendo todas as nossas características, para que o cliente ao entrar no quarto se sentisse ainda dentro do nosso hotel.”



© FOTOS: DIVULGAÇÃO

A reforma e modernização interna visam aumentar a experiência do hóspede no hotel

AJUSTE NA ROTINA

As obras foram resultado de um longo tempo de análise, estudo e maturação. Envolveram todas a áreas do hotel, de forma que o projeto fosse o mais assertivo possível em todos os aspectos e, principalmente, comercialmente viável e positivo. “Vivemos em constante contato com os clientes e pudemos ouvir as necessidades, as preferências, as percepções e as dores”, relata Fernanda Hussne, head de Vendas e Eventos do Unique.

“Além de pensar no futuro dos quartos novos, no sonho de um produto repaginado para venda, de poder movimentar o mercado após 22 anos com uma grande novidade, ainda tivemos a questão de uma reforma acontecendo enquanto o hotel seguia em perfeito funcionamento”, diz.

De fato, a hospedagem, os eventos, o bar e o restaurante seguiram ativos, com pouquíssimas exceções, citadas por Mateus Rosa, gerente de Manutenção: “Optamos por fechar 100% do hotel durante o período de demolição. Na sequência, mantivemos um andar abaixo e um andar acima bloqueados até que as obras fossem finalizadas”.

Nesse período, diz Rosa, foi preciso ajustar as rotinas à nova realidade de obras. “Solicitações de atendimento cotidianas continuaram acontecendo, porém, tivemos que redistribuir as energias de cada um e acompanhar de perto as alterações da estrutura. Um dos principais desafios foi a fase de entrega para testes, pois nada poderia dar errado, impactando em quartos ocupados em outros pavimentos.”

O acompanhamento macro foi realizado por meio de reuniões pontuais, praticamente diárias, além de outros momentos de atualização. “Criamos uma reunião semanal na qual sentávamos com a gerenciadora e a construtora para unificar as informações e ter uma entrega horizontal que todos pudessem contribuir para o resultado ser um sucesso”, relata.

Em paralelo a esse esforço, o time comercial do estabelecimento vem crescendo, de forma a conseguir acompanhar a estratégia traçada. A equipe integrada de vendas, marketing, revenue management e distribuição trabalha estrategicamente com foco em entregar sempre o melhor resultado e a melhor experiência ao cliente. Tudo isso diante de um cenário pós-pandemia marcado por entregas superiores de resultados ano a ano, com recordes históricos de receitas, mesmo durante a reforma.

A prioridade da reforma foi remodelar os ambientes para oferecer ainda mais conforto aos hóspedes



Mateus Rosa, gerente de Manutenção, Wellington Melo, diretor geral e Fernanda Hussne, head de Vendas e Eventos do Hotel Unique

© HELENA DE CASTRO

> **“O Unique tem no seu DNA o propósito de ser um hotel vanguardista. Os nossos apartamentos sempre tiveram uma proposta de um luxo clean, o que torna o projeto de certa forma atemporal”**
> **WELLINGTON MELO**
> Diretor geral do Unique

REAÇÕES POSITIVAS

O esforço foi recompensado, diz Hussne: “Superamos o desafio de entregar a receita prevista em budget, cuidar dos clientes que estavam na casa e zelar para que continuassem tendo uma experiência Unique, ao mesmo tempo em que havia uma contagem regressiva para que tudo ficasse pronto e pudéssemos abrir para venda.”

A maior alegria foi escutar, logo nos primeiros momentos pós-entrega, a reação dos frequentadores, diz o diretor geral. “Quando convidamos alguns clientes da casa para compartilhar a grande novidade, a primeira reação foi um alto e sonoro ‘uau’. Esse efeito de um encantamento genuíno pelo que foi feito, por como foi transformado e, ao mesmo tempo, como se mantém originalmente Unique na essência.”

Foi quando ficou claro que a decisão de realizar a reforma foi acertada, ele diz. “Percebo que mudou tudo, mas ao mesmo tempo tenho a sensação de que nada mudou. O cliente tem o benefício de ter o Unique de sempre na sua melhor versão. E ainda despertamos o interesse em trazer para uma primeira experiência aquele novo cliente que vai conhecer um Unique repaginado, mas que segue tendo a boa alma de sempre”, finaliza.

PARA VISITAR O UNIQUE:

Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 4.700, Jardim Paulista, São Paulo (SP), CEP 01402-002, telefone: (11) 3055-4700

Para saber mais, acesse **www.hotelunique.com**

INÊS 249

Contas públicas Ideia alterar regra de concessão dos benefícios como medidas adicionais não previstas na redução de despesas estimada em R$ 25,9 bi para 2025

BPC e seguro-desemprego podem mudar para ampliar redução de gasto

Jéssica Sant'Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo estuda mexer nos critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e mudar as regras do seguro-desemprego, em mais uma frente de trabalho para reduzir despesas obrigatórias e fazer com que elas caibam dentro dos limites do novo arcabouço fiscal. Seriam medidas adicionais da agenda de corte de gastos, não contabilizadas dentro dos R$ 25,9 bilhões já anunciados para 2025 pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ambas precisariam de alteração em lei, mas são cogitadas para envio ao Congresso até o fim deste ano.

De acordo com duas fontes, os estudos já foram solicitados e estão em andamento. Contudo, as propostas ainda serão desenhadas e vão passar pelo crivo político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no momento adequado. Uma fonte da equipe econômica garantiu que o tema não é "tabu" dentro do governo e será enfrentado.

O BPC é um benefício assistencial no valor mensal de um salário-mínimo pago à pessoa com deficiência e ao idoso carente. Para ter direito, a pessoa precisa ter renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo. Porém, uma lei de 2021 flexibilizou esse critério, permitindo a dedução de gastos relacionados à saúde e que em casos específicos o benefício seja concedido para família com renda até meio salário mínimo.

Além disso, uma portaria de 2021 alterou o rito de concessão do BPC a pessoas com deficiência. Foi adotado o chamado "padrão médio à avaliação social", substituindo a avaliação social individual, nos casos em que a perícia médica já tenha sido realizada e constatado o impedimento de longo prazo. A medida foi pensada, na época, para diminuir o tempo de espera.

A avaliação do atual governo é que essas medidas, mesmo com as mudanças posteriores, ajudaram a acelerar a concessão do benefício nos últimos anos, em especial aqueles concedidos judicialmente, já que ficou uma interpretação dúbia da lei.

Em junho deste ano, eram 6 milhões de pessoas recebendo BPC. Há dez anos, no mesmo mês, esse número estava em 4 milhões. Em 2021, eram 4,7 milhões. Os dados mostram ainda que até 2022 o crescimento do número de beneficiários variava entre 1% e 5%. Agora, está na casa de dois dígitos, puxado tanto pelo aumento do BPC a pessoa com deficiência quanto aos idosos a partir de 65 anos.

No caso do seguro-desemprego, a equipe econômica entende que o programa, da forma como está desenhado, é pró-cíclico e precisaria de mudanças. Atualmente, para receber o dinheiro, o trabalhador precisa ter trabalhado com carteira assinada pelo menos 12 meses nos últimos 18 meses anteriores à data da demissão, quando é a primeira entrada no benefício. O prazo cai de 12 para 9 meses nos casos em que é a segunda vez que o pedido é feito. Depois, cai para 6 meses.

A equipe econômica defende uma padronização dessas regras, além de tornar o programa menos pró-cíclico. Segundo uma fonte, "esse é um bom momento" para fazer as mudanças, porque o país vive uma "situação boa de emprego".

Bruno Ottoni, especialista em mercado de trabalho da Fundação Getulio Vargas (FGV), concorda que o formato atual do seguro-desemprego tem caráter pró-cíclico. "Quando a situação da economia melhora, as pessoas muitas vezes pedem demissão e entram no emprego informal. Com isso, acumulam o salário do emprego informal com o seguro-desemprego", explica. Segundo ele, na maior parte dos outros países, o seguro é anticíclico, ou seja, quando a economia piora e o desemprego aumenta, aí sim o país tem uma alta com o gasto com o seguro-desemprego.

Em janeiro e fevereiro deste ano, o governo gastou 29,75% a mais do que no mesmo período do ano passado com seguro-desemprego, apesar do aquecimento do mercado de trabalho. Projeção feita em 13 de maio pelo Ministério do Trabalho e Emprego mostra que o gasto com a política seria crescente ao longo dos próximos anos, custando R$ 51,6 bilhões em 2024 e chegando a R$ 64,6 bilhões em 2027.

Por isso, na avaliação de Ottoni, faz sentido o governo buscar que essa despesa fique mais estável ao longo de um período de dez anos, por exemplo, de forma a caber dentro das novas regras fiscais.

As mudanças no BPC e no seguro também estão sendo estudadas como uma alternativa à desvinculação desses gastos da política de valorização do salário mínimo, proposta que chegou a ser levantada pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, mas que já foi descartada publicamente pelo presidente Lula. "Para manter a vinculação ao salário mínimo, eu preciso aprimorar as políticas sociais", explicou uma fonte.

Mudanças na vinculação dos pisos de saúde e educação ao crescimento da receita também não seriam adotadas até 2026, já que há a avaliação de que o custo político para alterar o ritmo de crescimento é elevado. O foco da equipe econômica está no chamado "pente fino" dos benefícios previdenciários e assistenciais e em mudanças no seguro-defeso e no Proagro, medidas que estão dentro da conta de economia de R$ 25,9 bilhões anunciada por Haddad para 2025.

No caso do abono salarial, outra política contestada por especialistas e vinculada ao crescimento do salário-mínimo, fontes explicam que demandaria mudança por Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o que tende a ser difícil de ser aprovado pelo Congresso Nacional.

Marcos Mendes, doutor em economia e pesquisador associado ao Insper, avalia que há espaço para mexer tanto no BPC quanto no seguro-desemprego. Porém, o pesquisador defende mudanças mais rígidas das que estão sendo estudadas pelo governo, além de dizer que não faz sentido equiparar o valor do BPC ao salário mínimo.

"O BPC é um benefício que a pessoa recebe sem ter contribuído antes. Por isso, ele não pode se equiparar a outro que é pago a quem contribuiu", comenta Mendes. "Hoje isso acontece, pois o contribuinte do INSS se aposenta com 65 anos e o beneficiário do BPC também recebe a partir dos 65 anos. Seria correto voltar a idade do BPC para 70 anos, como era inicialmente", afirma o economista. Ele argumenta, ainda, que é preciso ter critérios mais seletivos na definição de deficiência e um "grande esforço" na prevenção de fraudes.

No caso do seguro-desemprego, o economista afirma que é preciso redesenhar os três instrumentos para proteger o trabalhador que perde o emprego: o seguro-desemprego, o FGTS e a multa rescisória. "Seria preciso redesenhar essa proteção de forma a reduzir o custo para o erário e para os empregadores e empregados, pois há efeitos negativos tanto fiscais quanto de incentivo à formalização da mão de obra e de permanência no emprego", explica.

Caso confirmada a mudança no seguro-desemprego, não seria a primeira vez que um governo alteraria as regras para restringir o acesso e, dessa forma, reduzir gastos. No fim de 2014, a então presidente Dilma Rousseff editou medida provisória, sancionada em 2015, ajustando os critérios de concessão do seguro-desemprego.

Mais sobre a situação das contas públicas na página A6

GESIVAL NOGUEIRA/VALOR



Marcos Mendes: "BPC é benefício que se recebe sem ter contribuído, não pode se equiparar a outro pago a quem contribuiu"

> "Quando a economia melhora, pessoas vão para o informal e acumulam com seguro-desemprego"
> *Bruno Ottoni*

Corte de 2025 terá R$ 10 bi do INSS

Edna Simão e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Dos R$ 25,9 bilhões de corte de gastos anunciados para 2025 pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cerca de R$ 10 bilhões vão vir de ações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), explicou ao **Valor** o presidente da autarquia, Alessandro Stefanutto.

É praticamente o mesmo valor previsto para este ano, quando a autarquia pretende economizar R$ 9,05 bilhões com mudanças na concessão do auxílio-doença e ações de combate a fraudes e de cobrança de pagamentos indevidos, por exemplo.

As ações previstas para o ano que vem serão praticamente as mesmas, disse Stefanutto. Mas haverá ao menos duas novidades: as pessoas aposentadas por invalidez e com deficiência que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC) passarão por perícia médica, para verificar se as condições de elegibilidade permanecem.

O Atestmed — concessão de auxílio-doença via atestado digital, sem perícia presencial — também vai ganhar inteligência artificial em larga escala. O objetivo será identificar atestados falsos e outros tipos de fraudes. "É uma série de coisas que hoje você tem que fazer na mão", explica o presidente do INSS. A contratação será feita pela estatal Dataprev e o processo já está em andamento.

Segundo Stefanutto, as medidas previstas pelo lado do INSS não precisarão de alteração legislativa, somente portarias e outros instrumentos.

No começo de julho, Haddad anunciou que seriam cortados R$ 25,9 bilhões em previsões de despesas obrigatórias do Orçamento de 2025, porém, até o momento, esse plano não foi detalhado. Anteontem, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que os ministérios detalharão em coletiva de imprensa na próxima semana as medidas. O valor constará também no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2025, que será encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

Segundo Tebet, parte das medidas para 2025 de revisão de despesas não precisará passar pelo Congresso, pois envolverá decretos e portarias, mas também haverá casos que dependem de análise do Legislativo. Nesse último caso, a equipe econômica estuda incluí-las no relatório do senador Jaques Wagner (PT-BA) sobre as medidas que vão compensar a desoneração da folha de pagamentos.

Ataque hacker afeta vários órgãos do governo federal; PF investiga

Jéssica Sant'Ana, Flávia Maia e Gabriela Pereira
De Brasília

A Polícia Federal investiga um ataque hacker que atingiu plataformas utilizadas pelo governo federal. O incidente afetou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o Compartilha Serviços (CITSmart) e algumas funcionalidades do sistema Contratos.gov.br. Os serviços estavam indisponíveis desde às 11h de terça-feira (23) e, até o fechamento da edição, não havia informações sobre o restabelecimento dos sistemas.

No caso do SEI, foi atingida a plataforma utilizada por nove ministérios: Gestão, Fazenda, Povos Indígenas, Planejamento, Indústria, Empreendedorismo, Previdência, Igualdade Racial e Mulheres. A Casa da Moeda Brasileira e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) também utilizam o SEI Multiuso e, desta forma, também foram atingidos pelo ataque.

Em um comunicado interno enviado aos servidores, a Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão afirmou que se trata de um "incidente grave de segurança". No comunicado, a secretaria afirma que equipes estavam atuando para "assegurar que os dados estejam íntegros e seguros". Também pediu que os servidores buscassem soluções alternativas para que processos ou procedimentos urgentes não fossem prejudicados.

Mais cedo, em nota pública, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos afirmou apenas que houve um incidente de segurança cibernética e a equipe de tecnologia trabalha para restabelecer os serviços "o mais breve possível". "As equipes de TI já estão tratando o incidente para que os serviços sejam restabelecidos o mais breve possível", diz a nota do ministério.

De acordo com informações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, a equipe de tecnologia trabalhava para restabelecer os serviços "o mais breve possível", segundo comunicado divulgado na tarde de ontem.

A pasta acrescentou ainda que "não foram afetados os serviços ofertados ao cidadão via o portal GOV.BR".

Em abril, criminosos invadiram o sistema de administração financeira do governo federal, o Siafi, usado na execução de pagamentos, tentaram movimentar ao menos R$ 9 milhões do Ministério da Gestão e Inovação.

O Tesouro Nacional, órgão gestor do Siafi, implementou medidas adicionais de segurança para autenticar os usuários habilitados a operar o sistema e autorizar pagamentos.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos confirmou apenas o registro de instabilidade nas ferramentas, mas ainda monitora os sistemas para identificar e avaliar eventuais danos e problemas decorrentes da ação.

"O SEI dos demais órgãos não foi afetado, assim com os serviços ofertados ao cidadão via Gov.br. As equipes de TI já estão tratando o incidente para que os serviços sejam restabelecidos o mais breve possível", diz o ministério, por meio de nota.

Além disso, a Secretaria orienta que os servidores busquem soluções alternativas para não haver paralisação de serviços e processos urgentes. *(Com Folhapress)*

Lewandowski defende autonomia dos Estados

Mariana Assis
De Brasília

O ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo Lewandowski, afirmou nesta quarta-feira, 24, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que está sob apreciação do Palácio do Planalto, não tem intenção de interferir na autonomia dos Estados.

"Não há nenhuma pretensão do governo federal de ingerir na autonomia dos Estados no que diz respeito à gestão de suas polícias civil, militar e muito menos ainda das guardas municipais", assegurou Lewandowski, durante abertura da câmara técnica de segurança pública do Consórcio Nordeste.

"A União teria diretrizes gerais, sobretudo no que diz respeito à unificação de dados relativos à segurança pública, a coordenação entre as inteligências", disse.

A PEC proposta pelo ministério quer constitucionalizar temas como o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e pretende ampliar os poderes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. O ministro da Justiça enviou para a análise do Planalto a PEC da Segurança Pública nessa segunda-feira.

Pelo texto, a PF deve passar a atuar de maneira mais intensa no combate às milícias e ao crime organizado. Já a PRF passaria a fiscalizar não apenas rodovias, mas também ferrovias e hidrovias, por onde o tráfico de drogas tem se intensificado, especialmente na região Amazônica.

Lewandowski disse que o ministério tem trabalhado para assumir a emissão de registros e fiscalização para controle de armas e munições para caçadores, atiradores e colecionadores (CACs), prevista para o dia 31 de dezembro.



Eventos climáticos extremos exigem atuação conjunta dos setores público e privado

Terceiro encontro do ciclo de seminários "Brasil Rumo à COP 30", apresentado pelo Grupo CCR, discute a importância dos planos de adaptação

FOTOS: LEO ORESTES/GLAB



Da esquerda para a direita: a mediadora Leila Sterenberg, Luciana Costa (BNDES), Liv Nakashima Costa (Cetesb), Natalie Unterstell (Instituto Talanoa) e Miguel Setas, CEO do Grupo CCR

A tragédia que assolou o Rio Grande do Sul está prestes a completar três meses, e muitas lições têm sido tiradas da maior catástrofe climática do país. Uma delas é a importância dos planos de adaptação com reais possibilidades de execução diante de novos eventos extremos. Esse foi um dos pontos mais relevantes debatidos no terceiro encontro do ciclo de seminários "Brasil Rumo à COP 30", apresentado pelo Grupo CCR, maior empresa de infraestrutura de mobilidade do país, em parceria com a Editora Globo, em São Paulo, na última terça-feira (23). O seminário discutiu estratégias para a construção de um futuro com maior resiliência climática.

"Estudos mostram que 90% das zonas costeiras do mundo serão afetadas por algum evento climático nos próximos anos. E isso significa que teremos impactos da ordem de US$ 1 trilhão de custos nessas regiões. Precisamos estar preparados", alertou Miguel Setas, CEO do Grupo CCR. Ao longo do evento, os especialistas destacaram a falta de planejamento do Brasil por conta da baixa incidência de fenômenos naturais, como terremotos e furacões, o que historicamente não direcionou o país para uma cultura de infraestrutura adaptada.

Para Luciana Costa, diretora de infraestrutura, transição energética e mudança climática do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o tema é fundamental, já que para cada dólar investido em adaptações há um retorno financeiro de US$ 4. "É mais barato adequar as cidades para os eventos do que remediar", comentou, frisando que o Fundo Clima terá este ano um pipeline de R$ 5 bilhões e linha para adaptação e resiliência.

Liv Nakashima Costa, diretora de gestão corporativa da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), reforçou a importância dessa agenda na próxima COP. "Temos alta capacidade de mitigação, seremos encabeçadores do net zero, mas precisamos de financiamento para as adequações e compartilhamento de tecnologias", ressaltou. Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa, lembrou, ainda, que o assunto só entrou na agenda das COPs em 2015 com o Acordo de Paris. "Agora, temos a oportunidade de colocar o tema como grande pauta política na COP 30, no Brasil."

INVESTIMENTO EM TRANSPORTES

Em sua participação no seminário, o ministro dos Transportes, Renan Filho, reforçou o comprometimento de sua pasta com investimentos direcionados para adaptações. De acordo com o ministro, serão R$ 18 bilhões, já considerando o contingenciamento anunciado pelo Ministério da Fazenda na semana passada. Além disso, ele frisou a importância de ampliar a atração de recursos privados para essa agenda. "Para aumentar o investimento, é preciso somar esforços", disse. E destacou que é necessário usar os recursos garantindo a sustentabilidade e o aumento da resiliência da infraestrutura de transportes.

Olhando para os aprendizados decorrentes da tragédia do Rio Grande do Sul, o CEO do Grupo CCR falou sobre a forte capacidade de reação da companhia, que, em dez dias, liberou para uso a BR 386, que teve 109 pontos de impacto com as chuvas. Miguel Setas reforçou que os investimentos empregados na reconstrução levam em conta a pauta da adaptação, considerando um cenário futuro mais agressivo. "A CCR está em fase de elaboração de planos de resiliência climática para 100% dos seus ativos para que suas operações estejam menos suscetíveis aos efeitos das mudanças climáticas", completou.



"A CCR está em fase de elaboração de planos de resiliência climática para 100% dos seus ativos para que suas operações estejam menos suscetíveis aos efeitos das mudanças climáticas"

MIGUEL SETAS
CEO do Grupo CCR



"O contingenciamento é fundamental para o cumprimento das regras fiscais. O Brasil precisa fazer esse esforço. No Ministério dos Transportes vamos investir R$ 18 bilhões já com o contingenciamento"

RENAN FILHO
ministro dos Transportes

Especialistas discutem papel das empresas na preservação da biodiversidade e na promoção da economia verde

Abrindo o segundo painel do seminário, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, alertou para a urgência da preservação da biodiversidade e criticou os baixos resultados alcançados até aqui. "Os projetos que envolvem participação dos povos indígenas têm comprovada eficácia no alcance dos resultados e merecem mais apoio", frisou. A ministra ainda mencionou a importância da participação do setor privado na agenda da conservação ambiental, convidando as companhias a se envolver e contribuir, abraçando mais responsabilidades. "Grandes empresas podem assumir protagonismo e ajudar na construção de um novo modelo de desenvolvimento social, econômico e ambiental."



"Os projetos que envolvem participação dos povos indígenas têm comprovada eficácia no alcance dos resultados e merecem mais apoio"

SONIA GUAJAJARA
ministra dos Povos Indígenas

A importância do papel dos agentes privados também foi destacada pela presidente do Conselho da Fundação SOS Mata Atlântica, Marcia Hirota, que há 38 anos conta com doações, patrocínios, parcerias e apoio de empresas em projetos de preservação do bioma da Mata Atlântica — extremamente rico e um dos mais ameaçados do mundo. "Olhando para a história de devastação, hoje temos apenas 24% da área original."



Da esquerda para a direita: a mediadora Leila Sterenberg, Marcia Hirota (SOS Mata Atlântica), Sonia Guajajara (ministra dos Povos Indígenas), Carlos Nobre (climatologista) e Fabio Russo, CEO da CCR Aeroportos

Sobre esse ponto, o Grupo CCR anunciou que sua plataforma de Aeroportos acaba de aderir à Declaração de Buckingham, iniciativa internacional de combate ao tráfico de espécies silvestres. "O Brasil responde por 10% desse comércio ilegal. Estima-se que 38 milhões de animais sejam traficados a cada ano no país", comentou Fabio Russo, presidente da CCR Aeroportos. Para coibir essa prática, os colaboradores da CCR Aeroportos estão sendo capacitados para identificar e ajudar as autoridades no combate a esse crime ambiental por meio de um projeto-piloto no Aeroporto de Foz do Iguaçu, a ser replicado em outros 15 terminais da CCR no Brasil.

O climatologista Carlos Nobre destacou o potencial subutilizado da rica biodiversidade que o país tem. Segundo o especialista, as cadeias de açaí, mandioca e outras espécies nativas representam apenas 0,3% do PIB brasileiro. "Por que usamos tão pouco a mais rica biodiversidade do planeta?", provocou. Para ele, o desafio da política atual é a neoindustrialização. "Devemos criar uma grande nova sociobioeconomia de floresta em pé. Esse é o nosso grande potencial e é imprescindível para salvar a Amazônia."

MIT DA AMAZÔNIA

Durante o encontro, Carlos Nobre reforçou a previsão da criação de um instituto de tecnologia na Amazônia nos mesmos moldes do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e com padrões do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). O projeto, conhecido como Instituto de Tecnologia da Amazônia (AmIT), deve envolver os países da Floresta Amazônica com polos de inovação capazes de produzir alta tecnologia. "Agora, o desafio é trazer o conhecimento dos povos indígenas e comunidades locais para dentro desse instituto", afirmou. O projeto está em fase de estudo e deve contar com recursos públicos e privados para sair do papel.

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

INÊS 249

Conjuntura BC reclassifica ativo que reduzia saldo comercial, mas efeito é só parcialmente sentido por causa de déficit maior em serviços e rendas

Conta corrente ganha fôlego com mudança em cripto

Anaïs Fernandes
De São Paulo

A mudança metodológica promovida pelo Banco Central na aferição dos criptoativos no balanço de pagamentos do país poderia reduzir em cerca de um ponto percentual o déficit em conta corrente do Brasil, estimam economistas. O efeito, no entanto, não deve ser totalmente capturado neste ano, porque analistas já vinham piorando suas projeções para as transações correntes em 2024, considerando resultados mais negativos na balança de serviços e em rendas, além de previsões um pouco menos otimistas, embora ainda elevadas, para o superávit da balança comercial.

No início do ano, a projeção mediana da pesquisa do BC com o mercado indicava déficit em conta corrente de US$ 40,3 bilhões (cerca de 1,9% do PIB) em 2024. Em abril, a estimativa chegou a ficar abaixo de US$ 32 bilhões (1,5% do PIB). Agora, voltou para US$ 40 bilhões (1,8% do PIB). É um número pior do que o observado no ano passado, quando a conta corrente fechou com déficit de US$ 30,8 bilhões (1,4% do PIB), impulsionada pelo excelente desempenho da balança comercial em ano de safra recorde.

A partir dos dados de junho, que são divulgados hoje pelo BC, as transações com criptoativos deixam de ser computadas na balança comercial, que faz parte da estrutura da conta corrente, para serem registradas como "ativo não financeiro não produzido", assim como patentes, por exemplo, na conta de capital. A mudança segue alteração metodológica do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A reclassificação não altera o resultado do balanço de pagamentos (registro de todas as transações entre residentes brasileiros e o resto do mundo), mas, tudo o mais constante, reduz o déficit em conta corrente (resultado das trocas comerciais, de serviços e de rendas entre residentes e não residentes no país), já que o Brasil é importador líquido de criptoativos.

Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays, observa que as compras de criptoativos pelos brasileiros ganharam impulso entre 2020 e 2021, em meio a taxas de juros baixas, com a Selic atingindo 2% ao ano. "O interesse dos investidores locais por criptomoedas pode refletir uma preferência pela diversificação de investimentos, alguma forma de dolarização, bem como atração pela velocidade, segurança e baixos custos das transações", diz.

As importações líquidas de criptomoedas aumentaram 59% em 2023, depois de subirem 24% em 2022, nota Secemski. Em 12 meses até maio, elas somaram um recorde de US$ 15,3 bilhões. Extrapolando a taxa média de crescimento dos últimos seis meses para o resto do ano, essas importações podem totalizar US$ 23,2 bilhões (1,1% do PIB) em 2024, estima Secemski. Uma conta mais cautelosa, usando metade dessa taxa de crescimento passado, ainda levaria a US$ 19,2 bilhões (0,9% do PIB) em importações líquidas de criptos.

As estatísticas do comércio exterior do Brasil para exportações e importações de bens são compiladas pele Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), mas passam por um ajuste do BC quando a autoridade monetária calcula o balanço de pagamentos. A diferença é que a Secex contabiliza a saída ou entrada de bens do território brasileiro que possam reduzir ou aumentar o estoque de recursos materiais do país. Já o BC registra as transações bens que, independentemente de movimentação física, mudam de propriedade de não residentes para residentes ou vice-versa, como era o caso das criptomoedas até maio.

> "Déficit seguirá baixo nos próximos anos, próximo a 1% do PIB"
> *Iana Ferrão*

Em geral, a abordagem mais ampla do BC acrescenta mais às importações do que às exportações medidas pela Secex, o que implica um saldo comercial (exportações menos importações) menor no balanço de pagamentos, em relação às estatísticas do governo. Com a reclassificação dos criptoativos, a tendência é que as balanças da Secex e do BC se aproximem.

"Só os criptoativos abririam uma diferença da ordem de US$ 18 bilhões entre a balança da Secex e a do BC. Essa diferença começou a ficar muito grande", diz Livio Ribeiro, sócio da consultoria BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Secemski calcula que a exclusão dos criptoativos da balança comercial medida pelo BC deve representar um aumento de cerca de US$ 20 bilhões (1% do PIB) para o saldo da conta corrente neste ano.

A expectativa dos economistas é que a série anterior também seja revista. Segundo Ribeiro, a mudança metodológica deveria afetar de forma relevante até, pelo menos, os dados de 2017 ou 2018.

Para 2023, por exemplo, o superávit comercial deveria subir de US$ 80,6 bilhões para US$ 92,3 bilhões, estima Secemski — ainda abaixo, mas mais próximo dos US$ 98,9 bilhões computados pela Secex. Com isso, Secemski calcula que o déficit em conta corrente de 2023 deve passar para US$ 19,1 bilhões (0,9% do PIB).

Ao incorporar a mudança metodológica no seu cenário-base, o Bradesco ajustou a projeção de déficit em conta corrente de 1% do PIB em 2024 e de 1,1% em 2025 para 0,8% neste e no próximo ano, somando entre US$ 17 bilhões e US$ 21 bilhões. Por outro lado, a conta de capital, que acumula entrada de US$ 200 milhões em 12 meses, passará a ser negativa em US$ 15,1 bilhões, segundo Rafael Murrer, economista do Bradesco.

Para 2024, o Barclays alterou sua projeção de déficit em conta corrente de US$ 38 bilhões (1,8% do PIB) para US$ 28 bilhões (1,3% do PIB). Apesar de ter estimado que o impacto total da mudança metodológica poderia reduzir esse déficit em um ponto do PIB, Secemski assimilou apenas metade do impacto à sua projeção, porque, entre outras coisas, também ajustou ligeiramente para baixo a perspectiva de saldo comercial, ao mesmo tempo em que ampliou um pouco os déficits em serviços e rendas.

A projeção da XP para o déficit em conta corrente do Brasil neste ano seria revista de US$ 40,5 bilhões para US$ 50 bilhões, também devido a déficits maiores nas contas de serviços e renda primária. O déficit na balança de serviços foi revisado de US$ 41 bilhões para US$ 47,5 bilhões, enquanto o resultado negativo na subconta da renda primária (recebimento de juros, dividendos ou salários) foi de US$ 64,5 bilhões para US$ 71 bilhões.

No entanto, com a reclassificação em cripto, no fim a XP passou a prever um déficit em conta corrente de US$ 34,5 bilhões (1,6% do PIB) em 2024. O Itaú Unibanco também reduziu sua projeção deste ano de US$ 43 bilhões para US$ 27 bilhões, e de US$ 53 bilhões para US$ 37 bilhões em 2025, citando a nova metodologia.

Com a mudança, o BTG Pactual passou a projetar um déficit em transações correntes de US$ 32 bilhões (1,4% do PIB) em 2024, ante US$ 47 bilhões (2,2% do PIB) pela metodologia prévia. Iana Ferrão, economista do BTG, nota que a projeção, agora, está muito próxima do déficit observado no ano passado.

"O déficit seguirá baixo nos próximos anos, próximo a 1% do PIB, em função do robusto superávit comercial, o que continuará contribuindo para manter baixa a vulnerabilidade externa do país", diz.

No curto prazo, em geral, as projeções para o superávit comercial têm sido ajustadas para baixo porque as importações crescem acima das exportações. "No início do ano, não esperávamos uma demanda interna tão aquecida como vimos até agora, que tem impulsionado o total das importações mesmo com o efeito preço jogando contra", afirma Murrer, do Bradesco.

Ribeiro, da BRCG, diz não acreditar em superávits comerciais perto de US$ 100 bilhões para este ano, como quase ocorreu em 2023 e como indicavam algumas projeções de analistas para o médio prazo, apostando, principalmente, na forte produção e exportação do petróleo brasileiro. "Nesse debate, muitas vezes, as pessoas olham para o vigor das exportações e esquecem as importações, que estão sendo afetadas pela política de preços da Petrobras", diz Ribeiro.

Ele projeta um saldo comercial entre US$ 75 bilhões e US$ 80 bilhões para o Brasil no médio prazo, o que já é um "número muito bom", afirma. Para 2024, Ribeiro espera superávit comercial de US$ 62,8 bilhões e um déficit em conta corrente de US$ 45 bilhões (2% do PIB). "Devemos ter um nível acumulado de ativos de reserva esse ano inferior ao observado no ano passado, mas está longe de representar qualquer tipo de restrição externa ativa. O setor externo ainda é a ilha de tranquilidade no Brasil", afirma Ribeiro.

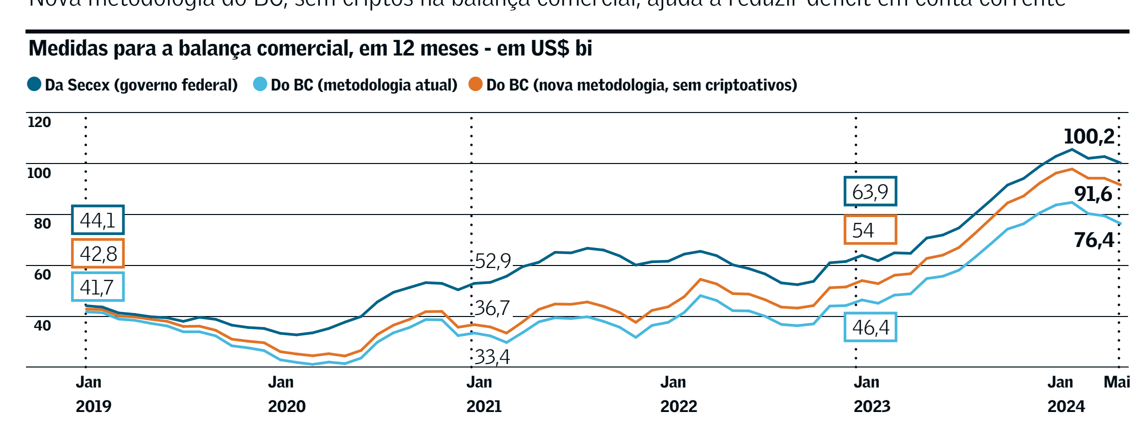
LEO PINHEIRO/VALOR

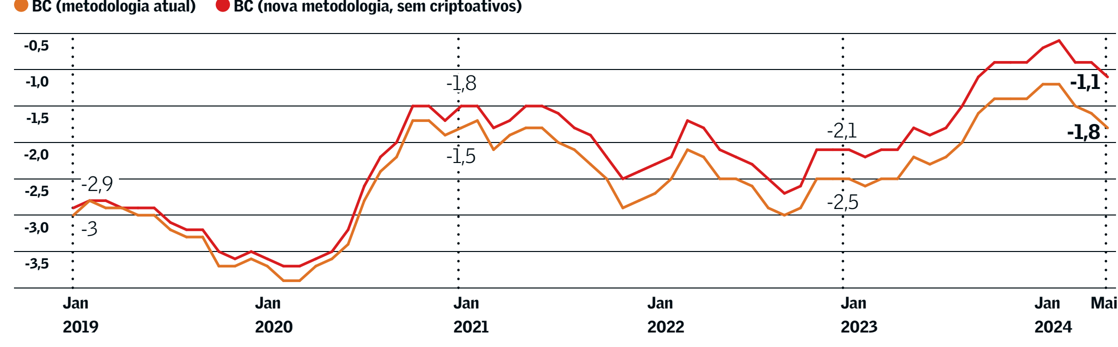


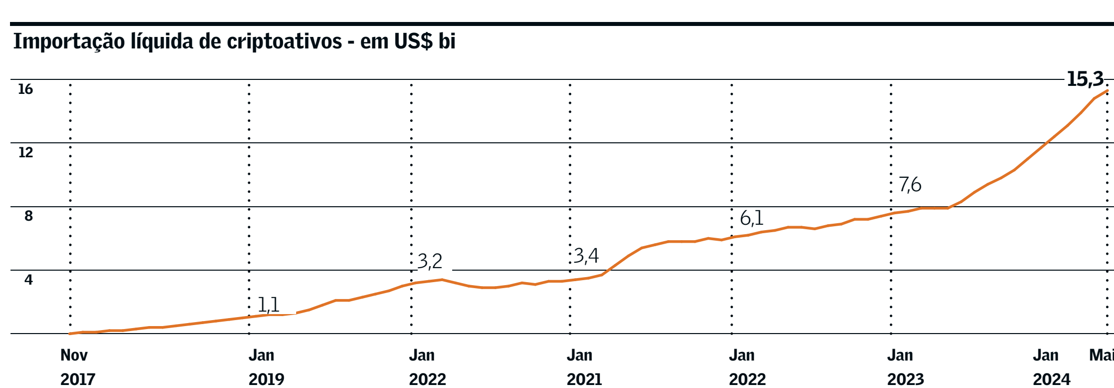
Livio Ribeiro: série anterior do BC para a conta corrente também deveria ser revista, ao menos desde 2017 ou 2018

Questão contábil

Nova metodologia do BC, sem criptos na balança comercial, ajuda a reduzir déficit em conta corrente







Fonte: Barclays

Conjuntura Ministro da Fazenda, Fernando Haddad diz que apresentará proposta ao presidente Lula no segundo semestre

Fazenda prepara cenários para a reforma tributária da renda

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nessa quarta-feira (24) que apresentará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste segundo semestre "cenários" para uma reforma do Imposto da Renda (IR).

"Pretendemos entregar para o presidente da República cenários. Obviamente que ele vai decidir politicamente qual vai encaminhar, mas alguns cenários de como nós vemos a oportunidade de fazer reforma sobre a renda para melhorar a distribuição de renda, e, se possível, promover ou um aumento das faixas de isenção ou diminuição da alíquota do imposto sobre consumo, são possibilidades que estarão na mesa do presidente agora no segundo semestre", disse o ministro em entrevista à GloboNews.

Ele comentou, ainda, que a reforma tributária da renda é um assunto "mais espinhoso" que a reforma do consumo.

É uma promessa de campanha do presidente da República isentar quem ganhar até cinco salários mínimos de pagamento de Imposto de Renda, o que ainda não foi cumprido. Haddad citou, na entrevista, a possibilidade de aumentar as faixas de isenção ou reduzir a alíquota dos futuros IBS e CBS, os impostos do tipo sobre valor agregado que serão criados com a reforma do consumo.

Sobre esta etapa da reforma tributária sobre consumo, Haddad defendeu que a regulamentação seja aprovada ainda neste ano pelo Congresso. "Não há por que prorrogar esse prazo. Regulamentação não carece de prazo maior do que o que foi acordado", acrescentou.

Contudo, ele avaliou que a regulamentação tem "detalhes importantes", então é "natural que o Senado queira opinar sobre o assunto". "Não vejo com preocupação o Senado ocupar o segundo semestre com esses debates."

Ele disse, ainda, que confia nas lideranças do presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e do senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator, e no compromisso feito de regulamentar a reforma do consumo ainda em 2024.

O ministro da Fazenda também frisou que, do ponto de vista técnico, toda exceção provoca aumento da alíquota padrão, antes estimada em 26,5% (o novo número ainda não foi divulgado). Porém, ele destacou que a alíquota média — que inclui os setores desonerados — ficará entre 21% e 22%.

Em relação ao cenário fiscal, o ministro voltou a repetir que uma coisa é a meta, outra o resultado primário. "O resultado primário depende dos três Poderes", frisou Haddad.

Ele também disse que o Banco Central precisa entender que a equipe econômica está fazendo um trabalho diário de acompanhamento das contas públicas, inclusive tendo anunciado uma retenção de R$ 15 bilhões para garantir o cumprimento da meta, na banda inferior (déficit de R$ 28,8 bilhões). Na próxima quarta-feira, haverá reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

REPRODUÇÃO/GLOBONEWS



Fernando Haddad: Cabe ao presidente decidir politicamente como encaminhar

Equipe econômica sinaliza ser contra retirada de urgência da reforma do consumo

Curta

Dívidas com a União

O governo regulamentou as regras para postergação de pagamento de parcelas de dívidas dos entes públicos afetados por calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional com a União. A parcela vincenda referente ao pagamento da dívida e o período de postergação serão estabelecidos em portaria do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que considerará critérios como a abrangência e os efeitos da situação de calamidade. O período de postergação se iniciará no dia 1º do mês subsequente ao da publicação da portaria. Durante a postergação, a taxa de juros será zero, com atualização monetária pelo IPCA, sem limitação dos respectivos encargos à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para os títulos federais. Um ato do ministro da Fazenda poderá ainda estabelecer critérios específicos, aplicáveis a todos os casos, para se estabelecer abrangência e duração da postergação de pagamentos, limitada a 36 meses.

INÊS 249

Relações externas Yellen encontra Haddad e anuncia aporte em fundo para pandemias de US$ 667 milhões

Brasil e EUA sinalizam parceria mais intensa na área climática



Lucianne Carneiro, Alessandra Saraiva, Rafael Rosas, Paula Martini e Camila Zarur
Do Rio

Brasil e Estados Unidos sinalizaram nesta quarta-feira (24) que vão reforçar a parceria na área do clima. A secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, afirmou estar feliz com o trabalho conjunto entre Tesouro e Fazenda na questão climática. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, revelou conversas dos dois países em relação a uma cooperação técnica em transformação ecológica e transição energética.

"Estou muito feliz que Tesouro e Fazenda têm estado particularmente focados em um trabalho conjunto na área do clima, [tema] que o Brasil transformou em prioridade de sua presidência no G20", afirmou Yellen, em sua primeira agenda no Brasil, onde participa de eventos relacionados ao G20.

Haddad disse que há anúncio a ser feito sobre uma aproximação dos dois países em relação à transformação ecológica e transição energética. "Temos insistido com os EUA que uma cooperação técnica entre os países que lideram a produção de energia limpa no mundo e podem fazer um intercâmbio tecnológico para acelerar a transição energética seria muito benéfica para a região", afirmou ele. "Temos todas as condições de promover uma transformação ecológica mais acelerada em relação às outras regiões do mundo e isso deveria ser usado em benefício de maior intercâmbio comercial, de investimentos e serviços entre nossos países", notou.

Em discurso no evento COP28-G20 Brasil Finance Track: Tornando o financiamento sustentável disponível e acessível, Haddad defendeu solução global para a mudança climática, por ser um desafio global. "Precisamos potencializar todo o capital público e privado nesse combate e fortalecer as instituições de fomento", disse.

A reunião bilateral entre EUA e Brasil foi realizada em um hotel na zona Sul do Rio, com vários representantes das duas equipes. No início do encontro, Yellen e Haddad celebraram a parceria entre os EUA e o Brasil. De um lado, Haddad falou sobre "conversas frutíferas" na atual gestão e o desejo de estabelecer relações mais profundas. Do outro, Yellen destacou as relações históricas entre EUA e Brasil em comércio e investimentos e a importância da colaboração entre as duas maiores economias do Hemisfério Ocidental.

> "Estados Unidos e Brasil dividem uma longa história de relações"
> *Janet Yellen*

"A orientação do presidente Lula é sempre buscar, sobretudo com os países que tem relações históricas e valores comuns, nossos melhores entendimentos e estabelecer parcerias cada vez mais profundas e espero que essa reunião não seja diferente", afirmou o ministro.

A secretária do Tesouro americano, por sua vez, descreveu como "cruciais" a colaboração e a coordenação entre EUA e Brasil, não só para suas economias, mas para a região e a economia global. "Estados Unidos e Brasil dividem longa e forte história de relações de comércio e investimentos", disse ela.

Em discurso no lançamento da Força-Tarefa para o Estabelecimento da Aliança Global contra a Pobreza e a Fome, Haddad defendeu mais uma vez a taxação dos super-ricos, ao dizer que uma forma de mobilizar recursos para o combate à fome e à pobreza é fazer com que os super-ricos paguem "sua justa contribuição em impostos".

O chefe da equipe econômica brasileira afirmou que é possível arrecadar de US$ 200 bilhões a US$ 250 bilhões por ano se bilionários pagarem 2% de sua riqueza em impostos. "Ou seja, cerca de cinco vezes o montante que os dez maiores bancos multilaterais dedicaram ao enfrentamento à fome e à pobreza em 2022", disse ele.

No fim do dia, o ministro negou que tenha conversado com Yellen sobre a proposta de taxação de super-ricos, mas ressaltou que há "interesse crescente sobre o tema", no mundo.

Na sequência da reunião com Haddad, Yellen anunciou US$ 667 milhões em recursos dos Estados Unidos no Fundo para Pandemias, um terço da meta de US$ 2 bilhões na segunda rodada de investimentos no fundo. A iniciativa foi lançada em 2022, na presidência da Indonésia no G20, como um mecanismo multilateral de financiamento para ajudar países de baixa e média rendas a se prepararem para futuras pandemias.

DADO GALDIERI/BLOOMBERG



Fernando Haddad e secretária do Tesouro americano, Janet Yellen: cooperação técnica entre países que lideram produção de energia limpa no mundo

Brasil custeará 50% da aliança contra fome

Paula Martini, Camila Zarur e Lucianne Carneiro
Do Rio

No dia em que cinco agências especializadas das Nações Unidas divulgaram o relatório "O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo", que mostra que o Brasil ainda tem 8,4 milhões de brasileiros subnutridos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quarta-feira (24) que vai tirar o Brasil do Mapa da Fome até o fim do mandato, em 2026.

A publicação do estudo do sistema ONU antecedeu a reunião que formalizou ontem a criação da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, principal ambição do Brasil na presidência de turno do G20, grupo de 19 países mais União Europeia e Africana .

O evento que reuniu 30 ministros de países do G20, além de representantes de organizações internacionais e bancos multilaterais no Galpão da Cidadania, na zona portuária do Rio, aprovou por aclamação os documentos fundacionais da aliança. Com a formalização, a frente internacional está aberta à adesão de todos os países do mundo para ser oficialmente lançada na cúpula de chefes de Estado do G20, em novembro, na capital fluminense.

Lula lembrou que o G20 foi fundamental para evitar o "colapso" da economia internacional no contexto da crise econômica de 2008 e que, agora, os líderes mundiais reunidos no fórum têm a oportunidade de responder a outro desafio sistêmico: a fome e a extrema pobreza. "A fome não resulta apenas de fatores externos. Ela decorre, sobretudo, de escolhas políticas. Este é o compromisso mais urgente do meu governo, acabar com a fome no Brasil, como fizemos em 2014", disse.

Em gesto simbólico, Brasil e Bangladesh foram os primeiros países a entregar as declarações de compromisso e, portanto, integrar a aliança global. Bangladesh não faz parte do G20, mas é um parceiro do Brasil em políticas de enfrentamento à fome e às desigualdades sociais. A declaração política que inaugurou a frente de cooperação internacional foi construída nos últimos meses por uma força-tarefa coordenada pelos ministérios de Relações Exteriores, da Fazenda e de Desenvolvimento e Assistência Social. No texto, os membros reforçaram que a adesão dos países é voluntária e não vai ofuscar organismos internacionais multilaterais, como a ONU.

O texto também não define compromissos com recursos financeiros e esclarece que "alguns governos nacionais se comprometerão a implementar os programas e políticas públicas", enquanto outros países e entidades "podem oferecer apoio por meio de recursos financeiros, conhecimento e capacitação técnica". "A Aliança tampouco criará fundos novos. Vamos direcionar recursos globais e regionais que já existem, mas estão dispersos", afirmou Lula.

A aliança vai funcionar como uma plataforma para conectar países, instituições financeiras e organizações internacionais para a implementação de um "cardápio" de políticas públicas reconhecidas internacionalmente. A estrutura de governança prevê um conselho com representantes de alto nível dos países membros e um corpo técnico que ficará nas sedes da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em Roma e em Brasília.

De acordo com o ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, o Brasil irá arcar com metade dos custos totais da estrutura administrativa, estimados em US$ 18 milhões a US$ 20 milhões até 2030. Ele disse que também estão previstas cúpulas regulares de líderes contra a fome e a pobreza. "Já há uma decisão de que o Brasil vai arcar com metade do valor previsto para a governança [da aliança] até 2030. O acompanhamento das metas e todo o trabalho de apoio aos países vai custar de US$ 18 milhões a US$ 20 milhões até 2030. O Brasil vai entrar com a metade, de US$ 9 milhões a US$ 10 milhões, aproximadamente", disse o ministro.

Dias também disse que estão previstas cúpulas "regulares" contra a fome e a pobreza e que o Brasil vai colocar na cesta de programas disponibilizados pela aliança programas de transferência de renda, o CadÚnico e o programa de alimentação escolar. "De outros países, têm experiências muito boas nessa área de qualificação de jovens, de qualificação de adultos e ainda de apoio ao empreendedorismo", completou.

O presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, anunciou o comprometimento da instituição com a aliança global com uma parceria para financiar projetos, além de contribuir com o desenho de políticas e diagnósticos dos programas. Banga disse ainda que colocará a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA, na sigla em inglês), unidade do Banco Mundial voltada para os países de menor renda, para auxiliar no financiamento aos projetos escolhidos pelos países do conjunto de políticas reunidas pela aliança.

A ideia é que a IDA funcione como um mecanismo para o financiamento dos projetos de combate à fome e à pobreza. O montante de recursos disponíveis, no entanto, vai depender de quanto os países participantes vão contribuir e a escala dos programas.

DADO GALDIERI/BLOOMBERG



Lula: "Fome não resulta só de fator externo, mas, sobretudo, de escolhas políticas"

Dados melhoram, mas 8,4 milhões têm fome no país

Do Rio

O total de pessoas subnutridas no Brasil equivale a 3,9% de toda a população brasileira ou 8,4 milhões de pessoas, segundo o relatório: "O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI, na sigla em inglês) das Nações Unidas", divulgado ontem. O levantamento considera dados do triênio de 2021 a 2023.

Para estar fora do Mapa da Fome, o percentual precisa ser menor do que 2,5% da população. O Brasil deixou de estar entre os países abaixo do nível mínimo de fome e desnutrição a partir do triênio de 2019 a 2021. Nesses anos, o percentual de subnutrição no país era de 4,1% da população, equivalente a 8,6 milhões de pessoas. O agravamento da fome no Brasil se deu pela pandemia de covid-19, entre 2020 e 2022.

O Brasil havia deixado o Mapa da Fome em 2014, quando chegou a um patamar menor de 2%, cerca de 3,4 milhões de pessoas. Para comparação, o relatório da ONU dá como base o triênio de 2004 e 2006, quando o Brasil tinha 6,2% da população subnutrida, o equivalente a 11,7 milhões de pessoas.

O documento anual, elaborado por cinco agências especializadas das Nações Unidas, foi lançado no Rio de Janeiro. É a primeira vez que o relatório é apresentado fora dos escritórios da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma, na Itália, e em Nova York, Estados Unidos. O relatório indica que cerca de 6,6% da população brasileira vive em insegurança alimentar severa. Significa que 14,3 milhões de brasileiros não sabem quando vão fazer a próxima refeição.

No mundo, cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome em 2023. O número equivale a uma em cada 11 pessoas em todo o planeta, e uma a cada cinco na África. Segundo ONU, os níveis globais retrocederam 15 anos, chegando a um patamar semelhante ao de 2008 e 2009.

Se as tendências atuais continuarem, cerca de 582 milhões de pessoas estarão cronicamente subnutridas em 2030, metade delas na África, alertam as agências das Nações Unidas. A projeção se aproxima dos níveis registrados em 2015, quando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados.

A ONU aponta uma combinação de fatores para o aumento da insegurança alimentar e a má nutrição global, como a inflação do preço dos alimentos, os conflitos geopolíticos, as mudanças climáticas e as desacelerações econômicas. As tendências regionais variam significativamente. A porcentagem da população que passa fome está aumentando na África (20,4%), melhorou na América Latina (6,2%) e permaneceu estável na Ásia (8,1%), embora a região abrigue mais da metade das pessoas que enfrentam o problema.

Na apresentação do relatório, representantes das Nações Unidas alertaram para necessidade de destravar fontes de financiamento voltadas para programas de combate à fome e à desnutrição, sobretudo nos países mais pobres. "Precisamos estar prontos para isso e aumentar [os recursos] em todas as dimensões, além de misturá-los de maneira colaborativa. Não podemos permitir que os mais vulneráveis tenham menos acesso a esses financiamentos", disse o diretor-geral da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), QU Dongyu.

O relatório mostrou que entre os 119 países de baixa e média renda analisados 63% têm acesso limitado ou moderado ao financiamento. Além disso, a maioria desses países (74%) é afetada por um ou mais fatores importantes que contribuem para a insegurança alimentar e a má nutrição. *(PM e CZ)*

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**326,6**	**329,6**	**-0,91**	**31,5**	**58,6**	**-46,28**
Imposto de renda pessoa física	33,8	25,1	34,42	23,0	15,3	50,63
Imposto de renda pessoa jurídica	153,0	150,4	1,74	17,2	16,2	6,18
Imposto de renda retido na fonte	180,0	154,0	16,87	31,5	27,1	16,20
Imposto sobre produtos industrializados	30,4	24,6	23,73	6,2	4,9	26,70
Imposto sobre operações financeiras	26,4	24,6	7,30	5,3	4,5	17,47
Imposto de importação	26,8	22,5	19,47	5,6	4,6	20,87
Cide-combustíveis	1,2	0,0	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	163,5	132,7	23,19	31,8	27,4	16,25
CSLL	81,2	76,4	6,25	9,1	8,7	4,55
PIS/Pasep	45,4	37,2	21,86	8,7	7,5	16,13
Outras receitas	388,1	314,8	23,30	104,6	60,6	72,75
Total	**1.089,6**	**962,4**	**13,22**	**203,0**	**176,7**	**14,89**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/24	jun/24	2024	2023	12 meses	jul/24	jun/24	dez/23	jul/23
IBGE									
IPCA	-	0,21	2,48	4,62	4,23	-	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	-	0,25	2,68	3,71	3,70	-	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	-	0,50	1,11	-3,30	2,88	-	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	-	0,34	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,55	0,49	-5,92	2,51	-	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	-	1,52	1,44	-11,34	2,39	-	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	-	0,19	0,14	-3,77	2,55	-	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	-	0,22	2,46	3,55	3,63	-	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	-	0,71	2,80	3,49	4,02	-	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	-	0,81	1,10	-3,18	2,45	-	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	-	0,89	0,47	-5,60	1,94	-	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	-	0,46	2,65	3,40	3,70	-	735,41	716,46	709,98
INCC-M	-	0,93	2,63	3,32	3,77	-	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	-	0,26	1,87	3,15	2,97	-	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia jul/24 0,40% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana jul/24 0,00%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024			
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

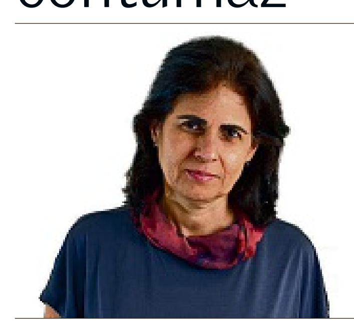
Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**
Discriminação	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

A investida contra o devedor contumaz



Maria Cristina Fernandes

O fim do recesso legislativo trará à tona nova tentativa de se votar a tipificação do devedor contumaz. Nenhum projeto simboliza melhor a borra que entope o futuro do Brasil. De um lado estão algumas das maiores empresas do país e o Ministério da Fazenda. Do outro, um punhado de empresas que competem por meio da evasão fiscal, parlamentares e dirigentes partidários cooptados.

A resistência a esta tipificação vale-se cada vez mais do poder de barganha dos interessados junto ao Supremo Tribunal Federal. Na defesa de devedores contumazes estão alguns dos maiores escritórios de advocacia do país, alguns dos quais com parentes de ministros e ex-ministros.

A turma da resistência oferece carona ao crime organizado, cada vez mais espraiado na economia, e deixa a pé não apenas políticas públicas desprovidas de bilhões de reais quanto o poder do Estado na garantia de um ambiente de negócios seguro.

Não são inadimplentes ou sonegadores comuns. São contumazes. Quando autuados, passam a operar sucessivamente por outros CNPJs de maneira que nunca deixam de operar. No limite, há os que se valem de mercadoria desviada, depósitos clandestinos, fraudes nas alfândegas, venda fictícia e empresas fantasmas.

A margem de lucro nesse setor é de centavos. O ganho vem pelo volume. Quando uma empresa consegue praticar preços com uma diferença de R$ 1 vira suspeita. Pelo menos um dirigente partidário já foi flagrado como intermediário da venda de uma empresa montada em São Paulo com GLP desviado para um empresário tradicional do setor. Dos 20 milhões de CNPJs existentes no país, apenas 1 mil são de devedores contumazes, que, nas contas da Receita, já deixaram de recolher R$ 200 bilhões.

Ao longo de sete anos, o Senado ergueu uma muralha. Sucessivamente, barrou três projetos. O primeiro foi o projeto da ex-senadora Ana Amélia (PP-RS), de 2017, que atravessou o governo Bolsonaro parado na Comissão de Constituição e Justiça e lá permanece.

Em 2022, o ex-senador Jean Paul Prates (PT-RN) apresentou texto parecido, com o mesmo destino. Ambos têm por relator o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). No mesmo ano, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da Casa, apresentou pacote tributário de 10 projetos. Oito foram votados. Entre os dois que restaram está aquele que trata do devedor contumaz. Chegou a ter pedido de urgência, revogado sem que ninguém, nem mesmo o autor — do projeto e da revogação da votação —, se lembre por quê.

O devedor contumaz está em todos os setores da economia, mas a abertura condescendente no monopólio de petróleo fez com que a prática se espraiasse no setor. As distribuidoras se multiplicaram. A autorização de cotas pela agência reguladora (ANP) gerou um cartório.

Grupos que não produziam uma gota de combustível passaram a negociar cotas de distribuição. Parlamentares — que aprovam diretores das agências — passaram a gravitar em torno das máfias de cotas. Em troca, dispõem, no mínimo, de combustível de graça nas eleições. A Lava-Jato não teve esse nome por acaso. Um doleiro dono de posto de gasolina que lavava dinheiro (Alberto Youssef) foi o fio de onde se puxou a operação.

No Amapá do presidente da comissão onde estão parados os projetos sobre devedor contumaz surgiu um corredor de importações que beneficiou, particularmente, o setor de combustíveis. O senador Davi Alcolumbre não comenta.

As empresas importavam o combustível pelo Amapá e — nem todas — pagavam uma tarifa mínima (3%) no Estado. O combustível seguia para outros portos. Ao desembarcar, informavam que o imposto já havia sido recolhido. Só que não.

De novembro do ano passado até maio deste ano, quando o Conselho dos secretários estaduais de Fazenda conseguiu suspender a farra, 14 navios já tinham passado pelo corredor. Nesse período, o Amapá tornou-se o maior importador de diesel russo do país. O prejuízo dos Estados superou R$ 1 bilhão.

Por meio de estreladas bancas de advocacia, alguns desses importadores conseguiram liminares de desembargadores do Paraná e de Tocantins que permitiram o ingresso desse diesel barrado pelo Comsefaz.

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) deixou digitais em pelo menos três emendas que apresentou. Uma delas estabelece o Cade, velho feudo do Senado, como instância de arbitragem por entender que a Constituição prevê regimes especiais de tributação para prevenir desequilíbrios concorrenciais.

Nas outras emendas, preserva competidores de setores com "forte influência estatal", carimbo do setor energético, e estabelece, na tipificação do devedor contumaz, o crivo das agências reguladoras, outro feudo do Senado. O senador não comenta.

Os argumentos são os mesmos usados pela defesa do grupo Refit, do empresário Ricardo Magro. Junto à Copape, de São Paulo, são os dois principais alvos do Instituto Combustível Legal, montado pelas grandes empresas para pressionar pela aprovação do projeto. Ambos se dizem favoráveis à regulamentação. Interlocutores da Refit advogam que Magro foi o primeiro do setor a ser ameaçado pelo crime organizado.

A muralha do Senado levou o governo a se voltar para a Câmara, onde hoje tramita um texto do Executivo com a relatoria de Danilo Forte (União-CE). A chance é maior, pelo entendimento entre a Receita e empresários. As ambições se avolumam para atingir também quem negocia com o crime organizado, mas também há gatos nessa tuba. Ao **Valor**, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o texto chegou com uma "subjetividade muito forte".

Todas as vírgulas são negociadas de olho na lista que a Receita prepara com as empresas que seriam tornadas inaptas no dia seguinte à aprovação, depois que todas as subjetividades tiverem sido superadas.

Num plano B, que pode virar A, os empresários recorreram ao Ministério da Justiça, onde já foram realizadas cinco reuniões para a montagem de operações de cerco aos contumazes. Desde que a Polícia Federal abandone a pauta de uma nota só da caça ao bolsonarismo.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Congresso Temas são objeto de disputa entre Câmara e Senado; Lei de Falências ficará para 2025

Equipe econômica elenca prioridades do 2º semestre

Guilherme Pimenta, Julia Lindner e Marcelo Ribeiro
De Brasília

MARINA RAMOS/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Lira: para o presidente da Câmara, Senado deveria repetir fórmula adotada pela Casa que preside e aprovar em até 50 dias regulamentação da tributária

Diante de um calendário pressionado pelas eleições municipais, a equipe econômica elegeu prioridades para a pauta que pretende ver avançar no Congresso no segundo semestre. A lista é composta pela conclusão da reforma tributária, regras para punir o chamado "devedor contumaz", a agenda verde e projetos ainda a serem enviados para sustentar o Orçamento de 2025. A maior parte dos temas elencados, no entanto, está no meio de uma disputa política entre a Câmara dos Deputados e o Senado.

No cenário traçado por fontes do governo, alguns projetos da agenda econômica que ficaram parados no Parlamento no primeiro semestre, como os que visam reformar o mercado de capitais, o bancário e a lei de falências, devem ficar somente para o próximo ano. Além do calendário eleitoral, pesam nesse planejamento as articulações em torno das disputas pelos comandos das duas Casas do Legislativo.

Em destaque na lista de prioridades do Ministério da Fazenda, está a conclusão da regulamentação do principal projeto da reforma tributária no Senado — aquele que regulamenta a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), já aprovado na Câmara. O ritmo da tramitação, no entanto, é alvo de divergência entre deputados e senadores.

Enquanto lideranças do Senado querem que o governo retire a urgência constitucional do texto, aliados do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), discordam do movimento. O alagoano tem argumentado, nos bastidores, que o Senado deveria repetir a fórmula adotada na Câmara. A aprovação ocorreu cerca de 50 dias após a medida chegar ao Legislativo pelas mãos do ministro Fernando Haddad (PT).

A cobrança por celeridade ocorre, porque, diante dos prováveis ajustes feitos pelos senadores, líderes da Câmara querem receber o texto com prazo razoável para uma nova aprovação ainda em 2024.

No Senado, entretanto, a urgência para análise em 45 dias da matéria é vista como "impossível" por líderes de diferentes correntes políticas, especialmente em função do recesso parlamentar informal, que vai até o início de agosto, e dos preparativos para as eleições municipais.

"A tramitação só se dará no Senado a partir de agosto, quando o presidente [do Senado, Rodrigo Pacheco] despachar isso para a CCJ e a CCJ me designar relator. Mas o Senado não vai votar isso em 45 dias, não tem a mínima chance", disse o senador Eduardo Braga (MBD-AM). "Se tiver que trancar a pauta, caso o governo não retire a urgência, paciência", acrescentou.

Alguns senadores consideram que o governo só determinou a urgência constitucional após as tratativas estarem mais encaminhadas na Câmara, o que está longe de ocorrer no Senado. Além disso, argumentam que, na prática, os deputados tiveram praticamente seis meses para tratar da regulamentação, considerando a data em que a votação da reforma foi concluída no Congresso e depois sancionada, no fim de 2023.

> "O Senado não vai votar isso em 45 dias, não tem a mínima chance"
> *Eduardo Braga*

O segundo projeto, que institui o Comitê Gestor do IBS/CBS, é menos polêmico e não deve encontrar resistência no Parlamento, segundo essas fontes. A votação na Câmara está prevista para ocorrer na primeira semana de esforço concentrado após o recesso parlamentar, entre 12 e 14 de agosto. Depois, seguirá ao Senado. Reservadamente, parlamentares apostam que a medida enfrentará bem menos dificuldades para avançar nas duas Casas.

Já o projeto que pune o devedor contumaz é a segunda prioridade para a pasta no segundo semestre. O **Valor** apurou que chegou a ser cogitado incluir as regras de punição aos sonegadores de impostos no âmbito da medida provisória (MP) do PIS/Cofins, mas como houve sinalizações de que as regras serão votadas a partir de agosto, apesar da resistência de alguns congressistas, a Fazenda optou por mantê-las no projeto de lei.

O projeto, de um lado, privilegia os bons pagadores de impostos, com uma relação mais harmoniosa com a Receita e benefícios fiscais (os programas Confia e Sintonia). De outro, punia os que buscam artifícios para não pagarem tributos.

De acordo com fontes da Fazenda, o projeto de autoria do Executivo, hoje na Câmara, pode ser "mesclado" com o PLP 164/22, relatado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB).

Esse cenário ganha ainda mais força pela posição de Lira que resiste ao avanço da medida nos moldes encaminhados pelo governo ao Congresso. "Do jeito que esse texto veio para cá, ele não andaria, porque veio com uma subjetividade muito forte", disse Lira ao **Valor**.

Outro projeto que também pode avançar relacionado ao tema é o PLP 125/2022, que institui o Código de Defesa do Contribuinte e flexibiliza as hipóteses de caracterização do devedor contumaz. A matéria é relatada pelo líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), que atualmente está licenciado.

Segundo Efraim, o projeto, de iniciativa de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), poderá ser avaliado após as eleições municipais. Se for preciso, ele diz que também será possível compatibilizar o conteúdo de mérito com a Câmara.

Em outra frente, a Fazenda enviará ao Congresso projetos para sustentar o Orçamento de 2025, tanto do lado da receita quanto da despesa. A proposta orçamentária deve ser enviada ao Legislativo até o dia 31 de agosto.

A equipe econômica também quer avançar com a chamada "pauta verde". A lista de projetos inclui o texto que regulamenta o mercado de carbono e a proposta que regulamenta a exploração de energia elétrica em alto mar (offshore), como por geração eólica. Ambos estão no Senado, mas têm dificuldades de avançar em função de atritos com a Câmara.

> "Esse texto veio para cá com uma subjetividade muito forte"
> *Arthur Lira*

No caso do mercado de carbono, há ruído político sobre quem dará a palavra final na tramitação. No ano passado, a Câmara apensou o projeto aprovado inicialmente pelo Senado (PL 412/22) a um outro que já tramitava na Casa (PL 2148/15).

Aliados de Pacheco dizem que ele deve buscar formas de priorizar o texto da Casa, de forma que a matéria não precise mais retornar à Câmara, mas os deputados resistem a essa ideia. Diante do impasse, o projeto segue na gaveta de Pacheco aguardando despacho há meses, até mesmo a designação da relatoria, que deve ser novamente a senadora Leila Barros (PDT-DF). A expectativa é de que a deliberação ocorra na segunda semana de agosto.

Alguns técnicos do Senado argumentam que uma saída seria o plenário da Casa analisar somente as mudanças feitas pela Câmara ao PL 412/22. Se elas forem rejeitadas, o projeto iria direto à sanção. Do contrário, voltaria para análise dos deputados. A iniciativa, entretanto, seria alvo de judicialização, segundo o próprio Lira adiantou.

O texto que trata das eólicas offshore também passa por um impasse. O relator da matéria, Weverton (PDT-MA) está receoso em retirar alguns "jabutis" inseridos pelos deputados, de acordo com pessoas próximas. Um deles estende o prazo de operação das usinas a carvão mineral, de 2029 para 2050, contratadas como Reserva de Capacidade no formato de energia.

Um cálculo feito pela TR Soluções revelou que as emendas incorporadas pela Câmara dos Deputados têm o potencial de resultar em aumentos tarifários adicionais médios variando entre 2,29% e 8,78% nas tarifas de energia para consumidores residenciais nos próximos anos.

Com a agenda tomada por esses outros projetos, a maioria das propostas da pauta microeconômica, que visam melhorar o ambiente de crédito e o mercado de capitais no Brasil, deve ficar para 2025, admitem fontes.

A Fazenda comemorou a aprovação no Senado do novo marco seguros, no fim de junho, e acredita que a pauta deve avançar em definitivo na Câmara no segundo semestre.

O PL que aprimorou a lei das falências, já aprovado pela Câmara, também pode ficar para 2025 no Senado, segundo a Fazenda. A pasta até tem uma preferência de "adiar" o projeto para ganhar mais tempo para negociar com os senadores, já que avalia que o texto aprovado pela Câmara não ficou adequado e, agora, é necessário colocar um "freio de arrumação".

Eleições Definição sobre quem ocupará a vaga na chapa deve ser tomada até o início de agosto

Aliados de Paes avaliam alcance de vídeo íntimo e defendem manutenção de Pedro Paulo na vice

De São Paulo e Brasília

A campanha do prefeito do Rio de Janeiro e candidato à reeleição, Eduardo Paes (PSD), ainda avalia o impacto da revelação de um vídeo íntimo do deputado Pedro Paulo (PSD), que fez com que o parlamentar recuasse da decisão de compor a chapa como vice. A definição sobre quem será o vice deve ser tomada até o início de agosto, depois de pesquisas qualitativas feitas pela campanha, mas aliados do prefeito defendem a manutenção de Pedro Paulo e minimizam um eventual desgaste político na disputa.

Na segunda-feira (22), Pedro Paulo pediu ao prefeito para não ser indicado a vice, depois de circular a informação de um vídeo íntimo do deputado. A troca na chapa, no entanto, tem sido descartada por lideranças de partidos da coligação e pessoas próximas ao prefeito. Além de defenderem a capacidade de articulação nacional de Pedro Paulo e de vê-lo como um possível sucessor do prefeito no cargo, aliados de Paes resistem à escolha do deputado estadual Eduardo Cavaliere (PSD), tido como "plano B" para a vice.

Um político carioca do PSD que é do círculo de Paes e que fez parte da administração afirmou ao **Valor** que a publicidade dada ao episódio pelo próprio Pedro Paulo, com ainda quase 20 dias para encerrar o prazo da Justiça Eleitoral para a definição das candidaturas (que termina em 15 de agosto), será útil para se avaliar os eventuais impactos eleitorais. Esse político, que é amigo de Pedro Paulo desde a juventude, acha que se o assunto voltar posteriormente na campanha, com o deputado confirmado como eventual vice de Paes, terá impacto reduzido por já ter sido tratado publicamente.

A campanha de Paes disse ao **Valor** que o prefeito deve definir seu vice até o início de agosto e que, a pedido do próprio Pedro Paulo, o deputado federal não é mais uma das opções. Pedro Paulo não quis se pronunciar sobre o episódio.

Lideranças partidárias da coligação de Paes, no entanto, minimizaram o desgaste eleitoral ao dizer que "já estavam precificados" na escolha do vice os problemas envolvendo Pedro Paulo, como o vídeo íntimo, acusações de agressão à ex-mulher e a suspeita de suposto desvio de recursos de emendas.

Para o vice-presidente nacional do PT, Washington Quaquá, o vídeo "tem impacto zero" na disputa. "Isso não tira voto", disse. "Pedro Paulo é o nome ideal para a vice."

Responsável pela articulação da campanha de Paes com religiosos conservadores, o deputado e pastor Otoni de Paula (MDB) disse não ver problemas na divulgação do vídeo íntimo. "É óbvio que isso vai ser muito explorado pelos adversários. Sei bem como funciona a máquina bolsonarista de destruir reputações", disse, em referência ao deputado Ramagem (PL), adversário de Eduardo Paes na disputa, apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Mas isso não pega", disse. Otoni reforçou que é pastor da Assembleia de Deus há 30 anos. "Eu sei o que é conservadorismo", afirmou. "É capaz até que tenha um efeito rebote e que a chapa ganhe mais votos por isso. Me diz qual homem vai deixar de votar no Paes por conta desse vídeo íntimo?", disse. "A sociedade é conservadora, não é hipócrita."

A esposa de Pedro Paulo, a 'influencer' Tati Infante, com 1 milhão de seguidores no Instagram, publicou um vídeo para defender seu marido e dizer que "bobagem" ele recuar de compor a chapa. "Acho uma besteira ele desistir de ser vice por conta de um episódio que aconteceu em 2020, período em que estávamos separados, em uma crise. Eu tive meu 'tiricutico', ele também", afirmou. "Do meu lado está tudo certo. Eu apoio ele, é o sonho dele, é o trabalho dele. Ele não matou. É coisa de cunho pessoal e isso está resolvido".

Aliados de Paes citam ainda um suposto vídeo do então candidato a governador de São Paulo João Doria, divulgado às vésperas da eleição de 2018, que não teve impacto direto na campanha do então tucano, que venceu aquela disputa. Na campanha do prefeito, no entanto, há um receio de como esse vídeo será usado por bolsonaristas para difundir "fake news" contra Paes. E de como poderá desgastar Pedro Paulo, que foi acusado de agredir a ex-mulher.

O presidente do PT-RJ, Tiago Santana, pondera que a difusão de "fake news" pela "máquina bolsonarista" pode gerar um problema ainda maior agora do que Pedro Paulo enfrentou em eleições passadas, com a acusação de agressão.

Informações de bastidores são de que a campanha tinha conhecimento do vídeo há cerca de um mês e que, mesmo nesse período, Pedro Paulo manteve a intenção de concorrer a vice. A desistência teria ocorrido somente depois do alerta de um dos principais conselheiros e amigo de longa data do prefeito sobre o impacto negativo que a divulgação das imagens, pela oposição, poderia causar à chapa. "Ele viu a possibilidade de isso virar um 2016", disse uma fonte.

Pedro Paulo concorreu à Prefeitura do Rio como sucessor de Eduardo Paes naquele ano. O prefeito bancou a candidatura do aliado mesmo depois de vir à tona um boletim de ocorrência registrado pela ex-mulher do parlamentar, que relatava ter sofrido agressão, e apoiadores o alertarem dos danos de imagem. Paes estava confiante. Pesquisa Ibope da época indicava que seu governo tinha a aprovação de 66% da população (somando os 25% que avaliavam como ótimo/bom e os 41% que consideravam regular).

O prefeito acreditava que o caso seria superado com a absolvição de Pedro Paulo — o que, de fato, aconteceu. O Supremo Tribunal Federal (STF) arquivou o caso, seguindo recomendação da Procuradoria-Geral da República, que não identificou provas de agressão. Mas a imagem do parlamentar já estava desgastada e ele não conseguiu sequer chegar ao 2º turno. Marcelo Crivella disputou contra Marcelo Freixo e venceu a eleição.

"O problema, agora, é a reincidência. Teve problema com mulher antes, agora outra questão envolvendo mulher. A oposição vai explorar isso e o eleitor pode reagir", diz essa mesma fonte.

Existe, no entanto, uma questão estratégica que também pesa para a escolha de Pedro Paulo como vice. Paes pretende concorrer ao governo do Estado em 2026 e vai precisar de apoio no interior do Rio. Uma das formas de conquistar apoio são as emendas parlamentares. Sem Pedro Paulo em Brasília, a estratégia se torna mais difícil.

No Congresso, Pedro Paulo tem perfil fiscalista e sempre foi atuante em pautas econômicas. Vice-líder do governo na Câmara, foi relator da proposta que estabeleceu novas regras para atualização monetária e juros. Em 2023, ficou com a relatoria do projeto de tributação dos fundos de investimento 'offshore'. No novo arcabouço fiscal, foi bastante atuante. ***(Cristiane Agostine, Lucas Ferraz, Joice Bacelo, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto)***

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS — 26/3/2024



Pedro Paulo: lideranças de partidos da coligação e pessoas próximas ao prefeito minimizam desgaste e defendem capacidade de articulação do deputado

Ramagem e Motta crescem, mas Paes vence no 1º turno, diz Quaest

César Felício
De Brasília

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD) segue como favorito para reeleger-se em outubro, em um cenário que aponta para uma definição em primeiro turno, de acordo com pesquisa Quaest encomendada pela Rádio Tupi, divulgada na quarta-feira (24). Segundo o levantamento, realizado de 19 a 22 de julho com 1.104 entrevistas, Paes obteve 52% de intenção de voto na simulação com uma lista mais enxuta de candidatos, comparável com a pesquisa do mês passado, em que o prefeito havido obtido 51%.

O deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, passou de 11% para 14%, crescimento no limite da margem de erro da pesquisa, que é de três pontos percentuais. O também deputado Tarcísio Motta (Psol-RJ) foi de 8% para 10%. O deputado estadual Rodrigo Amorim (União Brasil), um bolsonarista sem o aval da família do ex-presidente, reduziu sua intenção de voto de 4% para 3%. O deputado Marcelo Queiroz (PP-RJ) permaneceu com 2%.

No cenário completo de candidatos Paes fica com 49% e Ramagem com 13%. Motta não passa de 7% e em quarto lugar aparece Cyro Garcia, do PSTU, com 3%, empatado com Amorim. Juliette Pantoja (Unidade Popular) surge com 2%, mesmo patamar de Queiroz. Carol Sponza (Novo) e Dani Balbi (PCdoB) ficam com 1%.

A pesquisa mostra Paes com maioria absoluta em todos os cruzamentos, exceto entre os eleitores que votaram em Jair Bolsonaro em 2022. Mas mesmo entre os bolsonaristas ele ganha: fica com 40% no cenário enxuto e 39% no que tem todos os candidatos, ante 32% e 29% de Ramagem, respectivamente.

O predomínio de Paes entre os lulistas de 2022 é absoluto: fica entre 61% e 64%, conforme a lista de nomes, frente ao patamar entre 13% e 17% obtido por Motta. É a porcentagem mais alta recebida por Paes nos cruzamentos. O prefeito terá o apoio do PT, mas não deve ter um vice de esquerda. O nome mais cotado para a disputa, deputado Pedro Paulo (PSD), resiste a concorrer (ver ao lado).

> Prefeito e adversários têm variação dentro da margem de erro da pesquisa

Ramagem cresceu dez pontos percentuais no segmento evangélico no último mês, passando de 14% para 24%. Motta se fortaleceu entre os eleitores sem religião, onde foi de 10% para 18%. Nos dois segmentos, contudo, Paes lidera com folga, respectivamente com 43% e 51%.

A pesquisa mediu ainda o cenário com o apoio explícito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Paes e do ex-presidente Jair Bolsonaro a Ramagem. Lula faz Paes perder votos, mas ainda assim o prefeito venceria no primeiro turno. Nessa formulação o prefeito fica com 46% e o candidato do bolsonarismo com 30%, enquanto Motta fica com 6%, Queiroz com 2% e Amorim com 1%.

O levantamento indica que a avaliação de governo de Paes converge para a sua intenção de voto. Segundo a pesquisa, 45% dos pesquisados fazem uma avaliação positiva do prefeito, enquanto 35% o consideram regular e 18% ruim. A campanha pela reeleição melhora a percepção da administração, já que no mês passado predominava a avaliação regular, com 38%, ante 35% de visão positiva e 24% de avaliação negativa. O relatório foi registrado no TSE com o protocolo RJ-03444.

PSDB nacional tenta convencer Datena a não desistir

Cristiane Agostine e Lilian Venturini
De São Paulo

O presidente nacional do PSDB, Marconi Perillo, o deputado e dirigente Aécio Neves (MG) e o presidente do diretório da capital paulista, José Aníbal, reuniram-se na quarta-feira (24) com o apresentador José Luiz Datena para tentar convencê-lo a não desistir de disputar a Prefeitura de São Paulo. Desde que lançou sua pré-candidatura, Datena tem indicado que poderá, mais uma vez, recuar.

Depois do encontro, na capital paulista, os dirigentes tucanos afirmaram que o apresentador será mesmo candidato e que o vice será anunciado no sábado (27), na convenção municipal. Ainda sem nenhum partido aliado para disputar em São Paulo, o PSDB deve indicar um tucano para a chapa.

Filiado no PSDB desde abril, Datena está em seu 11º partido e já desistiu de concorrer em outras quatro eleições. Dentro da legenda, o apresentador enfrenta resistência de uma ala ligada ao prefeito Ricardo Nunes (MDB), que tenta a reeleição e terá apoio de parte da militância tucana da cidade. Esse grupo pró-Nunes planeja fazer um protesto à pré-candidatura do apresentador na convenção.

A reação contra Datena é organizada por Fernando Alfredo, ex-presidente municipal do PSDB e apoiador de Nunes. O ex-dirigente fez críticas ao colega de partido. "Esperar o quê de um cara que passou por trocentos partidos?", provocou pelo Instagram.

O comando nacional do PSDB aposta na candidatura de Datena para tentar ter algum peso político na capital paulista e eleger um ou dois vereadores. Segundo a pesquisa mais recente do Datafolha, o apresentador tem 11% e está numericamente em terceiro lugar, atrás de Nunes, com 24% e Guilherme Boulos (Psol), com 23%.

O partido já elegeu três prefeitos na capital — José Serra, João Doria e Bruno Covas. Em 2020, reelegeu Covas (morto em 2021) e elegeu oito vereadores. Hoje, não tem mais nenhum vereador.

A sigla negociava uma aliança com a pré-candidata do PSB, Tabata Amaral. A parlamentar incentivou Datena a migrar para o PSDB, para dar cerca de um minuto do tempo de televisão e recursos do fundo eleitoral tucano à sua candidatura. No entanto, ao entrar no PSDB, o apresentador acertou ser candidato, deixando para trás o acordo com Tabata. Datena, no entanto, tem cancelado agendas de pré-campanha e dito que poderá desistir caso se sinta "sacaneado" pelo PSDB.

DIVULGAÇÃO



Aécio e Perillo com Datena: dirigentes tucanos reúnem-se com apresentador

INÊS 249

Cenário Novos dados mostram queda nas vendas em supermercados e no consumo

Com inflação ainda elevada, expectativa de retomada na Argentina fica para 2025

Roberto Lameirinhas
De São Paulo

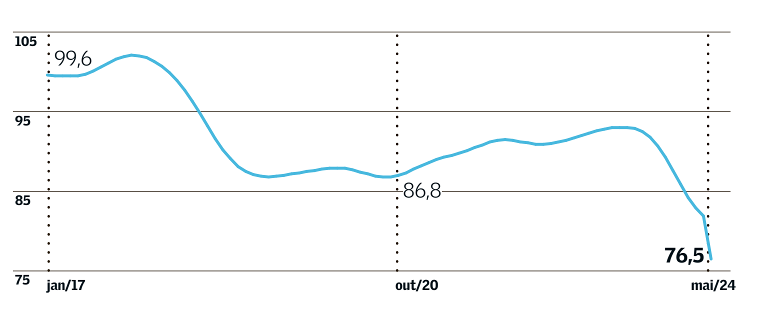
A expectativa de retomada do crescimento econômico na Argentina, inicialmente prevista pelo presidente Javier Milei para este semestre, ainda não aparece no horizonte e muitos economistas já descartam uma recuperação este ano. Os mais recentes indicadores apontam uma contínua queda no consumo e na atividade econômica, enquanto a inflação parou de cair, o que acendeu o sinal de alerta no governo, que tem como prioridade garantir uma trajetória constante de queda da taxa.

Analistas apontam duas razões para essa mudança nas expectativas. A primeira é que o governo, empenhado na política de déficit zero e em meio à recessão, exauriu sua capacidade de investimento para fomentar os vários setores da economia. E a segunda é que o governo Milei não quer colocar em risco sua principal bandeira política, o combate à inflação, reativando a atividade econômica enquanto não conseguir as condições para eliminar os controles cambiais.

"O governo acredita que seus eleitores valorizam mais a queda da inflação do que a rápida recuperação do crescimento", diz o analista argentino Sergio Berensztein. "Nessa negociação, preferem manter a tendência de queda da taxa de inflação do que investir em reativação da economia. Diante disso, o governo não tem interesse de acelerar o ciclo econômico."

Ontem, o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec) mostrou que as vendas nos supermercados da Argentina caíram 9,7% ao ano em maio, depois de cair 12,4% em abril — um mês marcado por vários feriados nacionais. O índice de vendas totais caiu em maio para 76,5% do que era no início da série histórica, em dezembro de 2017.

Compra em supermercados cai
Índice de vendas a preços constantes, em pontos*



Fonte: INDEC. Elaboração: Valor Data. *Série de ciclo de tendência Ano de 2017=100

Também ontem, um levantamento da consultoria Nielsen IQ apontou que o consumo na Argentina caiu 15,5% ao ano em junho. No primeiro semestre, a queda foi 18% em termos anuais.

Inicialmente, Milei e muitos economistas privados esperavam ver sinais de uma retomada econômica já a partir de abril. Depois, passaram a projetar uma recuperação para o início do segundo semestre, algo que agora também parece pouco provável, empurrando as esperanças de uma possível retomada para 2025 — quando a Argentina realiza eleições legislativas, o que pode colocar o governo sob pressão dos aliados e das províncias por mais gastos.

A frustração com a falta de um plano de ação do governo Milei para retomar o crescimento tem incomodado os principais setores econômicos e alimentado uma pressão cada vez maior nas taxas de câmbio. Isso em meio à pobreza que atinge índices acima dos 50%, com o desemprego em alta.

"A realidade é que o governo, dentro de suas premissas, não tem muito o que fazer", disse o analista Nicolás Alonzo, da consultoria Orlando J. Ferrerés & Asociados — que elaborou um extenso estudo sobre as perspectivas de crescimento da economia do país. "O objetivo é baixar a inflação e a equipe de Milei entende que isso é o que manterá a popularidade do governo elevada", disse. "E reduzir a inflação e sustentar uma recuperação rápida não andam de mãos dadas nesta conjuntura."

O relatório da Ferrerés & Associados mostra que a atividade industrial caiu 11,2% em junho — na comparação com o mesmo mês do ano passado. Esse número significa o 14º mês consecutivo de baixa no setor, mas a queda se acentuou a partir de março. A consultoria acrescenta que "não há sinal de que a contração na indústria tenha alcançado um piso".

> "Mercado não viu resposta do governo na velocidade que esperava"
> *Dante Moreno*

As pesquisas mais confiáveis da Argentina ainda mostram que a aprovação de Milei se mantém entre 40% e 50%, mas o mal-estar de empresários e líderes setoriais começa a crescer. Embora os índices mensais de inflação tenham sido mais baixos do que eram no ano anterior, depois de atingir 4,2% em maio, a taxa voltou a subir em junho, para 4,6% — puxada por serviços e tarifas cujos subsídios foram eliminados por Milei. Isso tudo em meio a uma economia que está em recessão técnica — o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 5,1% ao ano no primeiro trimestre deste ano, depois de contrair 1,2% no quarto trimestre de 2023.

Além disso, as medidas de Milei não têm sido suficientes para evitar a pressão sobre o dólar no câmbio paralelo — fator que intensifica pressões inflacionárias — que fez subir o spread em relação a cotação oficial para mais de 56%. Ontem, o dólar no paralelo fechou a 1.450 pesos. Em outro sinal de queda da confiança no governo argentino, os bônus da dívida em dólar e os ADRs das ações argentinas negociadas em Nova York chegaram a cair até 5% ontem.

Numa tentativa de mitigar o descontentamento de alguns setores, o governo anunciou, no início do mês, que retomaria algumas obras públicas paralisadas nas províncias. Mas a medida foi qualificadacomo insuficiente pelas empresas de construção civil — uma das que mais geram empregos.

"É encorajador que o governo evite que pelo menos algumas obras fiquem inacabadas, uma vez que uma obra inacabada não presta serviços e significa perder tudo o que já foi investido", disse o presidente da Câmara Argentina da Construção (Camarco), Gustavo Weiss. "Mas esta reativação parcial, de 15% dos projetos, é absolutamente insuficiente."

"O setor de construção ainda está longe dos níveis de investimento necessários para preservar as infraestruturas existentes. E muito mais longe de gerar a infraestrutura necessária para o crescimento do país", completou Weiss.

O que pode ser mais dramático para o governo é a percepção de que está perdendo — além da complacência do período de "lua de mel" — a capacidade de manter as ferramentas para a reativação das atividades. "A economia passa por uma etapa difícil, complicada pelo fato de o mercado não ter tido uma resposta na velocidade que esperava", diz Dante Moreno, analista da consultoria EPyCA.

"Há uma forte pressão pela desvalorização do peso — por parte do Fundo Monetário Internacional, agroexportadores, mercado financeiro, etc. Mas, se fizer isso, o governo vai impactar os preços em uma medida que poderia comprometer seriamente a possibilidade de êxito de seu plano fiscal de déficit zero", afirmou Moreno.

Venezuela fecha acordo de exportação de gás com BP e Trinidad

Fabiola Zerpa e William Mathis
Bloomberg

A Venezuela assinou um acordo de produção e exploração de gás natural de 20 anos com a BP Plc e Trinidad, um movimento muito aguardado para transformar a nação sul-americana num grande exportador do combustível.

O acordo com a BP e a National Gas Co. de Trinidad permitirá a produção do campo de gás Cocuina, na costa venezuelana, disse o ministro do Petróleo do país, Pedro Tellechea, em um comunicado ontem.

De acordo com o Ministério, 25% da produção abastecerá o setor petroquímico de Trinidad, enquanto o restante alimentará a indústria de exportação de GNL da ilha. O campo produzirá cerca de 400 milhões de pés cúbicos por dia.

As empresas internacionais de petróleo têm regressado gradualmente à Venezuela nos últimos anos.

O acordo chega menos de uma semana antes de os venezuelanos irem às urnas para as eleições presidenciais do país no próximo domingo.

O acerto com a BP para o campo na fronteira entre a Venezuela e Trinidad segue negociações anunciadas no início deste ano.

A companhia britânica tem estado recentemente mais focada na expansão da produção de petróleo e gás em mercados familiares, como o Golfo do México. Um porta-voz da empresa disse que ela não iria comentar.

Estudos anteriores mostram que os campos de Manakin e Cocuina têm um bilião de pés cúbicos de reservas de gás.

Eleições nos EUA Posições e objetivos da vice-presidente quanto à economia ainda não estão claramente definidas para o eleitor

Governo Kamala deve priorizar a classe média na economia

Jon Kamp, Richard Rubin e Justin Lahart
Dow Jones

Kamala Harris já é bem conhecida por sua defesa vigorosa do direito ao aborto, seu papel no governo de Joe Biden — que ontem fez seu primeiro pronunciamento desde que abandonou a campanha — na imigração e segurança nas fronteiras e seu legado como promotora e procuradora-geral da Califórnia. Mas suas posições e objetivos quanto à economia, preocupação central na eleição, ainda não estão bem definidas. Seu histórico, porém, revela algumas pistas sobre suas prioridades, como o foco no trabalhador de baixa renda, na mulher, na pequena empresa e na família de classe média.

Como vice-presidente, Kamala tem se alinhado em grande medida ao presidente Biden em questões econômicas, e alguns analistas veem esse histórico como um indicativo. "Em geral, achamos que ela seguirá a trilha Biden-Harris", disseram analistas do banco de investimento Evercore ISI, em nota na terça-feira.

Antes de fazer parte do governo, ela divergiu algumas vezes do presidente Biden — mais especificamente em políticas relacionadas ao comércio exterior e ao clima —, posicionando-se com frequência a favor de uma maior intervenção governamental na economia.

Na segunda-feira, em discurso para a equipe de campanha, ela esclareceu algumas de suas prioridades econômicas. Como presidente, ela defenderá a licença familiar remunerada e serviços acessíveis de creche, disse Kamala. "Fortalecer a classe média será uma meta definidora da minha presidência", acrescentou. "Porque sabemos que, quando nossa classe média é forte, os EUA são fortes."

Os porta-vozes da campanha da vice-presidente não responderam de imediato a um pedido para que ela comentasse o assunto.

O desafio econômico. O obstáculo mais imediato que Kamala pode precisar superar são os pontos de vista negativos dos americanos sobre o legado econômico de seu próprio governo. Em 2022, no mandato de Biden, a inflação atingiu o maior patamar em 40 anos. Os impactos foram variados, desde preços exorbitantes nos supermercados até elevações das taxas de juros do Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA), o que, em parte, tornou mais difícil o pagamento dos financiamentos imobiliários e a compra de casas pelos americanos.

A inflação arrefeceu e muitos economistas preveem que o Fed reduzirá os juros em setembro. No entanto, os americanos ainda lidam com as consequências — em junho, o Departamento do Trabalho informou que os preços ao consumidor subiram 19,5% desde dezembro de 2020.

A vice-presidente compreende como os preços altos afetam as famílias trabalhadoras e há muito se dedica a medidas destinadas a aliviar esse fardo, segundo um ex-assessor de Kamala, que a aconselhou em questões econômicas.

DARRON CUMMINGS/AP

Kamala faz campanha em Indiana

"O que você vê nisso é um desejo de realmente impactar a vida das pessoas no dia a dia", disse o ex-assessor, destacando temas como a redução dos preços dos remédios e a ampliação do acesso à banda larga.

No início do governo, Kamala se concentrou em ajudar as pequenas empresas a acessar empréstimos especiais, que não precisam ser pagos se suas condições forem cumpridas, por meio do Programa de Proteção ao Salário, em especial em comunidades minoritárias, de acordo com um ex-assessor da Casa Branca.

> "Sabemos que quando nossa classe média é forte, os EUA são fortes"
> *Kamala Harris*

Alguns aspectos do legado econômico de Biden são mais favoráveis. A economia se expandiu e o crescimento do emprego tem sido forte. A proporção de americanos em sua idade mais produtiva de trabalho — de 25 a 54 anos — que estão empregados atingiu o nível mais alto desde 2001. O crescimento dos salários superou a inflação, em especial no caso dos trabalhadores de baixa renda.

Impostos. Como vice-presidente, Kamala apoiou a agenda tributária de Biden, que defende aumentos às empresas e os consumidores de alta renda e o corte ou a manutenção dos impostos aos consumidores que ganham menos de US$ 400 mil por ano.

Quando era senadora e candidata à presidência, a proposta tributária emblemática de Kamala foi a Lei LIFT, similar a uma renda básica universal, cujo custo seria de US$ 3 trilhões em dez anos. O plano de Kamala teria fornecido um crédito tributário de US$ 3 mil para indivíduos e de US$ 6 mil para casais. De forma escalonada, os créditos seriam menores para famílias de renda média e alta, de forma que apenas 10% dos benefícios iriam para a fatia dos 40% mais ricos, de acordo com centro de estudos Tax Policy Center.

A Lei LIFT não avançou no Congresso, mas sua ideia básica — apoio à renda por meio de créditos tributários — é uma peça central da política econômica Biden-Kamala. Em 2021, os democratas expandiram o crédito tributário para quem tem filhos e o crédito tributário sobre a renda do assalariado para trabalhadores sem filhos. Essas expansões venceram no fim de 2021, mas o governo Biden pretende reativá-las.

Em 2017, assim como todos os demais democratas do Senado, Kamala votou contra a lei tributária republicana que reduziu o imposto de renda sobre pessoas físicas e jurídicas e restringiu algumas deduções fiscais. Em 2020, como candidata à presidência, ela apoiou a rejeição total à lei. O governo Biden agora defende a extensão de muitos desses cortes tributários, que expiram após 2025, mas que isso seja combinado a aumentos de impostos sobre famílias de alta renda.

Custos com moradia. Os preços das casas estão em patamares recorde e os aluguéis teimam em continuar altos, o que torna o custo com moradia outra vulnerabilidade política do governo Biden.

Quando senadora, Kamala tentou combater os altos preços dos aluguéis com um projeto conhecido como a Lei de Alívio do Aluguel, que teria concedido créditos tributários para, basicamente, inquilinos que ganham até US$ 100 mil anuais e gastam pelo menos 30% de sua renda bruta em aluguel e contas de concessionárias públicas. Um grupo de democratas continua pressionando a favor da lei.

Ela também já destacou seu papel como procuradora-geral da Califórnia na negociação de acordos com credores de financiamentos imobiliários — após a onda de execuções na crise de 2007 a 2009 —, cujos valores obtidos para os beneficiados foram muito além dos oferecidos de início.

Comércio exterior. Kamala divergiu de Biden em dois grandes acordos comerciais enquanto era candidata ao Senado e como senadora. Um deles foi a Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês), pacto comercial entre EUA, Japão e outros dez países na região do Oceano Pacífico, assinado durante o governo Obama em 2015. Kamala se opôs ao pacto como candidata ao Senado em 2016, dizendo à imprensa estar preocupada com seu impacto sobre os trabalhadores e o clima. O tratado comercial acabou após a eleição de 2016, e Trump retirou formalmente os EUA do pacto após assumir o cargo.

Kamala estava entre os 10 senadores que votaram contra o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), uma versão renegociada do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta) da qual Trump costuma se vangloriar. Ela argumentou que as disposições ambientais eram insuficientes. Biden, como candidato à presidência, apoiou a substituição.

Salários e remuneração. Durante sua campanha nas primárias presidenciais de 2020, Kamala apresentou uma série de propostas idealizadas para reduzir a desigualdade e diminuir as disparidades salariais.

Uma delas foi um plano para reduzir as disparidades salariais entre homens e mulheres, que poderia cobrar das empresas com pelo menos 100 trabalhadores pelas diferenças salariais.

Outra proposta almejava aumentar os salários dos professores a níveis mais alinhados aos de profissionais similares — uma diferença que, segundo a campanha de Kamala, chega a US$ 13,5 mil para o professor médio.

> Kamala tem se alinhado em grande medida com Biden em questões econômicas

Uma terceira proposta, para aumentar o empreendedorismo entre os americanos negros, previa US$ 60 bilhões em investimentos em educação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática e em faculdades historicamente com grande presença negra e outras instituições que atendem a minorias. Além disso, Kamala defendeu uma proposta de investimentos destinados a ajudar empreendedores negros a levar suas ideias ao mercado e abrir empresas.

Energia e clima. Kamala foi defensora, como senadora e candidata à presidência em 2020, do "New Deal Verde", cujo objetivo era reduzir a dependência da economia americana dos combustíveis fósseis e reformar a infraestrutura energética e de transmissão do país.

Kamala também apoiou uma proibição à extração de hidrocarbonetos por meio de fraturamento hidráulico, enquanto Biden defendeu a proibição à técnica apenas em terras federais. As posições mais agressivas de Kamala foram vistas como um possível ponto negativo na Pensilvânia, um grande produtor de gás e um Estado-pêndulo no qual Biden venceria por pequena margem em 2020. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Eleição nos EUA surpreende ao se tornar disputa de gênero

Análise

Edward Luce
Financial Times

Não está divertido? Nenhuma pesquisa poderia capturar a estranheza dos últimos sete dias na política americana. Tudo começou em Milwaukee em meio à euforia republicana de que a história estava finalmente do lado de Donald Trump. Acabou com um aumento do entusiasmo democrata pela vice-presidente Kamala Harris como sua campeã da noite para o dia.

Nesse meio tempo, atingido pela covid, Joe Biden cedeu aos apelos para não concorrer novamente. Houve também a estranha unção de J.D. Vance, educado em Yale e financiado pelo Vale do Silício, como caipira-chefe dos EUA. Levará algum tempo até que possamos avaliar com segurança o que os eleitores acham de tudo isso.

No entanto, há uma constante que sobreviverá às mudanças de humor. As eleições nos Estados Unidos são agora uma batalha entre um homem e uma mulher. E eles não são qualquer homem e qualquer mulher. O homem, Trump, entrou na arena na semana passada ao som de "It's a man's, man's, man's world", de James Brown. Ele foi apresentado por um elenco movido a testosterona que incluiu Kid Rock cantando "fight, fight, fight", o ator-lutador Hulk Hogan (Terry Gene Bollea) rasgando sua camisa para revelar uma regata Trump-Vance, e Dana White, presidente do Ultimate Fighting Championship, a última palavra em pugilismo sangrento.

Se o argumento de Trump ainda não estava claro, a sua escolha de Vance fez isso. Ele poderia ter ampliado seu apelo ao "eleitor secreto Anti-Trump" – principalmente mulheres de comunidades conservadoras preocupadas com a perda de qualquer autonomia corporal. Elas foram responsáveis por grande parte do um quinto dos votos do partido que foram para Nikki Haley nas primárias.

Em vez disso, Trump dobrou a aposta escolhendo um companheiro de chapa que defendeu a proibição nacional do aborto. Escolher Vance foi um sinal de que Trump estava confiante de que sua base seria suficiente para conduzi-lo à vitória. Naquele momento, a aposta de Trump não parecia absurda. Mas ela se baseou em uma suposição que rapidamente mudou: que um Biden visivelmente debilitado seria seu oponente.

A rápida captura da coroa democrata por Kamala mudou o clima político. O Partido Democrata recuperou seu entusiasmo. Os lamentos de que não haverá disputa pela nomeação do partido já estavam superados antes mesmos de eles surgirem. O entusiasmo com que os adversários de Kamala apoiaram sua candidatura mostrou um partido sedento de unidade e impaciente para levar a luta até Trump.

É difícil imaginar que a elevação relâmpago de Kamala não tenha sido influenciada pelo tom da mensagem de Trump em Milwaukee na semana passada. Nenhuma mulher política personifica melhor a luta pelo restabelecimento dos direitos nacionais ao aborto desde que a Suprema Corte dos EUA anulou a decisão Roe versus Wade dois anos atrás. Kamala deverá fazer disso uma peça central de sua campanha.

As eleições passadas nos EUA não são um guia para a singularidade desta. Até mesmo Hillary Clinton versus Trump em 2016 — a única vez anterior em que uma mulher foi nomeada candidata presidencial por um partido importante — pode ser algo enganoso. Hillary de fato avisou que uma vitória de Trump levaria ao fim da decisão Roe versus Wade. Kamala tem a vantagem de salientar que isso aconteceu. O que torna muito mais fácil para ela alertar para o que poderá vir em seguida. Direitos antes tidos como garantidos, como a contracepção, a pílula do dia seguinte e as exceções para estupros e incesto, já estão sob ataque em alguns estados republicanos. Trump evitou sensatamente prometer uma proibição nacional do aborto na plataforma republicana. Mas seu companheiro de chapa de 39 anos acredita que a vida começa na concepção.

Independentemente dos candidatos, os EUA continuam sendo uma nação dividida mais ou menos ao meio. A economia e a imigração serão pelo menos tão importantes quando o gênero na tomada das decisões dos eleitores. Kamala terá dificuldades para explicar seu histórico de "tzar da fronteira" de Biden nos últimos três anos. Mas ela começa com duas vantagens claras e uma grande desvantagem.

> O Partido Democrata recuperou seu entusiasmo com Kamala

Primeiro, ela tem espaço para se redefinir. Insiders acreditam que ela é uma candidata fraca cujo liberalismo afasta os americanos centristas. Mas a maioria dos americanos sabe pouca coisa sobre ela. Sua energia e o que Trump chama de seu riso "cacarejante" podem ser aspectos positivos. Trump, por outro lado, é amplamente conhecido. Repentinamente, ele passou a ser o velho da disputa.

No lado negativo, Kamala é uma mulher não branca com enteados. Vance certa vez a descreveu como uma "solteirona sem filhos".

Os republicanos também a rotularam como uma "contratação por cota". Kamala poderá transformar isso a seu favor. Ela tem mais margem para atrair homens brancos do que Trump tem para atrair mulheres de qualquer cor. Mas isso exigirá habilidade. Ela poderia acrescentar que engravidar não é um requisito para ocupar a Casa Branca. Nenhum dos 46 presidentes anteriores deu à luz.

'A defesa da democracia é o mais importante', diz Biden

EVAN VUCCI/AP

O presidente Biden fez um raro pronunciamento no Salão Oval da Casa Branca

De São Paulo

O presidente dos EUA, Joe Biden, disse ontem que entendeu "ter chegado a hora de passar o bastão para uma nova geração", no seu primeiro discurso desde que anunciou, no domingo, sua desistência em concorrer à reeleição em 5 de novembro. Biden também afirmou que manterá o foco em seu trabalho na Casa Branca nos próximos seis meses.

Em um raro pronunciamento feito do Salão Oval, Biden, de 81 anos, falou que a abertura de espaços para os mais jovens é o melhor caminho para unir o país. "O melhor dos EUA está no fato de que reis e ditadores não governam aqui", discursou. "As pessoas fazem a nossa história e essa história está em suas mãos", disse.

Biden reconheceu a dificuldade de sua decisão, dizendo que reverenciava o cargo. Mas, em última análise, o presidente disse acreditar que precisava unir o seu partido e deixar de lado a sua "ambição pessoal".

"Há um tempo e um lugar para longos anos de experiência na vida pública. Há também um tempo e um lugar para novas vozes, vozes frescas, sim, vozes mais jovens e esse tempo e lugar é agora", disse o presidente.

Um pouco rouco em razão da recente covid-19 — que o obrigou a confinar-se desde o dia 18 em sua casa de veraneio em Delaware, de onde comunicou a decisão de abrir mão da candidatura e oferecer apoio a sua vice, Kamala Harris —, Biden afirmou que a defesa da democracia é mais importante do que qualquer cargo. "Eu reverencio este cargo, mas amo mais meu país", disse.

"Nada pode impedir a salvação de nossa democracia", afirmou, no que foi interpretado por comentaristas de TVs americanas como uma admissão de que ele não poderia vencer a eleição de 2024.

Os questionamentos sobre as condições do presidente de concorrer à reeleição, e eventualmente exercer a Presidência, aumentaram após o debate que ele manteve em junho com seu rival republicano, Donald Trump — no qual se mostrou confuso em algumas ocasiões.

Ele também elogiou Kamala Harris como "uma parceira incrível" e "uma líder para o nosso país". "Ela é experimente. Ela é durona. Ela é capaz", disse Biden.

"Nos próximos seis meses estarei focado em fazer meu trabalho como presidente", afirmou Biden. "Continuarei a reduzir os custos para as famílias que trabalham duro e a fazer crescer a nossa economia. Continuarei defendendo nossas liberdades pessoais e nossos direitos civis — desde o direito de voto – até o direito de escolha [sobre legislações aborto]", acrescentou.

O presidente receberá hoje na Casa Branca o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu — que ontem discursou em uma sessão conjunta no Congresso. O governo Biden está pressionando Israel a aceitar um acordo de cessar-fogo com o Hamas na Faixa de Gaza, o que seria uma conquista significativa da política externa para o legado do presidente.

ECONÔMICO
Valor

Dólar deve dar trégua, mas alimentos pressionam IPCA

A desvalorização do real diante do dólar tende a se atenuar e a ameaça de uma inflação influenciada pela alta de preços importados sobre o IPCA não deve ser um risco relevante, diminuindo as chances de que a política monetária, já apertada, tenha de ser ainda mais dura no curto prazo. O Comitê de Política Monetária, em sua próxima reunião, no início da semana que vem, não deverá mover os juros, ainda que os preços de alimentos e energia possam emitir um sinal de alerta.

O índice de commodities do Banco Central indica pressões razoáveis a caminho. Apenas em junho, produtos agrícolas aumentaram 6,29% e, no ano, 17,1%. Commodities metálicas, como alumínio, zinco, ferro e cobre, subiram 30% em seis meses e 23,2% no trimestre encerrado em junho. Petróleo e energia avançaram 17,9% no ano e 6% em junho. O peso conjunto destes aumentos se concentrará nos bens industriais, cuja evolução até agora se situa abaixo da meta de inflação, e nos alimentos, que tem empurrado o IPCA para cima nas últimas medições.

O IPCA em junho, na taxa acumulada em 12 meses, evoluiu para 4,23%. Os analistas privados, no boletim Focus do Banco Central, voltaram a elevar as projeções para o ano, de 4,05% e subindo. Nos próximos meses, o IPCA deve se aproximar do teto da meta, porque a inflação de julho e agosto de 2023 foi baixa, e a média trimestral do IPCA agora é superior à de 2023 — a média trimestral até junho foi de 1,05% e a de junho do ano anterior, 0,76%.

A boa notícia é que a inflação de serviços, a mais resistente à queda, vem cedendo. Em 12 meses até junho, foi de 4,49%, ainda assim, incompatível com a meta de inflação. Os serviços, porém, são muito menos afetados pela variação do dólar do que os bens industriais, que, por seu lado, apresentam variação muito comportada até agora. Até maio, o índice de preços ao produtor variou 0,17% em 12 meses, ou seja, perto de zero.

O desempenho da economia no segundo trimestre foi animador, com estimativas em alta. O Ibre/FGV, por exemplo, revisou sua projeção de 0,5% para 0,7% para o período, com alta para a indústria de transformação e serviços. O Monitor do PIB, da mesma instituição, apontou a continuidade de boa performance em maio, o que torna possível um crescimento da economia acima dos 2,1% estimados pelo Focus. Os impulsos vêm tanto do consumo das famílias, com o aumento do emprego e da massa salarial, como dos investimentos, que apresentam expansão mesmo com a taxa de juros ainda em nível muito alto.

O Banco Central acredita que a interrupção da redução dos juros, com a manutenção da taxa Selic em 10,5%, é capaz de levar a inflação para perto da meta em 2025 (3,1%), uma aposta não bancada pelo mercado, que antevê 3,9%, com os juros deslizando gradualmente para 9,5% ao fim de 2025. Mas há espaço para várias surpresas — o avanço de 14,7% no dólar ante o real no ano foi uma delas. As críticas do presidente Lula à política monetária do Banco Central, e os sinais emitidos pelo presidente de que a política fiscal continuaria expansionista e em desacordo com a meta do novo regime fiscal potencializaram o movimento de alta global da moeda americana.

No que depende da inflação importada, ou seja, da variação do dólar, é possível prever que novas altas expressivas não deverão ocorrer a curto prazo — e muito menos quedas abruptas. A previsão de espaço para a valorização do real, corrente no início do ano, ficou no passado. A troca do presidente Joe Biden provavelmente pela vice Kamala Harris na eleição americana, tornando os democratas mais competitivos, conteve um pouco o avanço da moeda americana. A decisão do governo brasileiro de bloquear e contingenciar R$ 15 bilhões no orçamento mostrou disposição de agir para cumprir a meta fiscal, um sinal que, mesmo sob desconfiança, suaviza as expectativas de que a piora das contas era inexorável.

A economia ganhou bom ritmo e, apesar dos juros altos, o crescimento deverá ultrapassar com folga 2%, o que coloca obstáculos para que a inflação decline mais rapidamente para 3%. Os estímulos fiscais e parafiscais, assim como o reajuste do salário mínimo acima da inflação, adicionam dinamismo para as atividades e crédito que os juros altos, por si só, não são suficientes para conter. De qualquer forma, o IPCA deverá ficar dentro do intervalo de tolerância da meta, caso o BC resolva manter a Selic onde está.

Não há motivos no momento para elevá-la, caso o intervalo de tempo para que o BC atinja a meta seja maior, como a autoridade monetária vem fazendo e como se tornará praxe a partir do ano que vem, com a entrada em vigor da meta contínua — que obrigará uma ação enérgica caso o IPCA fique acima da meta por seis meses consecutivos. Na mais recente reunião do Copom, houve debate sobre se o balanço de riscos havia se tornado assimétrico, inclinado favoravelmente a mais inflação, mas o comitê resolveu manter os riscos equilibrados. Com o IPCA cheio de maio e junho bem comportado, abaixo das previsões, ainda não há motivos para que o BC mude os sinais da política monetária.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%



Sem oferta de orientação técnica qualificada, pequenos produtores seguirão à margem. Por **Jaqueline Ferreira**

Transição climática: como não deixar a agricultura familiar para trás?

O Brasil tem 3,9 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, nos quais trabalham 10,1 milhões de pessoas, respectivamente, 77% e 67% do total registrado nos estabelecimentos agropecuários do país, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017. Alimentos que estão diariamente na mesa dos brasileiros vêm da agricultura familiar como, por exemplo, as verduras e os legumes — esses estabelecimentos respondem por 62% do valor da produção da horticultura nacional.

Apesar da relevância e de leis, programas e políticas específicas para esse segmento, a agricultura familiar ainda acessa pouco as políticas públicas. Segundo o Censo Agropecuário 2017, em apenas 35% do total dos estabelecimentos da agricultura familiar os produtores possuíam Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) documento exigido para acesso às políticas públicas desenhadas para o segmento, que recentemente mudou a nomenclatura para Cadastro da Agricultura Familiar (CAF).

Uma pesquisa recente conduzida pelo Agroícone mostrou que, entre as safras 2013/14 e 2022/23, o sistema de crédito rural registrou uma redução de cerca de 170 mil beneficiários do Pronaf, que passaram de 1 milhão para 833 mil contratantes. Apenas 143 mil (17%) acessaram o programa pela primeira vez na safra 2022/23, o que mostra que a iniciativa não está cumprindo o objetivo de realizar a inclusão produtiva dos agricultores mais vulneráveis. Além disso, políticas relevantes de transição climática, como o Plano ABC+, têm atingido, majoritariamente, os grandes produtores.

Em um contexto de crise climática, como não deixar os agricultores familiares para trás? Como incluí-los nas políticas de transição para a sustentabilidade? Há muita coisa para fazer e todas precisarão da assistência técnica para ter sucesso. É a orientação técnica que apoiará o produtor na adaptação à nova realidade climática, na adoção de tecnologias mais adequadas, na transição para um modelo produtivo mais sustentável e na adequação às novas exigências legais e de mercado. Entretanto, somente 18% dos estabelecimentos da agricultura familiar recebem orientação técnica, segundo o Censo Agropecuário de 2017.

Considerando que ainda predomina a lógica do "quem pode pagar pelo serviço de assistência técnica segue em frente e quem não pode fica de fora da transição", é urgente reconhecer a assistência técnica como uma ferramenta de justiça climática.

A oferta de uma orientação técnica qualificada é, sem dúvida, um dos principais gargalos para promover a conservação e a regeneração dos ecossistemas aliada à inclusão produtiva e ao combate à pobreza. Sem assistência técnica, a agricultura familiar seguirá à margem da tão badalada bioeconomia, da recuperação florestal, do pagamento por serviços ambientais, do mercado de carbono, das certificações de produção sustentável, do comércio de fitoterápicos, da repartição de benefícios oriundos do uso comercial de patrimônio genético associado ao conhecimento tradicional, da regularização fundiária, do crédito e seguro rural, e de tantas outras políticas públicas e planos de transformação desse setor produtivo.

JARBAS OLIVEIRA/ VALOR



A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) completou 14 anos em janeiro, sem muitos resultados para comemorar. Não sendo prioridade dos sucessivos governos do período, sofrendo com cortes no orçamento e descontinuidades que resultaram em baixo investimento, implementação e monitoramento. Considerando esses resultados, a equipe do deputado federal Joseildo Ramos (PT/BA), com o apoio do Instituto Escolhas, elaborou uma proposta de criação do Sistema Único de Assistência Técnica e Extensão Rural (Suater).

A proposta, sugerida inicialmente em um estudo do Instituto Escolhas, se inspira no modelo do Sistema Único de Saúde (SUS), espelhando seus princípios e diretrizes para uma nova política de assistência técnica, que coordene os recursos, esforços e capacidades do Estado, da sociedade civil e do setor privado para ofertar um serviço de qualidade, que considere as diferentes realidades da agricultura familiar brasileira.

Para tanto, o Suater importa do SUS a ideia de compartilhamento de responsabilidades entre os entes da federação (governo federal, estados e municípios) para garantir a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e a participação social. O Suater poderá definir papéis distintos para os agentes públicos e privados que trabalham com a oferta do serviço hoje (órgãos públicos federais, estaduais e municipais, instituições de ensino e pesquisa, organizações sociais, movimentos sociais, cooperativas, empresas, consultores etc.), considerando suas experiências e capacidades diferenciadas, de acordo com as diversas funções do sistema — planejamento, implementação, monitoramento, formação, dentre outras.

A proposta também sugere a regionalização e hierarquização da oferta de assistência técnica, assim como faz o SUS, para promover o acesso equânime e integrado ao serviço, de acordo com as necessidades dos agricultores. O Suater deverá ofertar ao agricultor desde o atendimento mais básico — como o acompanhamento in loco — até o mais complexo — como georreferenciamento de áreas produtivas, análises laboratoriais, adequação às normas legais, comercialização, dentre outros, mesmo que não estejam disponíveis na localidade de atendida. Ainda, o Suater deverá estar integrado com instituições de ensino e pesquisa e instâncias de participação social.

O texto foi entregue ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), que está, neste momento, ouvindo diversos atores e organizações envolvidos com o tema. É urgente que esse processo resulte no envio, por parte do poder executivo ao Congresso Nacional, de um projeto de lei robusto, que reconheça a importância e urgência dessa política, estabelecendo o regramento legal necessário para a coordenação dos esforços e recursos dos diferentes entes federativos e sociedade. Esse é um passo, inadiável, para a verdadeira inclusão da agricultura familiar no almejado processo de transição climática do país.

Jaqueline Ferreira é diretora de Pesquisa do Instituto Escolhas.

O amor da esquerda pelos ricos

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli



Dada a recorrência, não causa mais espanto as políticas e medidas defendidas e adotadas pela esquerda, e largos setores do atual governo, a fim de beneficiar grupos de interesse organizados e setores privilegiados. Em alguns casos por miopia ideológica, em outros por puro oportunismo político e benefício próprio. No fim das contas o custo recai sobre a população como um todo — logo são medidas regressivas — e o bônus vai para os mais ricos. Os exemplos são muitos.

Durante o governo Dilma Rousseff os gastos tributários e renúncias fiscais — isenções, benefícios e desonerações — passaram de 2% do PIB para 4%. Se é verdade que o governo Bolsonaro, supostamente liberal, nada fez para que essa farra de privilégios fosse reduzida — ao contrário, acrescentou alguns —, o atual governo (só em 2023) adicionou 32 novas desonerações tributárias, com impacto negativo na arrecadação de R$ 68,4 bilhões. No mesmo ano a renúncia fiscal chegou a cerca de 4,8% do PIB, segundo o TCU.

O mesmo TCU destacou que empresas lucrativas e grandes distribuidoras de dividendos, como a Petrobras e a Vale, lideram a lista de empresas beneficiadas por renúncia fiscal da União, de R$ 29,5 bilhões e R$ 19,2 bilhões, respectivamente. Os pagadores de impostos estão transferindo dinheiro para os acionistas dessas e outras empresas que não necessitam de ajuda pública para sobreviver.

Entre os principais programas de benefícios tributários está o Simples Nacional, que beneficia pequenas e médias empresas até o limite de R$ 4,8 milhões de faturamento, muito longe da pobreza. Além do mais, não há qualquer evidência que o programa tenha algum impacto positivo na economia. Outro programa de peso é a Zona Franca de Manaus — cujo grande beneficiado é a elite amazonense —, um programa sem qualquer avaliação séria de resultados em toda sua história. E, sempre ela, a indústria automotiva, que em 2023 recebeu algo em torno de R$ 9 bilhões em benefícios tributários.

Entre os novos programas criados pelo governo Lula está o Mover, que transferirá até 2028 cerca de R$ 19 bilhões ao setor automotivo. Não contente com a nova benesse, o mesmo setor vem pleiteando aumento de proteção comercial contra a importação de veículos elétricos. Chega ser irônico que um setor por décadas protegido e beneficiado com todo tipo de subsídio não consiga competir com indústrias muito mais recentes. Em nome de um maroto interesse nacional a esquerda aplaude e o Ministério da Indústria e Comércio defende bravamente os interesses do setor.

O mesmo ministério está implementando uma nova política industrial. O argumento, como sempre, é escasso em fundamentação e abundante em platitudes, como "não há país desenvolvido sem indústria dinâmica", como se a conclusão lógica disto fosse a necessidade de distribuir verbas públicas para setores escolhidos. Ao longo de nossa história muito foi transferido para a indústria com poucos resultados práticos e quase nenhuma evidência de efeitos positivos.

Ao contrário, programas mal formulados, com desenhos problemáticos, governança falha e decisões influenciadas por todo tipo de lobbies geraram enormes transferências de recursos e/ou proteção comercial que enriqueceram os beneficiados — taxando a população como um todo — sem efeitos duradouros. Entretanto, isto não impede que desenvolvimentistas e economistas de esquerda continuem a defender essas mesmas políticas, sem grandes críticas ou mudanças.

Surpreende como a esquerda voltou a abraçar ricos, poderosos, Batistas e todo tipo de grupos de interesses

O que sobreviveu de concreto da Nova Matriz Econômica? Certamente não uma indústria naval pujante, que desapareceu logo após o duto de dinheiro público ter sido cortado. Tampouco se conseguiu reverter a tendência secular de desindustrialização. Nem se observou aumento significativo no investimento ou inovação. Somente o BNDES gastou no período R$ 450 bilhões em subsídios, sem qualquer resultado duradouro. Trata-se de uma gigantesca transferência de renda para industriais, acionistas e empresários, tudo pago pela população que padece nas filas do SUS.

Infelizmente, o aprendizado dos envolvidos parece ter sido nulo, pois já estão repetindo o que não deu certo. O presidente Lula busca reintroduzir a proteção à indústria naval. A Petrobrás retomará obras em refinarias com os mesmos envolvidos de sempre. O BNDES gostaria de ressuscitar a TJLP que, durante o governo Temer, foi substituída por uma taxa de mercado.

Antes da direita se animar muito, que fique claro que ela comunga do mesmo amor pelos ricos e pouco fez no poder para reduzir privilégios injustificáveis, apesar das bravatas. A esquerda, pelo menos, criou programas (como o Bolsa Família) com enorme impacto social, introduziu cotas e, apesar de alguns exageros aqui e ali, tem lutado contra as mais diferentes formas de discriminação e preconceito. O que surpreende é como a esquerda que subiu a rampa do Planalto abraçada a minorias e excluídos, num gesto que comoveu muitos, uma vez lá dentro voltou a abraçar ricos, poderosos, Batistas e todo tipo de grupos de interesses.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento.
Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

G20 no país é oportunidade de avançar em grandes questões mundiais. Por **Rachel Reeves**

O futuro da relação Reino Unido-Brasil

Estar aqui no Brasil representando o Reino Unido na reunião de ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais do G20 marca minha primeira viagem ao exterior como ministra de Finanças. Sua grande nação é vasta e vibrante e, apesar de estarmos em lados diferentes do Atlântico, a distância não impediu o Reino Unido e o Brasil de colaborarem com sucesso nos nossos objetivos comuns até agora. E ainda temos um longo caminho a percorrer.

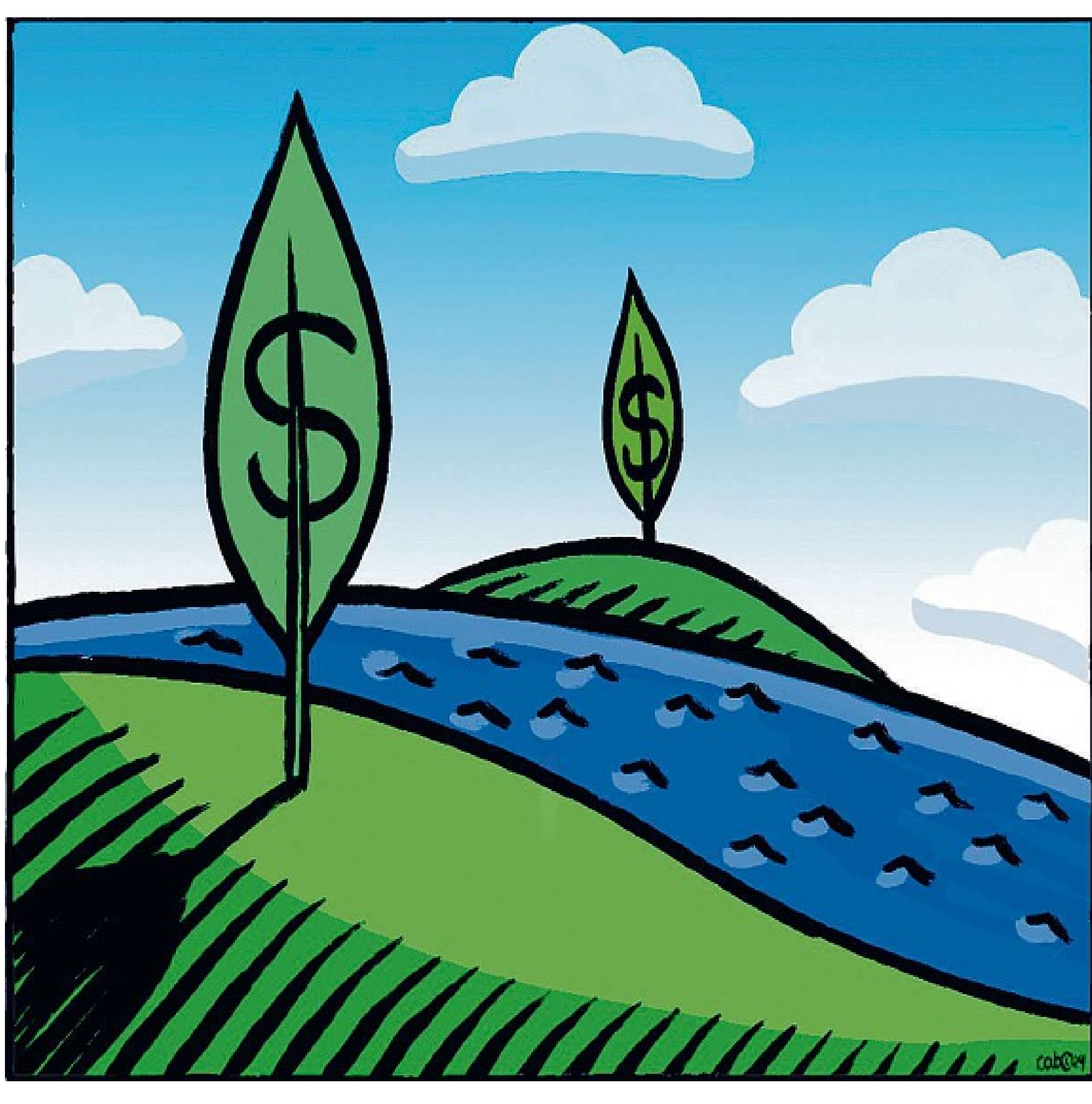
Na presidência do G20 deste ano, o Brasil está fazendo grandes progressos em questões que enfrentamos em todo o mundo, desde o crescimento econômico às mudanças climáticas e a desigualdade.

Impulsionar o crescimento econômico está no topo da agenda de todos os ministros das finanças. No Reino Unido, nós também estamos focados em garantir o crescimento sustentável e fazê-lo de forma responsável. Enquanto o Brasil tem o seu novo arcabouço fiscal, graças a um grande esforço do ministro Fernando Haddad e de sua equipe, nosso governo está arrumando as bases da nossa economia com base em regras fiscais robustas.

Desde que assumimos o governo, há apenas algumas semanas, começamos a trabalhar intensamente. Desde o primeiro dia, tornei o Reino Unido um lugar mais fácil para construir casas, tão necessárias para o nosso povo, e desbloqueei o potencial verde da energia eólica onshore. Além disso — e semelhante ao seu Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) — o Reino Unido tem agora um Fundo Nacional de Riqueza para reforçar o investimento e ajudar a nossa economia a crescer novamente.

Para incentivar este investimento, é fundamental garantir que temos uma economia estável e que oferece segurança aos investidores num mundo incerto, e é por isso que estou trabalhando para proporcionar um ambiente político favorável para atender esta necessidade.

Sei que isso também é uma prioridade para o Brasil com o Novo PAC. Estamos interessados em aprofundar nossa parceria, aproveitando nossa cooperação existente em infraestrutura e compartilhando mais sobre o Modelo de Cinco Dimensões do Reino Unido, uma metodologia de projeto de infraestrutura que tem servido como referência para as entidades públicas do Brasil.



O Brasil é um parceiro de longa data do Reino Unido — o próximo ano marcará 200 anos de relações diplomáticas. As discussões sobre a promoção do crescimento, da inovação e da prosperidade em ambos os países serão fundamentais para a nossa agenda

Além de partilhar este princípio de crescimento sustentável, apoio o Brasil no seu apelo para que seja feito mais em relação às mudanças climáticas durante o G20. Tenho orgulho de dizer que ambos os nossos países estão na vanguarda da luta para proteger o meio ambiente. O Brasil liderou o caminho com o seu Plano de Transformação Ecológica, enquanto a prioridade do nosso governo é tornar o Reino Unido uma superpotência de energia limpa.

Ao trabalharmos juntos na agenda verde existem benefícios mútuos. Recentemente, recebemos a listagem de dois títulos soberanos sustentáveis do Brasil na Bolsa de Valores de Londres e estou ansiosa para aprofundar ainda mais nossa colaboração neste espaço. No Reino Unido, estamos preparados para fornecer um sistema regulatório de finanças sustentáveis para apoiar o desenvolvimento do setor.

Para aprofundar nosso relacionamento e apoiar a transição ecológica, assinamos um Memorando de Entendimento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em finanças verdes e apoiamos a ambição do Brasil de implementar uma Plataforma de Hedge Cambial ("Eco Invest"), um programa de mobilização de capital privado externo e proteção cambial, para atrair mais investimentos para sua transição.

Também apoio a proposta do Brasil sobre instrumentos financeiros inovadores para mobilizar financiamento para o clima e a natureza, como o Mecanismo de Financiamento para Florestas Tropicais (TFFF), lançado na COP28. Mas sei que não podemos alcançar os nossos objetivos sozinhos e devemos trazer conosco o setor privado, as companhias de seguros, os fundos de pensões e os reguladores. Nós, assim como o Brasil, queremos fazer mais internacionalmente nesta esfera e esperamos ansiosos pela liderança do Brasil na COP30 no próximo ano.

Sei também que a redução da desigualdade é um foco pessoal do presidente Lula, e esta também é uma causa que está no meu coração. Estamos trabalhando em um plano ambicioso para reduzir a pobreza infantil e estamos oferecendo um novo acordo aos trabalhadores.

Paralelamente, estou determinada a garantir que as mulheres também tenham um tratamento justo. Pretendo reduzir as disparidades salariais entre homens e mulheres no Reino Unido e sei que o Brasil está fazendo o mesmo. Não há trabalho que as mulheres não possam realizar e, elas devem ser pagas de forma justa por eles. Sou a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra de Finanças no Reino Unido — antes de assumir o cargo, o Tesouro do Reino Unido era o último grande ministério britânico que nunca tinha sido liderado por uma mulher. Também estou orgulhosa de fazer parte do primeiro governo que tivemos em Westminster em que há mais mulheres do que homens nomeados para cargos governamentais.

Defender o sucesso das mulheres, especialmente na economia e na política, é uma grande paixão minha e tenho orgulho de estar lado a lado com líderes femininas na economia e nas finanças no G20, incluindo Janet Yellen, a primeira mulher secretária do Tesouro nos Estados Unidos e Kristalina Georgieva, diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional.

Minha visita ao Rio de Janeiro também é uma oportunidade de conhecer pessoalmente os líderes empresariais brasileiros. O meu governo acredita em negócios, quer fazer parcerias e está aberto para negócios. As discussões sobre a promoção do crescimento, da inovação e da prosperidade em ambos os países serão fundamentais para a nossa agenda. Nesse sentido, a UK Export Finance (UKEF) disponibilizou mais de £ 5 bilhões para apoiar operações comerciais que atenderão às necessidades do Brasil.

O Brasil é um parceiro de longa data do Reino Unido — o próximo ano marcará 200 anos de relações diplomáticas entre os nossos dois grandes países. Juntos, podemos alcançar progressos extraordinários. Mas enquanto participo nas reuniões do G20 não quero pensar no passado, e sim no futuro. Sei que desde a sua reeleição o presidente Lula tem dito ao mundo que "o Brasil está de volta". Quero acrescentar que "o Reino Unido está de volta" também.

Rachel Reeves é ministra das Finanças do Reino Unido.

Frase do dia

"Como oitava economia do mundo, não podemos ficar escolhendo parceiro em detrimento de outros".

Do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre relações comerciais

Cartas de Leitores

Realidade fiscal

Os mesmos que Lula chama de especuladores são os que tentam ajudar o governo a enxergar a realidade nua e crua das contas públicas. E só depois da insistência e críticas dos especialistas, o Planalto parece finalmente cair na real. Ou seja, em menos de uma semana, sob pressão do mercado, não conseguindo mais esconder a realidade, como pretendia Lula, é anunciado um congelamento de R$ 15 bilhões, porém, insuficiente. E tardiamente também o governo reconhece o rombo nas contas públicas para esse ano de R$ 28,8 bilhões. Esta forma obscura de agir deste governo é o que transmite desconfiança aos investidores, impede a queda da inflação, dos juros e faz o PIB caminhar para ser inferior ao de 2023. Nada cúmplice da transparência dos fatos, o Planalto tenta ludibriar eleitores com vistas a uma possível reeleição de Lula em 2026, sendo que o mais provável é que sucumba sua popularidade.
Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Lula e Maduro

Graciosa a recomendação do ditador Nicolás Maduro de que deveria tomar chá de camomila quem ficou apreensivo com a ameaça por ele prometida de banho de sangue e luta fratricida caso não vença as eleições presidenciais para o terceiro mandato. Sem dúvida, o jocoso conselho foi dirigido a Lula e interpretado como resposta à reação do mandatário brasileiro, que se teria assustado com a bravata do déspota venezuelano, pronunciada em meio a um ambiente de processo eleitoral recheado de desconfianças por parte da comunidade internacional que, aliás, não legitimou o último pleito.

Os lemas transmitidos por Lula em encontro entre os dois chefes de governo no ano passado, dando conta de que o rótulo de ditadura naquele país não passava de "narrativa de antidemocracia e autoritarismo" e de que "o conceito de democracia é relativo", além da quase certeza por ele manifestada na ocasião de que haveria eleições limpas na Venezuela, aliada à falta de credibilidade de suas declarações, não atualmente, mas desde sempre, uma das característica da personalidade dotada de metamorfose ambulante, por ele mesmo admitida, fazem com que todo o quadro apresentado resumidamente se assemelhe mais a um espetáculo burlesco trágico do que a uma interação entre supostos estadistas.
Paulo Roberto Gotaç
prgotac@gmail.com

•

Segundo um assustado Lula: "Maduro sabe que a única chance que a Venezuela tem de retornar à normalidade é ter um processo eleitoral que seja respeitado por todos". Será que ele deixou escapar que a atual situação do país vizinho, de "excesso de democracia", de normalidade nada tem?
Alexandru Solomon
alex_sol@terra.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

França Escolhida para ser a grande beneficiada dos Jogos de Paris, a cidade mais violenta do país, situada a 13 km da capital, recebeu bilhões de investimentos

Subúrbio pobre de Paris, Saint-Denis espera que legado olímpico vire o jogo



Paloma Varón
Para o **Valor**, de Saint-Denis



DRONE PRESS/ABACA/SIPA USA

Vista aérea da Vila Olímpica em Saint-Denis, que deve receber mais de 10 mil atletas, e depois dos Jogos será transformada em um novo distrito para 6 mil moradores

Sete anos após a confirmação da escolha como sede, e com custo estimado de € 9 bilhões a € 11,8 bilhões, sendo que cerca de € 5 bilhões de investimento público, os Jogos Olímpicos de Paris 2024 começam oficialmente amanhã e se estendem até 11 de agosto. A cidade deve receber cerca de 15 milhões de visitantes, 10,5 mil atletas de 205 países ou delegações que ficarão na Vila Olímpica, na cidade de Saint-Denis, a 13 km de Paris.

Cidade mais populosa do departamento onde está situada (Seine-Saint-Denis), Saint-Denis é conhecida por ter taxas de criminalidade (cerca de 120,2 a cada mil habitantes) muito acima das médias francesas (44,9 a cada mil habitantes), assim como uma extensa população pertencente às minorias sociais mais vulneráveis no país. Na França, não há estatísticas sobre raça ou origem, mas basta uma visita ao mercado municipal para ver a grande quantidade de mulheres com véu e de pessoas com roupas de tecidos africanos, o que torna a cidade alvo de preconceito explícito de parisienses.

Mas, com a escolha de Saint-Denis — onde fica o Stade de France — como sede do Comitê de Organização dos Jogos Olímpicos (Cojo) e da Vila Olímpica, a imagem da cidade está mudando. Segundo Shems El Khalfaoui, o vice-prefeito de Saint-Denis encarregado de esportes e desenvolvimento econômico, nos últimos cinco anos, a cidade ganhou o equivalente a 30 anos de investimentos para o seu desenvolvimento urbano.

"São estações de trem e metrô, pontes, ciclovias, estradas, piscinas etc, que aceleraram o desenvolvimento da nossa cidade, que era tida como subdesenvolvida em relação a Paris, era conhecida como 'cidade-lixeira', local de jogar dejetos, uma cidade a serviço de Paris. Agora isso mudou: Saint-Denis deixou de ser um problema para ser a solução", celebra o vice-prefeito em entrevista ao **Valor**, destacando que 90% dos investimentos em infraestrutura são públicos.

Em uma recepção à imprensa internacional no Palácio do Eliseu, na segunda-feira, o presidente francês, Emmanuel Macron, destacou os aspectos de sustentabilidade, inovação e igualdade entre homens e mulheres nos Jogos Olímpicos de 2024 e, dentre as infraestruturas, o centro aquático de Saint-Denis, "que ficará" depois das provas. Macron ressaltou o legado dos Jogos, principalmente em Saint-Denis, citando como exemplo a Vila Olímpica, que se transformará num complexo com 3.000 moradias, assim como a criação de estações de metrô, pontes, passarelas etc. "Nós fizemos em tempo e dentro do orçamento."

Financeiramente inacessíveis. O que o francês Pierre de Coubertin não poderia imaginar, quando concebeu os Jogos Olímpicos da Era Moderna em 1896, em Atenas, tendo Paris como a sede dos jogos pela primeira vez em 1900 (a segunda foi em 1924) é que a Olimpíada se tornaria tão onerosa. Segundo a prefeitura de Saint-Denis, o centro aquático custou € 175 milhões, a estação Saint-Denis Pleyel, € 200 milhões, e a Vila Olímpica, € 3,5 bilhões.

Os economistas Robert Baade, professor emérito de economia no Lake Forest College, e Victor Matheson, professor de economia no College of the Holy Cross em Worcester, Massachusetts, apontam que "os Jogos tornaram-se financeiramente inacessíveis e economicamente insustentáveis".

"Muitos esportes requerem infraestruturas especializadas que devem ser construídas e que muitas vezes têm pouca utilização após os Jogos Olímpicos, levando a um legado de 'elefantes brancos' caros ou ao abandono de locais deixados em ruínas", explicam em artigo publicado na "Revista Econômica e Financeira".

"A segurança é outro custo significativo. A Olimpíada foi afetadas por dois ataques (Munique, em 1972, e Atlanta, em 1996) que mostram até que ponto são um alvo privilegiado para grupos terroristas. Os custos de segurança só para a Olimpíada de verão ultrapassam agora geralmente a marca de US$ 1,5 bilhão", continuam.

"A corrupção, a ausência de concorrência, a busca de prioridades políticas e o papel crescente da TV também desempenharam papel no aumento dos custos. As cerimônias de abertura e encerramento de Tóquio 2020 custaram US$ 159,7 milhões, ante os US$ 40 milhões para Londres 2012 e US$ 20 milhões para Rio 2016".

Ainda segundo eles, os investimentos de fundos públicos podem se revelar imprudentes, "como no caso das infraestruturas turísticas calibradas para os Jogos Olímpicos, mas muito grandes para quando o evento terminar".

Esta também é a opinião da professora adjunta de História na Universidade Sorbonne Paris Nord, moradora e parlamentar do departamento de Seine Saint-Denis, Silvia Capanema. Para ela, "a questão do desenvolvimento econômico não tem uma repercussão tão grande entre os moradores, porque, além da criação de empregos, que são majoritariamente temporários, o que fica a longo prazo não é visto como legado dos Jogos, mas como uma obrigação do Estado de fornecer infraestrutura".

Presença policial e barricadas. "Sim, os Jogos aceleraram projetos que já existiam há décadas. Como estavam previstos há tantos anos, foram tão divulgados e ainda não estão funcionando completamente ou não estão abertos à população, então ainda não há um entusiasmo. Além disso, tudo foi feito sem ouvir a população", aponta.

"Hoje, o que incomoda também é uma presença policial acentuada na cidade, a questão dos transportes está complicada e só deve melhorar quando passarem os Jogos. As informações não estão sendo passadas de forma adequada, as pessoas estão perdidas e com dificuldades de circulação", relata.

Além disso, para Capanema a Vila Olímpica é uma operação imobiliária como qualquer outra, não vai melhorar a vida de quem já mora ali. "A realidade é que é a Olimpíada está distante da população. As necessidades são outras, como o custo de vida, o serviço público, a moradia. A transformação não foi muito profunda, a infraestrutura está aquém das necessidades e tem o risco também de gentrificação da periferia", aponta.

Hosgören Severe, dono do restaurante Istambul, em Saint-Denis, disse que o movimento da casa diminuiu muito nos últimos dias, "porque as ruas em volta estão fechadas e há menos operários agora do que havia há alguns anos".

Para Pascal Diril, dono do restaurante francês Les Bons Vivants, também em Saint-Denis, a proximidade dos Jogos, com o fechamento de ruas e as limitações de circulação, é "uma catástrofe" para o seu estabelecimento. "Contratei três pessoas a mais para este verão e só nesta semana já tive uma queda de 80% no volume de negócios. Os moradores daqui não podem circular livremente, as ruas estão cheias de barricadas e de policiais. As pessoas que vêm à cidade para trabalhar estão em home office", relata. "A gente achou que ia trabalhar muito mais, ganhar mais, mas é o contrário. Espero que melhore quando os Jogos começarem".

Para Cécile Gintrac, presidente do Comitê de Vigilância dos Jogos Olímpicos em Saint-Denis, o evento ajuda no desenvolvimento econômico de grandes empresas, principalmente as construtoras e outras que se instalaram na cidade, "mas em termos sociais eu sou muito mais cética, porque os empregos ligados aos Jogos são temporários e nós não vemos uma melhoria na qualidade de vida dos moradores".

"As despesas feitas com dinheiro público vão beneficiar muito mais as grandes empresas que a população de Saint-Denis. Saint-Denis é uma cidade com uma população pobre e ela não está sentindo os benefícios", diz Gintrac. "Houve muitas construções no bairro Pleyel, criando um local muito denso, com mais tráfego e muito mais poluição", aponta. "Esses Jogos foram anunciados como os Jogos de excelência em termos ambientais e, para nós, não é o caso."

Ela também aponta para o risco de gentrificação. "Já estamos vendo moradias que saem do mercado de locação de longa temporada para entrar no AirBnB, então os estudantes estão tendo dificuldade de achar moradia", acrescenta.

"A Vila Olímpica, no projeto de 2017, previa ter 40% de moradias sociais — subsidiadas pelo Estado. Hoje, estamos a 20%. Então o resto será vendido ou alugado a preços altos e a população local não vai conseguir morar lá. Ficou caro morar em Saint-Denis", diz Gintrac.

A engenheira ferroviária Priscilla Hamel, que trabalha em Saint-Denis desde 2019, se alegra com o desenvolvimento da cidade, principalmente no que diz respeito à rede de transportes. "Para quem vem trabalhar em Saint-Denis, vai melhorar muito. Antes, eu ficava mais de uma hora esperando o trem, já tive que voltar pra casa de Uber e agora tem um metrô automático que liga Saint-Denis ao centro de Paris e ao aeroporto de Orly", disse ela, falando da extensão da linha 14 do metrô.

A cidade que abraçou o Brasil. Vizinha de Saint-Denis, a cidade de Saint-Ouen, que fica no mesmo departamento, será a base de apoio do Comitê Olímpico do Brasil (COB). Localizada a 600 metros da Vila Olímpica, a cidade foi escolhida pela proximidade e pelas instalações que oferecerá à delegação brasileira.

O prefeito Karim Bouamrane inaugurou recentemente uma rua com o nome do jogador de futebol Sócrates, com a presença de seu irmão Raí. Passear pelas ruas da cidade é ver um pouco de Brasil em cada detalhe, como um grande painel do artista Eduardo Kobra.

Assim como a vizinha Saint-Denis, Saint-Ouen se beneficiou da criação de infraestruturas e de empregos no setor de serviços, como hotelaria e restauração.

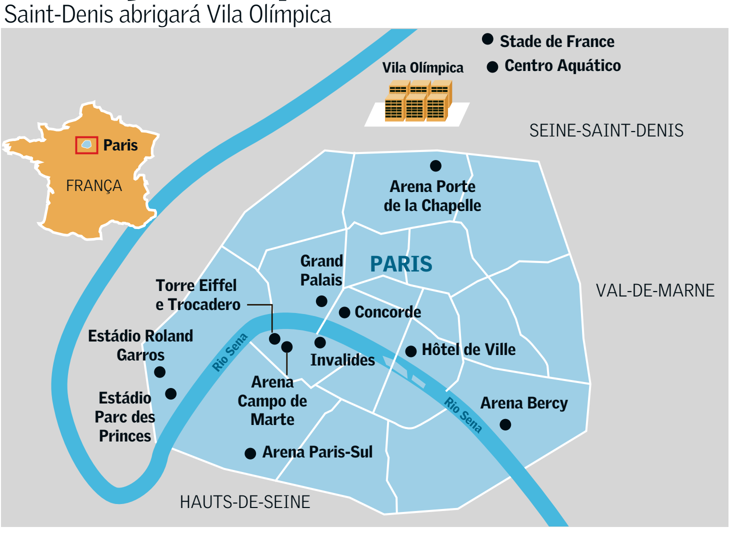
Para o galerista de arte contemporânea Ricardo Fernandes, as melhorias têm atraído mais pessoas para a cidade. "É notável o investimento, houve um crescimento econômico gigantesco, com muitas empresas se instalando aqui", conta. Mas, segundo ele, que mantém sua galeria no famoso Mercado de Pulgas da cidade — o maior do mundo —, os preços dos aluguéis já aumentaram.

Para o restaurador Louis Delhom, do Café Jaune, a presença de mais hotéis na cidade e, consequentemente mais turistas, é benéfica para o seu café, mas, por enquanto, ele não sentiu diferença no volume de negócios.

A expectativa da diretora do hotel Mob, Cécile Massias, é que os Jogos Olímpicos irão compensar a baixa no número de turistas dos últimos meses, que ela atribui à crise política e ao mau tempo. "Temos a sorte de ter o nosso hotel já reservado durante todo o período dos Jogos pela Puma. E nosso outro hotel, também em Saint-Ouen, foi reservado pelas delegações sueca e norueguesa", conta.

Instalações olímpicas de Paris

Saint-Denis abrigará Vila Olímpica



> "São estações de trem e metrô, pontes, ciclovias, etc. que melhoram a nossa cidade"
> *Shems El Khalfaoui*

Comunicação
Brisanet vai investir R$ 800 milhões numa rede móvel para as principais cidade do Rio Grande do Norte e da Paraíba
B4

Bebidas
Garcia, CEO global da Coca Cola Femsa, diz que Brasil terá nova fábrica para atender demanda B4



INÊS 249

Aéreas
Gol prevê sair da recuperação judicial nos EUA no início de 2025 B5

Equipamentos
Bauer do Brasil fecha parceria para entrar no mercado argentino B8

Expansão Estudo levado pela Ibá ao governo mostra que serão necessários mais 24 mil trabalhadores

Em Mato Grosso do Sul, novas fábricas de celulose esbarram na escassez de mão de obra e moradia

Stella Fontes
De Campo Grande (MS)*

Wi-fi nos ônibus para percorrer as longas distâncias entre zona urbana e áreas de plantio de eucalipto. Starlink para levar conectividade a todos durante as jornadas de trabalho na operação florestal, antes compulsoriamente offline. Tecnologia importada para garantir que os trabalhadores recebam suas refeições a exatos 70 graus de temperatura, no meio da floresta.

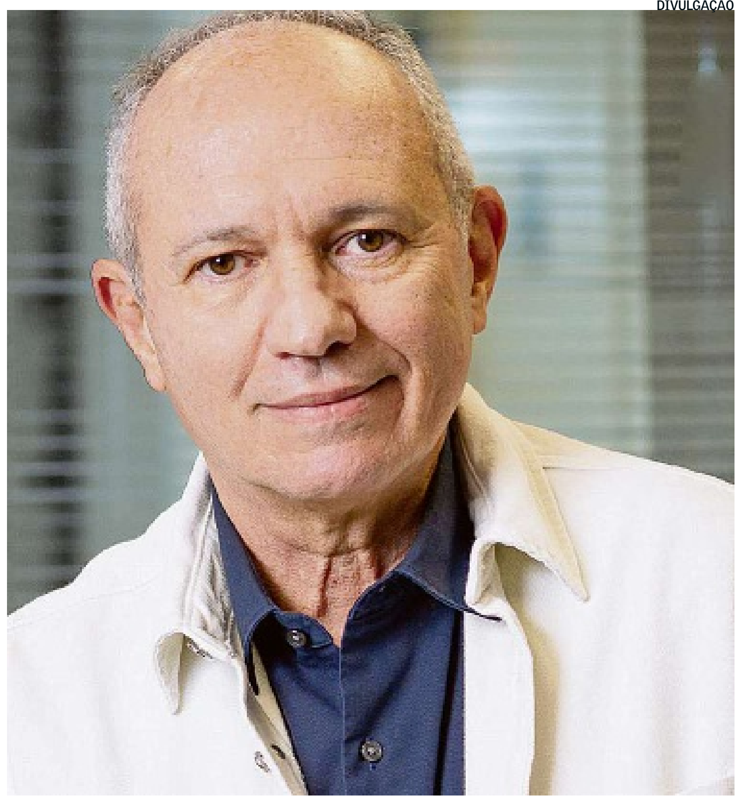
Essas são algumas das melhorias incorporadas pelos produtores de celulose em Mato Grosso do Sul para atrair e reter trabalhadores, diante da falta de mão de obra especializada que veio junto com o boom de novas fábricas na costa leste do Estado.

Na região, que está se consolidando como o "Vale da Celulose" brasileiro, os desafios vão além e incluem moradia, educação, saúde e infraestrutura, que começam a se tornar insuficientes para atender as necessidades que virão com os quase R$ 100 bilhões que serão investidos em projetos de celulose até 2032.

Além do projeto Cerrado, de R$ 22,2 bilhões da Suzano que acaba de entrar em operação em Ribas do Rio Pardo (MS), a Arauco está iniciando os trabalhos para instalar uma unidade em Inocência (MS). Os aportes no Projeto Sucuriú devem chegar a R$ 25 bilhões. Outros dois projetos da ordem de R$ 25 bilhões devem sair do papel nos próximos anos, embora ainda não esteja claro quem serão os investidores. Um deles poderia ser o de expansão da Eldorado, já que tanto J&F Investimentos quanto Paper Excellence (PE) têm planos nesse sentido. O obstáculo ainda é o longo litígio entre as sócias.

Especula-se que a Bracell, da asiática Royal Golden Eagle (RGE), estaria preparando base florestal para uma futura fábrica em Mato Grosso do Sul e a portuguesa Navigator (antiga Portucel) estaria estudando a região. A Bracell afirma que o plantio no Estado visa a abastecer suas operações industriais em São Paulo e a Navigator não mencionou publicamente, até o momento, planos para o Brasil.

DIVULGAÇÃO



"Com o crescimento, vêm os desafios e o número um, hoje, é o profissional"
Paulo Hartung

Sejam quais forem os investidores, a indústria de base florestal vai gerar 24 mil postos de trabalho em Mato Grosso do Sul, triplicando seu contingente até 2032, conforme estudo produzido pela consultoria ESG Tech para a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). Hoje, o setor emprega diretamente 9,7 mil pessoas no Estado, segundo o levantamento, e a previsão é que 60% do contingente adicional seja contratado nos próximos oito anos. Por ora, não há mão de obra disponível para preencher essas vagas e os produtores que têm fábricas ou florestas no Estado têm assistido a um aumento exponencial da taxa de rotatividade (turnover), sobretudo na operação florestal.

"Com o crescimento, vêm os desafios. E o número um é o profissional, ter capacidade de dar conta dessa demanda [por mão de obra qualificada]", disse o presidente-executivo da Ibá, Paulo Hartung. A entidade reúne produtores de celulose, papel, painéis e outros produtos de madeira no país. "Olhar o crescimento do setor de base florestal no Brasil hoje, acrescentou, é olhar o Estado de Mato Grosso do Sul", acrescentou o ex-governado do Espírito Santo, outro Estado brasileiro produtor de celulose.

No início do mês, a Ibá liderou um encontro da indústria com o governador Eduardo Riedel (PSDB) e parte de sua equipe na sede do governo, em Campo Grande. O secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc), Jaime Verruck, que tem sido grande fomentador dos planos do Estado de se tornar um cluster global da indústria de base florestal, esteve presente, além de executivos de Suzano, Arauco, Eldorado e Bracell.

O motivo do encontro foi justamente apresentar os resultados do estudo inédito sobre os desafios que virão junto com a instalação de quatro novas fábricas. O objetivo, unir as forças do setor privado e do poder público para superar os gargalos que já aparecem. Para o levantamento, a ESG Tech considerou quatro projetos com capacidade de 2,5 milhões de toneladas por ano, como os de Suzano e Arauco. Uma unidade desse porte demanda 300 mil hectares de plantio de eucalipto e 5,9 mil colaboradores diretos em média, segundo a consultoria.

De acordo com o estudo, a expansão do setor de base florestal trará um aumento da ordem de 100 mil postos de trabalho em todo o Estado até 2032, considerando-se empregos diretos e 69 mil indiretos. A estimativa é que a expansão deve atrair 49 mil pessoas a Mato Grosso do Sul, demandando cerca de 17,9 mil moradias adicionais, 157 leitos hospitalares e 11,3 mil vagas escolares. O avanço das fábricas de celulose já levou ao encarecimento dos aluguéis nas cidades mais próximas aos empreendimentos e ao aumento do número de trabalhadores em alojamentos.

Na reunião, o governador Eduardo Riedel lembrou que Mato Grosso do Sul experimenta o pleno emprego, com taxa de desocupação abaixo de 4% — o que por si só reduz a disponibilidade de mão de obra imediata. Mas afirmou que vai usar o estudo como um "grande orientador" em seu planejamento estratégico. "Temos de refinar essas informações, do ponto de vista do Estado, para calibrar os investimentos. Quando falo em refinar, é pensar em política pública a partir do Estado", disse.

Em entrevista ao **Valor**, o secretário Jaime Verruck contou que o Estado já havia identificado o problema de mão de obra especializada, a partir de um estudo produzido com o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (Ipef) e a Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (Reflore-MS), na segunda metade do ano passado. O diagnóstico inicial foi o de que o setor vai demandar 9,35 mil trabalhadores somente para as operações florestais no curto prazo. "Já havíamos identificado as necessidades de curto prazo. Isso é demanda atual. Junto com a indústria, vamos pensar nas questões de médio prazo", disse.

Do lado da capacitação de mão de obra, o Estado acelerou iniciativas que vinham em marcha e lançou outras, como a Rede de Excelência em Qualificação Profissional. Via Senai-MS, capacitou 4,5 mil alunos na área florestal entre 2021 e 2024, um investimento de R$ 24,5 milhões. Para reduzir o déficit de motoristas de caminhões, passou a subsidiar a troca da CNH para as categorias D ou E.

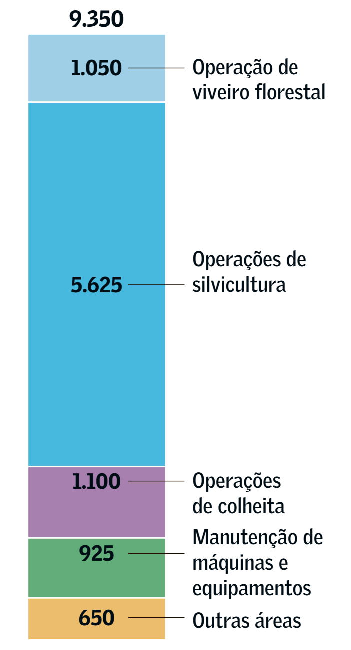
Moradia já é um gargalo, reconhece Verruck. Pelos cálculos do Estado, o setor florestal demanda 3 mil casas, para trabalhadores fixos que hoje residem em alojamento, olhando apenas para a costa leste. "Isso o Minha Casa, Minha Vida pode resolver. Mas entendemos que a solução passa pelo setor privado construir as casas. O poder público não consegue resolver sozinho."

A repórter viajou a convite da Ibá

3 vezes
é quanto vai crescer o número de vagas

Demanda atual no Estado

Necessidade de mão de obra no curto prazo considerando-se apenas a operação florestal





Fonte: Semadesc/Ipef

Destaques

Eneva e Copergás

A Eneva informou nesta quarta-feira (24) ter fechado contrato para fornecimento de gás natural com a Copergás (Companhia Pernambucana de Gás) para seus projetos de redes locais nos municípios de Petrolina e Garanhuns, em Pernambuco. A Eneva suprirá o gás a partir de suas concessões na Bacia do Parnaíba e será responsável pelas operações de liquefação, transporte e regaseificação do gás natural liquefeito (GNL), esta última acontecendo nas plantas de regaseificação da Copergás instaladas nos municípios de Petrolina e Garanhuns, que serão operadas pela Eneva. O contrato possui vigência de três anos, a partir do início do fornecimento comercial, previsto para o fim de agosto de 2024, e perspectiva de entrega de até 35 mil metros cúbicos de gás natural por dia em Petrolina e de até 5 mil metros cúbicos por dia na cidade de Garanhuns.

Recuperação da Eternit

Documento enviado pelo Ministério Público na terça-feira (23) à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo deixa a fabricante de telhas Eternit próxima do final de sua recuperação judicial, conforme publicado pela coluna de Lauro Jardim no jornal "O Globo". A empresa pediu o encerramento do processo em outubro de 2023, mas, para tanto, faltava um acordo com credores trabalhistas. Foi feita uma assembleia para votar o acordo, aprovado por unanimidade. No documento, o Ministério Público reconhece que o grupo Eternit "vem cumprindo as obrigações do plano de recuperação judicial" e que "não se opõe à homologação do aditivo" e ao encerramento da recuperação. Agora, a fabricante de telhas aguarda a decisão da Justiça que irá encerrar o processo, iniciado em 2018, quando a empresa tinha uma dívida de R$ 250 milhões.

Lucro da Ford cai

A Ford reportou queda de 5,2% no lucro líquido no segundo trimestre, na base anual, somando US$ 1,8 bilhão. A companhia obteve US$ 47,8 bilhões em receita, alta de 6,22% em relação ao mesmo período de 2023. Entre abril e junho, o lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado caiu 26,3%, com US$ 2,8 bilhões, ante do segundo trimestre do ano anterior. O Ford Pro registrou expansão de 7% no Ebitda ajustado, somando US$ 2,6 bilhões e margem de 15%. A receita da divisão atingiu US$ 17 bilhões, alta de 9% ante o mesmo trimestre do ano passado. A área de veículos híbridos Ford Blue reportou alta de 7%, em comparação ao segundo trimestre de 2023, com US$ 26,7 bilhões. As vendas desse segmento cresceram 34%, representando cerca de 9% do total de vendas da Ford. A montadora teve custo e despesas total de US$ 45,9 bilhões, aumento de 1,17% no base anual.

Estimativa da Neoenergia

A Neoenergia projeta uma receita de transmissão em 2024 da ordem de R$ 1,25 bilhão, de acordo com o presidente da companhia, Eduardo Capelastegui. A empresa iniciou o ano com R$ 700 milhões em receitas anuais permitidas (RAP), como é conhecida no setor elétrico a receita com transporte de energia elétrica em linhas de transmissão. Em teleconferência com analistas na quarta-feira (24) , Capelastegui afirmou que a companhia entregou projetos como Itabapoana e Paraíso, o que elevou a receita para cerca de R$ 900 milhões. Outros projetos, como Estreito, Guanabara e Morro do Chapéu, estão perto do fim da implantação, o que dele elevar a RAP do segmento de transmissão da empresa em cerca de R$ 350 milhões. A Neoenergia anunciou lucro de R$ 815 milhões no segundo trimestre, expansão de 12% na comparação anual.

Receita do setor mineral

O setor mineral atingiu faturamento de R$ 129,5 bilhões no primeiro semestre do ano, o que representou incremento de 8% em relação ao mesmo período de 2023, informou o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). O desempenho reflete o crescimento das exportações em valor e volume. O minério de ferro manteve-se como principal produto da cadeia, com faturamento de R$ 80,1 bilhões no primeiro semestre, alta de 14%. Em seguida, está o ouro, com faturamento de R$ 9,8 bilhões e queda de 13% em relação ao primeiro semestre do ano passado. O minério de cobre aparece na terceira posição, com faturamento de R$ 9 bilhões e alta no período de 13%. As exportações do setor totalizaram US$ 21,54 bilhões no primeiro semestre, com incremento de 8,5% na comparação anual. Em volume, houve crescimento de 5%, para 186 milhões de toneladas, sobre 2023.

Embraer fecha com Decea

A Embraer assinou dois contratos com o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), órgão vinculado à Força Aérea Brasileira (FAB), para realizar a modernização do sistema de controle do tráfego aéreo do Brasil. Os novos contratos totalizam US$ 17 milhões e têm como foco a modernização de centros de controles e modernização de sistemas para o gerenciamento do fluxo do espaço aéreo nacional. Um dos contratos prevê a modernização do Sigma, plataforma para gerenciamento de fluxo aéreo que otimiza a gestão de informações de tráfego aéreo, planos de voo, capacidade das aerovias e aeroportos. O outro contrato visa a implantação do Sagitário, sistema para o gerenciamento do tráfego aéreo, com processamento de dados de diversas fontes, como radares e satélites, consolidando-os em uma única interface para os controladores de voo.

Movimento Rede que considera bem-estar social e do planeta, além do êxito financeiro, quer influenciar empresas a repensar modelos

Sistema B Brasil adota liderança tríplice para gestão mais diversa

Fernanda Gonçalves
De São Paulo

Desafios complexos requerem visões complementares e olhares diversos. Essa é a posição defendida por Cinthia Gherardi, Jéssica Silva e Rodrigo Gaspar, que acabam de assumir em conjunto a liderança executiva do Sistema B Brasil, comunidade global de líderes que usam os seus negócios para a construção de um sistema econômico com base na inclusão e na equidade, considerando o bem-estar social e do planeta, além do êxito financeiro.

A decisão de nomear três pessoas para o cargo máximo da organização foi deliberada durante seis meses. Hoje, o Sistema B tem por volta de 9.000 empresas certificadas e está presente em cerca de 100 países nos cinco continentes. Somente no Brasil, 330 companhias fazem parte da rede.

Gaspar conta que o movimento, que completou 18 anos neste mês, tem uma ferramenta de gestão de impacto utilizada por cerca de 250 mil empresas em todo o mundo. "No Brasil, mais de 15 mil negócios usam a ferramenta", pontua. "Os números provam que é possível gerar impacto econômico, mas também social e ambiental."

Gherardi e Gaspar, que já atuavam como colíderes interinos, contam agora com a presença de Silva para fechar a liderança tríplice da organização. Gherardi explica que o novo modelo de gestão tem como um de seus objetivos provocar novos olhares. "Por cada um de nós ter experiências profissionais, habilidades, perfis de atuação e de diálogo com o mercado muito distintos, a gente consegue fazer com que a atuação da organização seja muito maior do que se fosse uma única liderança com uma única visão de futuro."

Já Silva destaca que a governança e a cultura devem ser pontos fundamentais para que a coliderança seja colocada em prática. "Vai ser uma mudança para toda a estrutura. Mas a resposta de como vai funcionar não está dada porque também deve ser algo orgânico e vivo, ainda que com elementos estruturantes", pondera.

Os novos diretores revelam que a proposta de coliderança também tem como intuito influenciar outras empresas a incorporarem novos modelos de gestão que não sejam piramidais e lineares. "A gente usa o Sistema B também como laboratório, para mostrar para o mercado que é possível e fundamental que os desafios complexos que a gente está vivendo consigam ser endereçados de uma forma mais criativa, inovadora e plural", define Gherardi.

Silva relata, ainda, que o plano é expandir a rede e influenciar mais pessoas. "A educação é um elemento que está no nosso radar", diz.

LUCIANA WHITAKER



Gaspar, Silva e Gherardi: visões complementares em busca do mesmo objetivo

Trabalhador tem receio de ser afetado por evento climático

Pesquisa

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Nove em cada dez trabalhadores brasileiros ouvidos em uma pesquisa têm receio de serem afetados por questões climáticas. O dado é de levantamento feito em junho pela Cajuína, frente de inteligência da empresa de soluções de benefícios Caju, com apoio da Opinion Box. Participaram 1.039 pessoas, homens (49%) e mulheres (51%) de diferentes regiões do país, sendo 46% no Sudeste, 22% no Nordeste e 18% no Sul. Todos empregados sob o regime CLT em empresas com mais de 100 funcionários.

A preocupação abrange diferentes aspectos da vida, como familiar (58%), saúde física (50%), moradia (50%), financeiro (45%), saúde mental (42%), emprego (35%), patrimônio (29%) e transporte (17%).

Essa percepção corrobora um levantamento feito em abril pela Organização Mundial do Trabalho (OIT). O estudo mostrou que mais de 70% da força de trabalho global está exposta a graves riscos para a saúde em função das mudanças climáticas. A OIT calcula que mais de 2,4 bilhões de trabalhadores — de uma força de trabalho global de 3,4 bilhões — estão provavelmente expostos ao calor excessivo em algum momento do seu trabalho.

O relatório observa que diversas condições de saúde dos trabalhadores são associadas às mudanças climáticas. Entre elas, câncer de pele — são 1,6 bilhão de trabalhadores expostos à radiação UV, com 18.960 mortes relacionadas ao trabalho anualmente devido à enfermidade —; doenças cardiovasculares; respiratórias; disfunções renais e problemas de saúde mental. As transformações no clima impactam a saúde não só pelo calor excessivo e a incidência de raios UV, mas também pela poluição do ar, eventos meteorológicos extremos e doenças transmitidas por parasitas, vírus e bactérias por meio de vetores como mosquitos, carrapatos e pulgas. "As alterações climáticas têm sido associadas a um risco acrescido de doenças transmitidas por vetores a trabalhadores, através dos seus efeitos sobre a dimensão das populações de vetores, as taxas de sobrevivência e de reprodução, juntamente com impactos mais amplos nos ecossistemas naturais e nos sistemas humanos", explica a OIT.

Na pesquisa da Cajuína, embora grande parte dos pesquisados tenha receio de ser impactada por desastre climáticos, a parcela dos que se sentem vulneráveis onde moram soma um terço dos entrevistados. Também segundo o levantamento, 59% declaram já ter enfrentado dificuldade no deslocamento até o trabalho em função de questões climáticas. A principal razão foi chuva excessiva (78%), seguida por enchente (41%), onda de calor extremo (10%) e seca (3%).

59%
já tiveram problema no deslocamento por conta do clima

Entre os entrevistados, 14% já necessitaram do apoio da empresa em função de algum desastre climático. Desses, 46% declaram ter recebido folga, 44% tiveram mais flexibilidade para o trabalho e 31% receberam apoio de transporte.

Para Luiza Terpins, líder de comunicação e conteúdo da Cajuína, é crucial que o setor corporativo reconheça a gravidade do problema e implemente ações para assegurar a segurança e o bem-estar dos funcionários. "Ter políticas e planos de ação estruturados talvez seja o primeiro passo", comenta. "Desastres climáticos não têm hora e nem local para acontecer, mas sabemos que podem ocorrer. Ter direcionais definidos é fundamental para uma boa atuação futura."

Segundo ela, elaborar esse tipo de plano de ação requer um mapeamento interno. "Não adianta implementar iniciativas que não fazem sentido para o público da empresa. É preciso entender onde vivem os colaboradores, como eles se locomovem, eventualmente rever o que é oferecido em benefícios. E, por fim, ter capacidade e agilidade para oferecer aquilo que os colaboradores julgam mais importante, como flexibilidade, auxílio financeiro e auxílio psicológico."

A pesquisa mostrou, ainda, que 43% declaram ter vivenciado sintomas de ansiedade causados por situações de mudanças climáticas, 41% sentiram estresse e 17%, perda da produtividade. Entre os trabalhadores ouvidos, 30% consideram que as mudanças climáticas não afetaram suas emoções.

Funcionários promovem seus empregadores na internet

Redes sociais

Leah Quinn
Do Financial Times

Você deixaria seu chefe examinar suas redes sociais? Para muitos a resposta seria um grande "não". E quanto a permitir que seu gestor diga a você o que publicar?

Pode soar distópico, mas é cada vez mais frequente ver funcionários dispostos a fazerem publicações a favor de seus empregadores. Muitas empresas já identificaram o potencial de marketing dos perfis pessoais dos funcionários em plataformas como X, LinkedIn ou Instagram, e os incentivam a compartilhar notícias positivas sobre a empresa. "Os funcionários [são] os melhores e mais autênticos influenciadores de uma organização", diz Scott Morris, diretor de marketing da empresa de softwares Sprout Social. "As marcas vêm usando programas de apoio para aproveitar a influência de seus funcionários, incentivando-os a promover a empresa e produtos."

Para os empregadores, esses programas são atraentes. Damos mais ouvidos a nossos amigos e familiares do que às empresas, então conseguir que os funcionários façam publicações sobre produtos parece ser um caminho rápido para uma promoção mais eficaz — a uma fração do custo de contratar espaço publicitário externo.

O marketing feito pelos funcionários também pode "aumentar o engajamento e a produtividade dos empregados", segundo a consultoria Gartner, mostrando que acreditam no trabalho dela.

Quando a Simpli.fi, com sede no Texas, EUA, lançou um programa de apoio pelos funcionários em 2023, Morris diz que a empresa de softwares se beneficiou de quase US$ 90 mil em valor estimado de espaço de mídia. Já a empresa de softwares Ivanti "economizou US$ 500 mil em custos anuais de marketing ao aproveitar seus funcionários para alcançar mais clientes e fomentar conexões autênticas."

Um membro da equipe da Ivanti fez uma publicação aprovada pela empresa no LinkedIn destacando "experiências excepcionais dos funcionários" e outros benefícios que ela oferece aos clientes. Outro escreveu sobre a cultura da empresa e como é a experiência de trabalhar nela. Os funcionários da Ivanti foram incentivados a fazer isso. Os que tiveram mais impacto ganharam até US$ 636 por trimestre em vales-presente da Amazon ou em pontos equivalentes em premiações internas.

Os funcionários podem ser pagos ou não por promoverem seus empregadores nas redes sociais, segundo Jenna Jacobson, professora na Ted Rogers School of Management. "Algumas empresas têm acordos formais [sobre pagamentos]", que em geral requerem publicações aprovadas pelo empregador. Em outras, os programas não são remunerados. Isso não significamque não há nada para os funcionários: segundo o Hinge Research Institute, 86% dos funcionários em um programa de apoio disseram que isso teve um efeito positivo em suas carreiras, expandindo sua rede profissional de contatos ou oferecendo uma forma de se manterem atualizados com as tendências.

> "Algumas empresas têm acordos [de pagamentos] para as postagens"
> *Jenna Jacobson*

Por outro lado, pedir aos funcionários que misturem a presença pessoal on-line com o trabalho pode se tornar uma questão espinhosa. As publicações dos funcionários nem sempre podem dar o impulso de marketing positivo que as empresas esperam. Além disso, pedidos para que os funcionários levem o trabalho para fora do escritório podem ser vistos como uma intrusão. "Os funcionários têm uma voz poderosa, mas isso também é arriscado para os empregadores", diz Jacobson. A autenticidade, diz ela, é "altamente valorizada nas plataformas sociais" e os influenciadores funcionários correm o risco de serem "vistos como inautênticos se publicarem com muita frequência ou forem exageradamente entusiasmados".

Ben Askins, que denuncia chefes ruins para seus 741 mil seguidores no TikTok, diz que é "um grande sinal de alerta quando as empresas acham que podem tratar as contas sociais pessoais dos funcionários como ramificações das relações públicas". Ele diz ter ouvido casos em que funcionários foram ameaçados com medidas disciplinares caso se recusassem a compartilhar uma publicação da empresa.

A falha do CrowdStrike e o custo da eficiência

Rumo certo



Claudio Garcia

Existe um padrão de escolha ubíquo e praticamente invisível dentro das organizações que privilegia eficiência a um custo enorme de adaptabilidade e resiliência. Na semana passada, tivemos um novo exemplo nessa linha.

A falha de atualização de apenas um software — da empresa de cibersegurança CrowdStrike — que atingiu menos de 1% de todos os computadores e servidores usando Windows, foi suficiente para atrasar milhões de procedimentos hospitalares, milhares de voos, interromper transações bancárias, tirar do ar canais de TV, entre outros. Sistemas eficientes onde um problema mínimo gerou prejuízos na casa dos bilhões de dólares, segundo seguradoras.

Esse padrão está por trás de situações como termos 90% dos processadores de alto desempenho do mundo sendo fabricados em apenas um lugar — Taiwan — com vários riscos para milhares de empresas e nações. Ou o pico de inflação global durante e pós-pandemia devido à escassez de alternativas para cadeias de suprimentos pensadas sob a ótica da eficiência, mas muito pouco adaptáveis.

Adaptabilidade e eficiência andam em direções opostas na grande maioria das decisões empresariais, mas não de maneira proporcional. Uma grande fábrica pode gerar ganhos em eficiência e redução de custos significativos, mas carrega o risco de sofrer impactos proporcionalmente maiores caso algo pare de funcionar. Equipes enxutas podem garantir mais agilidade, mas trazem riscos muito mais elevados de atrasos e perdas de produtividade se um membro se afasta.

Eficiência se tornou onipresente no ambiente empresarial, e pouco consideramos suas implicações e, ainda menos, distorções que causa. É comum, em visitas a empresas, encontrar equipes com tarefas exaustivas, que poderiam ser automatizadas, mas que não o são porque as pessoas não podem parar suas tarefas — deixando de ser eficientes — para fazer a automatização. Então, contratam-se consultorias que criam processos e tecnologias usualmente mais eficientes — mas tão adaptáveis quanto uma tartaruga no topo de uma árvore.

Ainda, com o aumento da estabilidade de sistemas, empresas perderam a habilidade de gerir contingências, gerando crises ainda maiores quando o inesperado acontece. Companhias aéreas, há vinte anos, tinham sistemas instáveis e, portanto, quando o sistema falhava, eram mais ágeis em embarcar com processos manuais.

Algumas empresas estão reagindo para ampliar adaptabilidade, ainda mais quando o aumento de incertezas climáticas, políticas, tecnológicas etc. expandem vulnerabilidades. Estão se beneficiando de novas tecnologias e métodos de gestão para reduzir seus riscos.

A Tesla, por exemplo, está apostando em pequenas fábricas de baterias em diferentes localidades. Cada nova unidade aprende das limitações da anterior, acelerando o aprendizado que seria impossível em uma grande fábrica, tornando todo o sistema mais eficiente e adaptável.

O Brasil foi pouco impactado pela falha da CrowdStrike, simplesmente porque o software é caro para o país e não porque que somos mais adaptáveis. Ao contrário, a cultura empresarial brasileira foi longamente influenciada por alguns casos de sucesso de empresas nacionais baseados em eficiência que ainda servem como referências de gestão. Mas que provavelmente não serão os melhores exemplos para um mundo em transformação acelerada que premiará cada vez mais adaptabilidade.

Claudio Garcia é presidente da Outthinker Networks e ensina gestão global na Universidade de Nova York

Vaivém

Stela Campos

Dasa Empresas

Raul Nechar acaba de assumir como diretor-geral da Dasa Empresas, braço de saúde B2B da Dasa. Ele foi diretor comercial da Amil e vice-presidente de organizações como SulAmérica, Aon, Marsh, Bradesco e Banco Safra.

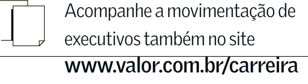
FedEx Brasil

Camila Lima é a nova vice-presidente de operações da FedEx no Brasil. Antes, a executiva ocupava o cargo de diretora de planejamento e engenharia.

Croma

Camilo Zanette assumiu como diretor executivo da Croma Recursos Humanos.

E-mail: vaivem@valor.com.br



valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Dasa une medicina humanizada à inovação e tecnologia de ponta

Análise de dados e inteligência artificial tornam produtos, serviços e processos mais eficientes e confiáveis, sempre com o paciente no centro do cuidado



© FOTOS: DIVULGAÇÃO

Núcleo Técnico-Operacional da Dasa, que fica em Alphaville (SP)

O impacto que a evolução tecnológica causa na sociedade ecoa em diversos aspectos da vida das pessoas. No que diz respeito à saúde, a utilização de dados e informações para transformar a jornada do cuidado, garantindo maior eficiência operacional, deixou de ser uma promessa para se tornar realidade. O diferencial não está na adoção de novas tecnologias, mas na busca por um olhar humanizado e holístico que acompanhe o paciente em momentos de bem-estar, trate-o na doença e observe cada desfecho com atenção. É dessa forma que a Dasa investe na entrega de saúde de forma integral, personalizada e com eficiência.

Nesse sentido, a empresa foi pioneira em investir, desde 2017, no uso de inteligência artificial (IA) tanto para a detecção e prevenção de doenças quanto para o aprimoramento da experiência do usuário. No processo, a Dasa apostou em times multiprofissionais, formados por médicos, cientistas de dados, engenheiros de softwares e outros especialistas — e desenvolveu mais de 30 modelos de IA, muitos já incorporados na rotina da rede.

Algoritmos preditivos desenvolvidos pela companhia e co-criados com startups nacionais e internacionais têm agilizado o agendamento de exames, reduzido os eventos adversos em hospitais e tempo de tratamento de doenças crônicas e oncológicas.

"Com o desenvolvimento e incorporação de algoritmos de inteligência artificial, sistemas de telemedicina e inteligência de dados, entre outras tecnologias, temos uma rede que permite, de um lado, que os médicos tenham cada vez mais tempo para cuidar dos pacientes e estes, por sua vez, recebam o melhor atendimento possível", explica Victor Gadelha, superintendente de inovação, pesquisa e educação da Dasa.

Um dos muitos exemplos de sucesso dessa jornada está no Biodesign Lab, que desenvolveu uma ponteira de sapatilha para balé, impressa em 3D, para uma jovem de 14 anos que ama dançar, mas nasceu com uma rara síndrome da banda amniótica, que afetou a formação de seus dedos. Por conta da doença, o impacto do treinamento causava lesões em seus pés. Mas agora ela pode realizar o sonho de ser bailarina.

> **"Com o desenvolvimento e incorporação de algoritmos de inteligência artificial, sistemas de telemedicina e inteligência de dados, entre outras tecnologias, temos uma rede que permite, de um lado, que os médicos tenham cada vez mais tempo para cuidar dos pacientes, e estes, por sua vez, recebam o melhor atendimento possível"**
> **VICTOR GADELHA**, superintendente de inovação, pesquisa e educação da Dasa

TECNOLOGIA A FAVOR DA SAÚDE

Ciente da importância de encurtar a jornada entre diagnóstico e tratamento, a Dasa faz uso de algoritmos de NLP (Processamento de Linguagem Natural) para identificar achados relevantes nos laudos e acionar o médico responsável pelo paciente, alertando para a necessidade de realização de exames e procedimentos complementares.

Caso necessário, o paciente entra em tratamento, em média, em sete dias, ao passo que, se o seu médico não fosse alertado, o tempo seria maior, cerca de 17 dias.

São pelo menos 43 doenças que podem ser identificadas na leitura e avaliação de seis a dez mil laudos diariamente. Isso faz toda diferença na eficácia e melhor desfecho clínico do tratamento.

Esse uso de inteligência artificial é possível porque a companhia possui o maior data lake de saúde privado do Brasil, concentrando bilhões de dados, 70% deles interoperáveis, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

AGILIDADE E ECONOMIA

A área de Data Analytics e IA da Dasa também é responsável pelo desenvolvimento e implementação de algoritmos para a criação de programas com foco na eficiência, como as leituras automáticas de pedidos e prontuários médicos.

Graças a uma parceria com o Google, a empresa conseguiu criar um sistema próprio de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) para a leitura automática de pedidos médicos que foi implementado no Nav Dasa, plataforma de saúde digital da companhia.

Agora, a ferramenta reconhece automaticamente o texto do pedido médico, digitado ou manuscrito, agilizando o agendamento de exames e consultas via aplicativo, já que os pacientes não precisam inserir o nome de cada exame solicitado.

Da mesma forma, a leitura automática do prontuário médico, feita pelo programa de inteligência artificial generativa MedLM, identifica os procedimentos requeridos para o paciente, automatizando etapas do processo e acelerando seu tratamento.

Outro exemplo da eficiência do uso de IA é o uso de um algoritmo de aprendizado (deep learning) para reduzir ruídos de imagem nos exames de ressonância magnética, já implementado em 80 equipamentos da rede. O resultado até aqui foi a diminuição de 40% do tempo de realização de exames, melhorando a experiência do paciente, que fica menos tempo dentro da máquina, e otimizando o uso dos equipamentos, ampliando o acesso à saúde.

INOVAÇÃO EM FORMAÇÃO MÉDICA

Além de trabalhar fortemente com inovação aberta, a Dasa desenvolve diversos programas de formação multidisciplinar com foco na atualização contínua de profissionais alinhados com a medicina do futuro.

No Programa Jovens Médicos Inovadores, por exemplo, os graduandos têm a chance de serem mentorados durante nove meses por executivos e especialistas em saúde e empreendedorismo da companhia e de estruturar e gerenciar um projeto de inovação com uma startup.

BIODESIGN LAB

O Biodesign Lab, responsável pela construção da sapatilha de nossa jovem bailarina, é um dos diversos hubs de inovação, ensino e pesquisa promovido pela Dasa. Fruto da parceria entre a companhia e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), o laboratório foi pioneiro na impressão 3D de modelos usados na medicina fetal, desenvolvimento de máscaras de proteção facial na pandemia da Covid-19 e planejamento pré-operatório de cirurgias complexas.

Mais recentemente, buscando colaborar com as vítimas das chuvas no Rio Grande do Sul, o Biodesign Lab desenvolveu dispositivos que facilitam a filtragem de água.

Os adaptadores, fabricados em impressoras 3D, têm o papel de facilitar o acesso à água potável. Pesando entre 50 e 70 gramas cada (o kit completo pesa em torno de 400 gramas), o projeto facilita o transporte até o estado atingido e cada adaptador pode beneficiar até 30 pessoas durante cerca de dez dias, proporcionando acesso à água potável.

Entre os projetos em andamento no laboratório estão pesquisas para programas de realidade virtual e mista que permitem aos médicos fazerem simulações cirúrgicas nos próprios casos a serem tratados, como nos transplantes de fígado — além de impressões 3D e bioimpressões. A tecnologia possibilita agregar mais informações e realizar simulações nas discussões de cada paciente, inclusive com especialistas de qualquer parte do mundo.



O uso de algoritmos para identificar pacientes que estão em falta com seus cuidados e acionar o médico responsável encurtam, me média, dez dias para o início do tratamento

INÊS 249

Saúde Simetrio Capital arremata instalação e vai investir R$ 200 milhões para reformar a propriedade

Imóvel do Hospital Panamericano é leiloado

Beth Koike
De São Paulo

Após 13 anos fechado e abandonado, o imóvel do Hospital Panamericano, localizado no Alto de Pinheiros, bairro nobre de São Paulo, foi adquirido em leilão pela Simetrio Capital, uma butique especializada em ativos imobiliários complexos, por R$ 19,3 milhões.

O projeto é transformar a propriedade de 6,1 mil m² num novo hospital geral ou de especialidades em parceria com um grupo privado do setor por meio de um contrato "built to suit" (construção sob demanda atrelada à uma locação de longo prazo). A Simetrio vai investir R$ 200 milhões nas obras e o grupo hospitalar que assumir entra com o aporte para instalações e equipamentos médicos que demandam somas elevadas.

"Estávamos analisando esse imóvel há muitos anos. Vamos erguer um hospital de primeira linha, com 140 a 180 leitos. Como adquirimos por meio de um leilão judicial, assumimos o imóvel sem as pendências", disse André Balista, fundador da Simetrio Capital, criada em 2021. Anteriormente, Balista esteve por nove anos na Jive Investimentos como responsável por ativos estressados do setor imobiliário.

Sua expectativa é que os trâmites para resolução da documentação e obras levem cerca de dois anos. O projeto já tem sido apresentado ao mercado para alguns grupos de saúde.

> "Como o imóvel foi adquirido em leilão judicial, não há pendências"
> *André Balista*

Localizado numa região nobre de São Paulo, o imóvel não foi comprado até hoje por incorporadoras para construção de condomínios de casas ou estabelecimentos comerciais porque ele tem uma licença especial que permite exclusivamente uma operação hospitalar. Na cidade de São Paulo, apenas o Panamericano e o Albert Einstein, no Morumbi, têm essa licença específica concedida pela lei de zoneamento dos anos 1970. A ideia do Plano Diretor na época era que áreas residenciais tivessem um hospital para atender os moradores locais.

O Hospital Panamericano pertencia à Samcil, primeira operadora de planos de saúde do país e que quebrou em 2011, com dívidas de cerca R$ 330 milhões, à época. Hoje, as dívidas com IPTU estão na casa dos R$ 10,6 milhões e mais de R$ 6 milhões referentes a débitos das ações judiciais.

Nesses 13 anos, o imóvel passou por vários imbróglios — entre eles, invasão e início de incêndio. Também foi alvo de penhora de vários credores como INSS, Fazenda e pessoas físicas. Além disso, o imóvel chegou a ser vendido em 2013 para uma empresa ligada ao filho do fundador da Samcil e logo depois a transação foi cancelada.

Em junho daquele ano, num leilão a pedido do INSS (credor), o ativo foi arrematado pelo valor de R$ 6,5 milhões por uma empresa chamada Fortaleza Agroindustrial que, por sua vez, colocou o imóvel como garantia de um parcelamento de uma dívida tributária de R$ 6,5 milhões com o INSS. No mês seguinte, a Fortaleza vendeu a propriedade por R$ 10 milhões à Terras Altas Empreendimentos Imobiliários, uma empresa ligada à Roberto Horst, filho do fundador da Samcil, o médico Luiz Roberto Silveira Pinto. No entanto, essa última transação foi cancelada.

Em 2014, o hospital foi desapropriado pelo governo do Estado de São Paulo que pretendia erguer ali uma unidade de ortopedia e traumatologia do Hospital das Clínicas (HC) com investimento de R$ 67 milhões, mas o governo desistiu. Na época, Roberto Horst questionava a desapropriação. Sua intenção, segundo fontes, era erguer um hospital de alto padrão em homenagem ao pai, que morreu em 2011, quando a operadora enfrentava grave crise financeira. Segundo Balista, seu projeto não tem relação com o filho do fundador do Panamericano.

> **13 anos**
> é o tempo que o imóvel está fechado

Neste ano, os credores retomaram os leilões para levantar recursos. Houve uma tentativa, que avaliou a propriedade em R$ 50 milhões, porém não houve interessados. Na semana passada, foi realizado um novo leilão, dessa vez a pedido do outro credor — o casal João Luiz Sousa Freitas e Anaizabel Martins de Freitas, que processou o hospital por erro médico — que pedia R$ 38,6 milhões pelo imóvel. A única oferta foi da Simetrio que ofereceu R$ 19,3 milhões e teve seu lance aceito. Agora, esse valor será partilhado entre os credores, conforme a ordem de preferência estabelecida judicialmente.

Brisanet buscará parceria para ter 5G no Centro-Oeste



DIVULGAÇÃO

Nogueira, presidente: "O investimento no 5G não é só na torre. É na infraestrutura até chegar àquela torre. É a fibra chegar na cidade e, depois, chegar naquela torre"

Telecom

Rodrigo Carro
De São Paulo

Com cerca de R$ 800 milhões em investimentos previstos para este ano, dos quais quase 70% serão destinados ao 5G, a Brisanet aposta numa rede móvel inteiramente projetada, adquirida e instalada pela própria companhia para chegar ainda este ano a Natal e João Pessoa, além das principais cidades do Rio Grande do Norte e da Paraíba. A operadora regional era em maio a sexta maior provedora de banda larga fixa do país, com 1,34 milhão de assinantes, mas ainda "engatinha" na telefonia móvel, mercado no qual estreou este ano. Terminou junho com 128 mil clientes no seu serviço de telefonia 5G.

O total equivale a aproximadamente 1,4% da base de clientes de telefonia móvel no Ceará, primeiro Estado escolhido pela Brisanet para lançar o serviço de quinta geração. A operadora terminou o primeiro semestre com 115 cidades com cobertura 5G, numa área que engloba 6,5 milhões de habitantes.

Ao fim de maio, havia no Ceará 9,23 milhões de linhas móveis ativas, de todas as operadoras, segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). "Existe uma barreira grande aqui no Nordeste: tanto na capital como no interior as pessoas conhecem a Brisanet como [provedora de] banda larga fixa, fibra. Quando se fala de telefonia móvel, na cabeça das pessoas, é TIM, Claro e Vivo", justificou o fundador e diretor-presidente da Brisanet, José Roberto Nogueira, em entrevista ao **Valor**.

A empresa nasceu como um provedor de acesso à internet via rádio em 1998, em Pereiro (CE), cidade que em 2022 tinha pouco mais de 15 mil habitantes de acordo com o último censo. Ainda em 2010, a Brisanet iniciou os investimentos em fibra óptica. O ponto em comum entre esses dois momentos passados e o atual é a opção por uma estratégia de crescimento totalmente orgânico, na qual a operadora participa do início ao fim de todas as fases do processo de construção da rede.

"O investimento no 5G não é só na torre [de telefonia móvel]. É na infraestrutura até chegar àquela torre. É a fibra chegar na cidade e, depois, chegar naquela torre", argumenta Nogueira, numa referência à rede fixa necessária para escoar grandes quantidades de dados recebidos e enviados pela antena. No caso da Brisanet as antenas 5G são conectadas à rede da própria operadora, que conecta 158 municípios espalhados por nove Estados da região Nordeste.

A exceção à regra "faça-você-mesmo" é o plano de expansão do serviço móvel para a região Centro-Oeste. No leilão realizado pela Anatel em 2021, a Brisanet adquiriu licenças para operar o serviço 5G na região e também no Nordeste. "O modelo no Centro-Oeste é um com [...] parcerias, mas com um vínculo mais forte. Não é um modelo de MVNO [operadora móvel virtual]", resumiu Nogueira, referindo-se às teles sem rede própria que alugam infraestrutura de outras empresas.

No momento, a Brisanet mapeia empresas interessadas numa parceria de longo prazo. A expectativa é de que a operação no Centro-Oeste seja iniciada em 2026.

"A [telefonia] móvel normalmente é um negócio nacional", opinou um especialista do mercado de telecomunicações que prefere não ter seu nome divulgado. "Mas isso não anula a possibilidade de um 'player' regional, ainda mais focado na rentabilização e fortalecimento de posição competitiva com clientes do 'core business' [negócio principal] da fixa", acrescentou.

Nogueira argumenta que, ao desenvolver internamente todas as atividades essenciais ao seu negócio, a Brisanet adquiriu um conhecimento aprofundado das tecnologias utilizadas, além de reduzir custos e ganhar eficiência na implantação da rede.

Para este ano o investimento programado em 5G da Brisanet é de aproximadamente R$ 550 milhões. Só que, ao contrário de suas principais concorrentes de alcance nacional, a Brisanet enfrenta um desafio adicional na expansão de sua cobertura móvel: a empresa não conseguiu adquirir no leilão de frequências voltadas para o 5G, em 2021, a faixa de 700 megahertz (MHz).

A operadora conta apenas com frequências mais altas — 2,3 gigahertz (GHz) e 3,5 GHz — que têm menor alcance quando comparadas à de 700 MHz. Com as frequências mais elevadas, há necessidade de instalação de mais torres de telefonia para obter a mesma cobertura.

"O que [a faixa de] 700 MHz traz, num primeiro momento, é uma diminuição do investimento necessário numa capital, numa cidade grande, por exemplo, onde as torres podem ser menos adensadas. [...] Poderíamos com o mesmo investimento fazer duas capitais", reconhece Nogueira. A saída encontrada pela Brisanet foi implementar o dobro de torres de telefonia móvel para cobrir Fortaleza. Ainda assim, o executivo diz que continua com a expectativa de ter a frequência de 700 MHz.

> **R$ 800**
> milhões serão investidos em 2024

"Será necessário complementar a cobertura de frequência atual com frequências mais baixas", afirma o analista de mercado ouvido sob condição de anonimato. "Mas isso pode ser feito via um acordo com as operadoras detentoras desses espectros. Há, inclusive, a possibilidade de compra desse lote de 700 MHz por uma operadora de infraestrutura neutra", concluiu.

Em fato relevante divulgado em 15 de julho, a Brisanet comunicou a captação de R$ 600 milhões por meio de debêntures, com demanda acima de R$ 1,1 bilhão.

Coca Cola Femsa 'satura' fábricas e precisará de nova planta no Brasil

Bebidas

Adriana Mattos
De São Paulo

O alto comando da Coca Cola Femsa, maior engarrafadora do mundo em volume de vendas, disse a analistas que a companhia terá que abrir uma nova fábrica no Brasil e no México, para atender o aumento de demanda, mas que, no momento, a companhia tem "saturado" a sua atual estrutura fabril, de forma a dar conta dos pedidos.

Dentro desse cenário, focado em explorar a sua capacidade instalada, estão adicionando mais duas linhas novas de engarrafamento no país, para começar a operar na segunda metade do ano. "Enquanto pudermos adicionar linhas, esse é o caminho a seguir", disse o CEO, Ian Craig Garcia.

Procurada, a empresa não se manifestou até o fechamento da edição.

Na conversa com analistas, a empresa ainda deu detalhes, até então, não mencionados, do tamanho do efeito no negócio das inundações no Rio Grande do Sul, e do impacto não recorrente no balanço, de quase R$ 40 milhões. A tragédia levou o grupo a ter uma margem menor na América Latina.

Fazem parte do portfólio do grupo, além da Coca-Cola, marcas como Fanta, Sprite, Schweppes, Chás Leão, Sucos Del Valle, Ades, e cervejas como Therezópolis, Eisenbahn, Sol, Kaiser, e a água mineral Crystal.

Em teleconferência dos resultados do segundo trimestre na sexta-feira (19), a direção foi perguntada sobre investimentos no Brasil e México, por conta da entrada de sete novas linhas de engarrafamento na América Latina neste ano. Garcia disse que está tentando "saturar" as instalações atuais, antes de fazer novos desembolsos em projetos.

Sobre as linhas, o chefe da área financeira, Gerardo Cruz Celaya, explicou que, dentro dessas sete previstas, duas serão no México, duas na Guatemala, duas no Brasil e uma na Colômbia.

> **15%**
> é o aumento na capacidade do grupo de 2023 a 2025

Embora exista esse movimento, o CEO admitiu que, eventualmente, precisarão de uma nova planta para a região sudeste do México e ainda, em algum momento, de "um greenfield totalmente novo" (projeto criado a partir do zero) para o Brasil e o México, mas não detalhou prazos e focos dos produtos para esse investimento.

Segundo ele, a engarrafadora está executando um plano de expansão de capacidade de produção iniciado no ano passado, que tem adicionado 15% de fabricação de 2023 a 2025. Mas na área de distribuição, ele disse que acha que estão "um pouco atrasados", e precisam aumentar a capacidade em 30% no mesmo período.

O **Valor** já havia informado, neste mês, que a empresa Uberlândia Refrescos, franqueada do Sistema Coca-Cola, e distribuidora nas regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas, vai investir R$ 1,5 bilhão na região entre 2024 e 2030. E R$ 860 milhões serão para a construção de uma nova fábrica em Uberlândia.

O CEO também disse, logo em suas primeiras falas após a abertura da teleconferência, que a margem de lucro operacional na América Latina alcançou 14% de abril a junho, e teria sido de 14,2% ao se descontar os efeitos negativos das enchentes no Estado gaúcho.

Segundo Garcia, o lucro operacional aumentou 13,8% para 9,7 bilhões de pesos mexicanos (US$ 540 milhões) no trimestre, com rentabilidade de 14% — e um ano antes, a taxa alcançou 13,9%.

O que aconteceu foi que a Coca Femsa conseguiu se proteger parcialmente dos impactos no Brasil, e de aumentos globais de custos, evitando uma compressão frente ao ano passado. Mas ao descontar os efeitos extraordinários relacionados às inundações no Brasil, a margem teria sido de 14,2%.

O diretor financeiro ainda disse, ao citar a divisão de América do Sul, que o lucro operacional cresceu 19,6% na região no trimestre, com margem de 10,1%. Mas que o ganho na região foi impactado por pressões na Argentina e custos com a tragédia no Brasil.

Garcia contou que a equipe da cadeia de suprimentos no Brasil teve que adaptar a rede de vendas e distribuição no Rio Grande do Sul, e dois centros de distribuição foram montados em torno de Porto Alegre. Para obter produtos acabados, foram enviadas mercadorias do Uruguai e da Argentina, e de outros engarrafadores do sistema, de forma a mitigar a perda de produção, enquanto se buscava reabrir a base de Porto Alegre.

Por causa da tragédia, ainda foi preciso limpar e remover das unidades mais de cinco mil toneladas de detritos e produtos perdidos. "Estamos trabalhando com nossos parceiros na fabricação de equipamentos para uma reabertura gradual no quarto trimestre do ano", afirmou o presidente.

Apesar dos problemas, Garcia disse que o volume de vendas no Brasil aumentou 12,1% de abril a junho, para 269 milhões de unidades, mas não informou qual teria sido a alta se a tragédia não tivesse ocorrido. De janeiro a junho, a alta foi de 11,2%.

O analista do Itaú, Alejandro Fuchs, questionou a empresa sobre os efeitos não recorrentes no Brasil, e estimou um impacto negativo de 200 milhões de pesos no balanço, com as inundações no Rio Grande do Sul. O efeito, que teve que ser absorvido pela companhia no balanço do segundo trimestre, atingiu 130 milhões de pesos (R$ 39 milhões, a câmbio de junho, calculou o **Valor**), segundo Celaya.

Sobre a operação da Femsa, a rede de supermercados Oxxo, criada numa "joint venture" com a Raízen, avançou 89% de abril a junho em vendas líquidas no Brasil de abril a junho, efeito das inaugurações que "turbinam" as vendas da base total de pontos.

Foram 179 aberturas líquidas (saldo entre inaugurações e fechamentos) em 12 meses, até junho. De abril a junho, foram 14 novas unidades, totalizando 525 lojas no país. Em lojas com mais de 12 meses, a alta nas vendas foi de 22%, bem acima da média do mercado, que tem ficado em um dígito no período.

Aérea Outra estratégia é recorrer à Avianca para ajuda financeira; holding Abra quer evitar diluição

Reestruturação da Gol passará por emissão de dívida

Cristian Favaro
De São Paulo

A Gol entrou em uma fase crucial de captação de recursos para sair do seu processo de recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11). Entre as estratégias à mesa, segundo apurou o **Valor**, estão a emissão de dívida de longo prazo e até um socorro por parte da colombiana Avianca. Os passos evitariam que a holding Abra (que controla as duas aéreas) perca poder na Gol para outro investidor. As negociações caminham de forma paralela às tratativas da Abra junto à Azul de combinar as duas aéreas brasileiras.

Em plano apresentado ao mercado, a Gol apontou que vai precisar refinanciar cerca de US$ 2 bilhões em dívidas e receber uma injeção de capital de US$ 1,5 bilhão — recurso a ser usado para pagar o DIP (empréstimo dentro da reestruturação), assim como fortalecer o caixa da aérea. Segundo fontes, a empresa deverá usar o segundo semestre para concluir as negociações, que precisam ser chanceladas pela Corte de Nova York. Nos bastidores, o plano é de que o grupo saia do Chapter 11 no mais tardar no fim do primeiro trimestre do ano que vem — o processo foi iniciado em 25 de janeiro deste ano.

Uma das alternativas da Gol, segundo uma fonte, é uma emissão de título de dívida de longo prazo entre US$ 700 milhões e US$ 800 milhões para pagar parte do DIP — a estratégia, por sinal, foi a mesma usada pela Avianca para encerrar o seu Chapter 11. Hoje, parte significativa do corpo de executivos da Abra veio da colombiana, entre eles o CEO, Adrian Neuhauser.


ANTONIO SCORZA/AGÊNCIA O GLOBO

Aérea deve usar o segundo semestre para concluir as negociações, que precisam ser aprovadas pela Corte de Nova York, onde corre processo de recuperação judicial

O restante do dinheiro é uma missão a ser tocada pela Abra. A visão de fontes é de que a holding tem um bom espaço para negociar com investidores estratégicos como a American Airlines (acionista da Gol) e com a United (era acionista da Avianca, que passou a ter cerca de 5% da Abra). O contrato de exclusividade com esses operadores estratégicos se encerra no ano que vem. "Muito provavelmente vamos ver uma antecipação dessa negociação. A Delta está firme com a Latam. O 'player' que ficar de fora da Abra estará em desvantagem na região", disse uma fonte.

> Nos bastidores, o plano é de que o grupo saia do Chapter 11 no começo de 2025

A Abra pode ainda olhar para outros parceiros, como a Air France, e também um acordo no Oriente Médio — neste último caso seria mais um apoio financeiro do que estratégico, avaliaram fontes. Hoje, a Qatar Airways é um dos investidores da Latam. "Podemos ver uma negociação com dois ou três parceiros estratégicos para captar US$ 200 milhões de cada um", disse uma fonte. A malha da Abra seria estratégica para operadores nos Estados Unidos e Europa, o que seria um incentivo às conversas.

Segundo fontes, a saída da Gol via emissão de bonds não deve trazer problemas junto ao mercado, uma vez que o tamanho da dívida da empresa não teria sido o principal entrave para levar o grupo ao Chapter 11, mas sim a demora na entrega de aeronaves por parte da Boeing, que trouxe consequências graves ao fluxo de caixa da aérea. A fabricante americana passa por uma forte crise. Seu principal modelo, o 737 Max, chegou a ficar dois anos proibido de voar e hoje uma série de falhas levaram ao atraso nas entregas — como uma porta se soltando em um voo.

Em 2023, a Gol esperava 15 modelos Boeing 737 Max, mas a companhia recebeu somente três. "Com esses atrasos, a empresa teve de consumir caixa para manutenção de aeronaves e motores que estavam previstos para sair da frota", disse uma fonte.

No entanto, um cenário em que a Gol não consiga fazer a emissão de bonds seria mais desafiador para a Abra, que terá de ir a mercado levantar um volume muito maior de recursos. Sem o IPO da holding, plano ainda visto como distante, há limitações para se emitir dívida.

Uma das alternativas, apontaram fontes, é a Avianca entrar na jogada. A aérea saiu do seu Chapter 11 com mais de US$ 1 bilhão de liquidez. Apesar de algumas restrições dos bonds no mercado, há espaço de negociação com os detentores dos papéis para a Avianca usar o caixa dentro do ecossistema da Abra, avaliou uma fonte. A negociação, entretanto, não seria tão trivial.

Na outra ponta, Azul, Gol e Abra já reconheceram publicamente que iniciaram conversas para uma possível combinação de negócios entre as duas aéreas brasileiras. Segundo o **Valor** apurou, até outubro a Azul deve pôr à mesa uma proposta formal, que deverá ser apresentada à Corte de Nova York, onde a reestruturação da Gol caminha — isso se os dois lados de fato conseguirem chegar a um acordo.

> **US$ 1,5** bi é a injeção de capital necessária

Fontes destacaram que a negociação entre os grupos acaba sendo um suporte importante para as próprias tratativas da Gol com os seus credores. Uma eventual consolidação levaria esses credores a estarem vinculados a uma aérea muito maior do que a Gol sozinha. Segundo fontes, isso ajudaria também a Abra no seu plano de IPO no futuro, uma vez que a entrada da Azul se casaria com a tese de investimento a ser oferecida ao mercado — a de um grupo representativo e com ampla conectividade na América do Sul.

Em paralelo, a Abra ainda tem uma outra missão: acalmar seus debenturistas, que ajudaram inclusive a Gol a levantar o empréstimo dentro da reestruturação, mas que no fim ganharam um superpoder e estão pressionando a holding.

A holding ganhou um fôlego até o mês de agosto para negociar com esses credores. Os detentores de dívidas que vencem em 2028 estão pressionando a Abra para ter maior retorno aos seus papéis. Em jogo, estão as ações da Avianca e as marcas da Gol, dadas como garantia. As conversas com parte dos credores e a Abra, segundo fontes, têm sido apertadas.

Avianca, Gol, Abra, American Airlines e Air France foram procuradas pelo **Valor**, mas não se manifestaram.

INÊS 249

Olimpíada Pela primeira vez, atletas poderão nadar com chips nos maiôs, mas o Brasil não vai usar

Natação tem chance de medalhas em Paris



Daniela Braun
De São Paulo

Após treinos intensivos em cidades da Itália e da Espanha, a delegação brasileira de esportes aquáticos chegou a Paris na terça-feira (23) com boas chances de engordar o quadro de medalhas do Brasil nas provas de 400 metros nado livre, revezamento e maratona aquática.

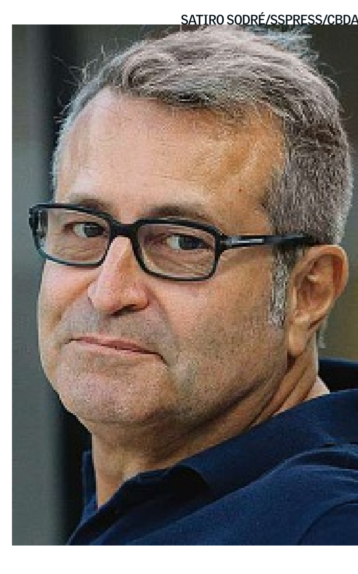
A natação brasileira estreia neste sábado (27) em provas de 400 metros livre e de revezamento 4 por 100 metros livre feminino e masculino. "O Brasil está bem preparado e vai ser bem representado", disse o diretor de esportes da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA), nadador e medalhista olímpico Ricardo Prado, ao **Valor**. Prado conversou com a reportagem logo após ter retornado de Nápoles, no sul da Itália, onde a equipe de natação estava treinando por oito dias. "Escolhemos o local pelo clima quente e alguns atletas também treinaram em áreas de altitude como Sierra Nevada, na Espanha, e Livigno, no norte da Itália".

O time brasileiro de esportes aquáticos será representado por 21 atletas entre provas de natação, maratona aquática e saltos ornamentais.

Entre as apostas de medalhas estão os nadadores Guilherme Costa, Gabrielle Roncatto e Maria Fernanda Costa nas provas de 400 metros livre, Ana Marcela Cunha, na maratona aquática e seis equipes de revezamento. "Todos eles têm chances de final", comentou Prado.

Tanto a maratona aquática como o triatlo serão realizados no Rio Sena. No dia 17, a prefeita de Paris, Anne Hidalgo, nadou no rio que corta a capital francesa para convencer os críticos de que a água estará limpa para a realização das provas. "Torcemos para que a qualidade da água permaneça boa", disse o diretor da CBDA.

SATIRO SODRÉ/SSPRESS/CBDA



"Torcemos para que a qualidade da água permaneça boa" *Ricardo Prado*

Em 1984, Prado conquistou a primeira medalha de prata da natação brasileira, nos jogos olímpicos de Los Angeles (EUA) — no total, foram oito medalhas, considerando todas as modalidades. Em Tóquio, há três anos, o Brasil subiu ao pódio 21 vezes e bateu seu recorde de medalhas olímpicas — na natação foram 3 medalhas, uma de ouro e duas de bronze.

Prado também falou sobre as críticas ao uniforme e à estrutura da delegação brasileira em Paris, que viraram assunto nas redes sociais. "Tem muita gente falando do uniforme e há uma insistência em pintar o atleta brasileiro como coitadinho, mas ele não é", comentou. "O atleta brasileiro de alto rendimento tem muita estrutura. Estamos na Olimpíada para competir de igual para igual".

A natação brasileira acumula 17 medalhas na história dos Jogos Olímpicos, sendo duas de ouro conquistadas por Ana Marcela Cunha e Cesar Cielo, na Olimpíada de Pequim 2008, e cinco de prata. Depois do judô, da vela e do atletismo, é o quarto esporte que mais trouxe medalhas ao país até hoje.

Este ano, pela primeira vez, os atletas de esportes aquáticos poderão usar microprocessadores que monitoram seu desempenho durante as provas. Os chips acoplados aos maiôs dos atletas são opcionais e coletam informações como frequência cardíaca, nível de glicose no sangue e geolocalização.

O Brasil optou por não aderir aos chips em Paris. "O que sabemos é que a transmissão dos dados só pode ser feita após a competição e não em tempo real", informou Prado. "Ainda precisamos entender melhor o funcionamento [dos dispositivos]".

O diretor da CBDA destaca o avanço da tecnologia aplicada à análise de performance dos atletas em esportes aquáticos, nos últimos 20 anos. "Com o barateamento de câmeras e celulares, conseguimos filmar e analisar o ritmo das braçadas, a frequência e a velocidade do atleta nas viradas", diz. A equipe que está em Paris conta com um engenheiro biomecânico para monitorar os atletas.

Os tecidos dos maiôs não têm mudanças significativas em relação aos jogos de Tóquio, diz Prado, que há 40 anos, bancado pela Topper, usou um "maiô de papel". "Era um tecido muito fino e leve, somente encontrado no exterior".

CrowdStrike diz ter tomado medidas para evitar nova pane global

Tecnologia
De São Paulo

A empresa de cibersegurança CrowdStrike , comandada por George Kurtz, divulgou ontem (24) um relatório técnico no qual detalha o que motivou o erro na atualização de seu software Falcon, que provocou um apagão global na sexta-feira (19). A companhia diz ter adotado medidas para que uma nova pane não se repita.

A falha da companhia que travou 8,5 milhões de computadores e servidores com o sistema Windows, da Microsoft, prejudicou companhias aéreas, bancos e hospitais, entre outros setores no mundo todo.

No relatório, a empresa informa que houve um erro na atualização de um dos componentes do Falcon Sensor, software que monitora ameaças cibernéticas direcionadas a pontos de extremidade de rede como notebooks, celulares e outros dispositivos conectados a redes corporativas.

Segundo a CrowdStrike, as atualizações de segurança e proteção contra ameaças em seus sensores de segurança são feitas de duas maneiras: pelo "Sensor Content" (conteúdo do sensor, na tradução livre do inglês) e pelo "Rapid Response Content" (conteúdo de resposta rápida, em tradução livre), que é projetado para responder a ameaças em tempo real. "O problema na sexta-feira envolveu uma atualização do 'Rapid Response Content' com um erro não detectado", disse a empresa.

O "Rapid Response Content" é usado para executar uma série de operações de correspondência de padrões comportamentais. Quando há variações desses padrões é sinal de que há uma ameaça ao sistema.

A empresa, para evitar novos erros, diz que ampliou testes de estresse, estabilidade e validação sobre as atualizações do "Rapid Response Content". Acrescentou que "uma nova verificação está em andamento para evitar que esse tipo de conteúdo problemático seja implantado no futuro."

A CrowdStrike disse ter liberado a atualização do "Rapid Response Content" para o sistema Windows às 7h09 da sexta-feira (horário de Brasília) para coletar dados sobre possíveis novas técnicas de ameaça. "O defeito na atualização de conteúdo foi revertido na sexta-feira (19), às 08h27. Os sistemas que ficaram on-line após esse horário, ou que não se conectaram durante a atualização, não foram afetados", explica a empresa.

De todos os segmentos públicos e privados afetados pelo apagão, as companhias aéreas parecem ter sofrido mais com a falha da CrowdStrike. Somente na sexta-feira houve 5.171 voos cancelados e 46 mil voos atrasados, segundo o serviço de monitoramento de voos FlightAware.

O problema afetou as principais companhias aéreas da Europa, dos Estados Unidos, da Austrália, da América do Sul, da Índia, do Japão e do Oriente Médio.

A Delta Air Lines ainda sente os efeitos da pane e acumula, de sexta a terça-feira (23), 5.469 voos cancelados. O Citigroup reduziu em US$ 0,60, para US$ 1,30, a estimativa de lucro por ação da aérea no terceiro trimestre.

A companhia está sendo investigada pelas autoridades de transporte dos Estados Unidos pela forma como lidou com a falha da CrowdStrike. O Departamento de Transporte abriu investigação "para garantir que a companhia aérea esteja seguindo a lei e cuidando de seus passageiros durante as interrupções generalizadas e contínuas", disse o secretário de Transporte dos Estados Unidos, Pete Buttigieg, na terça-feira (23) em post na rede X (Twitter). *(DB)*

LAUREN JUSTICE/BLOOMBERG



A empresa comandada por George Kurtz detalha o erro que causou o apagão

Agenda Tributária

Mês de Julho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Junho/2024
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Posição na Tipi Produto		
	87.03 Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 87.02), incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida;	0676*	Junho/2024
	87.06 Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05;	0676*	"
	84.29 Bulldozers, angledozers, niveladores, raspo-transportadores (scrapers), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados;	1097*	"
	84.32 Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para gramados (relvados), ou para campos de esporte;	1097*	"
	84.33 Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37;	1097*	"
	87.01 Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09);	1097*	"
	87.02 Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista;	1097*	"
	87.04 Veículos automóveis para transporte de mercadorias;	1097*	"
	87.05 Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto-socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias;	1097*	"
	87.11 Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais.	1097*	"
25	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados, Exceto Cigarros Contendo Tabaco	5110*	Junho/2024
	Todos os produtos, com exceção de: bebidas (Capítulo 22), Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados (Capítulo 24) e os das posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da Tipi	5123*	"
	Bebidas do capítulo 22 da Tipi	0668*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0821*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0838*	"
25	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Faturamento	8109*	Junho/2024
	Folha de salários	8301*	"
	Pessoa jurídica de direito público	3703*	"
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8496*	"
	Combustíveis	6824*	"
	Não-cumulativa	6912*	"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1921*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0679*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0691*	"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0906*	"
25	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Demais Entidades	2172*	Junho/2024
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645*	"
	Combustíveis	6840*	"
	Não-cumulativa	5856*	"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0760*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0776*	"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929*	"
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	11 a 20/julho/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
25	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	11 a 20/julho/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

Curtas

Ofcom multa TikTok

O órgão regulador de comunicações do Reino Unido multou o TikTok em quase 1,88 milhão de libras (US$ 2,4 milhões), alegando que o aplicativo de compartilhamento de vídeos forneceu dados imprecisos sobre um recurso de segurança de controle parental. O Office of Communications (Ofcom) disse que o TikTok havia compartilhado informações imprecisas enquanto trabalhava em um relatório de transparência sobre segurança infantil. O Tik Tok apenas sinalizou as imprecisões meses após o prazo ter passado. "Apesar de estar ciente de que pretendíamos incluir os dados de controle parental em um relatório de transparência iminente, o TikTok não informou a Ofcom sobre a imprecisão por mais de três semanas após descobrir o problema", disse a Ofcom. Um porta-voz do TikTok disse que a plataforma havia inadvertidamente fornecido informações imprecisas à Ofcom.

Lucro do IPG cai 19%

O Interpublic Group (IPG), holding dona de agências como WMcCann, FCB e IPG Mediabrands, informou lucro líquido no segundo trimestre do ano de US$ 214,5 milhões, uma queda de cerca de 19% em comparação ao segundo trimestre de 2023, de acordo com resultados divulgados nesta quarta-feira (24). Já a receita líquida de US$ 2,33 bilhões mostrou estabilidade, com queda de apenas 0,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Na América Latina, a empresa manteve resultados estáveis, com uma receita líquida de US$ 102 milhões no segundo trimestre do ano, queda de 0,2% em comparação ao mesmo período do ano passado. *(Luana Dandara, de São Paulo)*

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Camino Education Corp. Brazil S/A -** CNPJ: 32.303.888/0001-28 - Endereço: Rua Clélia, 634, Parte 01, Bairro Água Branca - Requerente: Leograf Gráfica e Editora Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Requerido: **Ferrari & Folle Drogaria Ltda., Nome Fantasia Drogão Popular -** CNPJ: 13.746.302/0001-55 - Endereço: Av. Carlos Botelho, 105, Centro - Requerente: Trademaster Instituição de Pagamento, Serviços e Participações S/A - Vara/Comarca: 2a Vara de Nova Odessa/SP
Requerido: **Inoxfit Aços e Metais Ltda. -** CNPJ: 17.676.725/0001-05 - Endereço: Rua Lutécia, 169, Bairro Vila Carrão - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido redistribuído.
Requerido: **Rede Local de Produtos Alimentícios Eireli -** CNPJ: 06.227.913/0001-21 - Endereço: Rua Antonio José da Silva Martelinho, 390, Sala A, Bairro Parque Industrial - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 11a Vara de Campinas/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Adauto Dias Gomes, Nome Fantasia B&c Distribuidora de Alimentos -** CNPJ: 09.168.963/0001-73 - Endereço: Rua Hibisco, 1186, Sala 45, Distrito Industrial - Administrador Judicial: Dr. Paulo Duarte Alecrim - Vara/Comarca: 11a Vara de Manaus/AM
Empresa: **F Keller Filtros Industriais Ltda. ME -** CNPJ: 00.364.192/0001-15 - Endereço: Rua Oswaldo Martins, 222, Bairro Chácara Refúgio - Administrador Judicial: O Próprio Administrador Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Dr. José Carlos Kalil Filho - Vara/Comarca: 5a Vara de Sorocaba/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Inca Indústria de Concentrados de Bebidas da Amazonia Ltda., Nome Fantasia Inca da Amazonia -** CNPJ: 08.164.050/0001-16 - Endereço: Praça Quinze de Novembro, 20, Sala 502, Sup. R. Mercado, 12, Centro, Rio de Janeiro/rj - Administrador Judicial: Dr. Paulo Duarte Alecrim - Vara/Comarca: 11a Vara de Manaus/AM
Empresa: **Transportadora Via Mar Ltda. -** CNPJ: 03.635.155/0001-92 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1826, Cjto. 108, Bairro Jardim Paulistano - Administrador Judicial: Gatekeeper Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pela Dra. Flávia Botta - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Odonto Service Caldas Novas Ltda. -** CNPJ: 36.313.227/0001-34 - Requerente: Odontocompany Franchising S/A - Vara/Comarca: 3a Vara de Caldas Novas/GO - Observação: Petição inicial indeferida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Fernanda de Souza Graton Biazini Me, Nome Fantasia Lb Transportes -** CNPJ: 41.008.615/0001-41 - Endereço: Rua Américo Boni, 64, Sala 02, Bairro Frei Moacir Ii, Dracena/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP
Empresa: **Jaderson Carlos Biazini Me, Nome Fantasia Biazini Transportes -** CNPJ: 18.052.908/0001-04 - Endereço: Rua Américo Boni, 64, Sala 02, Bairro Frei Moacir Ii, Dracena/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP
Empresa: **Rede Morato Casa e Decoração Eireli, Nome Fantasia Rede Construir -** CNPJ: 22.555.473/0001-98 - Endereço: Praça Pompilho Bessa, 86, Centro - Vara/Comarca: 1a Vara de Francisco Morato/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Fausto Roversi Neto -** CNPJ: 55.655.601/0001-24 - Endereço: Rodovia Br 364,km 23, S/nº, Sala 02, Zona Rural, Jaciara/mt - Administrador Judicial: J. Farias Administração Judicial, Representada Pela Dra. Jéssica Peixoto de Farias - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Macdonald Roversi -** CNPJ: 26.248.595/0001-92 - Endereço: Rua Caiçara, 1025, Sala A, Centro, Jaciara/mt - Administrador Judicial: J. Farias Administração Judicial, Representada Pela Dra. Jéssica Peixoto de Farias - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Manauara Iii Empreendimento Imobiliário Spe Ltda. -** CNPJ: 21.869.647/0001-24 - Endereço: Av. Jacira Reis, 1315, Conjunto Residencial Kissia I, Bairro Dom Pedro I - Administrador Judicial: Medeiros, Medeiros & Santos Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Manaus/AM
Empresa: **Manauara Ix Empreendimento Imobiliário Spe S/A -** CNPJ: 31.329.124/0001-49 - Endereço: Av. Jacira Reis, 1315, Conjunto Residencial Kissia I, Bairro Dom Pedro I - Administrador Judicial: Medeiros, Medeiros & Santos Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Manaus/AM
Empresa: **Manauara V Empreendimento Imobiliário Spe S/A -** CNPJ: 24.601.033/0001-55 - Endereço: Av. Jacira Reis, 1315, Conjunto Residencial Kissia I, Bairro Dom Pedro I - Administrador Judicial: Medeiros, Medeiros & Santos Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Manaus/AM
Empresa: **Manauara X Empreendimento Imobiliário Spe S/A -** CNPJ: 31.459.331/0001-18 - Endereço: Av. Jacira Reis, 1315, Conjunto Residencial Kissia I, Bairro Dom Pedro I - Administrador Judicial: Medeiros, Medeiros & Santos Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Manaus/AM
Empresa: **Manauara Xii Empreendimento Imobiliário Spe S/A -** CNPJ: 31.328.869/0001-93 - Endereço: Av. Jacira Reis, 1315, Conjunto Residencial Kissia I, Bairro Dom Pedro I - Administrador Judicial: Medeiros, Medeiros & Santos Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Manaus/AM
Empresa: **Maurício Roversi -** CNPJ: 31.139.012/0001-25 - Endereço: Av. Rio de Janeiro, 4515, Bairro Jardim Das Palmeiras, Lucas do Rio Verde/mt - Administrador Judicial: J. Farias Administração Judicial, Representada Pela Dra. Jéssica Peixoto de Farias - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Ondina Alves Roversi -** CNPJ: 55.655.136/0001-21 - Endereço: Rodovia Br 364, Km 23, S/nº, Sala 03, Zona Rural, Jaciara/mt - Administrador Judicial: J. Farias Administração Judicial, Representada Pela Dra. Jéssica Peixoto de Farias - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Pedro Nicolao Kaczam -** CNPJ: 50.378.167/0001-69 - Endereço: Rodovia Br 163, Km 633, 40 Km À Esquerda, S/nº, Zona Rural, Nova Mutum/mt - Administrador Judicial: M a Lorga Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Marco Antonio Lorga - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT
Empresa: **Rd Engenharia Ltda. -** CNPJ: 00.673.788/0001-05 - Endereço: Av. Jacira Reis, 1315, Conjunto Residencial Kissia I, Bairro Dom Pedro I - Administrador Judicial: Medeiros, Medeiros & Santos Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Manaus/AM
Empresa: **Rd Engenharia Ltda., Filial -** CNPJ: 00.673.788/0006-01 - Endereço: Av. Sete de Setembro, 1925, Sala 06, Bairro Nossa Senhora Das Graças, Porto Velho/ro - Administrador Judicial: Medeiros, Medeiros & Santos Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Manaus/AM
Empresa: **Rd Incorporação Imobiliária Ltda. -** CNPJ: 07.419.298/0001-18 - Endereço: Av. Jacira Reis, 1315, Conjunto Residencial Kissia I, Bairro Dom Pedro I - Administrador Judicial: Medeiros, Medeiros & Santos Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Manaus/AM
Empresa: **Rd Vendas Imobiliária Ltda. -** CNPJ: 31.587.404/0001-57 - Endereço: Av. Jacira Reis, 1315, Conjunto Residencial Kissia I, Bairro Dom Pedro I - Administrador Judicial: Medeiros, Medeiros & Santos Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Manaus/AM
Empresa: **Renata Delmondes Degaspery Silva Roversi -** CNPJ: 55.658.005/0001-06 - Endereço: Rodovia Br 364, Km 23, S/nº, Sala 03, Zona Rural, Jaciara/mt - Administrador Judicial: J. Farias Administração Judicial, Representada Pela Dra. Jéssica Peixoto de Farias - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Sabiá Holdings Ltda. -** CNPJ: 17.163.439/0001-38 - Endereço: Av. Jacira Reis, 1315, Conjunto Residencial Kissia I, Bairro Dom Pedro I - Administrador Judicial: Medeiros, Medeiros & Santos Administração de Falências e Empresas em Recuperação Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Manaus/AM

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Agrotécnica Verrone Comercial Agrícola Ltda. -** CNPJ: 59.904.896/0001-86 - Endereço: Av. Brasil, 589, Bairro Bela Vista - Vara/Comarca: 1a Vara de São José do Rio Pardo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **José Roberto de Paiva Verrone, Produtor Rural -** CNPJ: 32.466.612/0001-60 - Endereço: Rodovia Deputado Eduardo Vicente Nasser, S/nº, St. Chaparral, Zona Rural, Itobi/sp - Vara/Comarca: 1a Vara de São José do Rio Pardo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Márcio Vedovato Verrone, Produtor Rural -** CNPJ: 32.466.571/0001-02 - Endereço: Rodovia Deputado Eduardo Vicente Nasser, Km 03, S/nº, St. Chaparral, Zona Rural, Itobi/sp - Vara/Comarca: 1a Vara de São José do Rio Pardo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Maria Lucy Vedovato, Produtora Rural -** CNPJ: 32.466.593/0001-72 - Endereço: Rodovia Deputado Eduardo Vicente Nasser, Km 03, S/nº, St. Chaparral, Zona Rural, Itobi/sp - Vara/Comarca: 1a Vara de São José do Rio Pardo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Crédito rural Valor é 11% superior ao disponibilizado no ciclo 2023/24; produtores que utilizarem os recursos para práticas sustentáveis terão juros diferenciados

Banco da Amazônia ofertará R$ 11 bi ao campo no Plano Safra 2024/25

Nayara Figueiredo
De São Paulo

O Banco da Amazônia disponibilizou R$ 11 bilhões em recursos para financiar os produtores rurais da região por meio do Plano Safra 2024/25. O montante é 11% maior que o do ciclo anterior e um recorde para o banco. A instituição também oferece juros diferenciados nas linhas de Crédito Verde, na tentativa de limitar o desmatamento e fomentar ações sustentáveis na região.

"Ao aumentar a eficiência no agronegócio nas áreas já abertas e intensificando a produtividade por unidade de área, diminuímos a pressão sobre as florestas para a abertura de novas áreas", disse ao **Valor** o presidente do banco, Luiz Lessa.

Segundo o executivo, a ideia é apoiar projetos de conservação e proteção ao meio ambiente, recuperação de áreas degradadas, geração de energia por fontes renováveis, sistemas agroflorestais, entre outros. "Não definimos um volume financeiro específico [para as linhas de Crédito Verde] para não limitarmos e incentivarmos ao máximo o crescimento dessas práticas", acrescentou.

Do plano total, R$ 5,4 bilhões serão destinados para pequenos e médios produtores, R$ 4,3 bilhões vão para a agricultura empresarial, e os agricultores familiares ficarão com R$ 1,3 bilhão.

As taxas de juros para custeio da agricultura familiar são a partir de 1,5% ao ano e as para investimentos, de 0,5%. Na agricultura empresarial, a taxa para custeio fica a partir de 6,75% ao ano e para investimentos, de 6,48%. Nas linhas de Crédito Verde, a taxa começa em 6,04%.

Lessa reconheceu que os produtores rurais da Amazônia enfrentaram grandes desafios na última temporada, como intempéries e queda nos preços das commodities. A seca foi um dos maiores gargalos do setor.

No entanto, a expectativa para a demanda por crédito do novo Plano Safra é positiva, de acordo com o presidente da instituição.

"A contratação de recursos do último Plano Safra do banco já foi bastante positiva. Havíamos orçado um volume financeiro de R$ 9,9 bilhões [em 2023/24], no entanto, entendemos as necessidades dos produtores rurais por mais recursos financeiros, [e] conseguimos elevar o desembolso em 8% além do inicialmente estimado", destacou.

As principais culturas agrícolas financiadas pela instituição são soja, milho e arroz. Na pecuária, a demanda vai para criações de bovinos de corte e leite. "Também são apoiadas culturas de grande importância para a economia regional, como o açaí, cacau, dendê, entre outras", acrescentou o executivo.

O banco é o principal agente de fomento da região Norte e da Amazônia Legal, segundo o presidente da instituição. No Norte, são atendidos Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins. Mas o banco atua também no Piauí e Maranhão no Nordeste, além de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás no Centro-Oeste.

Os dados sobre os recursos do Plano Safra 2024/25 do Banco da Amazônia devem ser apresentados nesta quinta-feira (25), em evento com o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro.

DIVULGAÇÃO



"Os produtores rurais enfrentaram grandes desafios na última safra"
Luiz Lessa

La Niña fraco prolonga seca na Amazônia

Clima

Marcos Fantin
De São Paulo

O fenômeno La Niña, previsto para este semestre, deve ser de fraca intensidade e incapaz de causar chuvas relevantes na região da Amazônia até novembro de 2024. Neste momento, a atmosfera está sob neutralidade e há 70% de possibilidade de o La Niña se instalar entre agosto e outubro, segundo a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional dos Estados Unidos (NOAA, na sigla em inglês).

O La Niña geralmente causa mais chuva no Norte e Nordeste e menos no Sul do Brasil, provocando estiagem em muitos casos. Isso quer dizer que o La Niña seria a esperança de dias mais úmidos na metade norte do Brasil. Mas o fenômeno deve ser de curta duração e fraca intensidade.

"Começando mais tarde e com pouca força, o La Niña não vai ajudar tanto a situação de umidade da Amazônia", afirma o meteorologista Willians Bini.

Segundo Alexandre Nascimento, meteorologista da Nottus, a seca na Amazônia não deve ter mudança no padrão até outubro. De novembro em diante, prevê, a situação começa a melhorar lentamente com as primeiras chuvas mais 'encorpadas'.

No curto prazo, a metade sul do país também vai enfrentar dificuldades. Isso porque a umidade da região amazônica forma os "rios voadores" responsáveis pelos regimes de chuva por todo o Brasil. Como as principais regiões de destino dessa umidade são o Centro-Oeste, Sudeste e Sul, a agricultura brasileira é diretamente dependente da umidade amazônica.

Na metade sul do Brasil, o ar seco e a falta de chuva, que já reflete a estiagem na Amazônia, pode se agravar no próximo mês com dias mais secos no Sul e Sudeste com o futuro La Niña ativo, mesmo que sem tanta força.

Empresas de chocolate apoiam lei da UE

Desmatamento

Reuters
De Bruxelas

Grandes empresas de chocolates, como Nestlé, Mars e Ferrero, apoiaram a proibição da União Europeia de importar produtos ligados a desmatamento, em meio a demandas de algumas empresas para postergar o prazo de validade da regra, segundo documentos vistos pela *Reuters*.

A lei antidesmatamento vai exigir que, a partir de 30 de dezembro, empresas que vendem cacau, café, óleo de palma e outros produtos no bloco de 27 países provem que suas cadeias de fornecimento não contribuem para a destruição de florestas.

Em um documento conjunto enviado à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a gigante de alimentos Nestlé, a fabricante do M&M Mars Wrigley e a fabricante de chocolate Ferrero apoiaram a lei, mas pediram que a UE faça mais para ajudar as empresas a cumprirem o prazo.

"A EUDR [regulação de desmatamento da UE] representa um passo importante para direcionar a transformação necessária do setor de cacau e chocolate, ajudando a minimizar o risco de desmatamento associado aos produtos de cacau e chocolate colocados no mercado da UE", afirma o documento.

As companhias pediram que a UE crie um comitê para coordenar as autoridades dos países e dê orientação, incluindo de interpretação legal e de obrigações de due diligence das empresas. A ideia é que as companhias estejam preparadas para atender as exigências a partir de 30 de dezembro, quando começa a valer a lei.

O documento também foi assinado pela Tony's Chocolonely, pela organização Fair Trade Advocacy Office (FTAO) e pela organização Voice, de sustentabilidade da cadeia do cacau.

INÊS 249

Nutrição animal Movimento acontece no momento em que setor prevê crescer 2,6% no país, atraindo aportes de empresas locais e o interesse de novos competidores

ADM anuncia fábrica de nutrientes no Paraná para ampliar produção em 40%

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A americana ADM, uma das maiores companhias de agronegócio do mundo, vai construir uma nova fábrica de premix (mistura de minerais, aminoácidos, vitaminas e aditivos) em Apucarana (PR), para ampliar sua capacidade de produção em 40%. A empresa está entre as dez maiores fabricantes de produtos de nutrição animal no país e tem a ambição de ficar entre as três primeiras.

O movimento acontece no momento em que o mercado de nutrição animal dá sinais de aquecimento no país. Ariovaldo Zani, CEO do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações), estima que o segmento crescerá 2,6% neste ano em relação a 2023 enquanto o de sal mineral terá avanço de 4%.

Fernando Bocabello, diretor comercial da área de premix e aditivos da ADM para o sul da América Latina, não revela o valor do investimento. Menciona apenas que são “dezenas de milhões de reais”. A planta fabril vai ocupar uma área de 7,5 mil metros quadrados e tem previsão de ficar pronta em agosto de 2025.

A nova planta de Apucarana fica a dois quilômetros de outra fábrica da empresa, que será desativada. Os 100 empregados da unidade antiga serão transferidos para a nova e a ADM seguirá com nove fábricas de nutrição animal no país.

“A fábrica atual fica em um prédio alugado, e a estrutura não permite fazer a integração de equipamentos em um único sistema digital. Por isso a opção pela unidade nova”, afirma Bocabello.

Segundo o executivo, a fábrica terá tecnologia de rastreamento e mapeamento de todos os ingredientes inseridos em cada formulação de premix. A planta também poderá produzir formulações personalizadas para cada criador, sem risco de contaminação cruzada.

“A indústria exportadora de proteínas tem exigências de requerimentos nutricionais e de segurança avançados. Com a nova planta vamos oferecer rastreabilidade no mais alto nível. Os clientes terão total garantia de quantidade e origem dos ingredientes”, assevera.

De imediato, a fábrica vai atender produtores de aves, suínos e aquicultores do Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Peru e Bolívia, já clientes da planta industrial antiga. “Com a estrutura nova, a expectativa é alcançar mercados novos e mais exigentes, como de produtores de salmão do Chile e os mercados pet da Argentina e do Chile”, diz Bocabello.

Além da expansão da capacidade produtiva, a ADM reestruturou a área comercial, que agora conta com equipes especializadas nos diferentes setores de produção animal, oferecendo um atendimento mais personalizado, segundo ele. A companhia também constrói um centro de distribuição em Apucarana, que vai aumentar sua capacidade de armazenamento em 75%.

Os investimentos atuais fazem parte de um conjunto de esforços da companhia nos últimos anos para avançar no mercado brasileiro de nutrição animal, incluindo restruturação da área fabril, separação dos negócios de nutrição de produção e pets e renovação do portfólio de produtos. A ADM dobrou de tamanho no setor de nutrição animal desde 2019, após a aquisição da Neovia, por €1,5 bilhão.

A ADM não divulga dados financeiros por país. Os resultados do segundo trimestre serão divulgados pela empresa no dia 30.

No primeiro trimestre, a companhia registrou lucro líquido global de US$ 729 milhões, um recuo de 38,7% em relação ao mesmo período de 2023. A receita caiu 9,4%, para US$ 21,8 bilhões. Em nutrição, houve queda de 39%, com resultado operacional de US$ 84 milhões, devido à paralisação na Decatur East, de nutrição humana. Para 2024, a expectativa da ADM é de aumento na receita do negócio de nutrição de “um dígito médio”.

Outras empresas do setor de nutrição animal também investem na ampliação de suas fábricas no país. É o caso da CJ do Brasil que investe R$ 1,1 bilhão para ampliar sua fábrica de Piracicaba (SP). A Agronorte aplicou R$ 135 milhões em uma nova fábrica em Gurupi (TO) e dois armazéns, em Açailândia (MA) e Bom Jesus (TO). Já a Cooperativa Central de Produtores Rurais (CCPR) concluiu recentemente a construção de uma nova fábrica em Curvelo (MG), com investimento de R$ 245 milhões.

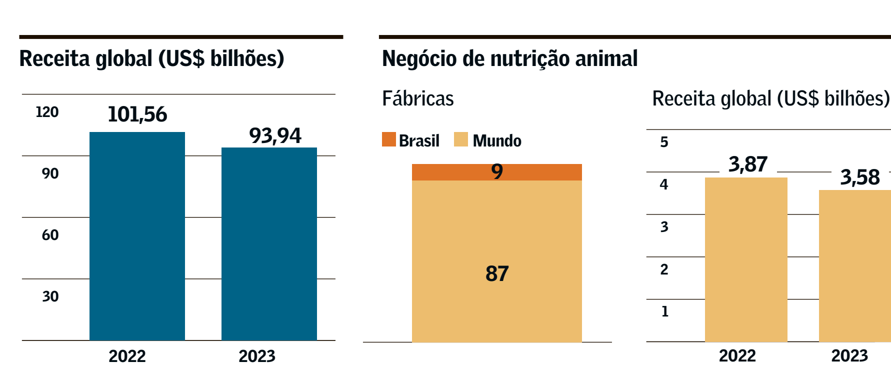
“Também temos visto uma retomada de investidores prospectando negócios no Brasil, principalmente europeus, argentinos, chineses e coreanos”, diz Zani, do Sindirações.

Raio X da ADM

Destaques da multinacional







Fonte: Empresa

DIVULGAÇÃO

“Expectativa é alcançar mercados exigentes, como de salmão do Chile” **Fernando Bocabello**

Bauer do Brasil expande operação para Argentina

Irrigação

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A Bauer do Brasil acaba de fechar uma parceria que marca sua expansão na América do Sul. A companhia vai fornecer seus equipamentos de irrigação, como carretéis e pivôs, na Argentina por meio do Grupo Criolani. Juntas, as duas empresas vão investir US$ 10 milhões no país vizinho em cinco anos, para montar uma estrutura comercial que dê suporte à empreitada.

O acordo é estratégico e não envolve a aquisição de uma empresa pela outra. Considerando que projetos de irrigação são de médio e longo prazo, a meta é conquistar em até três anos uma fatia de 20% do mercado de irrigação da América do Sul.

“Os projetos de irrigação começam a se desenvolver entre seis meses e um ano, por isso acreditamos que de três a cinco anos teremos um mercado maduro”, estima Rodrigo Parada, CO-CEO da Bauer do Brasil.

Segundo ele, nos últimos dois ou três anos a irrigação só cresceu na Argentina, o que motivou a escolha do país para dar a largada ao processo de expansão. Parada admite que o cenário macroeconômico argentino ainda é adverso, mas isso não será um impedimento para o projeto.

“A instabilidade financeira de lá é sempre uma preocupação, por isso foi importante a escolha de um parceiro que fosse forte na Argentina, e o Criolani já é referência na venda de tratores e colheitadeiras”, afirma Parada.

Pablo Berretti, gerente geral do Grupo Criolani, observa que a empresa já atua como concessionária de grandes marcas de máquinas agrícolas, como Case IH. A parceria com a Bauer também significa a entrada do grupo no setor de irrigação.

“O produtor rural está voltando a investir. Tivemos uma troca de governo, e o mercado começa a acreditar nas políticas do governo, de crédito, para voltar a fazer investimentos”, diz Berretti.

Há sinais de uma retomada nos investimentos no campo desde março, mas ainda lenta, segundo o executivo. “Em 2024, não teremos um mercado totalmente estabilizado, por causa dos altos índices de inflação e do custo do crédito, mas acreditamos que nos próximos anos o mercado estará mais fortalecido”, acrescenta.

Segundo ele, esse também foi um dos motivos que levaram a Bauer e a Criolani a trabalharem com metas de resultados para médio e longo prazos.

Além de esperar uma melhora no quadro econômico argentino, Berretti também está otimista em relação ao clima no país, após uma seca registrada em 2023.

De fato, os extremos climáticos e os episódios de seca têm contribuído para que o setor agrícola aumente a procura por irrigação na tentativa de garantir a produtividade da lavoura.

Atentos a essa demanda, a Bauer e a Criolani estão investindo no aumento da capacidade comercial da Criolani na Argentina. “Já começamos a construção de uma loja em Totoras que será inaugurada em até 90 dias, e outra em Rosário, que vai ficar pronta em até setembro de 2025”, afirma Berretti.

Todos os equipamentos continuarão sendo fabricados no Brasil, mas a expansão argentina deverá aumentar a capacidade da fábrica em, no mínimo, 10%. No total, a nova representação contará com 12 pontos de suporte aos clientes de irrigação, um centro de distribuição em nível nacional e um centro de serviços avançados.

Haverá ainda um Centro de Controle de Telemetria da plataforma digital Irricontrol para monitorar os equipamentos em tempo real, informar clientes e buscar melhorias nos equipamentos de irrigação.

DIVULGAÇÃO



“Acreditamos que em três a cinco anos teremos um mercado maduro” **Rodrigo Parada**

Após testes negativos de Newcastle, governo reduz restrição a exportações

Avicultura

Rafael Walendorff
De Brasília

O Ministério da Agricultura reduziu a abrangência da área de emergência zoossanitária no Rio Grande do Sul para os cinco municípios localizados no raio de 10 quilômetros do foco da Doença de Newcastle detectado na semana passada: Anta Gorda, Doutor Ricardo, Ilópolis, Putinga e Relvado.

A decisão, divulgada ontem à noite pela Pasta, foi tomada após dois casos suspeitos da enfermidade serem descartados por exames realizados no Laboratório Federal de Defesa Agropecuária (LFDA) de Campinas (SP). Antes, a medida valia para todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O ministério também atualizou as regras sobre as suspensões aplicadas preventivamente às exportações de produtos avícolas e reduziu o número de destinos para os quais todos os frigoríficos do Rio Grande do Sul estavam impedidos de vender, de 35 para 8.

Para China, Argentina e México, continuam bloqueadas as vendas de todo o país, incluindo os frigoríficos do Rio Grande do Sul. Os gaúchos também não podem comercializar com Bolívia, Chile, Cuba, Peru e Uruguai.

Para os demais países importadores, já foi possível atender um pleito apresentado pelo setor avícola gaúcho ontem e reduzir o autoembargo às vendas externas à zona de restrição ou ao raio afetado, o que diminui o impacto na cadeia produtiva. É o caso da União Europeia, importante comprador de frango do país, para onde as exportações de todo o Estado do Rio Grande do Sul estavam bloqueadas anteriormente. Essa regra também vale para Japão, Coreia do Sul e Israel, por exemplo, e outras dezenas de nações.

A medida atende, ao menos parcialmente, pedido feito pela Organização Avícola do Rio Grande do Sul ontem, para reduzir as restrições às exportações. Avicultores e indústria querem que as suspensões valham apenas para a área do raio de 10 quilômetros do foco para todos os destinos.

O Ministério da Agricultura ressaltou, em nota, que as regras de suspensão são revisadas diariamente, “tendo em vista as tratativas em curso com os países parceiros, nas quais são apresentadas todas as ações que estão sendo executadas para erradicar o foco”.

“Como as investigações não encontraram nenhum outro resultado positivo da doença e respeitando todos os critérios técnicos e os protocolos, pedimos a revisão dos autoembargos, justamente porque o setor precisa dar continuidade ao fluxo comercial no mercado externo”, disse José Eduardo dos Santos, presidente da Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav), na manhã de ontem.

Márcio Madalena, secretário-adjunto da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul , afirmou que a solicitação tem embasamento técnico. As investigações, conduzidas em quase 700 propriedades no entorno de Anta Gorda até ontem, não encontraram qualquer sinal de propagação do vírus na região.

“Temos a convicção de que é possível adotar os embargos no foco e não no Estado inteiro. Entendemos que o pedido do setor avícola tem fundamentação técnica pela qualidade dos serviços realizados na região e dos exames negativos que tivemos até agora. Não é apenas uma questão mercadológica”, ressaltou ele.

680
propriedades já foram visitadas

Crédito rural
Banco da Amazônia vai ofertar R$ 11 bilhões ao campo no novo Plano Safra
B7

Balanço
Santander, de Mario Leão, limpa excessos da pandemia e engata recuperação no 2º trimestre C4



Real digital
Drex vem para complementar o Pix e reduzir custo de bancos, diz Campos C6

Tecnologia
Ações de Tesla e Alphabet caem e levam Nasdaq a perder 3,64% C2

Investimentos
Pessimista com fiscal, Claritas aposta em alta do dólar e de taxa prefixada C6

Finanças

Mercados Além de incerteza local, valorização do iene tem exercido pressão em moedas de países emergentes; juros futuros avançam e bolsa cai

Dólar tem novo dia de alta firme e supera os R$ 5,65

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

Aliado a um cenário doméstico que inspira baixa confiança entre os investidores, o ambiente global voltou a se mostrar bastante negativo para ativos de risco ontem e ajudou a impor mais um dia de perdas no mercado local, notadamente para a divisa brasileira. O dólar fechou a sessão em alta firme e voltou a ser negociado na faixa dos R$ 5,65, maior nível em três semanas. A pressão cambial, por sua vez, passou a entrar no radar dos agentes e aumentou os receios relacionados a um possível endurecimento no discurso do Banco Central na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) na próxima semana, o que também acabou pressionando os juros futuros.

O cenário externo tem se mostrado mais desafiador para ativos de emergentes nos últimos dias. Para além da perspectiva ainda majoritária de que o ex-presidente dos EUA Donald Trump irá vencer as eleições no país — o que traria dificuldades ao comércio global e aos mercados emergentes —, a recente apreciação da moeda japonesa tem sido um fator apontado como amplamente negativo para as divisas de economias emergentes.

Isso porque uma estratégia amplamente utilizada pelos investidores globais ao longo dos últimos anos foi a do "carry trade". Ela consiste em tomar recursos em países com juros baixos, como o Japão, e alocá-los em economias com taxas elevadas, como o Brasil e o México, de forma que o investidor que realiza essa operação ganha com o diferencial de juros. Pela sua natureza, a aposta também acaba sendo bem-sucedida caso ocorra uma valorização das moedas de juros elevados contra a divisa utilizada como "funding" na operação.

No entanto, as perspectivas de que o Banco do Japão (BoJ) irá apertar sua política monetária e os reflexos das supostas intervenções do ministério das Finanças do país no mercado cambial para conter a depreciação do iene levaram a moeda japonesa a exibir uma forte apreciação nos últimos dias.

Assim, ontem, o real dividiu o protagonismo negativo com o peso mexicano, outra moeda associada às operações de carry trade com o iene. O dólar subiu 1,27% contra o real e fechou o dia negociado a R$ 5,6566. Perto do horário de fechamento, a divisa americana também subia mais de 1% contra o peso mexicano, ao passo que caía mais de 1% frente ao iene. Tanto o real quanto o peso mexicano exibiram quedas de mais de 2% no confronto com a divisa japonesa.

Para Fernando Chibante, gestor macro da Occam, uma alta de juros do BoJ na semana que vem já parece estar incorporada aos preços, mas sinalizações que apontam para uma política mais dura à frente podem estender a valorização do iene. "E caso o iene reaja positivamente à decisão, devemos ter mais um empurrão negativo contra o real", diz.

Com isso, o profissional afirma que a Occam está com posição comprada em iene contra o real (aposta na valorização da moeda japonesa ante a brasileira). "Acreditamos que a valorização do iene, impulsionada pela expectativa de aumento de juros no Japão, e os fatores de risco que pressionam o real justificam essa estratégia." Dentre esses fatores, ele cita as incertezas fiscais no Brasil, desaceleração da economia da China e um ambiente menos propenso à tomada de risco com as eleições americanas.

> "No lado doméstico, preocupação com sustentabilidade fiscal no médio prazo tem gerado incertezas"
> *Fernando Chibante*

O Bank of America, por outro lado, era uma das casas que apostavam, desde abril, em posições compradas (aposta na valorização) em real contra o iene. A aposta, ontem, atingiu o nível de tolerância máxima de perda estabelecida pelo banco.

Ainda segundo Chibante, da Occam, há razões internas que também explicam a depreciação do real. "No lado doméstico, a preocupação em torno da sustentabilidade fiscal no médio prazo tem gerado incertezas no mercado. Novos ruídos políticos podem voltar a incomodar no próximo mês durante as discussões orçamentárias", afirma o gestor.

A recente depreciação do real também voltou a acender sinais de alerta sobre o comportamento da política monetária do Brasil no curto prazo. Ainda que o cenário iminente de altas de juros seja considerado como improvável, a visão de que o Copom pode alterar a orientação de seu balanço de riscos para uma assimetria em relação aos riscos de alta da inflação passou a ganhar corpo nas discussões do mercado.

Segundo as estimativas do J.P. Morgan, com um câmbio negociado a R$ 5,60 e expectativas de inflação para 2025 em 3,90%, a projeção do Copom em seu cenário alternativo — o que prevê a manutenção da Selic em 10,5% ao longo do horizonte relevante — estaria em 3,4%. Vale apontar que, no último comunicado do BC, a projeção encontrava-se em 3,1%, com um câmbio de R$ 5,30.

"Com o horizonte monetário de 18 meses do Banco Central dando cada vez mais importância às projeções para 2026 e com os bancos centrais globais começando a flexibilizar as condições, o BC terá alguma margem de manobra para manter a taxa de política no nível restritivo de 10,50% para esperar e ver como esse desvio entre os dados e as expectativas se desenrolará nos próximos trimestres. Dito isso, o cenário parece colocar o BC no limite. Aumentos adicionais nas projeções de inflação podem desencadear altas de juros no segundo semestre deste ano", apontam Cassiana Fernandez e Vinícius Moreira, do J.P. Morgan.

Segundo eles, ainda, a opção da maioria do colegiado sobre como o balanço de riscos será caracterizado pode ser um prenúncio do que o BC está inclinado a fazer nas próximas reuniões.

Ontem, apesar do ambiente amplamente negativo, o Ibovespa fechou a sessão com desvalorização contida, de 0,13%, aos 126.423 pontos. A despeito da forte pressão negativa no real e nos juros futuros nas últimas sessões, o principal índice acionário da bolsa local tem se mantido mais ancorado e acumula alta de 2,03% em julho.

Para o líder da área de análise de investimentos da Warren, Frederico Nobre, nos últimos meses existiu um certo pessimismo exagerado na precificação da curva de juros no Brasil e o receio em torno do fiscal ainda segue, mas parece haver um apetite maior a risco.

Segundo ele, os aportes de investidores estrangeiros em julho, que já somam R$ 6,22 bilhões, ajudaram a amenizar um pouco das perdas sofridas pelo índice ao longo do primeiro semestre. O principal gatilho para tornar a volta do capital estrangeiro mais perene, diz Nobre, é o início do ciclo de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), que deve ocorrer em setembro. "Com o maior apetite a risco, a alocação em mercados emergentes vai acontecer e o Brasil é um dos países que devem receber esse fluxo", completa.

De volta às máximas
Evolução da taxa de câmbio no ano (R$/US$)

Fonte: Valor PRO

Lula pode adiantar nome do BC para conter tensão

Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo Lula pode antecipar a indicação para a presidência do Banco Central (BC) e deixar o envio dos nomes para as diretorias para um segundo momento, apurou o **Valor**. A equipe econômica avalia que as indicações da presidência e das duas diretorias que ficarão vagas não necessariamente precisam caminhar de forma conjunta.

Com essas indicações, o governo terá maioria no BC pela primeira vez desde o início do mandato. O diagnóstico da equipe é que, caso o presidente escolhido pelo presidente Luz Inácio Lula da Silva (PT) seja do agrado do mercado financeiro, uma indicação rápida seria o "melhor possível" para acalmar os ânimos do mercado, permitir um alívio na cotação do dólar e iniciar uma transição com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, ainda que o Senado leve um tempo para sabatinar e aprovar o indicado.

Nesse quesito se enquadraria o nome de Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária, segundo ouviu o **Valor**. Ele continua considerado favorito para conduzir o BC a partir de 2025 e, na visão da equipe econômica, já está nos cálculos do mercado. Assim, não haveria impactos negativos com sua indicação e a transição com Roberto Campos Neto seria facilitada. Também haveria um ganho de comunicação nesse período.

Por outro lado, a equipe econômica defende que, caso o presidente Lula opte por um nome com perfil mais heterodoxo, que não necessariamente agrade ao mercado, essa indicação deveria ficar para depois das eleições municipais.

Além da presidência, o governo ainda indicará nomes para as diretorias de Regulação, hoje ocupada por Otavio Damaso, e para a de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, comandada atualmente por Carolina de Assis Barros, já que ambos os mandatos acabam em dezembro. Além disso, caso a indicação de Galípolo para a presidência se confirme, ainda haveria uma terceira nomeação para a diretoria, já que a área de Política Monetária ficaria vaga.

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO



Galípolo: para equipe econômica, eventual indicação do atual diretor para comando do BC já está nos cálculos do mercado

Iene avança 5% e derruba moedas pelo mundo

Bloomberg

A rápida valorização do iene, que avançou mais 1% ontem em relação ao dólar, vem pressionando moedas de vários países pelo mundo. Os analistas atribuem a mudança a uma reversão nas operações globais de "carry trade", que se financiam em moedas de mercados com juros baixos — caso do iene — para aplicar em divisas de rendimento mais elevado, como real, peso mexicano e dólar australiano e neozelandês.

O iene subiu ontem pelo terceiro dia consecutivo e já acumula uma alta de quase 5% desde que atingiu a mínima em quase quatro décadas, em 3 de julho, após o fim dos juros negativos no país. A moeda japonesa rompeu o limiar psicológico de 155 unidades por dólar, ultrapassando a chamada média móvel de 100 dias pela primeira vez desde meados de março.

A suspeita de intervenção no câmbio no início deste mês ajudou a impulsionar a recuperação da moeda japonesa, juntamente com comentários sobre a fraqueza excessiva do iene por parte do ex-presidente Donald Trump e de altos membros do partido do governo no Japão.

Agentes de mercado também consideram uma possível alta de juro pelo Banco do Japão (BoJ) na próxima semana, o que prejudicaria o apelo do iene como moeda de financiamento para "carry trade".

O cenário está "potencialmente apertando as posições vendidas [que apostam na baixa] em ienes, dado que o 'carry trade' tem sido uma estratégia popular nos últimos anos", escreveu Charu Chanana, chefe de estratégia de câmbio da Saxo Capital Markets, em nota.

"O iene subiu mais de 4% em relação ao dólar americano, com o Fed facilitando as apostas, coincidindo com as expectativas de que o Banco do Japão poderá aumentar ainda mais as taxas na reunião de julho. Esta mudança de juros favorece o iene", completou.

As taxas de juro ultrabaixas no Japão fizeram do iene uma fonte de financiamento popular nos últimos anos para "carry trade". Essas operações estão sendo desfeitas conforme os investidores apostam em mais aumento nas taxas de juros no Japão e na possibilidade de mais intervenções por parte das autoridades japonesas.

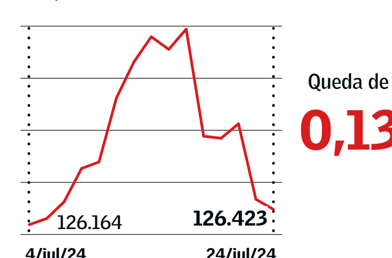
> **1%**
> **foi a alta do iene em relação ao dólar ontem**

"Esta semana assistimos a uma reversão mais pronunciada de 'carry trades', sublinhando a concentração do posicionamento vendido em iene que agora enfrenta uma pressão mais intensa da intervenção", disse Richard Franulovich, chefe de estratégia cambial do Westpac Banking. "Os políticos locais tornaram-se mais vocais em torno dos perigos econômicos decorrentes da fraqueza do iene."

O secretário-geral do Partido Liberal Democrata (LPD), Toshimitsu Motegi, juntou-se esta semana ao ministro da Transformação Digital, Taro Kono, no apelo a taxas de juro mais elevadas para conter a fraqueza do iene. Os comentários de Kono e Motegi, do LDP, aumentam o sentimento de cautela sobre um possível aumento das taxas do BoJ", disse Keiichi Iguchi, estrategista sênior da Resona Holdings. Juntamente com as suspeitas de intervenções no iene no início deste mês, "um aumento da taxa do BoJ poderia marcar o fim da fraqueza do iene". Trump disse em entrevista à Bloomberg Businessweek que os EUA têm um "grande problema cambial" devido à fraqueza do iene e do yuan. Isso ampliou a perspectiva de que ele possa agir para enfraquecer o dólar se vencer as eleições.

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos



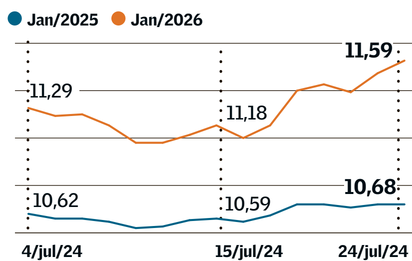
Queda de **0,13%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

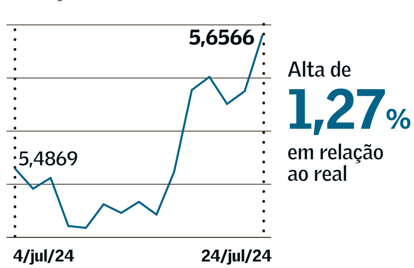
Bolsas internacionais
Variações no dia 24/jul/24 - em %

Dow Jones	-1,25
S&P 500	-2,31
Euronext 100	-0,81
DAX	-0,92
CAC-40	-1,12
Nikkei-225	-1,11
SSE Composite	-0,46

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

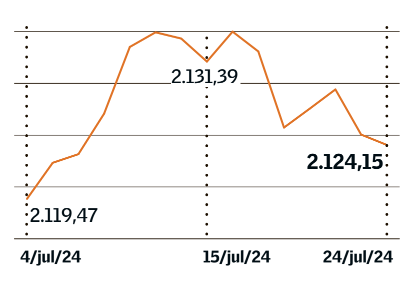


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Alta de **1,27%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Mercados Decepção com os balanços da Tesla e da Alphabet chacoalha Wall Street

Nasdaq sofre forte tombo e registra pior desempenho desde 2022

Gabriel Roca e Igor Sodré
De São Paulo

Após um extenso rali em papéis ligados a empresas de tecnologia nos Estados Unidos nos últimos meses, resultados trimestrais de gigantes americanas foram mal recebidos pelo mercado ontem e impuseram uma sessão de perdas expressivas aos índices acionários em Wall Street. O Nasdaq e o S&P 500, por exemplo, sofreram suas maiores quedas diárias desde o fim de 2022, com investidores se perguntando se a euforia com o tema da inteligência artificial (IA) não pode ter ido longe demais.

O índice Dow Jones fechou em queda de 1,25%, aos 39.853,87 pontos, enquanto o S&P 500 perdeu 2,31%, cotado a 5.427,13 pontos, registrando seu pior desempenho desde dezembro de 2022. Já o índice eletrônico Nasdaq despencou, ao fechar em queda de 3,64%, a 17.342,41 pontos, anotando seu maior tombo desde outubro de 2022.

Nesse contexto, o índice de volatilidade VIX, conhecido como o termômetro do medo em Wall Street, disparou, ao subir 22,55% e encerrou o pregão de ontem cotado aos 18,04 pontos.

Na noite de terça-feira, a fabricante de veículos elétricos Tesla registrou sua segunda queda consecutiva no lucro trimestral e não atingiu as estimativas dos analistas em seu balanço. Já os papéis da Alphabet, controladora do Google, superaram as expectativas dos analistas, mas geraram preocupações sobre os gastos pesados com inteligência artificial e a desaceleração do crescimento das vendas de anúncios.

"Os balanços da área de tecnologia começaram em um tom desanimador na noite passada [terça-feira]", diz o Deutsche Bank, em nota enviada a clientes.

Assim, as quedas nas ações, que têm peso expressivo no S&P 500 e no Nasdaq foram pronunciadas. A Tesla fechou o pregão em baixa de 12,33%, enquanto a Alphabet caiu 5,04%. A onda negativa acabou arrastando outras gigantes do setor. A Nvidia recuou 6,80%; a Meta Platforms, controladora do Facebook, despencou, ao cair 5,61%; e a Amazon recuou 2,99%.

Nesse contexto, o grupo de ações conhecido como "as sete magníficas" — composto por Apple, Microsoft, Alphabet, Amazon, Nvidia, Meta e Tesla — perdeu US$ 768 bilhões em valor de mercado somente na sessão de ontem, a maior queda já registrada desde que a Meta se tornou pública como Facebook em 2012, segundo dados da Dow Jones Market Data.

"Não basta atender às estimativas. É preciso superar as estimativas", afirmou David Lundgren, gerente de portfólio da Little Harbor Advisors, em entrevista à Dow Jones Newswires.

Em relatório enviado a clientes, a Guide Investimentos também nota que as ações da ASML caíram 3,40% na Bolsa de Amsterdã, "em meio aos resultados ruins das gigantes de tecnologia dos EUA, Tesla e Alphabet, aumentando as preocupações de que a alta das ações de inteligência artificial neste ano tenha ido além do justificado".

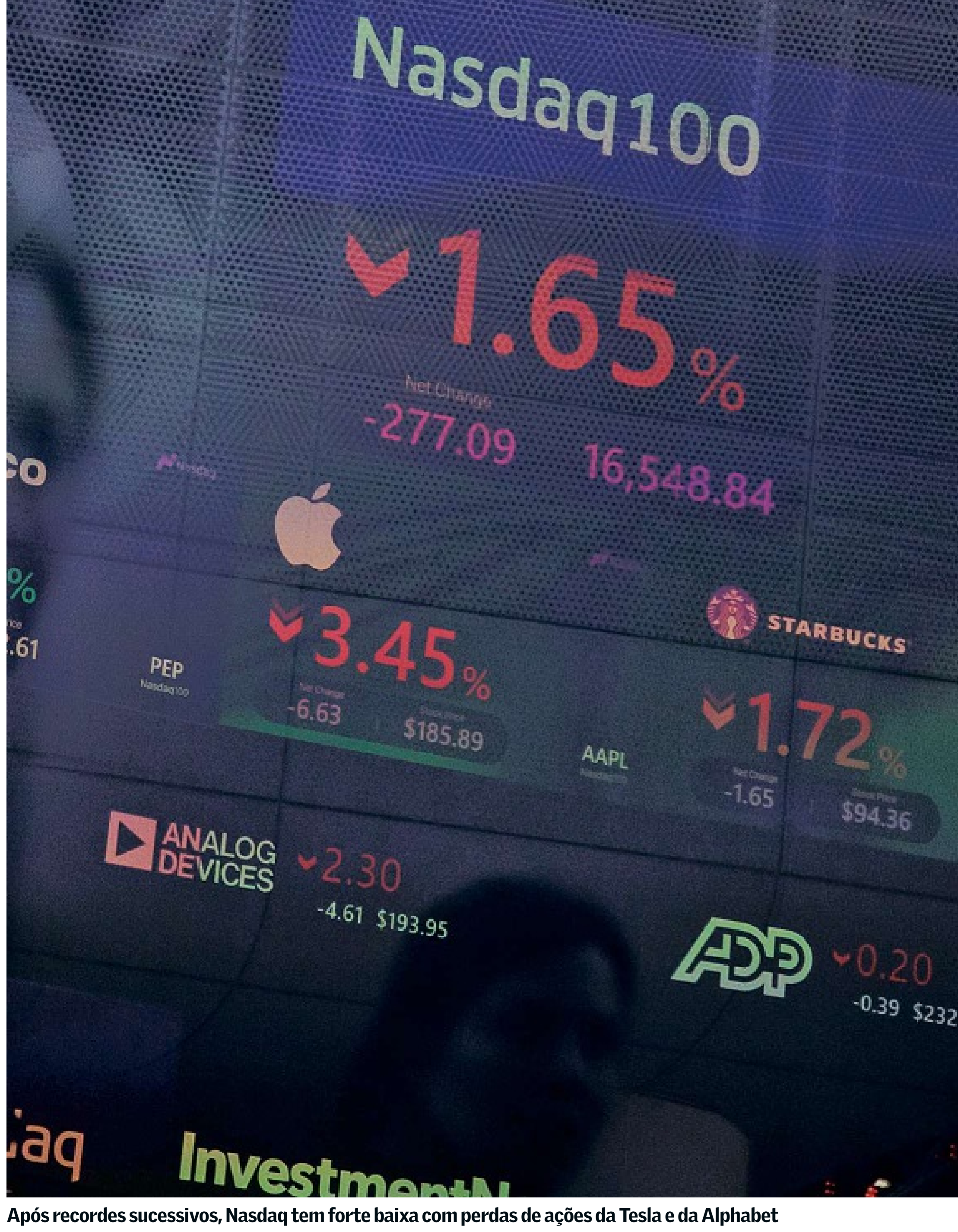
Outras ações ligadas à cadeia de suprimentos de inteligência artificial, como as produtoras de semicondutores, também acabaram fechando o dia em queda firme. A Super Micro Computer caiu 9,1%, enquanto a Broadcom recuou 7,6%. A Qualcomm e a Advanced Micro Devices caíram mais de 6% cada uma.

Os rendimentos dos Treasuries, por sua vez, também subiram e acabaram contribuindo para a pressão observada em ações ligadas à tecnologia. A taxa da T-note de dois anos passou de 4,500% para 4,443%, enquanto o retorno do papel de dez anos oscilou de 4,255% para 4,293%.

A pressão de baixa nos juros de curto prazo veio na esteira da decisão do Banco do Canadá (BoC) de reduzir a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para 4,5%. O presidente do banco central canadense, Tiff Macklem, porém, apontou que a divergência em relação ao Federal Reserve (Fed, banco central americano) não deve ser um problema.

1,25%
foi a baixa do índice Dow Jones da bolsa de Nova York

MICHAEL NAGLE/BLOOMBERG



Após recordes sucessivos, Nasdaq tem forte baixa com perdas de ações da Tesla e da Alphabet

Credit Saison estreia no país de olho em startups



Silvia Rosa
De São Paulo

O grupo japonês Credit Saison, uma das maiores empresas financeiras não bancárias do Japão, acaba de desembarcar no Brasil com R$ 500 milhões disponíveis para investir. Os recursos devem se traduzir em concessões de crédito via fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), para chegar a pessoas físicas e pequenas e médias empresas, ou em aportes em startups, com foco maior em negócios que estão em estágio inicial.

O movimento faz parte da expansão internacional do Credit Saison para mercados emergentes e marca a entrada na América Latina. Além do Brasil, onde acabou de abrir um escritório em São Paulo que conta com um time de 12 pessoas, a companhia está iniciando a operação no México. Fora do Japão, a empresa já tinha presença em Cingapura, Indonésia, Tailândia, Vietnã e Índia. Listada na bolsa de Tóquio, soma US$ 27 bilhões de balanço patrimonial.

Segundo Kosuke Mori, CEO da Saison International, braço de negócios internacionais do grupo japonês, a decisão de investir no mercado brasileiro se deve à percepção de que o país tem um mercado bem desenvolvido de fintechs; um Banco Central (BC) inovador, com iniciativas como Pix, open finance e Drex (moeda digital brasileira); e um ambiente regulatório favorável a investidores, com uma solução única de securitização como o FIDC. "E o Brasil tem uma grande população com pessoas talentosas", diz.

Apesar da alta taxa de juros no país, que gerou o aumento dos índices de inadimplência nos últimos anos, Mori acredita que o período de aumento da inflação após a pandemia foi um teste para a estrutura de FIDCs, que trabalha com a securitização de recebíveis. "Temos uma longa história no Japão e experiência de 10 anos em mercados emergentes, isso não é novo para nós", afirma.

No Brasil, a ideia é se concentrar mais na oferta de crédito via FIDCs, inicialmente por meio de parcerias com fundos locais, para o dinheiro chegar na ponta a pessoas físicas e pequenas e médias empresas. "Startups e fintechs precisam de capital de giro, e nosso objetivo é usar essa estrutura de FIDC para democratizar o crédito no país."

No caso do aporte em startups, o Credit Saison poderá investir por meio de seu fundo de corporate venture capital ou de fundos de venture capital locais. O foco será em fintechs ou startups voltadas para o e-commerce ou Web3 (de tecnologias como blockchain), em estágio inicial, até aquelas com porte para participar de uma rodada série A. "Estamos buscando fintechs que usem tecnologia inovadora e dados para liderar a inclusão financeira no mercado de crédito", afirma.

Apesar da redução do funding para investimentos em venture capital, Mori acredita que o Brasil está em um bom momento e mais maduro após o período de inflação alta. "Nós não competimos com os fundos de venture capital, não falamos em saída, estamos vindo para o mercado comprometidos com o longo prazo", diz.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Fintechs poderão captar com novo título bancário

Gabriel Shinohara, Estevão Taiar e Álvaro Campos
De Brasília e São Paulo

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resoluções que, segundo o Banco Central (BC), aperfeiçoam modelos de negócios de fintechs ao alterar regras para as Sociedades de Crédito Direto (SCDs) e Sociedades de Empréstimo entre Pessoas (SEPs). As medidas, que passam a valer já no início do próximo mês, devem facilitar a captação das fintechs e trazer mais dinamismo ao mercado, mas não alteram a regra que as proíbe de se alavancar. Ou seja, elas continuam podendo operar somente com capital próprio.

Em uma das alterações, o CMN permitiu que as SCDs emitam Certificados de Cédula de Crédito Bancário (CCCBs). Em tese, as fintechs de crédito já podiam trabalhar com CCBs — que tecnicamente são emitidas pelo devedor em favor de uma instituição financeira — mas, como havia uma certa insegurança jurídica sobre o instrumento, na prática acabava não sendo utilizado. Agora, além de expressar de forma clara que as fintechs de crédito podem sim usar CCBs, o BC também criou os CCCBs, que são uma forma de empacotar frações ou inúmeras CCBs inteiras, facilitando posteriormente o processo de venda desses instrumentos.

O BC esclareceu também que a SCD continua custodiante do instrumento dos créditos e permite um "melhor monitoramento e supervisão das operações em andamento". Assim, com esse papel de custodiante, mesmo que a fintech venda a CCB e a tire do seu balanço, ela continua responsável e, dessa forma, poderá aderir a programas como o Pronampe e o FGI. Na regra anterior, como não estava claro esse papel de custodiante em caso de venda da CCB, os fundos por meio dos quais esses programas federais operam não podiam comprar esses instrumentos das fintechs.

Associações que representam fintechs elogiaram a decisão do CMN. Para a Associação Brasileira de Crédito Digital (ABCD), a medida atende aos pleitos encaminhados pelo setor em maio de 2023. A entidade ressalta que as mudanças vão permitir que as SCDs participem de programas federais de crédito. "A emissão de CCCBs possibilita que as fintechs possam manter as CCBs no seu balanço [manter como custodiante em caso de venda do instrumento]. Atualmente, isso acaba não sendo viável porque normalmente as CCBs são vendidas para veículos como FIDCs e securitizadoras", afirma o presidente da entidade, Francisco Ferreira.

Do lado das SEPs, a ABCD aponta que a alteração amplia o leque de serviços que elas podem oferecer ao flexibilizar a exigência anterior de que os recursos fossem desembolsados diretamente para o consumidor final. "A partir de agora, essas fintechs de crédito vão poder fazer operações de financiamento de produtos e serviços. Um varejista poderá receber o crédito diretamente da SEP, enquanto o consumidor final receberá o produto", exemplifica Daniel Gomes, diretor da associação.

Para José Luiz Rodrigues, presidente do conselho da Associação Brasileira de Fintechs (AB Fintechs), as mudanças vão facilitar a captações das SCDs. "Isso melhora a condição de colocação das operações no mercado, dinamiza mais o processo de reposição de capital, via venda dos créditos", comenta. Ele ressalta que, embora o BC tenha possibilitado essa evolução no modelo das fintechs de crédito, elas continuarão operando sem assumir riscos desnecessários. "Elas vão continuar a operar dentro do seu capital, simplesmente gerando volume operacional via instrumentos de colocação a mercado".

> "A partir de agora, essas fintechs de crédito vão poder fazer operações de financiamento de produtos e serviços"
> *Daniel Gomes*

A advogada especialista em mercado financeiro Milene Fachini Jacob explica que a novidade traz mais um meio de financiamento para as fintechs porque a CCCB é mais abrangente do que uma CCB. "Entendo que isso amplia o leque de possibilidades para concessão de crédito para as fintechs e elas poderão modelar operações mais 'criativas', de acordo com a demanda do mercado".

Arnaldo Mantoan, sócio do Salles Nogueira Advogados, explica que as SCDs vão passar a ter mais uma possibilidade de captação "por meio da venda ou cessão de instrumentos representativos dos créditos ou direitos creditórios que a SCD origina". No caso das SEPs, ele avalia que ao permitir um canal mais direto entre credor e fornecedores de bens ou serviços, devem existir mais interessados em atuar com essas fintechs de ambos os lados. "Assim, as pequenas e médias empresas teriam mais acesso ao crédito e podem ser favorecidas ao terem mais uma opção de obtenção de crédito. Em nossa opinião, as alterações reforçam o compromisso do BCB com a viabilização da atuação das SEPs, trazendo para o texto regulatório estruturas que já vinham sendo discutidas e utilizadas pelo setor."

Bruno Balduccini e Raphael Palmieri Salomão, sócios do escritório Pinheiro Neto que auxiliaram a ABCD no contato com os reguladores, apontam que as alterações devem trazer mais transparência e segurança jurídica para o setor. "Isso é uma alternativa a mais, facilita a operação de vender várias CCBs de uma vez só. Na nossa visão, as regras já permitiam que as fintechs usassem CCBs, mas como não estava expresso claramente na norma, ninguém arriscava", explica Balduccini.

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) ressaltou que as mudanças aperfeiçoam o marco regulatório das SCDs. A Febraban destacou que elas têm um papel "importante e complementar" ao mercado de crédito por atender clientes pequenos e médios. "A melhoria deste marco legal poderá contribuir para ampliação do mercado de crédito e para uma maior inclusão financeira em nosso país".

INÊS 249

Balanço Após quase dois anos digerindo excessos da pandemia, banco apresenta resultado mais forte

Santander engata recuperação no 2º tri

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

Depois de quase dois anos digerindo os excessos da pandemia, o Santander engatou agora uma recuperação mais clara. Os sinais de melhora, que começaram a aparecer no primeiro trimestre, se consolidaram nos números de abril a junho, divulgados ontem. O crescimento anual do crédito acelerou, a inadimplência ficou estável e as provisões caíram, mesmo com um reforço extraordinário feito pelo banco. A estabilidade da margem financeira no trimestre, com queda do spread, não agradou analistas, mas de forma geral os números foram bem-recebidos.

O Santander teve um lucro de R$ 3,332 bilhões no segundo trimestre, o que representa alta de 10,3% ante o trimestre imediatamente anterior e avanço de 44,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. O resultado veio levemente acima das projeções dos analistas consultados pelo **Valor**, que apontavam um ganho de R$ 3,240 bilhões.

A margem financeira bruta ficou em R$ 14,751 bilhões, com queda de 0,3% ante o trimestre anterior e avanço de 10,6% em 12 meses. A margem com clientes foi de R$ 14,493 bilhões, com alta de 0,2% e 3,0% na mesma comparação. Dentro dessa linha, a margem com produtos subiu 0,5% no trimestre. O spread foi de 9,81%, de 10,01% no primeiro trimestre e 9,99% no segundo trimestre do ano passado. Já a margem de operações com o mercado ficou positiva em R$ 258 milhões, de um resultado positivo de R$ 333 milhões no primeiro trimestre e negativo de R$ 736 milhões no segundo trimestre do ano passado.

As despesas líquidas com provisões para devedores duvidosos (PDD) ficaram em R$ 5,896 bilhões, com baixa de 2,4% ante o trimestre anterior e de 1,4% em 12 meses. O Santander informou que fez uma provisão adicional de R$ 1,930 bilhão na esteira de um ganho com parcerias estratégicas, incluindo a joint venture com a Pluxee (antiga Sodexo) no segundo trimestre deste ano e a venda de participação na Webmotors no segundo trimestre do ano passado.

O presidente do Santander Brasil, Mario Leão, disse que a instituição conseguiu entregar um resultado "bastante limpo", com números sólidos e boa progressão em rentabilidade. "A operação está encaixada e caminhando no sentido certo." Sobre o reforço de provisão, comentou que o resultado poderia ter fluído pelo balanço, impulsionando o lucro, mas que a gestão preferiu ser prudente. "Não há preocupação, não estamos vendo nenhuma deterioração."

A inadimplência no segundo trimestre atingiu 3,2% na carteira de crédito, ante 3,2% em março e 3,3% em junho do ano anterior. A taxa de calotes de pessoa física ficou em 4,2% no fim de junho, ante 4,3% em março e 4,8% no fim do segundo trimestre de 2023. No caso de pessoas jurídicas, o indicador estava em 1,6% no fim de junho, de 1,5% e 1,4%, na mesma base de comparação.

> "Continuamos focados na retomada gradual dos resultados, com objetivo de sustentabilidade"
> *Gustavo Alejo*

O diretor financeiro do Santander, Gustavo Alejo, disse que a piora em pessoa jurídica ficou concentrada em pequenas e médias empresas (PMEs), e acrescentou que os indicadores de curto prazo sinalizam melhora no segmento. "Continuamos focados na retomada gradual dos resultados, com objetivo de sustentabilidade no longo prazo."

O Santander encerrou junho com R$ 538,502 bilhões na carteira de crédito. O saldo aumentou 2,5% ao longo do segundo trimestre e cresceu 7,9% em um ano. A carteira de pessoas físicas cresceu 0,9% e 8,7%, para R$ 248,932 bilhões. O segmento foi impulsionado pelas linhas de consignado e cartão de crédito. "A carteira de cartão de crédito PF atingiu R$ 51,015 bilhões, aumento de 3,5% no trimestre e de 11,4% em doze meses, refletindo a retomada no aumento da base de clientes e maior reativação, além do crescimento no faturamento."

Já a carteira de grandes empresas ficou em R$ 143,199 bilhões, apontando alta de 4,1% em relação a março e avanço de 1,9% em 12 meses. Desconsiderando o efeito da variação cambial, houve crescimento de 0,3% no trimestre e redução de 3,0% no ano. "Tivemos uma variação de quase 12% no câmbio no segundo trimestre, é muita coisa. Temos uma carteira muito grande de comércio externo, de bilhões de dólares, então o câmbio afeta", explicou Leão.

O CEO reforçou a meta que já tinha mencionado em outras ocasiões, de fazer o retorno sobre o patrimônio (ROE, medida de rentabilidade) voltar para perto de 20% em médio a longo prazo. "Queremos consolidar o patamar de rentabilidade em 'mid-teens' [em torno de 15%] e depois buscar 'mid to high teens' [algo entre 15% e 19%]", disse, acrescentando que esse objetivo deve ser atingido "em alguns trimestres, não anos". O ROE do Santander chegou a 15,5% no segundo trimestre, de 11,2% um ano antes. "O objetivo é rentabilidade em torno de 20%, vamos trabalhar para atingir isso em horizonte de médio a longo prazo", acrescentou.

Para os analistas, os resultados do Santander consolidam uma tendência de recuperação. Para o Itaú BBA, lucro e ROE ficaram em linha com suas previsões mais positivas, e a margem financeira, estável na comparação trimestral, foi o único ponto negativo, depois de uma comparação difícil com os primeiros três meses do ano. "Os resultados cumpriram todos os requisitos na direção de um ROE nos 'high-teens'", diz a instituição. A XP afirma que o banco apresentou resultados sólidos, em sua maior parte em linha com os seus números e ligeiramente acima do consenso. "Apesar de uma margem mais modesta e de um crescimento trimestral praticamente estável, o banco conseguiu reduzir sua provisão para perdas."

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 24/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.011,1399900	0,02	0,75	5,30
IRF-M	1+**	20.201,5066850	-0,08	1,08	1,30
IRF-M	Total	18.389,8695060	-0,04	0,97	2,49
IMA-B	5***	9.328,9742210	-0,02	0,58	3,92
IMA-B	5+****	11.247,4565650	0,08	2,06	-3,08
IMA-B	Total	9.929,1941220	0,03	1,34	0,22
IMA-S	Total	6.779,9567860	0,04	0,73	6,10
IMA-Geral	Total	8.220,0813880	0,02	0,96	3,40

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	10/07	09/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,15	34,83	30,07	29,38	36,79	33,49
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,65	25,05	25,31	24,27	26,74	26,44
Conta garantida pré - a.a.	40,31	40,74	39,77	47,85	46,91	45,53
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,17	22,70	21,70	21,65	23,38	28,44
Vendor pré - a.a.	17,72	16,87	16,26	16,40	16,02	18,97
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,65	17,84	17,30	18,22	17,47	19,00
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,89	17,82	18,06	17,78	17,98	17,41
Conta garantida pós - a.a.	24,20	24,41	24,78	24,76	25,24	26,47
ACC pós - a.a.	8,00	8,36	8,33	8,34	8,15	8,43
Factoring - a.m.	3,24	3,25	3,26	3,27	3,29	3,50

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	24/07/24	23/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3500	5,3300	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3471	5,3434	5,3364	5,3347	5,0690
3 meses	-	5,3591	5,3570	5,3533	5,3533	5,0630
6 meses	-	5,3893	5,3883	5,3873	5,3881	4,8867
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6650	3,6620	3,6560	3,6630	3,4050
1 mês	-	3,6676	3,6673	3,7869	3,8189	3,4065
3 meses	-	3,8143	3,8307	3,8829	3,8949	3,2083
6 meses	-	3,8889	3,8970	3,9227	3,9285	2,8698
1 ano	-	3,9027	3,9003	3,8863	3,8824	1,8542
Euribor ***						
1 mês	-	3,618	3,601	3,632	3,622	3,475
3 meses	-	3,685	3,678	3,711	3,682	3,716
6 meses	-	3,642	3,620	3,682	3,661	3,972
1 ano	-	3,508	3,503	3,578	3,580	4,158
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,37	5,37	5,34	5,37	5,32	5,38
T-Bill (3 meses)	5,32	5,32	5,34	5,36	5,35	5,39
T-Bill (6 meses)	5,15	5,18	5,19	5,32	5,23	5,44
T-Note (2 anos)	4,43	4,45	4,44	4,75	4,73	4,99
T-Note (5 anos)	4,17	4,16	4,08	4,38	4,26	4,16
T-Note (10 anos)	4,29	4,25	4,16	4,40	4,23	3,88
T-Bond (30 anos)	4,54	4,49	4,38	4,56	4,36	3,93

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jul/24*	jun/24	Mês mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,71	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,96	11,68
CDI	0,71	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,96	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	0,97	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,49	7,89
IMA-B	1,34	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	0,22	3,07
IMA-S	0,73	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	6,10	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	2,03	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-5,78	4,93
Índice Small Cap	2,25	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-12,94	-11,96
IBrX 50	2,08	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,17	7,39
ISE	2,50	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-7,89	-5,90
IMOB	4,59	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-13,02	-8,32
IDIV	1,64	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-1,83	12,09
IFIX	1,02	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	2,12	6,09
Dólar Ptax (BC)	1,36	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	16,39	15,35
Dólar Comercial (mercado)	1,22	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	16,57	16,69
Euro (BC) (4)	2,72	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	14,29	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	2,45	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	14,18	14,54
Ouro (BC)	5,55	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	36,62	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 24/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 19/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.577.275,98					-10.288,69	56.596,45	253.446,17	218.454,48
RF Indexados (2)	145.894,48	-0,05	0,86	3,09	7,93	-98,60	-2.274,86	-9.442,79	-11.788,92
RF Duração Baixa Soberano (2)	701.021,51	0,04	0,54	5,38	10,73	-4.060,04	27.893,09	58.298,25	40.604,98
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	862.210,15	0,04	0,62	6,13	12,24	-2.764,95	9.445,44	61.025,59	68.194,79
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	184.096,91	0,04	0,05	6,19	12,32	-246,91	3.911,29	76.715,64	81.708,91
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.743,55	0,01	0,62	4,88	9,21	-222,07	813,51	-2.408,15	-4.993,48
RF Duração Livre Soberano (2)	216.900,28	0,01	0,66	4,94	10,06	-857,26	3.135,82	-12.570,42	-33.205,52
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	647.231,80	0,01	0,66	5,43	10,94	-914,67	4.433,67	-30.956,51	-51.424,55
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	371.444,89	0,01	0,82	5,35	11,49	-698,70	6.917,02	85.263,57	132.061,65
Ações	621.294,35					292,55	-2.673,53	-2.459,31	38.371,66
Ações Indexados (2)	10.415,88	-0,03	3,04	-4,82	8,26	25,25	13,50	415,40	-691,79
Ações Índice Ativo (2)	30.946,85	-0,01	3,33	-5,40	5,92	-32,21	-1.219,13	-5.176,25	-5.074,24
Ações Livre	225.641,77	0,06	2,92	-2,55	7,51	-66,45	-1.476,87	-133,68	-4.800,45
Fechados de Ações	125.342,34	-0,25	0,62	-3,63	-2,67	15,26	212,28	-1.543,38	28.860,16
Multimercados	1.697.324,47					-2.211,12	-16.893,68	-93.934,25	-218.209,10
Multimercados Macro	145.267,85	-0,09	1,07	1,75	6,45	-307,34	-5.052,45	-32.446,51	-54.599,81
Multimercados Livre	652.307,70	0,00	0,81	4,55	9,39	-968,31	-2.791,01	-5.498,27	-60.339,40
Multimercados Juros e Moedas	49.028,97	0,05	0,68	5,26	11,03	289,30	-1.042,93	-8.933,46	-15.600,48
Multimercados Invest. no Exterior (2)	768.906,69	0,05	0,68	5,63	12,36	-1.195,39	-8.546,68	-48.453,19	-83.750,26
Cambial	6.214,36	0,43	0,59	19,00	23,87	-23,24	-443,25	-791,75	-1.468,35
Previdência	1.446.660,09					-35,69	2.090,13	20.905,27	41.320,84
ETF	43.278,52					-58,76	-1.612,78	-3.406,68	-6.037,65
Demais Tipos	2.035.153,28					-139,86	4.747,68	53.802,04	54.776,31
Total Fundos de Investimentos	**7.392.047,77**					**-12.324,95**	**37.063,33**	**173.759,45**	**72.431,86**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.721.168,78**					**13.618,43**	**41.752,05**	**73.574,98**	**126.966,06**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.161.658,42**					**1.293,48**	**78.815,38**	**247.334,43**	**199.397,92**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	24/07/24	23/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,86
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9387
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,68
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0001
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,49	10,50	10,46	10,49	10,43	13,14
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,77	10,75	10,64	10,72	10,54	12,56
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,42	10,42	10,42	10,41	13,39
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,45	10,44	10,44	10,42	13,28
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,49	10,46	10,49	10,43	13,15
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,58	10,56	10,50	10,55	10,47	12,98
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,75	10,74	10,63	10,72	10,54	12,58
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,30	11,24	10,95	11,18	10,82	11,46

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 24/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.764,53	10,408	32.908	10,402	10,408	10,402
Vencimento em set/24	98.904,00	10,427	205.324	10,426	10,430	10,430
Vencimento em out/24	98.085,57	10,452	252.114	10,444	10,458	10,454
Vencimento em nov/24	97.188,34	10,497	1.763	10,495	10,520	10,505
Vencimento em dez/24	96.431,60	10,586	18.824	10,560	10,605	10,590
Vencimento em jan/25	95.590,27	10,680	963.530	10,635	10,710	10,675
Vencimento em fev/25	94.693,08	10,799	9.204	10,745	10,810	10,785
Vencimento em mar/25	93.863,94	10,918	9.962	10,850	10,925	10,915
Vencimento em abr/25	93.080,47	11,010	199.477	10,930	11,025	11,000
Vencimento em mai/25	92.261,77	11,089	1.750	11,015	11,090	11,090
Vencimento em jun/25	91.399,48	11,171	801	11,125	11,175	11,175

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.661,91	1,13	324.440	5.601,50	5.666,00	5.660,00
Vencimento em set/24	5.680,12	1,13	11.080	5.641,00	5.681,50	5.677,50
Vencimento em out/24	5.697,05	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.716,30	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.732,25	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	6.137,68	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	6.166,36	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.193,80	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	127.107	-0,12	67.865	126.855	127.470	127.200
Vencimento em out/24	129.167	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	131.245	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 24/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6340	5,6346	0,97	1,36	16,39	18,73
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6560	5,6566	1,27	1,22	16,57	19,52
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6870	5,8670	1,15	1,25	16,24	19,28
Euro (BC) - (R$/€)	6,1135	6,1164	0,96	2,72	14,29	16,27
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1305	6,1311	1,17	2,45	14,18	17,12
Euro Turismo (R$/€)	6,2004	6,3804	1,14	2,61	13,79	16,71
Euro (BC) - (US$/€)	1,0851	1,0855	-0,01	1,33	-1,80	-2,07
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	439,1270	439,1738	1,83	5,55	36,62	46,86
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.397,37	-0,46	3,13	16,08	22,67
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.411,30	0,28	3,60	16,92	22,73

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	24/07/24	23/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	162.735,67	163.726,42	158.096,12	173.997,89	-0,61	2,93	-6,47
Valor-Coppead Mínima Variância	99.238,14	99.413,16	95.968,24	93.533,91	-0,18	3,41	6,10

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 24/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 24/07/24

Índice	24/07/24	23/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	24/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	181,55	185,02	183,93	165,54	158,57	-1,88	-1,30	9,67	14,49
S&P BNY Emergentes	343,06	354,52	353,54	312,75	306,65	-3,23	-2,96	9,69	11,87
S&P BNY América Latina	188,95	192,15	189,48	225,28	210,92	-1,66	-0,28	-16,13	-10,41
S&P BNY Brasil	185,46	187,70	186,15	232,95	213,48	-1,19	-0,37	-20,39	-13,13
S&P BNY México	297,24	305,93	294,86	331,67	323,18	-2,84	0,81	-10,38	-8,03
S&P BNY Argentina	222,40	230,65	230,09	178,27	161,28	-3,58	-3,34	24,76	37,90
S&P BNY Chile	138,41	139,88	137,44	162,12	182,97	-1,05	0,70	-14,62	-24,35
S&P BNY Índia	3.059,72	3.101,81	3.032,46	2.923,01	2.900,72	-1,36	0,90	4,68	5,48
S&P BNY Ásia	214,09	220,64	219,12	189,60	183,19	-2,97	-2,29	12,92	16,87
S&P BNY China	305,54	308,94	302,10	336,11	352,63	-1,10	1,14	-9,09	-13,35
S&P BNY África do Sul	210,71	214,57	200,45	199,87	228,97	-1,80	5,12	5,42	-7,98
S&P BNY Turquia	37,32	38,32	34,29	22,45	19,53	-2,60	8,82	66,21	91,10

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8083
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7714
13/07 a 13/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
14/07 a 14/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
15/07 a 15/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
16/07 a 16/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8453
17/07 a 17/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
18/07 a 18/08	0,0709	0,5713	0,5713	0,8097
19/07 a 19/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7723
20/07 a 20/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7718
21/07 a 21/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8087
22/07 a 22/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8457
23/07 a 23/08	0,0745	0,5749	0,5749	0,8461

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 24/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	126.423	-0,13	2,03	-5,78	4,19
IBrX	53.455	-0,12	2,04	-5,30	4,75
IBrX 50	21.291	-0,03	2,08	-4,17	6,21
IEE	89.163	-0,75	0,99	-6,10	-1,89
SMLL	2.048	-1,05	2,25	-12,94	-11,15
ISE	3.467	-0,88	2,50	-7,89	-4,01
IMOB	879	-1,60	4,59	-13,02	-7,90
IDIV	8.908	-0,21	1,64	-1,83	12,16
IFIX	3.382	-0,14	1,02	2,12	6,26
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.437	-1,09	0,66	-19,05	-12,25
IBrX	9.487	-1,07	0,67	-18,64	-11,77
IBrX 50	3.779	-0,99	0,71	-17,66	-10,55
IEE	15.824	-1,70	-0,37	-19,32	-17,37
SMLL	364	-1,99	0,87	-25,20	-25,17
ISE	615	-1,83	1,13	-20,86	-19,15
IMOB	156	-2,54	3,19	-25,27	-22,43
IDIV	1.581	-1,17	0,27	-15,65	-5,54
IFIX	600	-1,09	-0,34	-12,26	-10,51

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 24/07/24	23/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	402	401	1,0	-1,0	57,0
África do Sul	319	320	-1,0	-8,0	-7,0
Argentina	1.578	1.552	26,0	123,0	-329,0
Brasil	220	224	-4,0	-11,0	25,0
Colômbia	310	307	3,0	4,0	45,0
Filipinas	73	75	-2,0	5,0	15,0
México	185	183	2,0	-1,0	18,0
Peru	104	103	1,0	2,0	2,0
Turquia	245	247	-2,0	-8,0	-31,0
Venezuela	16.685	16.470	215,0	-1.884,0	-7.407,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	12/07/24	361.413
dez/23	355.034	15/07/24	361.731
jan/24	353.563	16/07/24	361.913
fev/24	352.705	17/07/24	362.230
mar/24	355.008	18/07/24	362.317
abr/24	351.599	19/07/24	361.368
mai/24	355.560	22/07/24	361.261
jun/24	357.827	23/07/24	361.475

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	24/07/24	23/07/24	22/07/24	19/07/24	18/07/24	17/07/24
Índice	2.124,15	2.125,05	2.128,97	2.127,30	2.125,66	2.132,27
Var. no dia	-0,04%	-0,18%	0,08%	0,08%	-0,31%	-0,08%
Var. no mês	0,81%	0,85%	1,04%	0,96%	0,88%	1,19%
Var. no ano	2,85%	2,90%	3,09%	3,01%	2,93%	3,25%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 24/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	35,9400	35,9700	0,15660	0,15680
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6340	5,6346
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4676	36,5590	0,1541000	0,1545000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,8049	0,8226
Colon (Costa Rica)	525,2500	535,0000	0,010530	0,010730
Coroa (Dinamarca)	6,8757	6,8767	0,8193	0,8195
Coroa (Islândia)	137,5900	137,9100	0,04085	0,04095
Coroa (Noruega)	11,0119	11,0147	0,5115	0,5117
Coroa (Rep. Tcheca)	23,4120	23,4220	0,2405	0,2407
Coroa (Suécia)	10,7580	10,7594	0,5236	0,5238
Dinar (Argélia)	134,2352	134,7882	0,04180	0,04198
Dinar (Kuwait)	0,3056	0,3057	18,4298	18,4378
Dinar (Líbia)	4,8248	4,8471	1,1623	1,1678
Direitos Especiais de Saque ***	1,3257	1,3257	7,4690	7,4698
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,5339	1,5341
Dirham (Marrocos)	9,8780	9,8830	0,5701	0,5704
Dólar (Austrália)***	0,6598	0,6600	3,7173	3,7188
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6340	5,6346
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7710	2,8198
Dólar (Canadá)	1,3785	1,3786	4,0868	4,0875
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7473	6,8298
Dólar (Cingapura)	1,3414	1,3422	4,1976	4,2005
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6340	5,6346
Dólar (Hong Kong)	7,8087	7,8090	0,7215	0,7216
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5943	0,5947	3,3483	3,3509
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7689	6,8260	0,8254	0,8324
Euro (Comunidade Européia)***	1,0851	1,0855	6,1135	6,1164
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0956	3,1575
Franco (Suíça)	0,8837	0,8841	6,3726	6,3761
Guarani (Paraguai)	7573,1400	7593,2000	0,0007420	0,0007440
Hryvnia (Ucrânia)	41,1500	41,2700	0,1365	0,1369
Iene (Japão)	153,3800	153,4100	0,03673	0,03674
Lev (Bulgária)	1,8019	1,8027	3,1253	3,1270
Libra (Egito)	48,2900	48,3900	0,1164	0,1167
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2922	1,2924	7,2803	7,2822
Naira (Nigéria)	1580,0000	1660,0000	0,00339	0,00357
Lira (Turquia)	32,8080	32,8792	0,1714	0,1717
Novo Dólar (Taiwan)	32,6910	32,7210	0,17220	0,17240
Novo Sol (Peru)	3,7547	3,7604	1,4982	1,5007
Peso (Argentina)	927,0000	928,0000	0,00607	0,00608
Peso (Chile)	950,3500	951,2500	0,005923	0,005929
Peso (Colômbia)	4039,1000	4041,8100	0,001394	0,001395
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2348	0,2348
Peso (Filipinas)	58,5800	58,6000	0,09614	0,09619
Peso (México)	18,3810	18,3890	0,3064	0,3065
Peso (Rep. Dominicana)	59,0500	59,4300	0,09480	0,09542
Peso (Uruguai)	40,1700	40,2100	0,14010	0,14030
Rande (África do Sul)	18,3154	18,3215	0,3075	0,3076
Rial (Arábia Saudita)	3,7513	3,7515	1,5018	1,5020
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001341	0,0001342
Ringgit (Malásia)	4,6710	4,6740	1,2054	1,2063
Rublo (Rússia)	86,2405	86,2495	0,06532	0,06534
Rúpia (Índia)	83,7186	83,7366	0,06728	0,06730
Rúpia (Indonésia)	16210,0000	16220,0000	0,0003473	0,0003476
Rúpia (Paquistão)	278,4000	278,6000	0,02022	0,02024
Shekel (Israel)	3,6399	3,6599	1,5394	1,5480
Won (Coréia do Sul)	1379,4100	1380,1000	0,004082	0,004085
Yuan Renminbi (China)	7,2622	7,2642	0,7756	0,7759
Zloty (Polônia)	3,9575	3,9587	1,4232	1,4238

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2424,49	0,01283	439,1270	439,1738

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	24/07/24	23/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.853,87	40.358,09	-1,25	1,88	5,74	12,55	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.032,39	19.754,34	-3,65	-3,30	13,11	23,20	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.342,41	17.997,35	-3,64	-2,20	15,53	23,36	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.427,13	5.555,74	-2,31	-0,61	13,78	19,16	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.639,57	22.813,75	-0,76	3,49	8,02	10,00	18.737,39	22.995,39
México	Cidade do México	IPC	53.168,41	53.707,74	-1,00	1,39	-7,35	-0,65	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.354,40	1.360,59	-0,45	-1,92	13,32	15,52	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	86.350,53	84.814,26	1,81	9,73	49,31	134,06	34.894,95	90.723,50
Chile	Santiago	IPSA	6.513,85	6.551,36	-0,57	1,56	5,10	2,56	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.461,78	Feriado	-0,79	-1,45	13,49	27,54	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.582.112,94	1.635.674,16	-3,27	-1,81	70,17	239,03	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.482,37	1.494,50	-0,81	-0,13	6,22	6,86	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.387,46	18.557,70	-0,92	0,83	9,77	13,57	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.513,73	7.598,63	-1,12	0,46	-0,39	1,16	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.471,65	34.637,75	-0,48	3,97	13,57	19,24	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.047,18	4.038,15	0,22	4,11	9,15	6,85	3.290,68	4.047,18
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.712,33	2.742,07	-1,08	-6,07	18,78	32,22	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.210,10	11.212,70	-0,02	2,43	10,97	17,46	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.466,73	1.480,23	-0,91	4,45	13,42	9,67	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	903,46	914,97	-1,26	-2,21	14,82	17,10	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.164,07	73.622,19	-0,62	1,48	20,69	36,63	53.235,03	73.622,19
Polônia	Varsóvia	WIG	84.486,13	84.908,55	-0,50	-4,66	7,68	17,80	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.898,82	6.854,32	0,65	6,46	7,85	11,45	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.110,77	1.092,67	1,66	-4,15	2,52	8,54	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.570,97	2.596,43	-0,98	0,06	7,21	14,58	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.203,17	12.278,82	-0,62	1,75	9,57	9,17	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	10.991,57	11.089,53	-0,88	3,23	47,14	64,17	6.605,04	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.064,21	2.069,46	-0,25	5,99	10,05	10,08	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.595,13	80.706,44	-0,14	1,11	4,81	4,99	69.451,97	82.154,06
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.154,85	39.594,39	-1,11	-1,08	17,01	19,74	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.205,50	8.208,60	-0,04	2,39	4,80	9,15	6.960,20	8.303,50
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.546,29	1.566,95	-1,32	-4,44	-15,86	-22,85	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.901,95	2.915,37	-0,46	-2,21	-2,45	-8,29	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.758,71	2.774,29	-0,56	-1,40	3,90	4,95	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.311,05	17.469,36	-0,91	-2,30	1,55	-7,27	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.148,88	80.429,04	-0,35	1,41	10,95	20,73	63.148,15	81.343,46
Indonésia	Jacarta	JCI	7.262,76	7.313,86	-0,70	2,82	-0,14	5,27	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.298,08	1.301,54	-0,27	-0,22	-8,32	-14,81	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	Feriado	22.871,84	-	-0,70	27,56	34,27	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO FLORESTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A torna público que solicitará ao Instituto Água e Terra – IAT a Autorização Florestal para o corte de 04 árvores nativas diversas, 04 imbuias e 03 araucárias, para a implantação de rede de distribuição de energia elétrica em Colônia 3 Barras, município de Pinhão, no estado do PR. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

SÚMULA DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

A COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. torna público que solicitará ao Instituto Água e Terra – IAT a Autorização Ambiental para a implantação de rede de distribuição de energia elétrica em 13,8 kV, em Colônia 3 Barras, município de Pinhão, no Estado do PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ELETRÔNICO: 20240481889– SEMTAS
PREGÃO ELETRÔNICO: 90.007/2024– SEMAD

CÓDIGO UASG: 925162. OBJETO: Aquisição de veículos tipo VAN MINIBUS

O Agente de Contratação da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD da Prefeitura Municipal do Natal/RN, responsável pelo pregão em epígrafe, torna público que o certame acima, que se encontrava suspenso, terá a data de abertura marcada para o dia 06/AGOSTO/2024, às 10h00min (horário de Brasília). Edital disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (pncp.gov.br) e no Portal da Transparência da Prefeitura do Natal (compras.natal.rn.gov.br). Qualquer informação ou esclarecimento poderá ser solicitado pelo e-mail: pregao.semad@natal.rn.gov.br ou pelo telefone 84-3232.4985.
Natal/RN, 24 de Julho de 2024.
Genielson Oliveira de Araújo – Agente de Contratação da SEMAD/PMN



Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795

Ata da Reunião nº 3.411, do Conselho de Administração, realizada em 6.6.2024

Aos 6 dias do mês de junho de 2024, às 9h, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 6º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração para participar da 13ª Reunião do Órgão realizada no ano. Confirmada a existência de quórum legal de instalação, assumiu a Presidência dos trabalhos o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, o qual convidou o senhor Antonio Campanha Junior para a função de Secretário. Foram registrados: **1)** as presenças dos demais membros deste Órgão: Alexandre da Silva Glüher, Denise Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Maurício Machado de Minas, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha, Rubens Aguiar Alvarez, Denise Pauli Pavarina e Octavio de Lazari Junior; **2)** as participações, como convidados, dos senhores Marcelo de Araújo Noronha, Diretor-Presidente, Cassiano Ricardo Scarpelli, Moacir Nachbar Junior, José Ramos Rocha Neto, Diretores Vice-Presidentes e Vinicius Urias Favarão, Diretor Executivo; e **3)** o cumprimento das formalidades legais de convocação, em 31.5.2024, eletronicamente, por meio do Portal de Governança.

....

....

Dando início ao cumprimento da pauta operacional deliberativa, os senhores conselheiros examinaram, discutiram e aprovaram, por unanimidade de votos: 1) a proposta da Diretoria da Sociedade, desta data, para pagar juros sobre o capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2024, no valor total de **R$4.000.000.000,00**, sendo **R$0,359141350** por ação ordinária e **R$0,395055485** por ação preferencial. Em seguida, a senhora Patrícia Soares Martil, que conduziu a apresentação da proposta, esclareceu que: • deverão ser beneficiados os acionistas que estiverem inscritos nos registros da Sociedade em 17.6.2024 (data-base de direito), passando as ações a ser negociadas "ex-direito" aos juros intermediários a partir de 18.6.2024. • o pagamento ocorrerá até 31.1.2025 pelo valor líquido de **R$0,305270148** por ação ordinária e **R$0,335797162** por ação preferencial, já deduzido o Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação, que receberão pelo valor declarado. • os juros ora aprovados representam, aproximadamente, 20,8 vezes o valor dos juros mensalmente pagos, líquidos de imposto de renda na fonte, e serão computados no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previstos no estatuto social. • será divulgado Fato Relevante ao mercado com informações adicionais, na data de hoje, após o encerramento do pregão da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Participou, também, da apresentação, o senhor Oswaldo Tadeu Fernandes.

....

....

Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a participação de todos e determinando a lavratura desta Ata que, aprovada pelos Conselheiros participantes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Alexandre da Silva Glüher, Denise Aguiar Alvarez, Milton Matsumoto, Maurício Machado de Minas, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Walter Luis Bernardes Albertoni, Paulo Roberto Simões da Cunha, Rubens Aguiar Alvarez, Denise Pauli Pavarina e Octavio de Lazari Junior. Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco S.A.** a) Antonio Campanha Junior - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 258.655/24-0 em 4.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



Oi S.A. - Em Recuperação Judicial
CNPJ/ME nº 76.535.764/0001-43 - NIRE 33.3.0029520-8
Companhia Aberta

Resumo da Ata da 386ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2024. Foi realizada reunião do Conselho de Administração da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") no dia 08/05/2024, às 12:00h, por circuito deliberativo, com a presença da totalidade dos Conselheiros, quando foi deliberado e aprovado, por unanimidade, o seguinte tema: "Rerratificação da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 03/02/2023, quanto à antecipação de recebíveis Sistel". Assinaturas: Eleazar de Carvalho Filho - Presidente; e Marina de Freitas Maciel - Secretária. **AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão (A íntegra do extrato da ata da 386ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Valor Econômico (valor.globo.com) e no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) - JUCERJA nº 00006231324 em 09/05/2024.**

EDITORA GLOBO S.A.
CNPJ 04.067.191/0001-60
NIRE: 33.3.0032640-5

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 dias do mês de julho de 2024, às 15:00 horas, na sede social da Editora Globo S.A. ("Companhia"), na Rua Marques de Pombal nº 25, sala 201, Centro, CEP: 20230-240, cidade e estado do Rio de Janeiro.
2. PRESENÇA: Presente à Assembleia a Acionista representando 98,43% (noventa e oito inteiros e quarenta e três centésimos por cento) do capital social da Companhia.
3. MESA: Presidente: Frederic Zoghaib Kachar; Secretária: Priscila Campos de Almeida Felix.
4. CONVOCAÇÃO: Edital de convocação publicado no Jornal Valor Econômico nos dias 08, 09 e 10 de julho de 2024.
5. ORDEM DO DIA: deliberar em matéria extraordinária sobre: (i) distribuição de dividendos a conta de reserva de lucros, a serem pagos aos acionistas até o dia 31/07/2024; e (ii) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos necessários para a implementação da matéria aprovada nesta ata.
6. DELIBERAÇÕES: A acionista presente, sem quaisquer ressalvas, deliberou o que se segue:
6.1. Aprovar a distribuição de dividendos no valor de R$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) a serem pagos a conta de reserva de lucros, referente à parte do lucro apurado no exercício de 2023. Os dividendos deverão ser pagos aos Acionistas até o dia 31/07/2024, na proporção das respectivas participações no capital social da Companhia.
7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, que após lida, aprovada e conferida, foi assinada pela acionista presente e pelos membros da mesa. Rio de Janeiro, 06 de maio de 2024. Mesa – Presidente: Frederic Zoghaib Kachar, Secretária: Priscila Campos de Almeida Felix. Acionista Presente: Organização Globo Participações S.A. Ata Registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 00006297656, secretário da JUCERJA Gabriel Oliveira de Souza Voi.

EDIÇÕES GLOBO CONDÉ NAST S.A.
CNPJ/MF nº 10.739.386/0001-01
NIRE 35.300.366.743

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 30 dias de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede social da EDITORA GLOBO CONDÉ NAST S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Nove de Julho, nº 5.229, 3º andar, Jardim Paulista, CEP: 01.407-907, na Cidade e Estado de São Paulo.
2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Presentes as acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia, pelo que fica dispensada a convocação, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76"), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia.
3. MESA: Presidente: Sr. Frederic Zoghaib Kachar; Secretária: Sra. Priscila Campos de Almeida Felix.
4. DELIBERAÇÕES: As Acionistas, por unanimidade de votos, e, sem quaisquer ressalvas, deliberam o quanto segue:
a) Autorizar a Lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia, na forma de sumário nos termos do parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei nº 6.404/76;
b) Aprovar o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Os referidos documentos foram publicados na Central de Balanços do SPED em 24 de abril de 2024 em https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracao--publicada/125125, nos termos do artigo 294, III da Lei nº 6.404/76. Os Acionistas declaram regular o prazo da publicação dos referidos documentos, na forma do § 4º do art. 133 da Lei 6.404/76.
c) Não haverá destinação de resultado tendo em vista que o lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor R$ 4.000.842,87 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e sete centavos), será absorvido pelos prejuízos acumulados.
5. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata, que após lida, foi assinada pelas acionistas e pelos membros da mesa. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: Frederic Zoghaib Kachar – Presidente; Priscila Campos de Almeida Felix – Secretária. Acionistas: Editora Globo S.A. (por Frederic Zoghaib Kachar e Leonardo Tavares Dib – Diretores) e Condé Nast Brasil Holding Ltda. (por Valderez Aparecida Bonfim Braga – administradora). Ata Registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº 0.882.824/24-7, Secretário Geral da JUCESP Maria Cristina Frei.



AES BRASIL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 37.663.076/0001-07 - NIRE nº 35.300.552.644

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2024
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da **AES BRASIL ENERGIA S.A.** ("**Companhia**") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 10h00 do dia 15 de agosto de 2024, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, parágrafo 2º, inciso I, e artigo 28, parágrafos 2º e 3º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), através da plataforma digital "Ten Meetings" ("**Plataforma Digital**" e "**Assembleia Geral**", respectivamente), para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia:

(i) aumento do capital social da Companhia, por meio da emissão de 2.122.371 (dois milhões, cento e vinte e duas mil, trezentas e setenta e uma) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R$ 11,55 (onze reais e cinquenta e cinco centavos), a serem integralizadas em bens, mediante o aporte, pela AES Holding Brasil Ltda., de 17.108.039 (dezessete milhões, cento e oito mil e trinta e nove) ações ordinárias de emissão da AES Brasil Operações S.A. ("**Ações Aportadas**"), assegurado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência para subscrição de ações, nos termos do artigo 171, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**"). O preço de emissão foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, com base em preço negociado com terceiro independente no contexto da combinação de negócios entre a Companhia e a Auren Energia S.A., conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de maio de 2024. O preço de emissão proposto considera um acréscimo de 1,58% sobre o preço médio ponderado por volume (VWAP) das ações de emissão da Companhia nos 30 (trinta) pregões da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (no período de 12 de junho de 2024, inclusive, a 23 de julho de 2024, inclusive) anteriores à reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de julho de 2024, a qual propôs referido aumento de capital. O aumento a ser aprovado será, portanto, de R$ 24.513.385,05 (vinte e quatro milhões, quinhentos e treze mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinco centavos), com destinação integral à conta de capital social da Companhia ("**Aumento de Capital**");
(ii) ratificação da nomeação e contratação dos peritos responsáveis pela elaboração do laudo de avaliação do valor patrimonial contábil das Ações Aportadas ("**Laudo de Avaliação**"), conforme proposta da administração para a Assembleia Geral divulgada pela Companhia ("**Proposta da Administração**");
(iii) aprovação do Laudo de Avaliação, conforme Proposta da Administração; e
(iv) alteração do artigo 5º, *caput*, do estatuto social da Companhia, bem como a sua consolidação, para refletir o novo capital social da Companhia, em razão do Aumento de Capital, nos termos da Proposta da Administração.

Documentos à Disposição dos Acionistas: A Proposta da Administração contemplando todos os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral, inclusive o Manual para Participação na Assembleia Geral ("**Manual**"), contendo as propostas dos administradores para a Assembleia Geral, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta: (i) na sede da Companhia, na Av. Luiz Carlos Berrini, nº 1.376, 12º andar, Torre A, Cidade Monções, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04571-936, e (ii) nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") (www.gov.br/cvm), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM. Informações para Participação dos Acionistas na Assembleia Geral: Considerando que a Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, a participação dos acionistas ocorrerá por meio da Plataforma Digital, podendo o acionista, seu representante legal ou procurador devidamente constituído: (a) simplesmente participar da Assembleia Geral; ou (b) participar e votar na Assembleia Geral. Para participação na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, os acionistas devem acessar a Página de Cadastro por meio do *link* <https://assembleia.ten.com.br/714544308> e realizar seu cadastro na Plataforma Digital, fornecendo todos os documentos e informações solicitados. **Os acionistas que não realizarem o cadastro completo na Plataforma Digital por meio do *link* da Página de Cadastro até o dia 13 de agosto de 2024 (inclusive) não serão admitidos na Assembleia Geral, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81**. As credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, não podendo ser compartilhadas. As informações detalhadas acerca do processo a ser seguido pelos acionistas para participação e votação por meio da Plataforma Digital constam do Manual, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm). Apresentação de Documentos para a Participação na Assembleia Geral: Para participar na Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores, os senhores acionistas deverão encaminhar à Companhia os seguintes documentos: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; **(ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações; **(iii)** documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e **(iv)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como no Manual, que podem ser acessados nos *websites* da Companhia (ri.aesbrasil.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

São Paulo, 24 de julho de 2024
Francisco Jose Morandi Lopez
Presidente do Conselho de Administração







INÊS 249

Investimentos André Ricardo Carvalho, da Principal Claritas, vê mudança de patamar do dólar e posições pequenas em alta da Selic

'Muita coisa tem de dar certo para BC não entregar alta de juro'

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Embora o congelamento de R$ 15 bilhões em despesas anunciado pelo governo na semana passada tenha sido um passo na direção correta, diante da tentativa de manter em pé o arcabouço fiscal, a ação foi "frustrante" em relação ao valor necessário para se cumprir a meta de resultado primário deste ano e ajuda a compor um cenário que se mostra negativo para os ativos domésticos. É com essa avaliação do cenário fiscal que a Principal Claritas tem mantido um posicionamento mais negativo em relação aos ativos brasileiros, de acordo com André Ricardo Carvalho, gestor macro da casa.

"Acabamos montando um portfólio de Brasil que, na minha visão, é bem defensivo e, depois, ficou ainda mais à medida que o cenário foi evoluindo", diz Carvalho, ao revelar ter, na carteira, posições compradas em NTN-Bs de curto e de médio prazo, diante de um nível de prêmio visto por ele como "interessante"; posições compradas em dólar contra real via opções, ainda que de forma mais tática; e posições tomadas (que apostam na alta das taxas) em juros prefixados.

Em entrevista ao **Valor**, a primeira desde que começou na gestora em maio, Carvalho observa que há uma mudança na visão da casa sobre os rumos para a política monetária nas últimas semanas, o que se reflete na posição "tomada" em juros. "Nós, de fato, achávamos que o ciclo [de cortes na Selic] terminaria com a taxa em 10,5%, em uma decisão consensual e que, de fato, isso traria uma compressão de prêmios no Brasil. Tudo isso aconteceu, mas durou pouco. O fiscal atropelou rapidinho. E, com esse grande risco de deterioração fiscal, o câmbio mudou de patamar", nota o gestor.

Ele observa que o Banco Central (BC) elevou o sarrafo para a possibilidade de elevações na Selic e, nesse sentido, a projeção oficial da Principal Claritas é a de manutenção do juro básico em 10,5% por um longo período. "Mas o risco está grande. Muita coisa tem de dar muito certo para eles conseguirem, de fato, não entregar uma alta de juros pelo menos até o fim deste ano. Olhando de hoje, há uma assimetria para cima nos juros. Não à toa a curva precifica um prêmio de alta e deve continuar assim."

Na sessão de ontem, a curva de juros precificava cerca de 0,75 ponto percentual de elevação na Selic ainda neste ano e novas medidas de aperto ao longo de 2025, como reflexo de um nível alto de prêmios de risco no mercado.

"O nosso cenário base, que é o de o BC não entregar elevações nos juros, está cada vez mais difícil de se concretizar", diz Carvalho. Para ele, a visão dos mercados sobre o cenário prospectivo para a política monetária está bastante atrelado às expectativas, que estão ligadas ao câmbio e à condução da política fiscal. "Não tivemos um choque positivo com o fiscal no início da semana, o câmbio está começando a se consolidar em um patamar mais elevado...", observa.

Embora avalie que as questões externas têm tido influência relevante no comportamento dos mercados locais, especialmente do câmbio, Carvalho ressalta que as questões idiossincráticas do Brasil pesam. "Não estamos conseguindo ter alívio no câmbio. E, se o dólar se estabilizar na faixa de R$ 5,50, fica muito difícil para o BC se manter na estratégia de não precisar elevar os juros", avalia.

> "Não tivemos um choque positivo com o fiscal e o câmbio está se consolidando em nível mais elevado"
> *André R. Carvalho*

Para ele, a questão fiscal segue como a determinante para os rumos dos juros, em um ambiente que não se desenha muito positivo. "Acho que vamos continuar com medidas pontuais, de forma reativa, sempre meio que a contragosto para impedir um estresse maior nos mercados. O ceticismo dos agentes com o fiscal vai continuar por um bom tempo. Seguimos com uma âncora fiscal fragilizada e estamos sempre parando em uma situação pior do que a anterior. Acumula um desgaste."

Em paralelo a esse posicionamento mais defensivo nos mercados de juros e de câmbio, Carvalho revela ter posições pequenas compradas na bolsa brasileira, ao aproveitar o momento de volatilidade menor. "Está muito barato comprar seguro. Do ponto de vista macro, você não tinha nenhum vento contrário; era dinheiro saindo com os resgates sem parar dos fundos de ações; os estrangeiros estavam indo embora... E as ações de algumas empresas estavam extremamente baratas. Achamos que havia uma assimetria interessante e, por isso, montamos uma posição pequena."

Vale apontar, porém, que boa parte do risco dos fundos macro da Principal Claritas está alocado no exterior, especialmente em posições aplicadas (aposta na queda das taxas) em juros de curto prazo nos EUA. "Parece que agora vai", diz o gestor ao se referir ao início do ciclo de flexibilização monetária pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano).

Ele, porém, observa que as discussões em torno da eleição presidencial americana entraram mais cedo no radar dos participantes do mercado e diz ver o republicano Donald Trump como o favorito a vencer a corrida à Casa Branca em novembro. A gestora, inclusive, gosta de posições de aumento da inclinação da curva de juros americana, ou seja, aposta na queda das taxas de curto prazo e no aumento dos juros mais longos em um cenário de vitória de Trump.

"Trump ainda segue o favorito", diz Carvalho, após a desistência do presidente dos EUA, Joe Biden, de concorrer à reeleição pelo Partido Democrata e provável entrada de Kamala Harris na disputa. "A discussão foi antecipada, mas já estava no nosso radar e continuamos com essa posição no aumento do 'steepening' [inclinação] da curva de juros", aponta o gestor, que também diz gostar de posições compradas em dólar contra euro, dólar canadense e yuan chinês.

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Carvalho, da Principal Claritas, tem posições compradas em dólar contra real e aposta em alta dos juros de mercado

Drex complementa o Pix e reduz custo de bancos, diz Campos

Ricardo Bomfim* e Alessandra Saraiva
Do Rio

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, defendeu o projeto do Drex, iniciativa que insere a moeda brasileira dentro de uma rede similar ao blockchain das criptomoedas e usa esses novos trilhos para processar transações financeiras. Campos Neto disse que o Drex irá reduzir os custos bancários e servirá como complemento para a revolução digital trazida pelo Pix

De acordo com o presidente da autoridade monetária brasileira, o Drex pode ser usado para melhorar negociações que hoje são pouco eficientes, como as de compra e venda de automóveis. Ele lembrou que a desconfiança entre a pessoa que vende a propriedade do veículo e a que vai fazer o pagamento na hora de transferir a posse é algo que gera custos para ambos os participantes da transação, pois surgem intermediários como cartórios e advogados.

A grande mudança, segundo o presidente do BC, é a programabilidade permitida pelo uso da tecnologia blockchain, que traz a possibilidade de liquidação instantânea de transações ao manter o registro da posse e o dinheiro do pagamento dentro do mesmo sistema. "Creio que teremos aí um caminho também em que custos contratuais de transações podem reduzir com o Drex", ressaltou, durante evento de blockchain, lembrando que os custos de registro hoje são muito altos. "No Brasil, o custo de registro de contratos pode ser bastante diminuído com o Drex", afirmou.

Para o presidente do BC, o Drex "pega o que o Pix fez para pagamentos instantâneos e vai além". Campos Neto acredita que a tokenização, entendida como o processo de registrar ativos financeiros tradicionais e outros mais inovadores em blockchain, é um fenômeno que se tornará cada vez mais comum.

"A grande pergunta é se estamos migrando para uma economia tokenizada, e acredito que sim. Há um ganho de eficiência muito grande com a tokenização. São as mesmas características que os jovens consideram importantes", argumentou. De acordo com Campos Neto, os jovens hoje querem que as transações sejam "rápidas, baratas, transparentes e seguras". "Temos muitos sistemas de pagamento que são como o Pix, mas não são programáveis. Achávamos que seria necessário conectar o Pix com moeda digital e contratos inteligentes", acrescentou.

O piloto do Drex atualmente enfrenta o desafio de garantir que as transações que ocorrem na rede sejam privadas, uma vez que a tecnologia blockchain foi criada de um modo em que sabendo o endereço da carteira digital de uma pessoa é possível acompanhar todas as transações que ela já fez.

"Temos hoje soluções de manter privacidade em plataformas DLT, mas elas não são escaláveis. Temos uma solução sendo testada. Conseguimos ver os benefícios com um número de operações baixa", informou. Campos Neto apontou que este problema será resolvido nos próximos meses, depois da primeira fase do Drex ter atrasado justamente pela dificuldade que as ferramentas apresentadas tiveram de solucionar a questão.

"Não faremos nenhum sistema que não seja escalável e não tenha o máximo possível de segurança. Hoje já estamos muito perto de uma solução e teremos notícias positivas nos próximos meses", adiantou.

O presidente do BC também aproveitou o espaço para negar as afirmações de que o BC estaria buscando acabar com o papel moeda no Brasil. De acordo com Campos Neto, muitos trabalhadores, principalmente das classes D e E, ainda recebem sua remuneração em dinheiro físico. "Teve diminuição de papel moeda sim, mas o objetivo não foi acabar. Contas digitalizadas vieram para ajudar [e não para acabar com papel moeda]."

Em relação ao Pix, Campos Neto reforçou que novidades como o programado e outras modalidades do meio de pagamento, como o Pix por aproximação, entram em vigor no ano que vem. "Estudamos interações com outras carteiras digitais, como Google Pay e Apple Pay", conta.

O presidente do BC diz que o Pix deveria se tornar uma solução também para pagamentos transfronteiriços, visto que sistemas como o Swift ainda são muito caros e demorados. "Hoje temos varias melhorias nesse campo, mas não temos sistema de pagamento conectados."

Além de facilitar os pagamentos, o presidente do BC disse que o Pix teve um papel importante na bancarização da população. "Tivemos 70 milhões de pessoas bancarizadas. Quando começamos a falar de Pix os bancos tinham medo de que ele provocasse perdas ao substituir Ted e Doc, mas sempre pensei que ele iria além disso. A grande surpresa foi a taxa de adoção do Pix", avaliou.

*O jornalista viajou a convite da Blockchain Rio

Ações da Europa: diversificador em carteiras globais?

Palavra do gestor



Marina Valentini

Após algumas décadas sendo uma decepção para os investidores, as ações da Europa voltaram a chamar a atenção com uma alta de 21% em dólares em 2023 e 9% no acumulado de 2024, já que algumas mudanças chave aconteceram tanto do lado macro como do microeconômico.

Dados recentes sugerem que a atividade na economia europeia finalmente está se recuperando, enquanto a dos Estados Unidos está desacelerando. A boa notícia é que os consumidores europeus ainda não gastaram todas as suas economias excedentes, que representam mais de 12% de sua renda anual. Na zona do euro e no Reino Unido, o gasto do consumidor ainda está 6% e 10% abaixo da tendência, respectivamente.

O aumento dos preços da energia devido à guerra na Ucrânia afetou a confiança do consumidor, mas essa divergência está diminuindo. Desde outubro, a confiança melhorou com o aumento da renda real das famílias, apoiada por uma menor inflação. Os salários reais na zona do euro cresceram 5% no começo de 2024, comparado com 2% no final de 2022, enquanto o mercado de trabalho se mantém sólido. Isso pode incentivar os consumidores a gastar sua poupança excedente e melhorar o ambiente econômico na região.

A recuperação na demanda global por bens industriais também deve ajudar países com alta exposição ao setor manufatureiro, como a Alemanha. Essa mudança na confiança e na atividade manufatureira pode apoiar os lucros das empresas europeias.

Além disso, as empresas na Europa e no Reino Unido obtêm 58% e 79% de suas receitas do exterior, respectivamente, o que pode beneficiá-las de uma maior resiliência na economia global.

Outro tema importante para os investidores é a mudança recente na política monetária. O progresso na desinflação permitiu que o Banco Central Europeu (BCE) começasse a cortar taxas em junho, e é provável que o Banco da Inglaterra comece na segunda metade do ano. Embora eles devam reduzir as taxas gradualmente, o início dos cortes pode ser um apoio adicional para as economias.

Também houve mudanças estruturais importantes na Europa nos últimos anos, como o fim de juros negativos e da austeridade fiscal. Em 2021, foi lançado o fundo de recuperação de € 723 bilhões, que abriu as portas para que a Comissão Europeia arrecadasse fundos e distribuísse dinheiro por toda a região. O projeto pode ajudar a atividade econômica, principalmente nos países do sul da Europa que precisam de um impulso fiscal, com planos de gastos em infraestrutura, digitalização e transição energética.

Embora a Comissão Europeia tenha sido clara sobre a necessidade de manter certa prudência fiscal, os planos de gastos desse fundo foram mantidos, e a lenta implementação até agora, principalmente na Itália, implica que ainda há espaço para que os gastos públicos contribuam mais para a recuperação econômica.

Mudanças sobre a qualidade das empresas também chamam a atenção. Pela primeira vez em 20 anos, as empresas europeias estão realizando mais recompras de ações do que as americanas, refletindo maior confiança no crescimento de seus lucros e balanços.

As margens operacionais na Europa também melhoraram significativamente desde 2021, atingindo níveis comparáveis aos das empresas americanas.

Além disso, investir em algumas empresas europeias proporciona exposição a tendências estruturais de longo prazo, como a empresas relacionadas com semicondutores que se beneficiam da demanda global por inteligência artificial, empresas farmacêuticas de remédios GLP-1, empresas que se beneficiam da transição energética e empresas de luxo líderes que capturam o crescimento da classe média dos mercados emergentes.

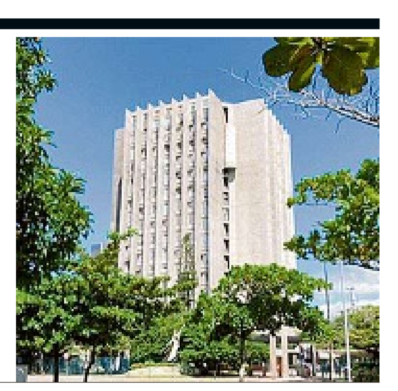
Apesar dessas várias mudanças favoráveis, o índice MSCI Europa ainda apresenta um grande desconto de 37% em relação aos Estados Unidos. Com a atividade econômica melhorando gradualmente, essas brechas entre os "valuations" parecem bastante amplas.

As eleições também têm sido um assunto importante este ano, já que os partidos de direita ganharam mais poder nas eleições parlamentares europeias. No curto prazo, os resultados causaram volatilidade nos mercados, já que investidores avaliam se isso pode ter um impacto nos planos fiscais. Porém, os mercados provavelmente continuarão mais focados no impulso econômico e no potencial para empresas de alta qualidade com avaliações descontadas.

Como em todas as regiões, é preciso monitorar riscos relacionados às eleições. Mesmo assim, as mudanças estruturais recentes na Europa são visíveis, desde o fim da austeridade fiscal e das taxas negativas, até a melhora da qualidade das empresas e uma maior exposição a temas globais importantes. Essas mudanças, junto com a recuperação da atividade econômica e valuations atrativos, fazem da renda variável europeia uma opção atraente para diversificar a exposição das carteiras aos mercados desenvolvidos.

Marina Valentini é estrategista de mercados globais da J.P. Morgan Asset
E-mail
marina.valentini@jpmorgan.com





Valor E
Quinta-feira, 25 de julho de 2024

Legislação & Tributos SP

Empresarial Para 3ª Turma, por unanimidade, cláusula compromissória não impede a execução

STJ permite cobrança de dívida antes de abertura de processo de arbitragem

Marcela Villar
De São Paulo

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) permitiu a cobrança de uma dívida extrajudicial antes da instauração de um procedimento de arbitragem, em um contrato com cláusula compromissória — previsão que permite às partes levar o litígio aos árbitros. O caso envolve um empréstimo de R$ 52 milhões entre o fundo dinamarquês Nordic Power Partners (NPP) e a empresa brasileira Rio Alto Energia.

O objetivo da operação foi a construção de um parque de energia solar na Paraíba, o Complexo Coremas I, II e III. A dívida foi cobrada antecipadamente pela NPP após supostos descumprimentos contratuais da Rio Alto.

De forma unânime, os ministros da 3ª Turma entenderam que a mera existência da cláusula compromissória no contrato não impede a execução antes da ação arbitral, que ainda não foi instaurada. Isso porque a cláusula não muda a natureza do título executivo. Eles reformaram decisão anterior da 15ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que havia suspendido a cobrança até o início da arbitragem.

Ainda há questionamentos sobre a validade do título extrajudicial. São 32 notas promissórias, emitidas pela Rio Alto à medida que entravam as parcelas do empréstimo do contrato de mútuo firmado com a NPP, joint-venture da European Energy com o Danish Investment Funds, fundo de investimento para o clima do governo da Dinamarca.

Enquanto os dinamarqueses entravam com o investimento, que também teve financiamento do Banco do Nordeste, os brasileiros construíram o complexo. O parque solar entrou em operação no ano de 2018 e a última etapa foi entregue em 2020. O valor total das obras foi de R$ 550 milhões.


DIVULGAÇÃO

Bruno Poppa: "Se o devedor quiser apresentar uma defesa e for de mérito, deve abrir uma arbitragem"

A Rio Alto, que já provisionou parte da dívida no último balanço patrimonial publicado e classificou a perda na Justiça como provável, deve recorrer da decisão do STJ, indica o diretor financeiro (CFO) da empresa, Rafael Brandão. Nos autos do processo, o grupo alega que ainda não havia vencido o prazo para a execução do débito e que a Nordic também teria descumprido cláusulas contratuais. Por isso, o caso deveria ir a um tribunal arbitral.

Segundo advogados, a jurisprudência do STJ caminha majoritariamente no mesmo sentido da decisão da 3ª Turma, de relatoria do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, permitindo a execução em contratos com cláusula arbitral. Porém, existem decisões divergentes, como uma do mês de abril, do ministro Raul Araújo, da 4ª Turma, que determinou a extinção do processo de execução, pois o tribunal arbitral seria o competente para se pronunciar primeiro sobre o feito (REsp nº 2343376).

Nos tribunais estaduais, as decisões têm divergido. Nesse processo da NPP contra a Rio Alto, por exemplo, a juíza Andrea de Abreu e Braga, da 10ª Vara Cível de São Paulo, havia determinado a execução. Mas o TJSP reverteu a sentença, suspendendo a cobrança. Já o STJ reformou a decisão anterior para restabelecer o decidido por Andrea.

Para o ministro Cueva, a execução deve prosseguir, pois ficou provada a exigibilidade do crédito em favor da NPP. Já as questões de mérito, que não caberiam ao Judiciário julgar, devem ser decididas por arbitragem. "Estando satisfeito o requisito da exigibilidade, como no caso, a existência do crédito e todas as alegações relativas ao contrato somente poderão ser analisadas no procedimento arbitral", diz. "Sem a instauração da arbitragem, a execução não poderia ter sido suspensa", acrescenta (REsp nº 2108092).

Bruno Poppa, sócio do Tepedino, Berezowski & Poppa Advogados, que atuou pela NPP na ação, afirma que a particularidade do caso é pelo vencimento antecipado das notas promissórias, pois gerou uma discussão se a dívida era exigível ou não. "O STJ reconheceu que tínhamos razão, o que acabou virando um precedente interessante, porque reconhece que, tendo um título executivo, se pode executar. Se o devedor quiser apresentar uma defesa e for de mérito, deve abrir uma arbitragem."

Poppa diz que a empresa dinamarquesa preferiu executar a dívida, pois seria mais rápido do que instaurar a arbitragem. "Nesse caso, a arbitragem deveria ser na Câmara de Londres, depois teriam que homologar sentença no STJ para então ter feitos no Brasil", explica. "Se já tenho a promissória, já posso fazer a penhora", completa.

O advogado acrescenta que a dívida foi antecipada por atritos na relação comercial entre as empresas, que ainda são sócias. Um dos motivos foi o fato de o antigo sócio e fundador da Rio Alto, Sérgio Reinas, ter sido preso na Operação Lava-Jato por corrupção e lavagem de dinheiro, além de supostos descumprimentos contratuais.

O CFO da Rio Alto, Rafael Brandão, nega a acusação. Diz que todas as cláusulas foram cumpridas e que a antecipação da dívida não ocorreu pela prisão de Reinas, que não tem mais qualquer relação com a empresa.

Para os advogados da companhia de energia, Gastão Pereira e Flávia Tiezzi, do Pereira Pulici Advogados, a decisão do STJ é "equivocada" e usou "argumento genérico". "As notas promissórias objeto da execução estão vinculadas ao contrato de mútuo. Foram executadas antes do vencimento sob alegação de inadimplemento de obrigações acessórias, o que deveria ser discutido pela Nordic em arbitragem." Eles dizem ainda que a NPP teria descumprido primeiro o contrato, ao atrasar remessa de integralização de capital.

Segundo a professora e advogada Selma Lemes, a decisão do STJ tem "absoluta lógica". "Não adianta só argumentar que tem cláusula arbitral, tem que dar efeito a ela", afirma ela, acrescentando não ter visto igual precedente. "Sem a instauração da arbitragem, não se pode falar em suspensão. Se a parte tem esse direito e não exerceu, não se pode prejudicar o outro que tomou as atitudes corretas", completa.

Na visão do advogado André Abboud, presidente do Comitê Brasileiro de Arbitragem (CBAr) e sócio do BMA Advogados, se a obrigação de pagamento foi descumprida, a execução pode ser feita. "O fato de ter uma cláusula arbitral não muda a exequibilidade do título, só muda o órgão competente para julgar os embargos ao executado", completa.

O **Valor** não conseguiu localizar um representante da NPP para comentar o assunto.

> "Não adianta só argumentar que tem cláusula arbitral, tem que dar efeito a ela"
> *Selma Lemes*

Receita regula pagamento de débito após derrota no Carf

Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta
De Brasília

A Receita Federal reduziu as vantagens esperadas pelos contribuintes para o pagamento de autuações fiscais após condenação por voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Em instrução normativa publicada ontem, estabeleceu que algumas multas não serão extintas, impondo restrições que, segundo advogados tributaristas, não estariam previstas na chamada Lei do Carf (nº 14.689, de 2023).

A Instrução Normativa nº 2.205 foi publicada dois dias depois de o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, indicar uma redução na expectativa dos valores que poderão ser recuperados com o voto de qualidade — desempate por representante do Fisco. A nova projeção de arrecadação, até o fim do ano, é de R$ 37,7 bilhões, ante os R$ 55,6 bilhões inicialmente previstos.

Mesmo com a redução, integrantes do Ministério da Fazenda avaliam que, dificilmente, esse montante será alcançado neste ano. Já há uma percepção na pasta de que, ainda que haja regras mais favoráveis, os contribuintes têm optado por recorrer das condenações ao Poder Judiciário. Isso é confirmado por advogados tributaristas que defendem grandes casos no Carf.


ROGERIO VIEIRA/VALOR

> "Instrução normativa e parecer da PGFN impõem restrições sem correspondência na lei"
> *Breno Vasconcelos*

O secretário havia indicado que essa frustração com receitas ocorreu devido ao prazo que os contribuintes têm para pagamento depois da condenação no Carf. Para acelerar o processo, a Receita quer comunicar o contribuinte logo após a condenação, o que poderia reduzir o prazo de pagamento para cerca de 30 dias após a publicação do acórdão, o que leva cerca de 60 dias. Ainda assim, a IN mantém o prazo de 90 dias.

Na avaliação de Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional, a arrecadação com o Carf é central para saber se a União ficará no centro da meta de déficit zero ou no limite inferior da banda, que permite um rombo de R$ 28,8 bilhões. "Considerando que não houve adesões no primeiro semestre, o parcelamento em 12 meses e o endurecimento das regras pela nova IN, é possível pensar em uma receita, em 2024, abaixo de R$ 8 bilhões, enquanto o último relatório bimestral apresentou quase R$ 38 bilhões."

Não só a meta de primário está em jogo, diz ele, mas o volume de despesa que pode ter sido contratada a longo prazo com base nessa estimativa de receita. "Pelo chamado princípio da prudência que se aplica às contas públicas, que diz que devem ser escolhidas as projeções válidas mais conservadoras, tanto para a receita como para a despesa, seria importante que se esclarecesse, ao menos, como a cronologia da adesão e parcelamento foi incorporada à estimativa oficial de arrecadação."

A IN publicada agora traz duas restrições que vão além da Lei do Carf, segundo Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos. A norma, afirma, traz impedimentos à exclusão das multas moratórias, aduaneiras e isoladas, apesar de o Decreto nº 70.235, de 1972, prever o cancelamento de multas sem diferenciar o tipo de penalidade.

Vasconcelos lembra que, durante a tramitação do PL do Carf, chegou a ser sugerida a exclusão só das multas incidentes sobre o valor do principal, mas essa restrição não prevaleceu. Por isso, o advogado considera que a IN, assim como parecer anterior publicado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), impõe restrições sem correspondência na lei. A outra restrição é aos processos envolvendo compensação, de acordo com o advogado.

A restrição que consta na IN torna menos atrativa a adesão ao pagamento do crédito tributário nas condições diferenciadas após o voto de qualidade, diz Vasconcelos. O advogado completa que o entendimento manifestado pela Receita ainda abre a possibilidade de mais contencioso. "Quando a IN, sob o pretexto de regulamentar, inova para restringir, está desrespeitando a decisão política do Congresso fruto das deliberações parlamentares e sintetizada no texto da lei", afirma.

Apesar disso, diz Vasconcelos, há um ponto positivo na nova norma, que trata da questão temporal. A Receita considerava que os julgamentos anteriores à MP 1.160 e à Lei nº 14.689 que tivessem recursos pendentes na esfera administrativa não estariam abrangidos pelas novas regras — exclusão de multas e condições especiais de pagamento. Agora, na IN, acrescenta, o órgão esclarece que as regras se aplicam.

"Frustraram [as novas regras] um pouco a expectativa dos contribuintes", afirma o advogado Caio Quintella, ex-conselheiro do Carf e sócio da Nader Quintella Advogados. A lei estabelece, segundo ele, que "as multas" serão canceladas no empate. Contribuintes consideravam, com a leitura da norma, que poderiam afastar multas aduaneiras, isoladas e de mora. Dessas, a Receita esclarece que só é possível afastar a isolada se houver decisão específica por voto de qualidade em relação à sua manutenção.

"Novamente se está diante da discordância do Executivo sobre norma editada pelo Legislativo, e com a pretensão de regular, distorce e restringe o alcance da decisão do legislador. O resultado é mais contencioso tributário", diz Quintella.

Segundo Rafael Gregorin, sócio do escritório Trench Rossi Watanabe, são polêmicas, para os contribuintes, as previsões de não exclusão das multas isoladas e de não exclusão das multas referentes aos processos em que a decisão proferida pelo Carf se tornou definitiva antes de 12 de janeiro de 2023.

"As autoridades colocaram diversas travas em uma regra que era tanto para beneficiar os contribuintes que perderam por empate, ou seja, em que houve dúvida, quanto para diminuir o contencioso", diz.

Vivian Casanova, sócia do BMA Advogados, afirma que a IN acaba acompanhando manifestação prévia da PGFN em parecer (nº 943, de 2024) que já havia sido discutido entre advogados e considerado mais amplo em relação ao que a lei previa. A interpretação, acrescenta, deve levar a questionamento por parte dos contribuintes no âmbito judicial. "Na IN, a Receita pretendeu normatizar os seus entendimentos, que já vinham sendo aplicados mesmo sem constarem expressamente em qualquer norma, os quais claramente restringem o benefício de exclusão da multa na hipótese de decisão por voto de qualidade."

INÊS 249

A revolução dos combustíveis sustentáveis de aviação

Opinião Jurídica

Felipe Rainato Silva

O Brasil, um dos maiores produtores mundiais de biocombustíveis, está diante de uma nova era no setor aéreo: a implementação gradual de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF, na sigla em inglês).

Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei dos "combustíveis do futuro", que cria o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, visando incentivar a pesquisa, a produção, a comercialização e o uso do combustível sustentável de aviação. O PL 528/20 propõs metas ambiciosas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa nos voos domésticos, começando com uma redução de 1% em 2027 e aumentando para 10% até 2037.

Se for sancionado e promulgado, o PL passa a ter força de lei e representará um marco significativo na transição para uma aviação mais sustentável no país. No caso específico do PL 528/20, criará obrigações legais para os operadores aéreos e, possivelmente, para órgãos reguladores, como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Isso porque a ANP terá que regulamentar aspectos relacionados à qualidade, à produção, ao armazenamento e à distribuição de SAF, enquanto a Anac precisará estabelecer normas específicas para o uso de SAF na aviação civil, incluindo certificações de aeronaves e operadores, a partir das definições em discussão no âmbito do Corsia/Oaci (Esquema de Compensação e Redução de Carbono para Aviação Internacional, da Organização Civil Internacional) e da Associação do Transporte Aéreo Internacional (Iata). Também não se pode descartar a contribuição de outros órgãos e agentes públicos e privados para o estabelecimento de padrões técnicos de qualidade, segurança, normalização e definições fiscais.

Portanto, além da aprovação legislativa, a implementação efetiva do PL 528/20 dependerá da elaboração e cumprimento de etapas regulatórias para viabilizar a transição para o uso de biocombustíveis na aviação doméstica no Brasil.

O PL 528/20 representa um passo significativo na direção certa, porque estabelece metas claras e graduais para a redução das emissões de gases do efeito estufa na aviação doméstica, incentiva investimentos em tecnologias limpas e promove a inovação no setor. Além disso, proporciona segurança jurídica e previsibilidade para os investidores e os operadores do setor. No entanto, para ser eficaz, é importante um planejamento detalhado e colaborativo entre governo, indústria, companhias aéreas, instituições de pesquisa e sociedade civil. A cooperação internacional também é fundamental, considerando que a aviação é um setor globalizado.

O SAF apresenta diversas oportunidades e desafios para o Brasil, considerando especialmente o contexto atual de transição energética e necessidades de redução de emissões de gases de efeito estufa. Há ainda as questões legais para as empresas que queiram explorar esse mercado no Brasil e contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor, que, por si só, é complexo e dinâmico.

Os desafios são grandes. Além da regulamentação clara e consistente, garantindo a segurança, a eficiência e a sustentabilidade dos biocombustíveis, são necessárias diversas certificações de sustentabilidade para garantir a conformidade com padrões ambientais internacionais. Além disso, ainda esbarramos em três fatores cruciais para que o SAF se torne realidade: custo, infraestrutura e distribuição. Atualmente, os biocombustíveis sustentáveis de aviação são mais caros do que os combustíveis fósseis tradicionais. Reduzir os custos de produção é essencial para tornar o SAF economicamente viável em larga escala. Também é necessário desenvolver uma infraestrutura robusta para a produção, armazenamento, transporte e distribuição de SAF. Isso inclui adaptações nos sistemas logísticos existentes e novos investimentos em infraestrutura.

Se os desafios são grandes, as oportunidades para esse mercado também são. O Brasil é um dos líderes mundiais na produção de biocombustíveis, como o biodiesel e o etanol. Isso coloca o país em uma posição estratégica para expandir sua expertise para a produção de SAF, aproveitando suas vastas áreas agrícolas e climas favoráveis. Outro ponto benéfico é que a produção de SAF pode representar uma nova fonte de receita para agricultores e produtores rurais, auxiliando na diversificação da economia agrícola e reduzindo a dependência de culturas tradicionais. Além disso, países e empresas que buscam reduzir suas pegadas de carbono estão cada vez mais interessados em biocombustíveis sustentáveis, e o Brasil pode aproveitar esse mercado crescente, exportando SAF, que também pode gerar investimentos em pesquisa, impulsionando a inovação tecnológica, criando oportunidades de emprego e fortalecendo o setor industrial de bioenergia.

O Brasil está diante de uma oportunidade histórica de liderar a transição global para uma aviação mais sustentável através do uso de SAF. Embora haja desafios significativos a serem superados, como custos elevados e infraestrutura limitada, o país possui os recursos naturais e a capacidade industrial necessária para se destacar nesse campo. O PL 528/20 é um primeiro passo para transformar essas oportunidades em realidade, estabelecendo metas claras e incentivando a inovação e o investimento no setor de biocombustíveis de aviação.

Felipe Rainato Silva é advogado e coordenador da área de Comércio Internacional do Hondatar Advogados

---

megaleilões — **EDITAL DE LEILÃO ON-LINE**

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A**., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Parque Guianazes. Rua Leritiba, nº 103. Casa 06 do Condomínio Residencial Leritiba. possuindo 01 vaga para auto na garagem coletiva do conndomínio Casa. Área privativa principal 68,36m², área de uso comum 31,71m², área total da unidade 100,07m², correspondendo -lhe uma quota parte ideal do terreno de 19,17%. Matr. 185.301 do 7º RI Local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área de terreno e construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador; (ii) Eventuais débitos de condomínio que vierem a ser apurados, deverão ser pagos às expensas do comprador, sem direito a reembolso; (iii) Ocupada (AF). **1º Leilão:** 09/08/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 323.233,61. **2º Leilão:** 12/08/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 192.867,01. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br.** Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

COMPANHIA AGRÍCOLA QUATÁ

CNPJ/ME nº 45.631.926/0001-13 - NIRE 35300088042

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas da Companhia Agrícola Quatá ("Companhia") convocados a se reunir em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a serem realizadas, **de forma exclusivamente digital**, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia e enviada por e-mail a cada Acionista, sem prejuízo do envio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2023, no dia **31/07/2024** às **11:00h**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em matéria ordinária **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31/03/2024; **(ii)** a destinação do resultado do exercício social findo em 31/03/2024; **(iii)** a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o período de agosto/2024 a julho/2025; e em matéria extraordinária **(iv)** a rerratificação do Protocolo de Incorporação da Companhia Agrícola Luiz Zillo e Sobrinhos . Informações gerais: • Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede e no seguinte link (https://bit.ly/AGOE_AQ_AGO_CAQ_31_JUL_2024) as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes publicados no dia 01 de julho de 2024, no Jornal Valor Econômico à página C06, e demais documentos a serem deliberados na AGOE. • Os Acionistas que desejarem participar da AGOE deverão confirmar sua participação, **até 48h antes do horário do início das Assembleias,** por resposta a e-mail enviado pela Companhia, para recebimento das orientações de acesso à plataforma digital, indicando o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) que estará(ão) presente(s), acompanhada dos documentos digitalizados que comprovem os poderes de representação do Acionista. **As demais informações para a participação virtual na AGOE**, inclusive o Boletim de Voto à Distância, poderão ser consultadas no seguinte *link* (https://bit.ly/AGOE_AQ_AGO_CAQ_31_JUL_2024). Lençóis Paulista, 23/07/2024. **F. Amaury Olsen** – Presidente do Conselho de Administração. (23,24,25)

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

CNPJ nº 60.518.222/0001-22 - NIRE nº 35300031831

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Julho de 2024

Aos dois dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e quatro, às 14 (quatorze horas), na sede social localizada na Avenida Paulista, nº 37 - 11º andar, nesta Capital, reuniram-se, em Assembleia Geral Extraordinária, os senhores acionistas do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A., devidamente convocados, representando a totalidade do capital social, conforme se verificou das assinaturas inseridas no livro de "Presença dos Acionistas". Por aclamação dos senhores acionistas, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Shimpei Ikari, que convidou o acionista, Sr. Hiroaki Fujiwara, para servir de Secretário. Constituída, assim, a mesa dos trabalhos, o Sr. Presidente esclareceu que fora dispensada a publicação dos editais de convocação pela imprensa, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária. Prosseguindo, determinou o Sr. Presidente que, como já era do conhecimento de todos os acionistas, cabia à Assembleia manifestar-se sobre o pedido de renúncia do cargo de Diretor Vice-Presidente, apresentado pelo Sr. **Makoto Minami**, conforme carta de renúncia datada de 02 de julho de 2024, com efeitos a partir desta data, que se encontrava sobre a mesa dos trabalhos, à disposição dos senhores acionistas. Submetido o pedido de renúncia do cargo de Diretor Vice-Presidente, apresentado pelo Sr. **Makoto Minami** à deliberação, foi aprovado por unanimidade de votos, a partir desta data, ficando consignado em ata um voto de louvor pelos relevantes serviços por ele prestados, em toda sua profícua gestão. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar nem discutir, após agradecer a presença e a colaboração dos senhores acionistas, o Sr. Presidente encerrou a sessão e determinou que se lavrasse a presente ata, em livro próprio, que depois de lida e conferida e achada em ordem, vai assinada pela mesa e pelos senhores membros acionistas, para constar e produzir os efeitos legais colimados. São Paulo, 2 de julho de 2024. aa. Shimpei Ikari - Presidente; Hiroaki Fujiwara - Secretário; Acionistas: Sumitomo Mitsui Banking Corporation, por seu procurador Shimpei Ikari; Shimpei Ikari e Hiroaki Fujiwara. Esta Ata é cópia autêntica da Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. realizada em 2 de julho de 2024 e lavrada em livro próprio. São Paulo, 2 de julho de 2024. **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. - Achilles Alfonso Suarez Filho -** Diretor Presidente. **JUCESP** nº 282.498/24-2 em 22/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 159ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 17I0000201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 29 de agosto de 2017, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de agosto de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 159ª Série da 1ª Emissão - (IF 17I0000201), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração invalidizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 24 de julho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

AMMO Varejo S.A.

CNPJ/ME nº 03.494.776/0001-01 - NIRE 3530057383-8

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada no Dia 4 de Julho de 2024

Data, Hora e Local: No dia 4 de julho de 2024, às 10:00 horas, realizada de modo exclusivamente digital, considerada como realizada na filial da Companhia na Avenida Olegário Maciel, nº 1.600, loja 11/12, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30180-915. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, considerando a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Josué Christiano Gomes da Silva. Secretário: Barbara Gomes da Silva. **Ordem do Dia:** (1) A contratação de Empréstimo de capital de giro, perante Daniele Múltiplo Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - não padronizados, inscrito no CNPJ sob o nº 32.528.241/0001-02, até o limite no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e futuros aditamentos; e (2) A constituição de garantia, representada por duplicatas de emissão da Companhia. **Deliberações:** Cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 6.404/1976 e no estatuto social da Companhia, a presente reunião foi regularmente instalada, e os conselheiros, por unanimidade, sem ressalvas, aprovaram as seguintes matérias: (i) a autorização para os diretores da Companhia realizarem a contratação de Empréstimo de capital de giro, perante a instituição financeira Daniele Múltiplo Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - não padronizados, inscrito no CNPJ sob o nº 32.528.241/0001-02, até o limite no valor de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e futuros aditamentos; e 2) A constituição de garantia, representada por duplicatas de emissão da Companhia. **6.** Os Conselheiros participaram desta reunião por meio de videoconferência, na forma do disposto no parágrafo 1º do Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração. Belo Horizonte-MG, 04 de julho de 2024. **8. Assinaturas:** Josué Christiano Gomes da Silva, Presidente da Reunião; Barbara Gomes da Silva, Secretária; e, Josué Gomes de Alencar. *Confere com o original lavrado em livro próprio.* Josué Christiano Gomes da Silva - Presidente da Reunião. **JUCESP** nº 266.693/24-6 em 19/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SOLFÁCIL SECURITIZADORA DE CRÉDITOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

CNPJ nº 43.102.277/0001-38

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

Hora, Data, Local: Às 10:30h, 03.06.2024, na sede, Rua Hungria, nº 1.240, 1º andar, conjunto 12, São Paulo/SP. **Presença:** 100% do capital social votante. **Mesa:** Presidente: Flávia Palácios Mendonça Bailune; Secretário: Eduardo Trajber Waisbich. **Deliberações Aprovadas: Em AGO: (i)** o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, publicados no site da CVM, no site da Companhia e no SPED (Central de Balanços); **(ii)** não haverá distribuição de lucros relacionada ao exercício encerrado em 31.12.2023, posto a ausência de lucro apurado neste período; **(iii)** ainda, o acionista: **a)** ratifica que dispensou o prazo de 1 mês entre a data da publicação da Proposta da Administração, tendo em vista que o acionista teve amplo conhecimento do teor das publicações, foram-lhe apresentados os documentos que julgou necessário e foram prestadas as informações suficientes para que pudesse deliberar, em sede de assembleia ordinária; e **b)** atesta a quem possa interessar e por tais razões, a regularidade da presente assembleia. **Em AGE**: **(i)** reeleger **Flávia Palácios Mendonça Bailune**, brasileira, casada, economista, RG 60.917.105-7 (SSP/SP), CPF 052.718.227-37, com endereço comercial na sede da Companhia, ao cargo de Diretora Presidente; reeleger **Eduardo Trajber Waisbich**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, RG 35.599.267-X (SSP/SP), CPF 354.775.038-58, com endereço comercial na sede da Companhia, ao cargo de Diretor Vice-Presidente e reeleger **Marcelo Leitão da Silveira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 50.941.829-6 (SSP/SP), CPF 021.590.957-70, com endereço comercial na sede da Companhia, para o cargo de Diretor, todos com mandato unificado até a realização da Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31.12.2025, prevista para ocorrer até o dia 30.04.2026. Os Diretores ora reeleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia; **(2)** tomarão posse, nesta data, mediante assinatura dos Termos de Posse; e **(3)** exercerão seu mandato de forma unificada ao mandato vigente, encerrando-se, portanto, na data da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025. A Diretoria passa, a ter seguinte composição: **(a) Flávia Palácios Mendonça Bailune** - Diretora Presidente; **(b) Eduardo Trajber Waisbich -** Diretor Vice- Presidente; **(c) Marcelo Leitão da Silveira -** Diretor. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 03.06.2024. **Acionista: Opea Securitizadora S.A. -** Flávia Palácios Mendonça Bailune e Eduardo Trajber Waisbich - Diretores. **Diretores Reeleitos:** Diretora Presidente - **Flavia Palacios Mendonça Bailune**, Diretor Vice-Presidente - **Eduardo Trajber Waisbich,** Diretor - **Marcelo Leitão da Silveira.** JUCESP nº 224.994/24-4 em 19.06.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

---

megaleilões — **Vara Única Judicial do Foro da Comarca de Caconde/SP**

EDITAL 1º E 2º LEILÃO ITAIQUARA ALIMENTOS S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 72.111.321/0001-74, **COMERCIAL SÃO JOÃO BAPTISTA S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 72.111.370/0001-07, **USINA AÇUCAREIRA PASSOS S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.272.271/0001-00, **AGRO PECUÁRIA VALE DO RIO GRANDE S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.278.278/0001-20, **ATACADISTA E COMISSÁRIA ITAIQUARA LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 72.111.339/0003-38, **JOÃO GUILHERME FIGUEIREDO WHITAKER**, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 35.126.273/0001-61, **GUILHERME WHITAKER DE LIMA SILVA**, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 35.140.431/0001-38, e **MARCOS DO AMARAL MESQUITA**, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 08.547.489.0001-28, todos em **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** ("**GRUPO ITAIQUARA**"). O **Dr. Guilherme Martins Damini**, MM. Juiz de Direito da Vara Única do Foro da Comarca de Caconde/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão de Unidade Produtiva Isolada virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo processam-se os autos da **Recuperação Judicial** do **GRUPO ITAIQUARA - Processo nº 1001798-97.2019.8.26.0103 - Controle nº 2265/2019**. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC. **DOS IMÓVEIS** – Os imóveis serão vendidos em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar os imóveis deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Independentemente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO -** O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO E PRESENCIAL**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, sendo que o **1º Leilão** terá início no **dia 06/08/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 12/08/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 12/08/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 19/08/2024 às 15:00 h,**, onde serão aceitos lances com no mínimo **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor da avaliação. **DOS LANCES** - Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pela internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br, ou de viva voz no dia do encerramento do leilão a partir **das 14:00h**, no Auditório localizado na Alameda Santos, nº 787, 13º andar, conjunto 132 - Jd. Paulista - São Paulo/SP, em igualdade de condições. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** - O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 844. Cumpre informar que cabe ao Leiloeiro a definição de critérios para participação do leilão, com o objetivo de preservar a segurança e a confiabilidade dos lances, nos termos do art. 14 da Resolução nº 236/2016 do CNJ. **DO DIREITO DE PREFERÊNCIA -** Os contratos de arrendamento que tenham por objetos imóveis que compõem a UPI deste Edital deverão ser cumpridos e respeitados em todos os seus termos e condições, nos termos da legislação aplicável. O direito de preferência conferido ao arrendatário será estendido para a aquisição da UPI, desde que o arrendatário, cumulativamente, **(I)** esteja devidamente habilitado para participar do Leilão, nos termos deste Edital, **(II)** respeite as condições mínimas previstas neste Edital; participando em igualdade de condições perante os outros licitantes, inclusive, deverá participar "lance a lance" no leilão. Existindo disputa, o arrendatário poderá exercer o seu direito igualando o lance de terceiro no momento do leilão. **AUSÊNCIA DE SUCESSÃO -** O(s) adquirente(s) dos imóveis não sucederá(ão) ao Grupo Itaiquara em quaisquer de suas constrições, dívidas e obrigações, seja de qual natureza forem, incluídas, mas não exclusivamente, as de natureza ambiental, regulatória, administrativa, penal, anticorrupção, tributária e trabalhista, nos termos do artigo 60, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, exceto se o arrematante for: **(I)** sócio das sociedades recuperandas, ou sociedade controlada pelo Grupo Itaiquara; **(II)** parente, em linha reta ou colateral, até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do Grupo Itaiquara ou de sócio das sociedades que compõem o Grupo Itaiquara; e **(III)** identificado como agente das recuperandas com o objetivo de fraudar a sucessão, nos termos do art. 141, §1º, da Lei nº 11.101/2005. **HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO LANCE VENCEDOR** - Encerrados os prazos para realização do Leilão, conforme aplicável, o lance vencedor deverá ser apresentado nos autos da Recuperação Judicial e será homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, que declarará o vencedor livre de quaisquer ônus, contingências e/ou sucessão, nos termos dos artigos 60, parágrafo único, e 141, II, da Lei 11.101/2005, e determinará o levantamento de todo e qualquer ônus e gravames existentes sobre o(s) imóvel(is), o que deverá ser prontamente cumprido pelo cartório de registro de imóveis competente para, ato contínuo, ser transferida ao vencedor do Leilão. Os custos relativos ao registro da transferência da propriedade dos bens imóveis correrão integralmente por conta do Arrematante, tais como as despesas de ITBI - Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis, que, para fins de cálculo do valor e emolumentos, o adquirente deverá observar a legislação municipal aplicável. **DO PAGAMENTO** – O pagamento se dará por meio de Guia DARF, que será encaminhada pela Recuperanda ao leiloeiro até as 16:00h do dia posterior à arrematação. Tão logo seja recebida a guia, este leiloeiro encaminhará ao arrematante, que deverá realizar o pagamento desta, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) após seu envio. **DA COMISSÃO** - O arrematante deverá pagar ao **LEILOEIRO OFICIAL** e **LEAD CAPITAL PARTNERS - CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA.**, a título de comissão, o valor total correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação. A comissão devida não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. O valor da comissão será distribuído da seguinte forma: comissão de 3% (três por cento) sobre o valor do lance vencedor para o leiloeiro Fernando José Cerello Gonçalves Pereira e comissão de 2% (dois por cento) sobre o lance vencedor para a empresa LEAD CAPITAL PARTNERS - CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA**. DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de depósito bancário, ou por meio de boleto bancário cujos dados serão encaminhados via e-mail. **DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS:** Os recursos decorrentes da alienação dos imóveis serão destinados, prioritariamente, ao pagamento dos créditos devidos pelo Grupo Itaiquara na transação fiscal celebrada com a União – Fazenda Nacional (fls. 72536/75572 dos autos da Recuperação Judicial do Grupo Itaiquara). **IMPOSSIBILIDADE DE ARREPENDIMENTO PELO(A) ARREMATANTE** – Cumpre informar que o não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro configurará desistência por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a (i) pagar, ao Leiloeiro, multa equivalente ao valor da comissão de 5% (cinco por cento), mais despesas no importe de 5% (cinco por cento) do valor do arremate no prazo de até 05 (cinco) dias contados término do leilão e (ii) pagar, ao Grupo Itaiquara, multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do arremate, a ser paga em até 5 (cinco) dias contados do término do leilão, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis, servindo o auto de arrematação, em conjunto com o Plano de Recuperação Judicial, como título executivo nos termos da Lei 13.105/2015. Poderá o Leiloeiro ou a Mega Leilões emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39 do Decreto 21.981/32. Considera-se ainda, tal conduta totalmente desrespeitosa com os(as) demais concorrentes ou licitantes do leilão, bem como, com o(a) Vendedor(a). Por conseguinte, o cadastro do(a) arrematante inadimplente será banido no sistema, bem como, não será admitido participar de qualquer outro leilão divulgado no portal da Mega Leilões e caso sejam identificados cadastros vinculados aquele, estes serão igualmente banidos. Vale esclarecer ainda, que fraudar leilão é crime, conforme preceituado no artigo 358 do Código Penal. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. As demais condições obedecerão ao que dispõe a Lei nº 11.101/2005 e o Provimento CSM nº 1625/2009, e no que couber, ao que dispõe a Lei nº 13.105/2015 e o caput do artigo 335 do Decreto-Lei nº 2.848/1940. **RELAÇÃO DOS BENS:** Será levado à Leilão um total de 4 lotes de imóveis com as seguintes matrículas: MATRÍCULA Nº 54.013 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PASSOS/MG, MATRÍCULA Nº 82.467 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PASSOS, MATRÍCULA Nº 17.593 DO CARTÓTIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE CACONDE/SP e MATRÍCULA Nº 14.616 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ALPINÓPOLIS. O valor total das avaliações dos Lotes é de R$ 13.125.598,24. A descrição detalhada dos bens, sua localização e os valores dos respectivos lotes está disponível no site www.megaleiloes.com.br. Caconde, 26 de abril de 2024. Eu, diretor(a), conferi e subscrevi. **Guilherme Martins Damini - Juiz de Direito.**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

AÇUCAREIRA QUATÁ S.A.

CNPJ/MF nº 60.855.574/0001-73 - NIRE 35300051556

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas da Açucareira Quatá S.A. ("Companhia") convocados a se reunir em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a serem realizadas, **de forma exclusivamente digital**, por meio de plataforma a ser disponibilizada pela Companhia e enviada por e-mail a cada Acionista, sem prejuízo do envio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2023, no dia **31/07/2024** às **10:00h**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: em matéria ordinária **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31/03/2024; **(ii)** a destinação do resultado do exercício social findo em 31/03/2024; **(iii)** a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o período de agosto/2024 a julho/2025; em matéria extraordinária **(iv)** o aumento do capital social, mediante capitalização da reserva de investimento; e **(v)** a rerratificação do Protocolo de Incorporação da Usina Barra Grande. Informações gerais: • Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede e no seguinte link (https://bit.ly/AGOE_AQ_AGO_CAQ_31_JUL_2024) as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes, publicados no dia 01/07/2024, no Jornal Valor Econômico à página C05, e demais documentos a serem deliberados na AGOE. • Os Acionistas que desejarem participar da AGOE deverão confirmar sua participação, **até 48h antes do horário do início das Assembleias**, por resposta ao e-mail enviado pela Companhia, para recebimento das orientações de acesso à plataforma digital, indicando o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) que estará(ão) presente(s), acompanhada dos documentos digitalizados que comprovem os poderes de representação do Acionista. **As demais informações para a participação virtual na AGOE**, inclusive o Boletim de Voto à Distância, poderão ser consultadas no seguinte *link* (https://bit.ly/AGOE_AQ_AGO_CAQ_31_JUL_2024). Lençóis Paulista, 23/07/2024. **F. Amaury Olsen** – Presidente do Conselho de Administração. (23,24,25)

COMPANHIA AGRÍCOLA QUATÁ

CNPJ Nº 45.631.926/0001-13 - NIRE 35300088042

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REALIZADA EM 29/05/2024

Data, Hora e Local: 29/05/2024, às 12h00 na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.400, 3º andar, Itaim Bibi, Município de São Paulo/SP, ou ainda, de modo digital, via videoconferência, pela plataforma digital *Microsoft Teams*. **Convocação**: Realizada por escrito, na forma prevista no Artigo 20, §1º, do Estatuto Social da Companhia Agrícola Quatá ("Companhia"). **Presenças**: Presente os seguintes membros do Conselho de Administração: Presidente, Francisco Amaury Olsen, Vice-Presidente, Carmen Tonanni e Conselheiros Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, José Marcos Lorenzetti e Raphael Lorenzetti Losasso. Presentes, também, os Conselheiros Consultivos Independentes, Britaldo Pedrosa Soares e José Aurélio Drummond Junior. **Mesa**: Sr. Francisco Amaury Olsen – Presidente; e Sra. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a reeleição da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a Reunião, o Presidente da Mesa colocou em exame, discussão e votação as matérias constantes da Ordem do Dia, deliberando, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, o quanto segue: **(i)** Aprovaram a reeleição dos membros atuais da Diretoria Estatutária da Companhia, pelo mandato adicional de 02 (dois) anos, todos com mandato até 30/06/2026 ou até a eleição e posse de seus substitutos, nos termos da Lei 6.404/76. Diante disso, a Diretoria permanecerá com a seguinte composição: **(1) Fabiano José Zillo**, brasileiro, divorciado, engenheiro agrônomo, RG nº 13.496.605-3 SSP/SP, e CPF nº 107.301.868-73, para o cargo de Diretor Presidente; **(2) Luís Fernando Radulov Queiroz**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 22.308.698-8, e CPF nº 247.647.688-95, para o cargo de Diretor Jurídico; e **(3) Denise Araujo Francisco**, brasileira, casada, engenheira química, RG n° 07.015.740-9, e CPF n° 003.008.217-00, todos com endereço profissional na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.400, 3º andar, na cidade de São Paulo/SP, CEP 04543-000, para o cargo de Diretora Financeira. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para a lavratura desta ata, a qual foi lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os Conselheiros presentes. **Assinaturas:** Francisco Amaury Olsen, Presidente do Conselho de Administração e da Mesa; Carmen Tonanni, Vice-Presidente do Conselho de Administração; **Conselheiros:** Luiz Zillo Neto, Miguel Zillo, Antonio José Zillo, Raphael Lorenzetti Losasso, José Marcos Lorenzetti, **Conselheiros Consultivos Independentes:** Britaldo Soares Pedrosa e José Aurélio Drummond Jr.; e Carolina Giovani Santos, Secretária. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 29/05/2024. Francisco Amaury Olsen – Presidente do Conselho/Presidente da Mesa. Carolina Giovani Santos – Secretária. **Jucesp** nº 262.406/24-0 em sessão de 10/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Cury Construtora e Incorporadora S.A.

Capital Aberto - CNPJ/MF nº 08.797.760/0001-83 - NIRE 35.300.348.231 - Código CVM nº 02510-0

Ata de Reunião da Diretoria

Data, Hora e Local: 1º/07/2024, às 10h, na sede, São Paulo/SP, na Rua Funchal, 411, 13º andar, conjunto 132-D, Vila Olímpia. **Convocação:** Convocação dispensada por estar presente a totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **Instalação e Presença:** Constatada a presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia, a reunião foi devidamente instalada. **Composição da Mesa**: Presidência da Mesa, **Fabio Elias Cury**; e, Secretário, **Ronaldo Cury de Capua**. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros da Diretoria da Companhia para deliberar sobre a fixação da data e forma de pagamento, pela Companhia, dos dividendos adicionais declarados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30/04/2024 ("AGOE 2024"). **Deliberações:** Após o exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, os membros da Diretoria, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram: **1.** A aprovação da data e a forma de pagamento dos dividendos adicionais declarados na AGOE 2024, definindo que esse pagamento será realizado, em uma única parcela, na data de 10/07/2024. **1.1.** Consignar que, em linha com o aprovado na AGOE 2024: **(a)** os dividendos adicionais ora em referência, no montante de R$ 265.000.000,00, equivalente a R$ 0,9141578587 por ação ordinária, desconsideradas as ações em tesouraria, são relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(b)** terão direito ao dividendo adicional declarado as pessoas inscritas como acionistas da Companhia na data-base de 8/05/2024, respeitadas as negociações realizadas até essa data, inclusive, de modo que as ações de emissão da Companhia são negociadas *ex-dividendos* desde 9/05/2024, inclusive; **(c)** não haverá atualização monetária ou incidência de juros entre a data da declaração dos dividendos e a data do seu efetivo pagamento (10/07/2024); **(d)** na data do pagamento dos dividendos (10/07/2024), a Companhia creditará o dividendo devido a cada acionista, segundo o número de ações ordinárias de sua titularidade na respectiva data-base (respeitadas as negociações realizadas até tais datas, inclusive), de acordo com o domicílio bancário fornecido ao Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável atualmente pela escrituração das ações da Companhia; **(e)** os acionistas cujo cadastro não contenha a inscrição do número do CPF/CNPJ ou a indicação de "Banco/Agência/Conta Corrente" somente terão seus dividendos creditados depois da atualização cadastral e nos prazos determinados pelo Itaú Corretora de Valores S.A.; **(f)** os acionistas cujas ações estão depositadas em instituições prestadoras dos serviços de custódia de valores mobiliários terão seus dividendos creditados conforme procedimentos adotados pelas instituições depositárias; e **(g)** o recebimento do dividendo será isento de Imposto de Renda, de acordo com o art. 10 da Lei nº 9.249, de 1995. **1.2.** Consignar que a presente deliberação diz respeito apenas aos dividendos adicionais declarados na AGOE 2024, observado que os montantes declarados a título de dividendo obrigatório na AGOE 2024 já foram pagos em 13/05/2024. **1.3.** Consignar que, em complemento aos Avisos aos Acionistas divulgados em 30/04/2024 e 2/05/2024, a Companhia deverá providenciar a divulgação de Aviso aos Acionistas comunicando aos acionistas e ao mercado em geral a presente deliberação. **Encerramento:** Formalidades legais. São Paulo/SP, 1º/07/2024. **Mesa:** Fabio Elias Cury - Presidente, Ronaldo Cury de Capua - Secretário. **Diretores:** Fabio Elias Cury, Paulo Sergio Beyruti Curi, Ronaldo Cury de Capua, Leonardo Mesquita da Cruz, João Carlos Mazzuco. **JUCESP** nº 269.544/24-0 em 19/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!





ID 6843 — DESOCUPADO

Galpão Comercial
Itapetininga/SP

Imóvel comercial com 600 m² de construção e terreno com área de 1.200 m². Composto por 2 banheiros, escritório e vão livre.

1º Leilão 25/07 - 14:00hs
2º Leilão 14/08 - 14:00hs

Avaliação R$ 1.824.887,90 | Lances a partir de R$ 1.094.932,75

Juiz: Exmo. Dr. Aparecido Cesar Machado
2ª Vara Cível de Itapetininga/SP



ID 6785

Imóvel Residencial
Limeira/SP

Imóvel com 303 m² de construção e área de terreno de 273 m². Localizado a 2 min. da Av. Maj. José Levi Sobrinho e a 8 min. do centro da cidade.

Leilão 29/07 - 10:00hs

Avaliação R$ 824.465,55 | Lances a partir de R$ 412.232,78

Juiz: Exmo. Dr. Alexandre Dalberto Barbosa
1ª Vara Cível de Rio Claro/SP

ID 6804

Apartamento com 170 m²
Guarujá/SP

Imóvel no Cond. Edifício Sorocotuba III, composto por sala 2 ambientes, 3 dorms com suítes, 4 varandas, lavabo, cozinha, área de serviço, wc de empregada e vaga dupla de garagem.

Leilão 29/07 - 10:30hs

Avaliação R$ 1.093.079,89 | Lances a partir de R$ 546.539,94

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Machado da Silva
4ª Vara Cível de Guarujá/SP



ID 6806

Imóvel Residencial
Bairro Butantã/SP

Imóvel com 186 m² de construção e terreno com área de 160 m². Composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, sala, cozinha, 2 banheiros, lavanderia, depósito, edícula e 2 vagas de garagem.

1º Leilão 29/07 - 10:30hs
2º Leilão 29/07 - 11:30hs

Avaliação R$ 630.625,78 | Lances a partir de R$ 315.312,89

Juiz: Exmo. Dr. Diego Ferreira Mendes
4ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

ID 6145 — DESOCUPADO

Apartamento Cobertura
Praia Grande/SP

Imóvel com 155 m² no Edifício Saint Louiz. Composto por 2 salas, copa, cozinha, 2 dorms, suíte, 4 sanitários, área de serviço, dormitório de empregada, 2 terraços e 2 vagas de garagem.

Leilão 29/07 - 11:00hs

Avaliação R$ 605.746,24 | Lances a partir de R$ 454.309,68

Juiz: Exmo. Dr. André Quintela Alves Rodrigues
Vara de Família e Sucessões de Limeira/SP



ID 6169 — DESOCUPADO

Salão Comercial
Bairro Alto da Mooca/SP

Imóvel com 786 m² no Edifício Beatriz, composto por 9 salas e 2 banheiros. Localizado a 5 min. da Av. Salim Farah Maluf e a 6 min. do Shopping Metrô Tatuapé.

Leilão 29/07 - 14:00hs

Avaliação R$ 5.422.024,30 | Lances a partir de R$ 3.253.214,58

Juíza: Exma. Dra. Andressa Maria Tavares Marchiori
4ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP



ID 4866 — DESOCUPADO

Apartamento com 150 m²
Guarujá/SP

Imóvel cobertura tipo duplex no Edifício Cancun, composto por 4 dorms com suítes, 3 salas, cozinha, lavabo, área de serviço, 2 varandas, piscina, churrasqueira e 3 vagas de garagem.

Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 1.192.949,66 | Lances a partir de R$ 596.474,83

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Machado da Silva
4ª Vara Cível de Guarujá/SP

ID 6800

Apartamento com 161 m²
Franca/SP

Imóvel no Cond. Residencial Terraço D'itália, composto por 3 suítes, 2 salas, varanda, lavabo, cozinha, área de serviço, banheiro, despensa e 3 vagas de garagem.

Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 1.600.000,00 | Lances a partir de R$ 960.000,00

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

ID 6803

Imóvel Comercial
Bairro Nossa Senhora do Ó/SP

Prédio Comercial com 456 m² de área construída sobre terreno com 166 m², composto por 2 vagas de garagem.

Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 2.200.000,00 | Lances a partir de R$ 1.320.000,00

Juíza: Exma. Dra. Sabrina Salvadori S. Severino
6ª Vara Cível do Foro Reg. XII - Nossa Senhora do Ó/SP



ID 6805

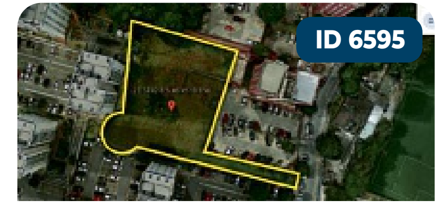
Imóvel Residencial
Espírito Santo do Pinhal/SP

Imóvel com 271 m² de construção e terreno com área de 581 m². Localizado a 3 min. da Av. Washington Luís e a 6 min. do centro da cidade.

Leilão 29/07 - 14:30hs

Avaliação R$ 767.705,56 | Lances a partir de R$ 383.852,78

Juíza: Exma. Dra. Roseli Jose Fernandes Coutinho
1ª Vara Cível de Espírito Santo do Pinhal/SP



ID 6595

Terreno Urbano
São Paulo/SP

Fração de 1,78571432% do terreno condominial com área de 2.370m², reservado para a construção do prédio (bloco 33), do Conjunto Residencial Parque das Orquídeas em São Paulo/SP.

1º Leilão 29/07 - 15:30hs
2º Leilão 29/07 - 16:30hs

Avaliação R$ 3.257.016,33 | Lances a partir de R$ 1.628.508,16

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP



ID 6791 LOTE 8

Apartamento Duplex com 109 m²
Praia Grande/SP

Imóvel no Ed Las Palomas, composto por sala com 2 ambientes, terraço, 3 dorms, 2 banheiros, cozinha, área de serviço e vaga de garagem. Localizado a 1 min. da Praia da Vila Tupi.

1º Leilão 29/07 - 15:00hs
2º Leilão 12/08 - 15:00hs

Avaliação R$ 330.000,00 | Lances a partir de R$ 165.000,00

Juíza: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de São Paulo/SP

ID 6784

Apartamento com 87 m²
Bairro Vila Madalena/SP

Imóvel no Edifício Andréa composto por 2 suítes e vaga de garagem. Localizado a poucos metros da Praça Pôr do Sol e a 4 min. da Marginal Pinheiros.

1º Leilão 29/07 - 15:30hs
2º Leilão 29/07 - 16:30hs

Avaliação R$ 1.135.560,58 | Lances a partir de R$ 681.336,34

Juíza: Exma. Dra. Renata Soubhie Nogueira Borio
2ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP



ID 6783

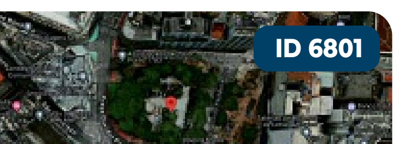
Condomínio de Apartamentos
Barra de São Miguel/AL

Imóvel com área de terreno de 450 m². Localizado a 2 min. da Praia das Conchas e a 3 min. do centro da cidade.

1º Leilão 06/08 - 09:00hs
2º Leilão 27/08 - 09:00hs

Avaliação R$ 1.997.508,52 | Lances a partir de R$ 998.754,26

Juiz: Exmo. Dr. Gabriel Meira Nóbrega de Lima
1ª Vara Cível e da Infância e Juv. de São M. dos Campos/AL





ID 6801

Terreno Urbano
São Paulo/SP

Terreno com área de 1.170 m², composto por uma guarita de estacionamento de 20 m². Localizado na Praça da Sé, região central de São Paulo.

1º Leilão 09/09 - 09:00hs
2º Leilão 30/09 - 09:00hs

Avaliação R$ 12.936.895,01 | Lances a partir de R$ 9.055.826,51

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200  11 95577 1200 **www.leje.com.br** @lejeoficial Leilão Judicial Eletrônico

---

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 425 LOTES - DIA: 26.07.2024 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 26.07.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BGRX48F0AG328069 - 9BWAB45Z3F4003446 - 9BD341A5NHB428848 - 9BWAG4125FT558575 - 97NE07BFXFM687044 - 95V02250XCZ063804 - 9C2KC2200NR176655 - 9C2KC2500LR004429 - WDDWF4AW8FR063800 - WBAVL3107CVN96337 - 9BHBG51CAEP275522 - 3VWJE61K78M031504 - 9BWAA45Z0D4130431 - 93Y5SRD6EFJ707465 - 9BWAA05Z1B4081133 - 9BD195152E0475110 - KMHDC51EBBU278312 - 9BGRZ48909G121781 - 9BWLB45U5DP042094 - 9BWCA01J584022250 - 9BGKL48U0LB149354 - 9BHBH41DBFP362908 - 9BWAB45Z7F4042170 - 9362NKFWXBB051188 - 9BGKR48G0GG146899 - 9BD2651JHL9136259 - 9BGKL48U0JB223882 - 9BWDL5BZ3KP619435 - 9BWAG45U7KT068662 - 9UJDB14B9AU001396 - 9BWDA05U6BT103666 - 936CLNFN2GB010253 - 93YBSR6RHCJ185245 - 93YBB2R0F5J612908 - 9BWDB05U4CT131707 - 94DFCUK13FB104425 - 9BFZF55A6D8345096 - 93Y4SRZ85LJ232667 - 8AD3DRFJ27G040860 - 9362AKFW96B042673 - 9BWCA05X13T021397 - 3GNCL13V59S620163 - 8AD3DN6B48G043302 - 9362MKFWXAB057769 - 9BGRX0810AG171951 - 9C2KD0810KR124120 - 9BD195162B0035890 - 9BGTT75B03C103906 - 9C2KC2500RR043116 - 9BGJC69Z0FB178313 - 9C2NC6100PR014873 - 93YHSR2L6CJ911606 - 9BD195152F0633256 - KMHDC51EAAU203925 - 9BD15802774934966REM - 93Y4SRF84JJ194386 - LVVDB12B9DD048620 - 935ZCWMNCH2162341 - 8A1FC1605GL794681 - 93ZC35B01D8443819 - 9BFZK53A5BB312217 - 9362AKFW98B001427 - WAUAGD4L8DD005843 - VF7UARFJ28J100220 - WMEEJ8AW3DK637478 - 9BWCA05X24T163081 - 9BD17122ZH7612226 - VF33BRFN25S014354 - 9BD195A4NH0792396 - 9BD17164LA5546471 - 9362EN6A38B038578 - 93YBSR8VACJ963466 - 8AFAZZFHA3J289779 - 8A1BB8215FL679288 - 8AD4DRFJWCG035887 - 9BGKL69U0HG123860 - 935FCKFVYCB588180 - 8AP196271D4030722 - 9BGSU19F0CB289289 - KL1JM6C04CB134923 - 8AP17206LA2058636 - 9BD198221C9006379 - 3GNDL63719S508768 - 3GNALHEV3AS588685 - 9BWCA05WX8P112157 - 9BHCP41AALP061999 - 935FCKFV87B521485 - LJ12EKR19C4390557 - WBAVL3104CVS07573 - 9BGSU19F0CC127026 - WVGBF67L45D049949 - 9362AKFW98B019820 - WBAUE7103BE518083 - 9BGKS69L0DG309225 - 9C2KC2200RR207010 - 93YBSR7RHEJ984048 - 9C2KD0810RR056276 - 93Y5SRD04GJ876961 - 9C2KC2210PR119008 - 9BWCA05W16P086917 - 9C2JB0100PR111766 - 9BGKR48G0GG298634 - 9C2KC2500RR028686 - 9C2KC2200LR122010 - 99KPCK7LKRM104478 - 9C2KF5200RR005465 - 95VZF1H5NPM001090 - 9BD341A5XLY690496 - 8AD2MKFWXDG027011 - 9BWZZZ374YT079078 - 9BD11812EC1168434 - 93YBSR7RHCJ326526 - 9BWAA05W9BP097696 - 8BCLCRFJYAG534462 - 9BFZF55A7A8463590 - 8AGCB48X0DR167362 - 3FAHP0JA0AR144449 - 3GNCL53789S572246 - 9BGRX48909G137458 - 3N1BC1CD6CL351932 - 9BRBB48E295012606 - 93YKM2M3H8J890846 - 8AFFZZFFC8J156907 - 9BR53ZEC258584287 - 93HGD38807Z105903 - 9BVN2B2A0SE646283 - 9BGAC69M06B218144 - 9BVP0F0A88E111754 - 9BGXL75005C263489 - 9BWAA05U6BT225088 - 8AFCZZFFC3J283348 - 9BWAB09N9BP000981 - 8A1LBMC35DL387261 - 93YKM2N368J935570 - 9BWKB45U9KP007325 - 9BGSU19F0BB136464 - 9BD341A5XKY593825 - 9BD17164LB5716894 - 93Y4SRF84JJ780845 - 9BWZZZ376WP006318 - 9BFZH55L0F8179317 - 95PJN81BPBB006068 - 9BD195102F0626528 - 9BWAB05Z294037357 - 9BWKB45U5EP144119 - YV1DZ9056B2155030 - 9BHBH41DAEP093930 - 9BGRM69X0BG211526 - 9BGXL80P0AC158978 - 9BWAA05ZX94018171 - 9BWAA05W29P015964 - 93HGD17407Z114429 - 9BD17140A95318437 - 9BD17106G72814579 - 9362EN6A98B029620 - 9BGRD08Z01G134606 - 9362MKFWXDB015414 - 93YBSR6RHDJ434981 - 9BFZF55P6D8380404 - 93HES15501Z003080 - 9C6KJ0040C0005753 - 9C2KC2500RR033897 - 9C2KC2200PR317827 - 9C2KC2200RR010677 - 9C6RG5020P0050341 - 9C2KC2200PR025688 - 8AGSA19908R149686 - 9BGXM75G08C742793 - 9BFZE55H2B8621111 - 9BGKS69B0EG218466 - 9BGPB69M0EB238215 - 9BD195152B0066041 - 936CLHMZ1HB059704 - 9BD17104LA5625637 - 9BFZF16P998319983 - 9BGKL48U0LB167825 - 9BHBG51DAFP379636 - 9BD2651JHJ9087388 - 9BD17140A72856708 - 9BRKC3F33N8161995 - 9BHBG51CAKP064573 - 9C6RG3150L0030274 - 93HGD38807Z109598 - 9BGEY69H0MG119610 - 9BFZF10A488189369 - 98M8N900XH4A62683 - YV1DZ40CDG2776697 - 8AFUZZFHCBJ341409 - 9C2KF5210RR002012 - 8AFTZZFFCDJ111323 - 9BWKB05Z354071418 - 93HGD18605Z122306 - 8AD4CRFJVDG020880 - 9BRKYAAGXN0612175 - 9C6RM0940P0007761 - 9C2KC2200PR035210 - 9C6SEB520N0027589 - 9C6SG5910M0007256 - WAUGFCF49JA198921 - 9C2KC2500KR102393 - SAJBB4BG3HCY52424 - 98MVL9007F4A00065 - 93XSTCY4AFCE00349 - 9BFZF55A8A8038184 - 9BFZF54P1A8475210 - 3N1BC13D38L441711 - 9BD13561382077937 - 94DFCAP15RB107211 - 9C2JF8500LR111413 - 3VWHJ6BU8LM011670 - 94DBFAN17KB106139 - 9BWDA45U9ET201988 - 9BRK29BT4E0012490 - 93XFRH72WDCD81456 - 9BRK19BT3D2007089 - 8AGCN48X0CR172755 - 9BRBD48E5C2551787 - 9BWAB05U6AT173988 - 9BFZE12P588940516 - 9BGRY48X05G156407 - 9BGSU19F0DC119683 - 3FAFP4WJ7EM152378 - 9BGAD69W08B268886 - 93YHSR6P5DJ237129 - 8AGCB48X0BR224088 - KMHFH41HBDA235925 - 93HGE67409Z100209 - 9BGXL68607C100975 - 9BFZD55PXEB747900 - 935FCKFVYBB527916 - 93Y4SRZ85LJ171799 - 93HGE67409Z116441 - 3FADP4EK3CM211733 - 9BFZC52P3BB905416 - 9BFZE16P898982917 - 9C6SG3310J0019070 - 9BGKS48B0EG149866 - 9UK64ED52F0085043 - 9BWCC05XX5P107197 - 8A1CB8V059L277688 - 3N8CP5HE9HL473498 - 9BFZF55AXA8008071 - 9BGRX08909G116512 - 9BFZK53A1BB303854 - KMHJN81BP8U767355 - 8AWPB45Z6BA002929 - 93YBSR7AH9J247248 - 9BD341A5NHB412668 - 9BGRG48F0CG343932 - 9BRBC9F31M8107144 - 93HFA66308Z248871 - 9BGKS69V0HG197332 - 9BFZK53A59B111394 - 93Y5SRD04GJ437556 - 9BWAH5BZ5JP073529 - 93XSYKL1TNCM39237 - 9BRB29BT7M2263667 - 9BD195162D0442476 - 9BGKT48V0HG128758 - 96PERSD17NFS00711 - 9BGTS75W07C125289 - 93HGM6690FZ110660 - VF7UDRFJWCJ502599 - 93YBSR86KDJ423431 - 93HGM6650HZ204641 - 9BWAA45Z2D4142015 - 98867516WMKK71049 - 935SUN6AYBB557935 - 9BGKS48L0DG237719 - 9BD196272D2047683 - 9BWAG4129GT520252 - 9BGKS48B0EG346234 - 9BGJC69Z0EB193507 - 9BD15802AD6844525 - 9BD358A47JYH97199 - 9BGKS69V0KG114983 - 9BRK29BT1L0201420 - 93HFB2630EZ120738 - 9BRBD48EXC2540154 - 9BGKS69L0FG295875 - 9BRB29BT3K2210476 - 9BFZH55L8H8380255 - 9BD17106G85055222 - 936CMNFNVJB033754 - 93YLB8E257J829628 - 9BRK29BT8H0104397 - 9BGEN76B0MB108722 - 9BFZF55A1B8180278 - 8AD3CRFN25G306750 - 936CMNFNVJB039431 - 93YBSR7UHCJ118385 - 9BFZK53A1DB404217 - 3N1CN7AD7EK419264 - 9BFZD55J2FB826085 - 93Y4SRFH4LJ843391 - 9BFZK53A0BB241282 - 9BRKA9F39L5026964 - 9C2KC2200LR156804 - 93HGK5840LK117299 - 9BRK29BTXD0002593 - 9BD17140ZA5586888 - 9BD178530Y0962667 - 9BWBC13X0YP020949 - 9BGEB76H0MB168233 - 9BWAG4129JT524048 - 9BFZF55P7B8056732 - 9BD2651PAP9226915 - 9C6RG3160N0009019 - 93YHJD202MJ640263REM - 9C2PC4920NR001814 - 94DVCUD40AJ347188 - 935ZCWMNCE2141052 - 988611126KK235847 - 9BGEP69H0MG172598 - 9BGEP76B0PB173002 - 99Z0K0004PZ919545 - 9C6RG5020R0084519 - 93HRV2830GZ171039 - 9BGKT48V0HG210600REM - 8A1BB8W05CL263658 - 8AJFY22G2F8026777 - 9BWDH5BZ3KP525718 - 8AJHA3CD0L2106505 - 9BG148FK0MC429602 - 9BFZF55A8A8495206 - 9BD11818LD1215445 - 9BRK19BT6J2097737 - 988611132KK245479 - 93YRBB002PJ406623 - 8BCND5GVUFG522723 - 9BGEB48H0PG200630 - 9UK2A3A21G0391030 - 9BRB33BE4P2166300 - 9535E6TB8RR055307 - 9BWAB05U0BT192604 - 9BD17106LA5458788 - 9BFZB55P4D8763995 - 95PJV81DBLB066028 - LJ1EEKPP7P7402102 - 9BFZF55P8D8441199 - 93YRHAMH7KJ895612 - 9BWAH5BZ0KP517370 - 9BWAA05U6AT125636 - 9BGEP69H0NG190676 - 8AJFY29G2F8589236 - 1C4BJWAG9DL555537 - 93HGM2640BZ119501 - 9BD17106LC5784859 - 9BRK29BT2G0073873 - 9BFZD55R7JB605628 - 99KV4001ZLM102542 - 9BWDB45UXNT085665 - 9BFZH55S0M8070067 - KMHSH81DDAU509358 - 9BFZF54P3C8231738 - 3N1DK3CD6CL220863 - 8AFPZZFFC8J077316 - 93XATGK1WRCP10215 - 9BGRZ08907G140102 - 9BD19716TG3264853 - 3N1CN7AD4EK390693 - 9BD17301M94267765 - 9BGXL19005C116761 - 9BRBD48E0C2556024 - 8AP372111C6030225 - 9BD196263E2172569 - 3N1CN7AD2DL801999 - 8AJFY22G7F8016505 - 9BM979028ES027714 - LP6XCBL03N0R48856 - 9BFZF26PX78219538 - 98RDB21B4KA005474 - 9BHBG51DAEP233839 - 9BFZH55L4F8171415 - 93HRV2870GZ100573 - WV1DB22H5GA024072 - 8AGBB68S0JR116012 - 93YRBB004NJ985272 - 2FMDK48C79BA48152.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

ALUGA-SE

EDIFÍCIO VILA OLIMPIA MONOUSUÁRIO

PRÓXIMO AO SHOPPING VL. OLÍMPIA
ED. DE **4.400m² Á. TOTAL** e **2.650m²** Á. ÚTIL

LOJA + 11 ANDARES
61 VAGAS DE VEÍCULOS
02 SUBSOLOS

- AR CONDICIONADO
- CFTV
- GERADOR TOTAL

(11) 3504-0133
TRATAR C/ PROPRIETÁRIO **BRUNO ou NEIDE**

INÊS 249

TDS Informática S.A.

CNPJ/MF nº 02.231.701/0001-67 - NIRE 3530045172-4

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

Data, Hora e Local: aos 30 de abril de 2024, às 10 horas, na sede social da TDS Informática S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Alameda Araguaia, nº 2044, Torre II, Sala 1601, Alphaville, CEP 06455-000. **Convocação e Presenças:** tendo em vista a presença da acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura lançada no Livro de Presença de Acionistas, restaram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades Anônimas"). **Composição da Mesa: Vinicius Urias Favarão -** Presidente; **Pedro Lins Meira Quintão -** Secretário. **Ordem do Dia:** deliberar sobre **(i)** a aprovação da lavratura da ata na forma de sumário; **(ii)** a aprovação da criação do conselho de administração da Companhia; **(iii)** a aprovação da eleição dos membros do conselho de administração da Companhia; **(iv)** a aprovação da reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia; **(v)** a autorização dos Diretores da Companhia para celebração de alterações contratuais das sociedades controladas, para reforma do contrato social, eleição dos administradores, e outras deliberações. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções ou ressalvas, deliberaram o seguinte: **(i)** Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, como faculta o § 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades Anônimas. **(ii)** Aprovar a criação do conselho de administração da Companhia, com poderes e atribuições conferidos pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social da Companhia, que será composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 06 (seis) membros efetivos, todos residentes ou não no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, devendo permanecerem nos respectivos cargos até a posse de novos membros eleitos. **(iii)** Eleger para um mandato unificado de 02 (dois) anos contados a partir da presente data, permitida a reeleição, os seguintes membros do conselho de administração da Companhia: **a) Marcos Valério Tescarolo,** brasileiro, casado, bancário, portador(a) do documento de identidade RG nº 16.367.864-9 SSP/SP, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 085.195.768/42, com endereço comercial no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco/SP, CEP 06029-900, para o cargo de Presidente do conselho de administração da Companhia; **b) Edilson Dias dos Reis,** brasileiro, casado, bancário, portador(a) do documento de identidade RG nº 08878617-3 IFP/RJ, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 809.141.447/15, com endereço comercial no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco/SP, CEP 06029-900, para o cargo de conselheiro de administração da Companhia; **c) Pedro Lins Meira Quintão,** brasileiro, solteiro, bancário, portador(a) do documento de identidade RG nº 3.730.102 SSP/SC, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 109.698.047-92, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.950, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, para o cargo de conselheiro de administração da Companhia; **d) Paulo Sérgio Nogueira Gerosa,** brasileiro, analista de sistemas, casado no regime da separação total de bens, portador da Cédula de Identidade nº 6.327.505-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 855.618.868-00, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Arizona, nº 1422, Sala 51, Cidade Monções, CEP 04567-003, para o cargo de conselheiro de administração da Companhia. Fica consignado que os(as) conselheiros(as) ora eleitos(as) declararam, sob as penas da lei, nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades Anônimas, que não estão impedidos(as) de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos de pena que vede, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade, e que tampouco existe motivo de impedimento decorrente de qualquer outra circunstância legalmente prevista como impeditiva do exercício das atividades empresariais ou de administração da Companhia. Os(as) conselheiros(as) serão investidos(as) em todos os poderes e atribuições estipulados pela lei e/ou pelo estatuto social da Companhia, e deverão tomar posse mediante assinatura dos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia. **(iv)** Aprovar a reforma integral e a consolidação do estatuto social da Companhia, em virtude das deliberações tomadas nos itens acima, que passa a vigorar nos termos do Anexo I da presente Ata; e **(v)** Autorizar os Diretores da Companhia (1) a celebrar alterações contratuais das sociedades controladas pela Companhia, para: (a) em relação à **Mobisafe Sistemas Ltda.** (CNPJ/MF sob nº 14.204.950/0001-42; NIRE 35225841079), eleição dos administradores refletindo a Diretoria da Companhia eleita pelo Conselho de Administração, e reforma do respectivo contrato social e (b) em relação à **Rentpos Locação e Manutenção de Equipamentos Ltda.** (CNPJ/MF sob nº 16.433.445/0001-03; NIRE 35226698458), alteração do endereço da sede e da única filial da sociedade, eleição dos administradores refletindo a Diretoria da Companhia eleita pelo Conselho de Administração, e reforma do respectivo contrato social; (2) a celebrar os contratos de prestação de serviços para o exercício do cargo de diretor estatutário com os diretores eleitos pelo Conselho de Administração. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pela acionista presente, ao final deste instrumento. Barueri (SP), 30 de abril de 2024. **Assinaturas: Mesa:** Vinicius Urias Favarão - Presidente; Pedro Lins Meira Quintão - Secretário. **Acionista: Bradesco Holding de Investimentos S.A.,** neste ato representada por Vinicius Urias Favarão e Pedro Lins Meira Quintão. **Mesa: Vinicius Urias Favarão -** Presidente; **Pedro Lins Meira Quintão -** Secretário. **Acionista: Bradesco Holding de Investimentos S.A.** *Por: Vinicius Urias Favarão e Pedro Lins Meira Quintão.* **JUCESP** nº 259.008/24-2 em 02/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social da TDS Informática S.A.** CNPJ 02.231.701/0001-67 - NIRE 3530045172-4. **Capítulo I - Denominação, Sede, Filiais e Duração - Art. 1º.** A denominação da Companhia é **TDS Informática S.A.**, sociedade por ações, regida pela Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas"), e pelo presente Estatuto Social. **Art. 2º.** A Companhia tem sede na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Alameda Araguaia, nº 2044, Torre II, Sala 1601, Alphaville, CEP 06455-000, podendo abrir filiais, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional por deliberação da Diretoria ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração. **Art. 3º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Objeto Social - Art. 4º.** Constituirá objeto da Companhia: (i) Coordenação de transações eletrônicas e rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação de transações referentes a correspondentes não bancários, recarga de créditos de telefonia, dentre outros; (ii) Aluguel, fornecimento e prestação de serviços de instalação, desinstaçação e manutenção de equipamentos, soluções e meios eletrônicos para a captura e processamento de dados de transações eletrônicas refentes a correspondentes não bancários, recarga de créditos por telefonia, dentre outros; (iii) Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para operação de correspondentes não bancários, recarga de créditos por telefonia, dentre outros; (iv) Prestação de serviços na área de informática, principalmente projeto e desenvolvimento de sistemas, treinamento e outras atividades correlatas ao ramo; (v) Comercialização, distribuição, licenciamento de software nacional ou estrangeiro; (vi) Participação em outras sociedades como sócia ou acionista; e (vii) Desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Companhia. **Capítulo III - Capital Social e Ações - Art. 5º.** O capital social da Companhia é de R$ 6.110.000,00 (seis milhões, cento e dez mil reais), representado por 5.785.266 (cinco milhões, setecentas e oitenta e cinco mil, duzentas e sessenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§1º.** O capital social da Companhia será representado por ações de sua emissão, que contarão com os direitos e obrigações previstos neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas. **§2º.** A emissão de ações da Companhia para integralização em dinheiro, bens e/ou créditos, far-se-á por deliberação da Assembleia Geral, aplicando-se, quando couber, o disposto no Art. 8° da Lei das Sociedades Anônimas. **§3º.** As capitalizações com reservas e lucros poderão ser feitas independentemente de aumento no número de ações. **§4º.** As ações não serão representadas por cautelas, presumindo-se a titularidade destas pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **§5º.** Qualquer transferência de ações será realizada mediante a assinatura do Livro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia. A aquisição, a qualquer título, de ações de emissão da Companhia, importará na transferência de todos os direitos e obrigações que lhes são inerentes, exceto se acordado de forma diversa entre cedente e cessionário das ações, conforme averbado nos livros da Companhia, e na adesão integral e incondicional a este Estatuto Social. **§6º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá um só proprietário para cada ação. **§7º.** As ações da Companhia não serão negociadas em mercado de valores mobiliários e a negociação pela Companhia com as próprias ações será regida pelo disposto no Art. 30 da Lei das Sociedades Anônimas e pelas disposições deste Estatuto Social. **§8º.** O reembolso de ações da Companhia será feito com base no menor valor entre (i) o valor econômico da Companhia e (ii) o valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral, observadas as disposições da Lei das Sociedades Anônimas. O valor econômico da Companhia para efeito de reembolso será apurado por meio de avaliação realizada por três peritos ou empresa especializada, nos termos do Art. 45, §3º, da Lei das Sociedades Anônimas. **Art. 6º.** Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia, na mesma proporção, espécie e classe das ações que possuírem. **Parágrafo Único**. O direito de preferência de que trata o Art. 6º deverá ser concedido de acordo com o procedimento e os prazos previstos na Lei das Sociedades Anônimas, observado o prazo decadencial mínimo fixado pelo Art. 171 da Lei das Sociedades Anônimas. **Capítulo IV - Assembleia Geral - Art. 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do Art. 132 da Lei das Sociedades Anônimas; e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **§1º.** Compete à Assembleia Geral, deliberar sobre as matérias previstas expressamente na Lei das Sociedades Anônimas, as quais deverão previamente ter a manifestação favorável do Conselho de Administração. **§2º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades Anônimas, sendo considerada regular, independentemente das formalidades de convocação, a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei das Sociedades Anônimas. **§3º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por um dos presentes, acionista ou não, indicado pelo voto da maioria das ações com direito a voto presentes na assembleia, que convidará outro presente, acionista ou não, para atuar como secretário. **§4º.** Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Capítulo V - Administração - Seção I - Regras Gerais - Art. 8º.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **§1º.** Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição. **§2º.** Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição. **§3º.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **§4º.** É vedada a delegação de competências, funções, atribuições e/ou obrigações de membros da Administração para terceiros que não integram a administração da Companhia sendo permitida, contudo, a outorga de procurações para representação da Companhia, nos termos deste Estatuto Social, e a indicação de um membro da administração para representar administrador ausente em reunião do órgão da administração em questão, observado o disposto nos termos deste Estatuto Social. **§5º.** É vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador ou procurador da Companhia, que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas aos objetivos sociais. **Seção II - Conselho de Administração - Art. 9º.** O Conselho de Administração é o órgão de orientação e planejamento estratégicos da Companhia, composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 06 (seis) membros, todos residentes ou não no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral para um mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, devendo permanecer nos cargos até a posse dos novos membros eleitos. **§6º.** O Presidente do Conselho de Administração será nomeado pelos acionistas na ata de Assembleia Geral que deliberar pela sua eleição. **§7º.** Em caso de ausência, incapacidade temporária ou impedimentos de qualquer membro do Conselho de Administração, inclusive do Presidente do órgão, o conselheiro ausente ou incapacitado indicará outro conselheiro para exercer seu cargo durante sua ausência ou impedimento. **§8º.** Em caso de vacância definitiva do cargo de Conselho de Administração, a Assembleia Geral será convocada, nos termos deste Estatuto, no prazo de 10 (dez) dias seguintes à vacância definitiva do cargo em questão, para preencher o cargo vago. **Art. 10.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por qualquer de seus membros, por escrito, via correio eletrônico, carta registrada ou carta entregue em mãos, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo a convocação conter o dia, hora e local da reunião, bem como especificar a respectiva pauta dos trabalhos e as matérias objeto de deliberação pelo órgão. Sem prejuízo do disposto neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **Art. 11.** A reunião do Conselho de Administração será instalada com a presença obrigatória da maioria dos seus membros, sendo presidida por seu presidente e secretariada por quem este indicar, podendo os conselheiros fazerem-se acompanhar de assessores nas respectivas reuniões. Caso o quórum mínimo exigido não seja atingido, será imediatamente convocada uma segunda reunião, a realizar-se 8 (oito) dias após a primeira, a qual será instalada com qualquer número de presentes. **§1º.** Qualquer conselheiro poderá ser representado por outro conselheiro ou por suplente, se houver, nas reuniões do Conselho de Administração, desde que observados as disposições deste Estatuto. **§2º.** Os membros do Conselho de Administração que participarem das reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, ou outros meios de comunicação nos quais todos os indivíduos que participam das reuniões possam se comunicar simultaneamente, serão considerados presentes à reunião, desde que as deliberações tomadas sejam objeto de ata assinada por todos os presentes posteriormente, ou que o respectivo voto seja enviado à Companhia na forma do §3º abaixo. **§3º.** Os membros do Conselho de Administração poderão votar por correio eletrônico, carta ou telegrama, enviados à Companhia em atenção do Presidente do Conselho de Administração, cabendo ao secretário da reunião do Conselho de Administração lavrar a respectiva ata, a teor do voto proferido por meio de teleconferência ou videoconferência e, posteriormente, atestar que tal do voto enviado por correio eletrônico, carta ou telegrama será anexado. **§4º.** Todas as deliberações ou resoluções sociais dos membros do Conselho de Administração da Companhia serão tomadas por maioria de votos dos conselheiros presentes nas reuniões, exceto nos casos em que a Lei e/ou o Estatuto Social estabelecerem quórum de deliberação mais elevado ou quórum qualificado. Caberá 1 (um) voto a cada conselheiro presente. **§5º.** As deliberações do Conselho de Administração serão lavradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quantos bastem para constituir o quórum requerido para a deliberação. **Art. 12.** Compete ao Conselho de Administração: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o presente Estatuto Social; (iii) fiscalizar a gestão dos diretores por meio do exame, a qualquer tempo, dos livros e papéis da Companhia, da solicitação de informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos praticados pela Diretoria; (iv) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração da Companhia; (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (vi) deliberar sobre a aprovação da proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral para distribuição de dividendos, incluindo a proposta de distribuição e aplicação do lucro apurado na forma deste Estatuto Social e das deliberações da Assembleia Geral; (vii) escolher e destituir os auditores independentes, se houver; (viii) aprovar negócios e documentos que desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia; (ix) deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração, total ou parcial, de participação societária pela Companhia; (x) deliberar sobre a recompra de ações de emissão da própria Companhia, bem como acerca da sua manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou alienação; (xi) aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos, inclusive por meio de emissão de títulos pela Companhia, e assunção de quaisquer obrigações; (xii) aprovar as operações realizadas entre a Companhia, de um lado, e qualquer Acionista e/ou qualquer parte relacionada a algum dos Acionistas, de outro, salvo as operações realizadas em condições de mercado e no curso normal dos negócios sociais da Companhia; (xiii) deliberar sobre a outorga de qualquer garantia real ou fidejussória pela Companhia, em negócio próprio ou de terceiros, bem como a constituição de qualquer tipo de gravame ou restrição sobre os ativos ou direitos da Companhia em valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); (xiv) aprovar a celebração de contratos de *joint-venture*, co-investimento, associação ou consórcio; (xv) aprovar qualquer operação estranha ao objeto social da Companhia; (xvi) deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição até o limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão; e (xvii) autorizar a emissão de debêntures da Companhia, dentro dos limites do capital autorizado. **Seção III - Diretoria - Art. 13.** A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 07 (sete) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Co-presidente e os demais sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. **Art. 14.** Compete à Diretoria a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante qualquer pessoa natural ou jurídica, bem como exercer as funções a ela atribuídas pela legislação vigente, pelo Conselho de Administração e por este Estatuto Social. Os Diretores serão responsáveis pelos negócios diários da Companhia de acordo com o deliberado pelos acionistas em Assembleia Geral e pelos membros do Conselho de Administração. **Art. 15.** Em caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer cargo da Diretoria, as atribuições do Diretor impedido ou ausente serão exercidas interinamente por outro Diretor indicado pelo diretor impedido/ausente ou, na falta de tal indicação, por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. Na hipótese de impedimento ou ausência temporária do Diretor Presidente suas atribuições serão exercidas interinamente por outro Diretor indicado pelo Presidente do Conselho de Administração. Em caso de vacância definitiva, o Conselho de Administração reunir-se-á em caráter de urgência para eleição do substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo restante do mandato do substituído. **Parágrafo Único**. Findo o prazo de gestão, os Diretores permanecerão no exercício dos respectivos cargos até nova eleição da Diretoria. **Art. 16.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário para o interesse social, mediante convocação de qualquer de seus membros, via correio eletrônico, telegrama, carta registrada ou carta entregue em mãos, com 8 (oito) dias de antecedência, instalando-se com a presença da maioria de seus membros, sendo suas decisões tomadas de forma colegiada, por maioria simples de votos dos Diretores presentes, cabendo 01 (um) voto a cada um dos diretores presentes. **§1º.** Fica dispensada de convocação a reunião da Diretoria em que todos os membros estejam presentes. **§2º.** Os Diretores poderão participar das reuniões da Diretoria por intermédio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação eletrônico, sendo considerados presentes à reunião uma vez que devendo confirmar seu voto através de declaração por escrito encaminhada ao Diretor Presidente por carta, correio eletrônico, ou ainda, por mensagem de voz ou texto em aplicativo de mensagens instantâneas, que presidirá a respectiva reunião ser encaminhada ao Diretor Presidente da reunião, antes da reunião ou logo após o seu término. O Diretor Presidente da mesa ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do Diretor cuja presença seja remota, consignando o voto dado. **Art. 17.** Sem prejuízo de outras atribuições e competências previstas em lei, compete à Diretoria gerir a Companhia e exercer as atribuições que a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia, inclusive: (i) conduzir a política geral e de administração da Companhia, conforme orientação do Conselho de Administração; (ii) executar e coordenar o andamento das atividades da Companhia, zelando pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (iii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; (iv) elaborar os planos de negócios e orçamento da Companhia e submetê-los ao Conselho de Administração; (v) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e de suas afiliadas, bem como o andamento de suas operações; (vi) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração e/ou pelo presente Estatuto Social; e (vii) autorizar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores e a distribuição de dividendos intermediários com base no lucro apurado em tais balanços, observadas as limitações e disposições estatutárias e legais. **§1º.** Compete ao Diretor Presidente: (i) a administração executiva dos negócios sociais; (ii) conduzir, orientar, fiscalizar e coordenar as operações e atividades da Companhia; (iii) orientar, coordenar e superintender as atividades da Diretoria da Companhia, convocando e presidindo as reuniões de Diretoria; (iv) representar a Diretoria perante o Conselho de Administração e a Assembleia Geral; (v) promover o desenvolvimento tecnológico, comercial e de mercado da Companhia; (vi) formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; e (vii) exercer as demais atribuições específicas que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **§2º.** Compete ao Diretor Co-presidente: (i) a administração executiva dos negócios sociais; (ii) substituir o Diretor Presidente conforme designado; (iii) analisar e avaliar atividades a serem desenvolvidas e/ou realizadas pela Companhia, inclusive a partir do exame da viabilidade econômico-financeira das novas oportunidades de negócios; (iv) auxiliar o Diretor Presidente no exercício de suas atribuições; e (v) exercer as demais atribuições específicas que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Art. 18.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticados: (a) por 02 (dois) Diretores agindo em conjunto; ou (b) por 01 (um) Diretor agindo em conjunto com 01 (um) procurador, com poderes específicos, devidamente constituído na forma do §1º abaixo; (c) por 02 (dois) procuradores, com poderes específicos, agindo em conjunto, devidamente constituídos na forma do §1º abaixo; ou (d) excepcionalmente, por 01 (um) procurador agindo isoladamente, devidamente constituído na forma §1º abaixo. **§1º.** Os procuradores de Companhia serão nomeados por meio de ato conjunto de 02 (dois) diretores. As procurações deverão fixar de forma minuciosa os poderes outorgados aos mandatários da Companhia ou, alternativamente, poderão outorgar poderes gerais de foro. **§2º.** Os instrumentos de mandato da Companhia não poderão ter prazo superior a 01 (um) ano, salvo aqueles com finalidade "*ad judicia*", que poderão ter prazo indeterminado, devendo sempre constar em tais instrumentos o respectivo prazo de validade. **§3º.** Procuradores da Companhia poderão agir isoladamente na prática de atos de representação ordinária da Companhia perante órgãos da administração pública, direta ou indireta, para realizar requerimentos, prestar e solicitar informações e criar, manter a atualizar cadastrados, desde que tal representação não possa resultar na assunção de obrigações de natureza financeira para a Companhia. **Art. 19.** É vedado à Diretoria praticar atos que dependam de prévia aprovação ou autorização da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, antes de obtida a respectiva aprovação ou autorização. **Parágrafo Único**. Todo e qualquer ato realizado por Diretores, procuradores ou empregados da Companhia que sejam estranhos aos objetivos e negócios da Companhia, tais como fianças, avais, endossos e outras garantias, são expressamente vedados, sendo nulos e sem efeito a menos que previamente autorizados pela Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, conforme competência. **Capítulo VI - Conselho Fiscal - Art. 20.** A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente, que somente será instalado por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral, nas condições e com as atribuições, competências, responsabilidades e deveres definidos na Lei das Sociedades Anônimas. **§1º.** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **§2º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pelos votos da maioria de seus membros presentes nas reuniões, as quais serão consignadas em ata da respectiva reunião lavrada no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. **§3º.** A remuneração dos membros do Conselho fiscal além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. **Capítulo VII - Exercício Social e Balanço - Art. 21.** O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais. **Art. 22.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários e, por deliberação do Conselho de Administração, declarar e distribuir dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços ou à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros. **Art. 23.** Dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do Art. 182 da Lei das Sociedades Anônimas, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social; e (b) o saldo terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. **Art. 24.** A Companhia distribuirá, a título de dividendo obrigatório, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após realizadas as deduções legais e aquelas fixadas no presente Estatuto. **Art. 25.** A Assembleia Geral poderá criar, se assim julgar conveniente, outras reservas, observadas as disposições legais aplicáveis. **Art. 26.** A Assembleia Geral poderá deliberar, mediante decisão unânime, pela distribuição de dividendo inferior ao obrigatório previsto neste Estatuto Social ou a retenção de todo o lucro líquido. O dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social não será obrigatório no exercício social em que a administração da Companhia informar à Assembleia Geral ser sua distribuição aos acionistas incompatível com a situação financeira da Companhia. **Capítulo IX - Dissolução - Art. 27.** A Companhia se dissolverá nos casos previstos na lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deva funcionar durante o período, de acordo com o estabelecido nos termos da Lei das Sociedades Anônimas. **Capítulo X - Foro - Art. 28.** Toda e qualquer controvérsia oriunda ou relacionada a este Estatuto Social, incluindo sem limitação, dentre outras, aquelas que envolvam sua validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão e suas consequências, que não sejam resolvidas amigavelmente, serão resolvidas no foro da sede da Companhia, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. Barueri (SP), 30 de abril de 2024. **Mesa: Vinicius Urias Favarão -** Presidente; **Pedro Lins Meira Quintão -** Secretário. **Acionista: Bradesco Holding de Investimentos S.A. -** *Por: Vinicius Urias Favarão e Pedro Lins Meira Quintão.*

TDS Informática S.A.

CNPJ/MF nº 02.231.701/0001-67 - NIRE 3530045172-4

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Abril de 2024

Data, Hora e Local: Aos 30 de abril de 2024, às 11 horas, na sede social da TDS Informática S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Alameda Araguaia, nº 2044, Torre II, Sala 1601, Alphaville, CEP 06455-000. **Presenças:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber, conforme constam as assinaturas desta Ata. **Convocação:** Dispensada a convocação e publicação de anúncios em razão da presença da totalidade dos Conselheiros, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia. **Composição da Mesa:** O Sr. Marcos Valério Tescarolo, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, como presidente desta reunião, convidou o Sr. Paulo Sérgio Nogueira Gerosa para secretariá-lo. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição dos diretores da Companhia. **Deliberações:** Instalada a Reunião, após discussão e votação da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções, deliberaram: (i) Aprovar a eleição dos membros da Diretoria da Companhia para o mandato de 2 (dois) anos, a contar do dia da posse, permitida a reeleição, devendo permanecer no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores, para os seguintes cargos: a. **Paulo Sérgio Nogueira Gerosa,** brasileiro, analista de sistemas, casado no regime da separação total de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.327.505-3 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 855.618.868-00, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Arizona, nº 1422, Sala 51, Cidade Monções, CEP 04567-003, ocupando o cargo de Diretor Presidente da Companhia; b. **Mateus Pagotto Yoshida,** brasileiro, casado, bancário, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 30.891.231-7 SSP/SP, inscrito(a) no CPF sob o nº 295.232.748-30, com endereço comercial no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco/SP, CEP 06029-900, ocupando o cargo de Diretor Co-presidente da Companhia; c. **Carlos Augusto Engel,** brasileiro, analista de sistemas, em união estável, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.704.421 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 022.766.088-97, residente e domiciliado na Rua Arizona, nº 1422, Sala 51, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04567-003, ocupando o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; d. **Raul Issao Fukunaga,** brasileiro, empresário, casado no regime da separação total de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.632.158 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 221.171.068-97, residente e domiciliado na Rua Arizona, nº 1422, Sala 51, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04567-003, ocupando o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; e e. **Tatiana Magalhães Gerosa,** brasileira, engenheira mecatrônica, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.332.792 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 215.148.548-05, residente e domiciliada na Rua Arizona, nº 1422, Sala 51, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04567-003, ocupando o cargo de Diretora sem designação específica da Companhia; Fica consignado que os diretores ora eleitos declararam, sob as penas da lei, nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades Anônimas, que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos de pena que vede, ainda que, temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade, e que tampouco existe motivo de impedimento decorrente de qualquer outra circunstância legalmente prevista como impeditiva do exercício das atividades empresariais ou de administração da Companhia. Os diretores serão investidos em todos os poderes e atribuições estipulados pela lei e/ou pelo estatuto social da Companhia, e deverão tomar posse mediante assinatura dos termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia. Os membros da diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores, conforme Artigo 17, Parágrafo Único, do estatuto social da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, será assinada por todos os conselheiros presentes. Barueri/SP, 30 de abril de 2024. **Mesa: Marcos Valério Tescarolo -** Presidente; **Paulo Sérgio Nogueira Gerosa -** Secretário. **Conselheiros: Marcos Valério Tescarolo -** Presidente do Conselho de Administração; **Edilson Dias dos Reis -** Conselheiro; **Pedro Lins Meira Quintão -** Conselheiro; **Paulo Sérgio Nogueira Gerosa -** Conselheiro. **JUCESP** nº 263.960/24-9 em 11/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024 serão divulgadas no dia 31 de julho de 2024 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

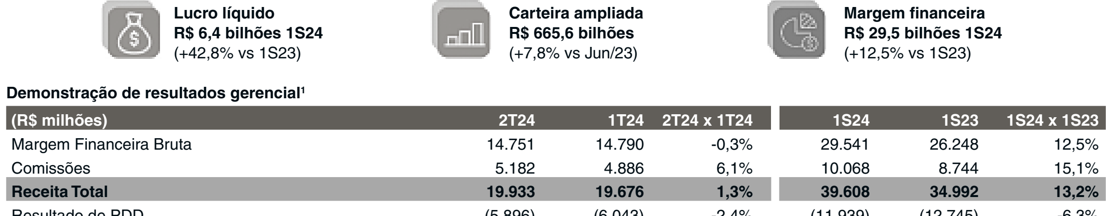
- **Permanência da incerteza quanto ao início e ritmo de implementação nos EUA e Zona do Euro, respectivamente, dos ciclos de afrouxamento monetário nas economias avançadas.**
- **Processos eleitorais em países emergentes relevantes provocaram elevação na aversão ao risco associado a essas economias.**

No ambiente doméstico

- **Avanço na regulamentação da reforma tributária aprovada ao final de 2023, acompanhada de piora na percepção quanto à evolução do endividamento público brasileiro, a despeito da continuidade de um desempenho robusto da arrecadação tributária no período.**
  Após a montagem de um grupo de trabalho parlamentar, dois projetos de lei destinados a regulamentar aspectos da reforma tributária aprovada ao final de 2023 deverão ir para votação ao longo do terceiro trimestre de 2024. Tal qual visto nos primeiros meses do ano, a arrecadação tributária seguiu registrando desempenho robusto no segundo trimestre de 2024, ainda influenciada por medidas específicas implementadas anteriormente e que não deverão se mostrar recorrentes à frente. Em contraposição à dinâmica favorável da arrecadação, os gastos públicos também demonstraram ritmo forte de crescimento, mas de maneira mais estrutural que a evolução das receitas. Tal combinação provocou piora na percepção dos mercados quanto à trajetória do endividamento público brasileiro ao longo dos próximos anos, o que acabou gerando uma reavaliação nos preços dos ativos domésticos.
  Após flutuações entre R$4,83 /US$ e R$5,05 /US$ no primeiro trimestre de 2024, a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano flutuou entre R$5,00 /US$ e R$5,60 /US$ no segundo trimestre e encerrou o período cotada a R$5,59 /US$, patamar superior à cotação de R$5,01 /US$ verificada no encerramento do 1T24. Na visão do Banco Santander, além da piora na percepção quanto à dinâmica fiscal brasileira, a desvalorização do real decorreu também da manutenção da incerteza com relação aos processos de distensão monetária nas economias avançadas, além da elevação na aversão a risco dos investidores internacionais com relação às economias emergentes.
  O Banco Santander avalia que a perspectiva de manutenção da taxa Selic no patamar de 10,50% a.a. por um período prolongado, a manutenção de um desempenho bastante sólido do comércio exterior e os sinais de que o ciclo de corte de juros nos EUA deverá ocorrer ainda em 2024 poderão ajudar a reverter parte da desvalorização registrada pelo real no 2T24. Por estes motivos, projetamos que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2024 ao redor do patamar de R$5,30 /US$.
- **Perspectivas positivas com o ritmo da atividade econômica no 1T24, derivada de resiliência no mercado de trabalho e de impulsos fiscais**
  Conforme estimado pelo Banco Santander, o PIB do 1T24 voltou a registrar crescimento forte após ter permanecido praticamente estável na segunda metade de 2023. Na opinião do Banco Santander, o desempenho foi majoritariamente causado pela resiliência do mercado de trabalho. Inicialmente, este resultado acabou reforçando a onda de revisões altistas na projeção para o crescimento do PIB em 2024. Ao final do 1T24, a mediana das projeções de agentes econômicos quanto ao desempenho da economia brasileira indicava crescimento do PIB brasileiro de 1,9% em 2024. Ao final do 2T24, a mediana das projeções subiu para 2,1%. O Banco Santander também revisou sua projeção de 1,8% para 2,0% em 2024 e poderia ter elevado para patamar superior a este, não fosse pela ocorrência de enchentes no estado do Rio do Grande do Sul que deverão ter impacto negativo de 0,3% do PIB neste ano.
- **Deterioração nas expectativas de inflação levam à interrupção do ciclo de cortes de juros iniciado em agosto de 2023.**
  Embora a variação interanual do IPCA tenha permanecido em patamar inferior ao teto da margem de tolerância estipulado pelo sistema de metas inflacionárias, as medidas subjacentes de inflação seguiram indicando dificuldade na convergência para a meta de 3,0% ao longo do horizonte temporal relevante para a política monetária. Em conjunto com a piora na percepção sobre a dinâmica dos gastos públicos nos meses à frente e incertezas no cenário internacional, estes fatores acabaram fazendo com que as expectativas inflacionárias para os próximos anos registrassem piora. Ao final do 1T24, a expectativa de inflação para os anos de 2024 e 2025 eram de, respectivamente, 3,75% e 3,51%. No encerramento do 2T24, as expectativas para os mesmos períodos atingiram os patamares de 4,00% e 3,87%, respectivamente. Como resultado, o Banco Central optou pela interrupção do ciclo de cortes de juros iniciado em meados de 2023 e, ademais, sinalizou que será necessário manter este nível de taxa Selic por um período prolongado de tempo para que haja a convergência da variação interanual do IPCA para a meta de 3,0%. Embora o Banco Santander avalie que a dinâmica inflacionária deverá apresentar melhora ao longo dos próximos meses, a instituição entende que será difícil acontecer melhora substancial nas expectativas inflacionárias à luz de tantas incertezas presentes nos âmbitos doméstico e internacional - fator chave para retomada do processo de redução dos juros no Brasil. Por esta razão, o banco projeta que a taxa Selic permanecerá no patamar de 10,50% a.a. até o final de 2024.

2. Desempenho Consolidado

Consolidamos a nossa estratégia com uma boa performance nesse semestre. Destacamos o bom desempenho em volumes, fundamentado por passivos, pela expansão do nosso plano de captações, além da retomada gradual da dinâmica de negócios, que impulsiona o crescimento do portfólio, beneficiando a margem com perspectiva positiva para o ano. Observamos também desempenho mais favorável em comissões, reforçando a diversificação do nosso portfólio. Mantivemos uma boa qualidade do nosso portfólio de crédito, o que reforça uma trajetória positiva para 2024, com índices de inadimplência controlados. Na dimensão de eficiência, vamos sedimentar ainda mais nossa cultura de produtividade. Com isso, estamos construindo um portfólio sólido, duradouro e com capacidade de gerar resultados sustentáveis.



Demonstração de resultados gerencial[1]

(R$ milhões)	2T24	1T24	2T24 x 1T24	1S24	1S23	1S24 x 1S23
Margem Financeira Bruta	14.751	14.790	-0,3%	29.541	26.248	12,5%
Comissões	5.182	4.886	6,1%	10.068	8.744	15,1%
Receita Total	**19.933**	**19.676**	**1,3%**	**39.608**	**34.992**	**13,2%**
Resultado de PDD	(5.896)	(6.043)	-2,4%	(11.939)	(12.745)	-6,3%
Despesas Gerais	(6.314)	(6.297)	0,3%	(12.611)	(12.036)	4,8%
Outros	(3.816)	(3.797)	0,5%	(7.613)	(6.317)	20,5%
Lucro líquido antes de impostos	**3.907**	**3.539**	**10,4%**	**7.446**	**3.895**	**91,2%**
Impostos e minoritários	(575)	(518)	10,9%	(1.092)	554	-297,1%
Lucro líquido gerencial recorrente	**3.332**	**3.021**	**10,3%**	**6.353**	**4.449**	**42,8%**
Lucro líquido contábil	**3.247**	**2.936**	**10,6%**	**6.184**	**4.210**	**46,9%**

[1] O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis.

3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander Brasil é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander Brasil e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a ferramenta que permite avaliação das famílias de risco para gerar o planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2024.

6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional e sua obsessão pela evolução da experiência do cliente e do colaborador. O protagonismo e a autonomia se ampliam a favor de um ambiente de inovação que acelera a transformação digital e aprimora a oferta para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 55.091 colaboradores, considerando todo o grupo, comprometidos com a ambição de fazer do Santander o banco principal de cada um de seus clientes. Para isso, o Santander preza por um ambiente diverso, em que cada profissional se sinta valorizado e construa sua carreira com uma visão de longo prazo. A partir de 5 pilares de diversidade - Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade Geracional e LGBTQIA+ e da força transformadora do aprendizado contínuo, cada colaborador é protagonista da sua jornada de desenvolvimento, enriquecida pela colaboração essencial entre pares e líderes, garantindo que as oportunidades de crescimento estejam ao alcance de todos. O Santander foi eleito novamente como uma das Melhores Empresas para trabalhar no Brasil pela GPTW, ocupando a 10ª posição no ranking nacional de empresas com mais de 10.000 funcionários e o 2º lugar no Ranking Setorial de Grandes Bancos.

7. Sustentabilidade

O propósito do Banco Santander é contribuir para o progresso das pessoas e dos negócios apoiando a construção de um Brasil mais justo e sustentável.

Ambiental: Fomento a negócios sustentáveis e com compromisso de ser Net Zero até 2050	• **Encerramento do semestre com 32,9 bilhões em nossa carteira de negócios sustentáveis. Seguimos apoiando nossos clientes na transição para uma economia de baixo carbono.** • **Avanços na mensuração das emissões financiadas de CO² do setor agropecuário, passo importante para a concessão de crédito focado nas ações de transição e representam o baseline para as metas NZBA (Net Zero Banking Alliance) do setor.** • **Lançamento de metas Net Zero para o setor automotivo: fabricação de automóveis (segmento atacado) e crédito para financiamento de veículos na Europa.**
Social: Contribuição para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com acesso à educação e produtos financeiros.	• **Apoio à população do Rio Grande do Sul em função das enchentes ocorridas, através do lançamento do Fundo de Ajuda Humanitária. Ao todo, foram mobilizados R$7,5MM.** • **Mais de 110 mil usuários beneficiados nos pilares de educação, empregabilidade e empreendedorismo através da plataforma de estudos Open Academy, no Santander Universidade.** • **Lançamento do Programa Lidere sua Carreira para profissionais negros, que inclui ações como assessment e treinamentos em habilidades de liderança.**
Governança: Promoçao do ESG em nossa cultura, através da conexão de todos os negócios do Banco Santander.	• **Diversidade e independência do Conselho de Administração : 45% de membros mulheres e 55% de membros independentes, em junho de 2024.** • **Evolução importante na pontuação do no ranking geral carteira 2023-2024 do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial, passando de 16ª para 12ª posição.** • **Destaque na premiação "Melhores do ESG" da revista Exame.**

8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco. Em atendimento à Instrução da CVM 162/2022, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

9. Outros Assuntos

O Banco Santander S.A., em atendimento ao disposto na Circular Bacen 3.068/2001, afirma que possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

10. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 23 de julho de 2024)

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativo					
Circulante e Não Circulante		**1.184.350.721**	**1.091.618.231**	**1.232.698.244**	**1.138.640.692**
Disponibilidades	4	**10.764.379**	**9.911.653**	**10.783.876**	**10.109.122**
Instrumentos Financeiros		**1.049.041.046**	**960.366.683**	**1.089.255.087**	**998.193.967**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	181.101.505	171.248.893	121.388.577	113.860.885
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	252.157.219	226.975.180	271.109.905	248.998.836
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	36.793.401	32.019.731	31.047.004	28.066.689
Operações de Crédito	7.a	369.935.908	354.093.609	450.798.015	427.599.259
Outros Ativos Financeiros	9	209.053.013	176.029.270	214.911.586	179.668.298
Operações de Arrendamento Mercantil		**-**	**-**	**3.181.038**	**3.164.051**
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	**(32.553.769)**	**(31.163.480)**	**(36.544.505)**	**(35.375.068)**
Outros Ativos	11	**104.300.965**	**103.204.585**	**106.438.357**	**106.924.963**
Ativos Fiscais	10	**52.798.100**	**49.298.790**	**59.584.391**	**55.623.657**
Permanente		**71.857.766**	**67.457.517**	**15.927.189**	**14.555.739**
Investimentos		**60.054.568**	**55.122.785**	**2.888.436**	**939.339**
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	60.050.993	55.119.210	2.884.859	935.762
Outros Investimentos		3.575	3.575	3.577	3.577
Imobilizado de Uso	14	**4.800.067**	**5.251.777**	**5.222.781**	**5.654.848**
Imóveis de Uso		2.375.115	2.385.144	2.609.147	2.617.403
Outras Imobilizações de Uso		13.413.588	13.559.747	13.857.156	13.956.282
(Depreciações Acumuladas)		(10.988.636)	(10.693.114)	(11.243.522)	(10.918.837)
Intangível	15	**7.003.131**	**7.082.955**	**7.815.972**	**7.961.552**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	27.220.515	28.273.819	28.276.124
Outros Ativos Intangíveis		14.587.928	14.016.884	15.185.978	14.619.846
(Amortizações Acumuladas)		(34.805.312)	(34.154.444)	(35.643.825)	(34.934.418)
Total do Ativo		**1.256.208.487**	**1.159.075.748**	**1.248.625.433**	**1.153.196.431**

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Passivo					
Circulante e Não Circulante		**1.168.651.321**	**1.073.162.107**	**1.159.539.136**	**1.065.951.412**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**1.082.588.225**	**994.574.532**	**1.054.295.893**	**967.725.045**
Depósitos	16	496.787.580	475.535.132	497.074.286	475.701.951
Captações no Mercado Aberto	16	156.818.416	141.939.228	143.563.428	134.793.745
Obrigações por Empréstimos	16	99.321.300	77.239.162	99.327.677	77.303.201
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16	9.136.865	12.332.678	9.136.865	12.332.678
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16	165.301.882	167.198.665	150.973.043	149.203.270
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	35.529.387	30.051.184	28.421.908	25.606.801
Outros Passivos Financeiros	17.a	119.692.795	90.278.483	125.798.686	92.783.399
Outros Passivos	18	**80.792.502**	**74.652.338**	**92.758.114**	**87.189.388**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	18	2.599.601	2.326.237	2.794.628	2.521.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	18	6.259.216	5.734.590	6.776.663	6.188.861
Outras Provisões	18	2.423.438	2.667.479	7.627.739	8.054.800
Diversos	18	69.510.247	63.924.032	75.559.084	70.424.167
Passivos Fiscais	10.c	**5.270.594**	**3.935.237**	**12.485.129**	**11.036.979**
Patrimônio Líquido	20	**87.557.166**	**85.913.641**	**87.955.030**	**86.084.331**
Capital Social	20.a	65.000.000	55.000.000	65.000.000	55.000.000
Reservas de Capital	20.c	510.985	600.931	517.729	607.676
Reservas de Lucros	20.c	28.078.937	34.974.116	28.119.397	34.823.270
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(5.152.574)	(3.554.623)	(4.801.914)	(3.239.832)
(-) Ações em Tesouraria	20.d	(880.182)	(1.106.783)	(880.182)	(1.106.783)
Participação dos Acionistas Minoritários	20.e	**-**	**-**	**1.131.267**	**1.160.688**
Total do Patrimônio Líquido		**87.557.166**	**85.913.641**	**89.086.297**	**87.245.019**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.256.208.487**	**1.159.075.748**	**1.248.625.433**	**1.153.196.431**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Receitas da Intermediação Financeira		**100.213.289**	**42.873.602**	**106.230.492**	**49.301.544**
Operações de Crédito		41.509.518	31.238.377	50.192.030	38.345.791
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	209.721	216.822
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.V	42.687.130	12.596.128	41.651.595	8.240.351
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		8.517.200	(7.045.444)	6.661.199	(3.604.729)
Resultado de Operações com Câmbio		3.535.023	1.777.975	3.535.023	1.777.975
Resultado das Aplicações Compulsórias		3.964.418	4.306.566	3.980.924	4.325.334
Despesas da Intermediação Financeira		**(90.462.689)**	**(38.481.756)**	**(90.373.274)**	**(37.843.486)**
Operações de Captação no Mercado	16.c	(59.633.380)	(29.972.465)	(57.774.632)	(27.783.083)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses		(18.568.258)	4.792.674	(18.589.998)	4.753.825
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(576.885)	230.911	(793.028)	699.933
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(11.684.166)	(13.532.876)	(13.215.616)	(15.514.161)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**9.750.600**	**4.391.846**	**15.857.218**	**11.458.058**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(5.820.491)**	**(3.016.127)**	**(9.385.129)**	**(8.303.727)**
Receitas de Prestação de Serviços	22	6.341.826	5.378.304	8.112.710	6.821.049
Rendas de Tarifas Bancárias	22	2.321.039	2.311.745	2.835.553	2.688.447
Despesas de Pessoal	23	(3.482.324)	(3.376.009)	(4.845.035)	(4.528.543)
Outras Despesas Administrativas	24	(7.121.340)	(6.936.207)	(6.553.413)	(6.531.914)
Despesas Tributárias		(1.396.237)	(1.638.839)	(2.352.081)	(2.503.873)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	3.312.498	4.472.224	89.467	81.527
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	25	(5.795.953)	(3.227.345)	(6.672.330)	(4.330.420)
Resultado Operacional		**3.930.109**	**1.375.719**	**6.472.089**	**3.154.331**
Resultado não Operacional	26	**1.976.035**	**69.813**	**1.996.989**	**1.208.643**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**5.906.144**	**1.445.532**	**8.469.078**	**4.362.974**
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.d	**1.031.548**	**3.503.829**	**(1.013.901)**	**913.398**
Provisão para Imposto de Renda		(587.656)	(21.767)	(1.889.131)	(1.403.620)
Provisão para Contribuição Social		(458.952)	(14.267)	(1.149.373)	(623.860)
Ativo Fiscal Diferido		2.078.156	3.539.863	2.024.603	2.940.878
Participações no Lucro		**(856.170)**	**(766.337)**	**(1.192.926)**	**(1.014.159)**
Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	-	-	(78.546)	(51.922)
Lucro Líquido		**6.081.522**	**4.183.024**	**6.183.705**	**4.210.291**
Número de Ações (Mil)	20.a	7.498.531	7.498.531		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		811,03	557,85		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Banco 01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Lucro Líquido do Período	**6.081.522**	**4.183.024**	**6.183.705**	**4.210.291**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	**(1.496.371)**	**1.256.513**	**(1.460.503)**	**1.210.054**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(1.362.044)	813.319	(1.326.176)	766.860
Próprios	(2.240.937)	1.329.438	(2.388.845)	1.390.183
De Ligada	(146.619)	111.228	-	-
Impostos	1.025.512	(627.347)	1.062.669	(623.323)
Hedge de Fluxo de Caixa	(134.327)	443.194	(134.327)	443.194
Próprios	(256.141)	845.104	(256.141)	845.104
Impostos	121.814	(401.910)	121.814	(401.910)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**(101.579)**	**(422.564)**	**(101.579)**	**(422.564)**
Plano de Benefícios	165.553	(422.564)	165.553	(422.564)
Próprios	305.525	(697.820)	305.525	(697.820)
Impostos	(139.972)	275.256	(139.972)	275.256
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(267.132)	-	(267.132)	-
Ágio em aquisições de controladas	(274.734)	-	(274.734)	-
Outros	7.602	-	7.602	-
Resultado Abrangente do Período	**4.483.572**	**5.016.973**	**4.621.623**	**4.997.781**
Atribuível à controladora			4.543.077	4.945.859
Atribuível aos Acionistas Minoritários			78.546	51.922
Total			**4.621.623**	**4.997.781**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2024	%	Banco 01/01 a 30/06/2023	%	Consolidado 01/01 a 30/06/2024	%	Consolidado 01/01 a 30/06/2023	%
Receitas da Intermediação Financeira		100.213.289		42.873.602		106.230.492		49.301.544	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	22	8.662.865		7.690.049		10.948.263		9.509.496	
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	(11.684.166)		(13.532.876)		(13.215.616)		(15.514.161)	
Outras Receitas e Despesas		(3.819.918)		(3.157.532)		(4.675.341)		(3.121.777)	
Despesas da Intermediação Financeira		(77.471.488)		(21.743.352)		(75.265.700)		(18.655.925)	
Insumos de Terceiros		**(5.187.606)**		**(4.963.893)**		**(4.478.081)**		**(4.422.593)**	
Material, Energia e Outros		(147.698)		(142.207)		(155.426)		(150.102)	
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	24	(2.244.874)		(1.590.918)		(1.899.635)		(1.259.904)	
Outros		(2.795.034)		(3.230.768)		(2.423.020)		(3.012.587)	
Valor Adicionado Bruto		**10.712.976**		**7.165.998**		**19.544.017**		**17.096.584**	
Retenções									
Depreciações e Amortizações	24	(1.564.980)		(1.531.166)		(1.694.286)		(1.658.240)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		**9.147.996**		**5.634.832**		**17.849.731**		**15.438.344**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	3.312.498		4.472.224		89.467		81.527	
Valor Adicionado Total a Distribuir		**12.460.494**		**10.107.056**		**17.939.198**		**15.519.871**	
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		**3.888.622**	**31,2%**	**4.142.346**	**41,0%**	**5.400.103**	**30,1%**	**5.542.702**	**35,7%**
Remuneração	23	2.083.077		2.049.322		2.812.290		2.659.121	
Benefícios	23	573.754		564.801		860.516		804.391	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		192.275		186.404		285.154		210.359	
Outras		1.039.516		1.341.819		1.442.143		1.868.831	
Impostos, Taxas e Contribuições		**2.121.596**	**17,0%**	**1.340.538**	**13,2%**	**5.895.798**	**32,9%**	**5.263.875**	**33,9%**
Federais		1.724.292		1.001.464		5.358.212		4.810.651	
Estaduais		336		219		355		299	
Municipais		396.968		338.855		537.231		452.925	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	24	**368.754**	**3,0%**	**441.148**	**4,4%**	**381.046**	**2,1%**	**451.081**	**2,9%**
Remuneração de Capitais Próprios		**6.081.522**	**48,8%**	**4.183.024**	**41,4%**	**6.262.251**	**34,9%**	**4.262.213**	**27,5%**
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	3.000.000		3.200.000		3.000.000		3.200.000	
Reinvestimentos de Lucros		3.081.522		983.024		3.340.797		1.114.135	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	-		-		(78.546)		(51.922)	
Total		**12.460.494**	**100,0%**	**10.107.056**	**100,0%**	**17.939.198**	**100,0%**	**15.519.871**	**100,1%**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

INÊS 249

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		**6.081.522**	**4.183.024**	**6.183.705**	**4.210.291**
Ajustes ao Lucro Líquido		**(2.987.268)**	**35.197.517**	**2.278.069**	**40.416.856**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.e	11.684.166	13.532.876	13.215.616	15.514.161
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	19.c	2.014.781	(317.599)	2.232.999	(2.317.739)
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	19.c	276.101	259.566	290.422	275.814
Tributos Diferidos		(1.965.172)	(3.910.788)	(1.797.419)	(3.152.671)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(3.312.498)	(4.472.224)	(89.467)	(81.527)
Depreciações e Amortizações	24	1.564.980	1.531.166	1.694.286	1.658.240
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	26	2.920	(2.009)	(50.560)	(21.361)
Resultado de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	26	(81.287)	(15.578)	(23.370)	(22.516)
Resultado de Aquisição/Alienação de Investimentos	26	(1.929.980)	-	(1.929.980)	-
Atualização de Depósitos Judiciais		(291.222)	(288.212)	(366.946)	(342.931)
Resultado em Garantias Financeiras Prestadas		(33.695)	112.378	(33.695)	112.378
Atualização de Impostos a Compensar		(139.225)	(255.265)	(165.226)	(280.121)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		4.842	(448.188)	4.842	(448.188)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(10.824.060)	29.443.558	(10.824.060)	29.443.558
Outros		42.081	27.836	120.627	79.759
Variações em Ativos e Passivos		**(10.971.415)**	**(45.812.797)**	**(19.776.670)**	**(42.635.828)**
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(24.313.737)	611.213	(21.728.409)	66.571
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(26.748.756)	(30.913.723)	(25.125.346)	(37.097.864)
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(26.848.372)	(12.315.648)	(35.976.694)	(15.750.814)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		275.894	734.522	261.499	734.522
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(4.435.747)	(4.296.628)	(4.449.781)	(4.294.056)
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		(20.419.159)	37.481.551	(22.624.467)	36.014.570
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		(349.011)	(518.148)	(397.097)	(585.507)
Redução (aumento) em Outros Ativos		(854.012)	(4.419.687)	1.197.142	1.141.684
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		471.828	(655.898)	571.188	(909.205)
Variação líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(1.042.359)	(1.594.105)	(1.042.563)	(1.600.370)
Aumento (redução) em Depósitos		21.252.448	19.410.289	21.372.335	18.367.860
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		14.879.188	6.324.605	8.769.683	2.788.776
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		6.563.562	(5.181.342)	6.505.900	(5.193.003)
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		38.362.177	(55.078.041)	41.963.153	(53.720.761)
Aumento (redução) em Outros Passivos		11.618.699	4.389.928	10.866.861	14.927.882
Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes		827.062	398.922	2.515.355	5.034.774
Imposto Pago		(211.120)	(190.607)	(2.455.429)	(2.560.887)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(7.877.161)**	**(6.432.256)**	**(11.314.896)**	**1.991.319**
Atividades de Investimento					
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		-	(49.200)	(5.000)	-
Aquisição de Participações		(440.667)	-	(114.020)	-
Aquisição de Outros Investimentos		-	-	-	(10)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(201.558)	(560.786)	(264.348)	(624.643)
Aplicações no Intangível		(901.708)	(1.283.562)	(975.248)	(1.364.931)
Alienação de Participações em Coligadas e Controladas		70.020	-	-	135.356
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		623.779	715.799	340.183	81.265
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		390.875	159.613	451.234	223.798
Alienação de Imobilizado de Uso		69.626	73.326	71.868	121.701
Alienações no Intangível		195	278.824	62.961	314.578
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(389.438)**	**(665.986)**	**(432.370)**	**(1.112.886)**
Atividades de Financiamento					
Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	20.d	226.601	116.281	226.601	116.281
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		6.774.305	63.662.083	7.989.755	64.374.017
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(9.778.193)	(47.451.452)	(6.896.500)	(55.554.069)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(2.559.671)	(2.491.958)	(2.978.825)	(2.991.330)
Aumento (redução) em Participação dos Minoritários		-	-	(114.886)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(5.336.958)**	**13.834.954**	**(1.773.855)**	**5.944.899**
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		**(4.842)**	**448.188**	**(4.842)**	**448.188**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(13.608.399)**	**7.184.900**	**(13.525.963)**	**7.271.520**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	**90.465.192**	**50.767.409**	**90.207.701**	**49.938.071**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	**76.856.793**	**57.952.146**	**76.681.738**	**57.204.537**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**55.000.000**	**436.314**	**5.888.573**	**26.364.455**	**(1.209.880)**	**(410.083)**	**(2.884.458)**	**-**	**(1.219.316)**	**81.965.605**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(422.564)	-	-	(422.564)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	-	116.281	116.281
Resultado com Ações em Tesouraria		-	27.836	-	-	-	-	-	-	-	27.836
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	16.007	-	-	-	-	-	-	-	16.007
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.145.285	111.228	-	-	-	1.256.513
Dividendos Prescritos		-	-	-	48.197	-	-	-	-	-	48.197
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	4.183.024	-	4.183.024
Destinações:											
Reserva Legal	20.c	-	-	209.152	-	-	-	-	(209.152)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.200.000)	-	(3.200.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	773.872	-	-	-	(773.872)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2023		**55.000.000**	**480.157**	**6.097.725**	**27.186.524**	**(64.595)**	**(298.855)**	**(3.307.022)**	**-**	**(1.103.035)**	**83.990.899**
Mutações no Período		**-**	**43.843**	**209.152**	**822.069**	**1.145.285**	**111.228**	**(422.564)**	**-**	**116.281**	**2.025.294**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**55.000.000**	**600.931**	**6.331.785**	**28.642.331**	**245.210**	**(289.102)**	**(3.510.731)**	**-**	**(1.106.783)**	**85.913.641**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	165.553	-	-	165.553
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	-	226.601	226.601
Resultado com Ações em Tesouraria		-	42.081	-	-	-	-	-	-	-	42.081
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(132.027)	-	-	-	-	-	-	-	(132.027)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.349.752)	(146.619)	-	-	-	(1.496.371)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	-	-	-	(274.734)	-	-	(274.734)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	-	-	7.601	-	-	7.601
Dividendos Prescritos		-	-	-	23.299	-	-	-	-	-	23.299
Aumento de Capital		10.000.000	-	-	(10.000.000)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	6.081.522	-	6.081.522
Destinações:											
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	3.081.522	-	-	-	(3.081.522)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2024		**65.000.000**	**510.985**	**6.331.785**	**21.747.152**	**(1.104.542)**	**(435.721)**	**(3.612.311)**	**-**	**(880.182)**	**87.557.166**
Mutações no Período		**10.000.000**	**(89.946)**	**-**	**(6.895.179)**	**(1.349.752)**	**(146.619)**	**(101.580)**	**-**	**226.601**	**1.643.525**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**55.000.000**	**444.969**	**5.898.768**	**26.126.387**	**(1.304.436)**	**(2.884.458)**	**-**	**(1.219.316)**	**82.061.914**	**1.353.319**	**83.415.233**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	(422.564)	-	-	(422.564)	-	(422.564)
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	116.281	116.281	-	116.281
Resultado de Ações em Tesouraria		-	27.837	-	-	-	-	-	-	27.837	-	27.837
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	14.035	-	-	-	-	-	-	14.035	-	14.035
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.210.054	-	-	-	1.210.054	-	1.210.054
Dividendos Prescritos		-	-	-	48.196	-	-	-	-	48.196	-	48.196
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	4.210.291	-	4.210.291	-	4.210.291
Destinações:												
Reserva Legal	20.c	-	-	210.515	-	-	-	(210.515)	-	-	-	-
Dividendos	20.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	(3.200.000)	-	(3.200.000)	-	(3.200.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	570.573	-	-	(570.573)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	229.203	-	-	(229.203)	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.922	51.922
Outros		**-**	**-**	**-**	(28.596)	**-**	**-**	-	**-**	(28.596)	(126.044)	**(154.640)**
Saldos em 30 de junho de 2023		**55.000.000**	**486.841**	**6.109.283**	**26.945.763**	**(94.382)**	**(3.307.022)**	**-**	**(1.103.035)**	**84.037.448**	**1.279.197**	**85.316.645**
Mutações no Período		**-**	**41.872**	**210.515**	**819.376**	**1.210.054**	**(422.564)**	**-**	**116.281**	**1.975.534**	**(74.122)**	**1.901.412**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**55.000.000**	**607.676**	**6.347.451**	**28.475.819**	**270.899**	**(3.510.731)**	**-**	**(1.106.783)**	**86.084.331**	**1.160.688**	**87.245.019**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	165.553	-	-	165.553	-	165.553
Ações em Tesouraria	20.d	-	-	-	-	-	-	-	226.601	226.601	-	226.601
Resultado de Ações em Tesouraria		-	42.081	-	-	-	-	-	-	42.081	-	42.081
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(132.028)	-	-	-	-	-	-	(132.028)	-	(132.028)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.460.503)	-	-	-	(1.460.503)	-	(1.460.503)
Ajustes de Avaliação Patrimonial -Ágio		-	-	-	-	-	(274.734)	-	-	(274.734)	-	(274.734)
Ajustes de Avaliação Patrimonial -Outros		-	-	-	-	-	7.602	-	-	7.602	-	7.602
Dividendos Prescritos		-	-	-	23.301	-	-	-	-	23.301	-	23.301
Aumento de Capital		10.000.000	-	-	(10.000.000)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	6.183.705	-	6.183.705	-	6.183.705
Destinações:		-	-	-	-	-						
Juros sobre o Capital Próprio	20.b	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	20.c	-	-	-	3.122.004	-	-	(3.122.004)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	150.844	-	-	(61.701)	-	89.143	-	89.143
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	20.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78.546	78.546
Outros		**-**	**-**	**-**	**(22)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(22)**	**(107.967)**	**(107.989)**
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(114.886)	(114.886)
Outros		-	-	-	(22)	-	-	-	-	(22)	6.919	6.897
Saldos em 30 de junho de 2024		**65.000.000**	**517.729**	**6.347.451**	**21.771.946**	**(1.189.604)**	**(3.612.310)**	**-**	**(880.182)**	**87.955.030**	**1.131.267**	**89.086.297**
Mutações no Período		**10.000.000**	**(89.947)**	**-**	**(6.703.873)**	**(1.460.503)**	**(101.579)**	**-**	**226.601**	**1.870.699**	**(29.421)**	**1.841.278**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo BACEN e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 13, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2024, na reunião realizada em 23 de julho de 2024.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, serão divulgadas, em 31 de julho de 2024, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Novas normas emitidas com vigência futura

A Resolução CMN n° 4.966/2021, e atualizações trazidas pela resolução n° 5.100/2023, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *Hedge*), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A adoção da Resolução CMN n° 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados à definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

O cronograma do Plano de Implementação está em andamento. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN n° 4.975/2021, e atualizações trazidas pela resolução n° 5.101/2023, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1° de janeiro de 2025. O Banco Santander está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, e suas controladas, e suas agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a *Hedge* de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

b.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

c) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme Circular Bacen n° 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:

I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e

III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a *Hedge* ou não, conforme Circular Bacen n° 3.082/2002. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de *Hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*Hedge*) podem ser classificados como:

I - *Hedge* de risco de mercado, onde a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

II - *Hedge* de fluxo de caixa, onde a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Continua...

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco não possui operações de *Hedge* de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detemos investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre; o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

g) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

j) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

l.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

l.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);

• Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;

• Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

• Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na nota 27. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 27) e despesas de pessoal (Nota 23).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 16).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

Os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na nota 16.

p) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 19.e) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 10.b.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

s) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Garantias Financeiras Prestadas

Conforme Resolução CMN nº 4.512/2016 as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

v) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 30.h

w) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Banco	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	**10.764.379**	**9.911.653**	**11.825.127**	**14.352.187**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**66.092.414**	**80.553.539**	**46.127.019**	**36.415.222**
Aplicações no Mercado Aberto	54.447.893	65.766.340	35.934.996	27.344.519
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.121.979	1.007.830	1.009.250	1.241.815
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.522.542	13.779.369	9.182.773	7.828.888
Total	**76.856.793**	**90.465.192**	**57.952.146**	**50.767.409**

Consolidado	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	**10.783.876**	**10.109.122**	**11.828.456**	**14.420.204**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**65.897.862**	**80.098.579**	**45.376.081**	**35.517.867**
Aplicações no Mercado Aberto	54.447.893	65.766.340	35.934.996	27.344.519
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	927.427	552.870	258.312	344.460
Aplicações em Moedas Estrangeiras	10.522.542	13.779.369	9.182.773	7.828.888
Total	**76.681.738**	**90.207.701**	**57.204.537**	**49.938.071**

As informações relativas a 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Banco	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2024 Total	31/12/2023 Total
Aplicações no Mercado Aberto	**103.133.673**	**-**	**-**	**103.133.673**	**91.456.976**
Posição Bancada	**3.223.365**	**-**	**-**	**3.223.365**	**11.381.408**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.616.969	-	-	1.616.969	4.162.832
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.459.585	-	-	1.459.585	6.443.780
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	146.811	-	-	146.811	774.796
Posição Financiada	**67.040.202**	**-**	**-**	**67.040.202**	**62.025.096**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.211.713	-	-	20.211.713	20.784.154
Notas do Tesouro Nacional - NTN	37.402.030	-	-	37.402.030	31.558.586
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.426.459	-	-	9.426.459	9.682.356
Posição Vendida	**32.870.106**	**-**	**-**	**32.870.106**	**18.050.472**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.661.053	-	-	13.661.053	5.429.226
Notas do Tesouro Nacional - NTN	19.209.053	-	-	19.209.053	12.621.246
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**18.218.782**	**26.210.022**	**23.016.486**	**67.445.290**	**66.012.548**
Aplicações em Moeda Estrangeira	**10.522.542**	**-**	**-**	**10.522.542**	**13.779.369**
Total	**131.874.997**	**26.210.022**	**23.016.486**	**181.101.505**	**171.248.893**

Consolidado	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2024 Total	31/12/2023 Total
Aplicações no Mercado Aberto	**103.229.400**	**-**	**-**	**103.229.400**	**91.886.844**
Posição Bancada	**3.319.092**	**-**	**-**	**3.319.092**	**11.381.409**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.617.564	-	-	1.617.564	4.162.832
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.553.583	-	-	1.553.583	6.443.780
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	147.945	-	-	147.945	774.797
Posição Financiada	**67.040.202**	**-**	**-**	**67.040.202**	**62.454.963**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	20.211.713	-	-	20.211.713	20.784.306
Notas do Tesouro Nacional - NTN	37.402.030	-	-	37.402.030	31.988.301
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.426.459	-	-	9.426.459	9.682.356
Posição Vendida	**32.870.106**	**-**	**-**	**32.870.106**	**18.050.472**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.661.053	-	-	13.661.053	5.429.226
Notas do Tesouro Nacional - NTN	19.209.053	-	-	19.209.053	12.621.246
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**3.210.392**	**1.153.361**	**3.272.882**	**7.636.635**	**8.194.672**
Aplicações em Moeda Estrangeira	**10.522.542**	**-**	**-**	**10.522.542**	**13.779.369**
Total	**116.962.334**	**1.153.361**	**3.272.882**	**121.388.577**	**113.860.885**

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco 30/06/2024				Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024				Consolidado 31/12/2023
		Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	**101.529.411**	**(1.763.961)**	**-**	**99.765.450**	**77.473.966**	**114.603.953**	**(1.019.437)**	**-**	**113.584.516**	**88.768.509**
Títulos Públicos	86.767.903	(1.275.310)	-	85.492.593	66.080.225	94.765.208	(320.251)	-	94.444.957	74.663.588
Títulos Privados	14.761.508	(488.651)	-	14.272.857	11.393.741	19.838.745	(699.186)	-	19.139.559	14.104.921
Títulos Disponíveis para Venda	**125.744.142**	**(72.474)**	**(1.253.844)**	**124.417.824**	**120.585.604**	**132.053.473**	**(72.474)**	**(1.930.584)**	**130.050.415**	**131.314.717**
Títulos Públicos	58.006.704	-	(1.807.181)	56.199.523	56.076.980	67.712.350	-	(2.576.227)	65.136.123	65.580.863
Títulos Privados	67.737.438	(72.474)	553.337	68.218.301	64.508.624	64.341.123	(72.474)	645.643	64.914.292	65.733.854
Títulos Mantidos até o Vencimento	**27.973.945**	**-**	**-**	**27.973.945**	**28.915.610**	**27.474.974**	**-**	**-**	**27.474.974**	**28.915.610**
Títulos Públicos	27.464.376	-	-	27.464.376	28.915.610	27.464.376	-	-	27.464.376	28.915.610
Títulos Privados	509.569	-	-	509.569	-	10.598	-	-	10.598	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**255.247.498**	**(1.836.435)**	**(1.253.844)**	**252.157.219**	**226.975.180**	**274.132.400**	**(1.091.911)**	**(1.930.584)**	**271.109.905**	**248.998.836**

II) Títulos para Negociação

Banco	30/06/2024			31/12/2023	Abertura por Vencimento	30/06/2024				
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**86.767.903**	**(1.275.310)**	**85.492.593**	**66.080.225**	**-**	**17.237.077**	**8.486.409**	**16.437.021**	**43.332.086**	**85.492.593**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.544.038	779	10.544.817	3.884.114	-	851.513	1.595.327	2.042.345	6.055.632	10.544.817
Notas do Tesouro Nacional - NTN	60.831.317	(1.176.786)	59.654.531	45.518.819	-	10.019.343	4.875.558	11.027.565	33.732.065	59.654.531
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.999.638	(99.133)	14.900.505	15.998.947	-	5.979.923	2.012.480	3.364.757	3.543.345	14.900.505
Títulos da Dívida Agrária - TDA	7.117	(11)	7.106	10.952	-	1.024	3.044	2.354	684	7.106
Títulos da Dívida Externa Brasileira	292	68	360	359	-	-	-	-	360	360
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	385.501	(227)	385.274	667.034	-	385.274	-	-	-	385.274
Títulos Privados	**14.761.508**	**(488.651)**	**14.272.857**	**11.393.741**	**1.318.572**	**10.250**	**21.531**	**57.496**	**12.865.008**	**14.272.857**
Ações	1.145.267	(177.317)	967.950	816.300	967.950	-	-	-	-	967.950
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	631.462	(8.516)	622.946	894.851	-	10.129	7.193	39.173	566.451	622.946
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	321.228	(6.667)	314.561	422.192	-	22	-	13.418	301.121	314.561
Cotas de Fundos de Investimento	341.027	9.595	350.622	644.639	350.622	-	-	-	-	350.622
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	5.338	1.360	6.698	158.141	-	-	6.698	-	-	6.698
Debêntures	12.317.186	(307.106)	12.010.080	8.457.618	-	99	7.640	4.905	11.997.436	12.010.080
Total	**101.529.411**	**(1.763.961)**	**99.765.450**	**77.473.966**	**1.318.572**	**17.247.327**	**8.507.940**	**16.494.517**	**56.197.094**	**99.765.450**

Consolidado	30/06/2024			31/12/2023	Abertura por Vencimento	30/06/2024				
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**94.765.208**	**(320.251)**	**94.444.957**	**74.663.588**	**-**	**17.811.018**	**9.025.217**	**20.158.315**	**47.450.407**	**94.444.957**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.911.419	(57.258)	15.854.161	16.265.807	-	5.979.921	2.289.841	4.041.054	3.543.345	15.854.161
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.667.689	1.043.573	16.711.262	10.249.701	-	1.425.454	1.856.775	5.087.342	8.341.691	16.711.262
Notas do Tesouro Nacional - NTN	62.793.190	(1.306.396)	61.486.794	47.469.734	-	10.019.344	4.875.558	11.027.565	35.564.327	61.486.794
Títulos da Dívida Agrária - TDA	7.117	(11)	7.106	10.952	-	1.025	3.043	2.354	684	7.106
Títulos da Dívida Externa Brasileira	292	68	360	359	-	-	-	-	360	360
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	385.501	(227)	385.274	667.035	-	385.274	-	-	-	385.274
Títulos Privados	**19.838.745**	**(699.186)**	**19.139.559**	**14.104.921**	**3.499.944**	**19.320**	**22.875**	**226.149**	**15.371.271**	**19.139.559**
Ações	2.965.217	(177.317)	2.787.900	1.913.255	2.787.900	-	-	-	-	2.787.900
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	3	-	3	838	-	-	-	3	-	3
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	631.462	(8.516)	622.946	894.851	-	10.129	7.193	39.173	566.451	622.946
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	321.228	(6.667)	314.561	422.192	-	22	-	13.418	301.121	314.561
Cotas de Fundos de Investimento	773.359	9.595	782.954	972.573	712.044	-	-	-	70.910	782.954
Letras Financeiras - LF	10.421	(7)	10.414	-	-	9.071	1.343	-	-	10.414
Debentures	15.131.717	(517.634)	14.614.083	9.743.071	-	98	7.641	173.555	14.432.789	14.614.083
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	5.338	1.360	6.698	158.141	-	-	6.698	-	-	6.698
Total	**114.603.953**	**(1.019.437)**	**113.584.516**	**88.768.509**	**3.499.944**	**17.830.338**	**9.048.092**	**20.384.464**	**62.821.678**	**113.584.516**

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

Continua...

INÊS 249

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

Banco

Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Patrimônio Líquido	30/06/2024 Valor Contábil	31/12/2023 Valor Contábil	Abertura por Vencimento: Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	30/06/2024 Total
Títulos Públicos	**58.006.704**	**-**	**(1.807.181)**	**56.199.523**	**56.076.980**	**-**	**573.416**	**6.473.493**	**25.728.790**	**23.423.824**	**56.199.523**
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.187.691	-	83.904	28.271.595	26.123.786	-	573.416	4.682.991	21.832.540	1.182.648	28.271.595
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.790.119	-	(581.854)	17.208.265	10.469.947	-	-	-	3.896.250	13.312.015	17.208.265
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.926.218	-	(1.275.153)	9.651.065	11.947.306	-	-	1.490.008	-	8.161.057	9.651.065
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.102.665	-	(34.067)	1.068.598	960.125	-	-	300.494	-	768.104	1.068.598
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	2.809.952	-	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	-	-	-	-	3.765.864	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados	**67.737.438**	**(72.474)**	**553.337**	**68.218.301**	**64.508.624**	**7.197.857**	**3.724.580**	**15.188.808**	**14.893.054**	**27.214.002**	**68.218.301**
Ações	7.871	-	7.950	15.821	6	15.821	-	-	-	-	15.821
Cédula de Produto Rural - CPR	25.835.433	-	(336.447)	25.498.986	24.664.608	-	2.618.574	8.984.156	8.470.122	5.426.134	25.498.986
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	35.119	-	(46)	35.073	131.711	-	-	22.667	12.406	-	35.073
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.920	-	(332)	1.588	1.762	-	-	-	-	1.588	1.588
Cotas de Fundos de Investimento	7.182.036	-	-	7.182.036	1.317.920	7.182.036	-	-	-	-	7.182.036
Debêntures	27.180.912	(72.474)	798.061	27.906.499	32.314.842	-	479.395	2.323.391	5.190.782	19.912.931	27.906.499
Eurobonds	3.625.808	-	97.086	3.722.894	3.265.754	-	-	3.473.866	-	249.028	3.722.894
Nota Comercial	3.423.381	-	(10.967)	3.412.414	2.237.675	-	551.716	286.892	1.018.943	1.554.863	3.412.414
Notas Promissórias - NP	444.958	-	(1.968)	442.990	574.346	-	74.895	97.836	200.801	69.458	442.990
Total	**125.744.142**	**(72.474)**	**(1.253.844)**	**124.417.824**	**120.585.604**	**7.197.857**	**4.297.996**	**21.662.301**	**40.621.844**	**50.637.826**	**124.417.824**

Consolidado

Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Resultado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no: Patrimônio Líquido	30/06/2024 Valor Contábil	31/12/2023 Valor Contábil	Abertura por Vencimento: Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	30/06/2024 Total
Títulos Públicos	**67.712.350**	**-**	**(2.576.227)**	**65.136.123**	**65.580.863**	**-**	**1.322.442**	**7.437.891**	**30.859.449**	**25.516.341**	**65.136.123**
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	34.479.451	-	86.850	34.566.301	32.179.254	-	1.122.522	5.313.233	26.852.153	1.278.393	34.566.301
Letras do Tesouro Nacional - LTN	17.990.042	-	(581.856)	17.408.186	11.263.902	-	199.920	-	3.896.251	13.312.015	17.408.186
Notas do Tesouro Nacional - NTN	14.140.182	-	(2.047.143)	12.093.039	14.601.764	-	-	1.824.165	111.045	10.157.829	12.093.039
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.102.664	-	(34.067)	1.068.597	960.125	-	-	300.493	-	768.104	1.068.597
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	-	-	2.809.952	-	-	-	-	-	-
Títulos da Dívida Externa Norte Americana	-	-	-	-	3.765.866	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados	**64.341.123**	**(72.474)**	**645.643**	**64.914.292**	**65.733.854**	**1.142.653**	**3.724.581**	**15.188.807**	**15.207.778**	**29.650.473**	**64.914.292**
Ações	274.576	-	98.233	372.809	6	372.809	-	-	-	-	372.809
Cédula de Produto Rural - CPR	25.835.433	-	(336.447)	25.498.986	24.664.608	-	2.618.574	8.984.156	8.470.122	5.426.134	25.498.986
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	35.119	-	(46)	35.073	194.205	-	-	22.666	12.407	-	35.073
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.920	-	(332)	1.588	1.762	-	-	-	-	1.588	1.588
Cotas de Fundos de Investimento	1.126.792	-	41	1.126.833	1.238.583	769.844	-	-	-	356.989	1.126.833
Debêntures	29.258.414	(72.474)	800.043	29.985.983	33.282.680	-	479.396	2.323.391	5.190.782	21.992.414	29.985.983
Eurobonds	3.625.808	-	97.086	3.722.894	3.265.754	-	-	3.473.866	-	249.028	3.722.894
Nota Comercial	3.738.092	-	(10.967)	3.727.125	2.511.691	-	551.716	286.892	1.333.655	1.554.862	3.727.125
Notas Promissórias - NP	444.958	-	(1.968)	442.990	574.346	-	74.895	97.836	200.801	69.458	442.990
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	11	-	-	11	-	-	-	-	11	-	11
Certificado de Operações Estruturadas	-										
COE	-	-	-	-	219	-	-	-	-	-	-
Total	**132.053.473**	**(72.474)**	**(1.930.584)**	**130.050.415**	**131.314.717**	**1.142.653**	**5.047.023**	**22.626.698**	**46.067.227**	**55.166.814**	**130.050.415**

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Banco

Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Valor do Custo Amortizado/Contábil 30/06/2024	Valor do Custo Amortizado/Contábil 31/12/2023	Abertura por Vencimento: Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	30/06/2024 Total
Títulos Públicos	**27.464.376**	**28.915.610**	**-**	**25.198.499**	**997.123**	**1.268.754**	**27.464.376**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	11.108.077	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	197.781	4.274.359	-	-	-	197.781	197.781
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	13.241	13.402	-	-	13.241	-	13.241
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.729.076	2.548.055	-	2.729.076	-	-	2.729.076
Títulos da Dívida Externa Espanhola	17.633.920	4.925.839	-	17.633.920	-	-	17.633.920
Títulos da Dívida Externa Brasileira	6.890.358	6.045.878	-	4.835.503	983.882	1.070.973	6.890.358
Títulos Privados	**509.569**	**-**	**-**	**-**	**-**	**509.569**	**509.569**
Debêntures	509.569	-	-	-	-	509.569	509.569
Total	**27.973.945**	**28.915.610**	**-**	**25.198.499**	**997.123**	**1.778.323**	**27.973.945**

Consolidado

Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Valor do Custo Amortizado/Contábil 30/06/2024	Valor do Custo Amortizado/Contábil 31/12/2023	Abertura por Vencimento: Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	30/06/2024 Total
Títulos Públicos	**27.464.376**	**28.915.610**	**-**	**25.198.499**	**997.123**	**1.268.754**	**27.464.376**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	11.108.077	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	197.781	4.274.359	-	-	-	197.781	197.781
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	13.241	13.402	-	-	13.241	-	13.241
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.729.076	2.548.055	-	2.729.076	-	-	2.729.076
Títulos da Dívida Espanhola	17.633.920	4.925.839	-	17.633.920	-	-	17.633.920
Títulos da Dívida Externa Brasileira	6.890.358	6.045.878	-	4.835.503	983.882	1.070.973	6.890.358
Títulos Privados	**10.598**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.598**	**10.598**
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	10.598	-	-	-	-	10.598	10.598
Total	**27.474.974**	**28.915.610**	**-**	**25.198.499**	**997.123**	**1.279.352**	**27.474.974**

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R$ 27.245.467- (31/12/2023 - R$ 28.852.011).

Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco 01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	34.461.424	7.537.648	35.119.791	6.201.553
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.084.463	5.105.003	5.922.883	2.642.512
Resultado de Títulos de Renda Variável	(324.339)	159.027	(4.219)	334.680
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	33.056	89.161
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(591.291)	(384.871)	(591.291)	(384.871)
Outras (3)	56.873	179.321	1.171.375	(642.684)
Total	**42.687.130**	**12.596.128**	**41.651.595**	**8.240.351**

(1) Inclui resultado de variação cambial no valor de R$ 25.737.015 (2023 - resultado de R$ 2.973.014).

(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(3) Inclui receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R$ 157.263 - no Banco e no Consolidado (2023 - receita de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R$ 160.732 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *Swap*s é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *Swap*s. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de *Swap* são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco 30/06/2024 Ativo	Banco 30/06/2024 Passivo	Banco 31/12/2023 Ativo	Banco 31/12/2023 Passivo	Consolidado 30/06/2024 Ativo	Consolidado 30/06/2024 Passivo	Consolidado 31/12/2023 Ativo	Consolidado 31/12/2023 Passivo
Swap	19.193.991	18.299.175	16.527.382	17.206.706	13.573.089	12.147.402	12.458.472	13.300.550
Opções	3.306.370	3.213.123	2.190.977	2.546.777	3.568.924	2.677.287	2.635.506	2.685.361
Contratos a Termo e Outros	14.293.040	14.017.089	13.301.372	10.297.701	13.904.991	13.597.219	12.972.711	9.620.890
Total	**36.793.401**	**35.529.387**	**32.019.731**	**30.051.184**	**31.047.004**	**28.421.908**	**28.066.689**	**25.606.801**
Circulante	**19.708.365**	**18.972.249**	**16.617.360**	**15.408.704**	**18.124.632**	**17.579.026**	**15.200.238**	**14.245.152**
Não Circulante	**17.085.036**	**16.557.138**	**15.402.371**	**14.642.480**	**12.922.372**	**10.842.882**	**12.866.451**	**11.361.649**

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Banco

Negociação	30/06/2024 Valor Referencial (1)	30/06/2024 Valor da Curva	30/06/2024 Valor Justo	31/12/2023 Valor Referencial (1)	31/12/2023 Valor da Curva	31/12/2023 Valor Justo
Swap	**1.180.167.240**	**532.403**	**894.816**	**1.080.128.583**	**(3.890.121)**	**(679.324)**
Ativo	**589.786.460**	**18.436.458**	**19.193.991**	**535.994.426**	**12.548.437**	**16.527.382**
Juros	314.425.735	14.563.148	11.723.404	269.304.440	6.413.961	8.380.605
Moeda Estrangeira	270.200.911	3.116.928	6.730.015	262.428.400	5.823.911	7.780.989
Outros	5.159.814	756.382	740.572	4.261.586	310.565	365.788
Passivo	**590.380.780**	**(17.904.055)**	**(18.299.175)**	**544.134.157**	**(16.438.558)**	**(17.206.706)**
Juros	363.625.079	(12.697.594)	(11.454.618)	317.621.531	(9.753.936)	(10.237.656)
Moeda Estrangeira	220.549.417	(4.711.237)	(6.245.763)	221.967.981	(6.395.252)	(6.592.200)
Outros	6.206.284	(495.224)	(598.794)	4.544.645	(289.369)	(376.850)
Opções	**502.868.135**	**(1.192.283)**	**93.247**	**859.964.525**	**(1.157.451)**	**(355.800)**
Compromissos de Compra	**235.206.218**	**3.054.144**	**3.306.370**	**420.089.089**	**2.447.416**	**2.190.977**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	15.397.265	1.357.890	1.461.868	8.705.243	692.136	432.845
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.448.581	540.529	317.488	5.326.447	408.144	489.785
Opções de Compra Outras	**22.615.439**	**682.621**	**1.329.836**	**89.142.771**	**661.537**	**739.628**
Mercado Interfinanceiro	4.120.386	335.583	699.709	3.729.452	217.219	265.824
Outras (2)	18.495.053	347.038	630.127	85.413.319	444.318	473.804
Opções de Venda Outras	**186.744.933**	**473.104**	**197.178**	**316.914.628**	**685.600**	**528.719**
Mercado Interfinanceiro	203.439	61.517	31.859	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	186.541.494	411.587	165.319	316.371.471	638.748	498.280
Compromissos de Venda	**267.661.917**	**(4.246.427)**	**(3.213.123)**	**439.875.435**	**(3.604.867)**	**(2.546.777)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	5.589.670	(353.580)	(295.363)	3.453.152	(288.349)	(466.324)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.126.056	(631.967)	(395.874)	5.951.310	(527.978)	(431.952)
Opções de Compra Outras	**43.248.861**	**(2.719.362)**	**(2.264.705)**	**113.106.162**	**(2.029.925)**	**(901.373)**
Mercado Interfinanceiro	19.570.802	(2.119.146)	(1.603.254)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	23.678.059	(600.216)	(661.451)	95.810.882	(550.201)	(191.252)
Opções de Venda Outras	**208.697.330**	**(541.518)**	**(257.181)**	**317.364.811**	**(758.615)**	**(747.128)**
Mercado Interfinanceiro	772.546	(103.021)	(32.040)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	207.924.784	(438.497)	(225.141)	316.994.590	(733.703)	(724.124)
Contratos de Futuros	**371.708.743**	**-**	**-**	**325.170.914**	**-**	**-**
Posição Comprada	**186.197.711**	**-**	**-**	**164.682.752**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	70.592.100	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	76.255.442	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	39.088.272	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	261.897	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	**185.511.032**	**-**	**-**	**160.488.162**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	70.592.100	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	76.885.245	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	37.771.790	-	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	261.897	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	**391.026.561**	**(210.033)**	**275.951**	**367.004.069**	**3.312.025**	**3.003.671**
Compromissos de Compra	**195.723.165**	**5.198.863**	**14.293.040**	**185.200.220**	**18.046.952**	**13.301.372**
Moedas	151.254.026	4.069.301	3.974.670	138.731.942	17.047.097	4.936.483
Outros	44.469.139	1.129.562	10.318.370	46.468.278	999.855	8.364.889
Compromissos de Venda	**195.303.396**	**(5.408.896)**	**(14.017.089)**	**181.803.849**	**(14.734.928)**	**(10.297.701)**
Moedas	151.870.709	(4.685.983)	(4.065.704)	135.183.330	(13.498.486)	(2.119.840)
Outros	43.432.687	(722.913)	(9.951.385)	46.620.519	(1.236.442)	(8.177.861)

Consolidado

Negociação	30/06/2024 Valor Referencial (1)	30/06/2024 Valor da Curva	30/06/2024 Valor Justo	31/12/2023 Valor Referencial (1)	31/12/2023 Valor da Curva	31/12/2023 Valor Justo
Swap	**894.835.314**	**(1.390.438)**	**1.425.687**	**821.847.697**	**(2.046.626)**	**(842.078)**
Ativo	**446.159.076**	**11.050.929**	**13.573.089**	**407.775.731**	**9.193.215**	**12.458.472**
Juros	216.498.624	8.294.804	7.337.203	193.567.208	5.054.833	6.481.014
Moeda Estrangeira	228.516.366	2.756.105	6.235.886	212.970.458	4.136.463	5.977.193
Outros	1.144.086	20	-	1.238.065	1.919	265
Passivo	**448.676.238**	**(12.441.367)**	**(12.147.402)**	**414.071.966**	**(11.239.841)**	**(13.300.550)**
Juros	302.343.642	(10.281.385)	(8.922.401)	267.400.407	(9.117.639)	(9.754.177)
Moeda Estrangeira	143.066.238	(1.830.734)	(2.901.883)	143.788.702	(1.907.489)	(3.332.851)
Outros	3.266.358	(329.248)	(323.118)	2.882.857	(214.713)	(213.522)
Opções	**498.060.387**	**(794.213)**	**891.637**	**857.662.210**	**(1.112.873)**	**(49.854)**
Compromissos de Compra	**233.524.200**	**2.828.746**	**3.568.924**	**419.095.674**	**2.252.815**	**2.635.506**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	13.942.895	1.134.021	1.330.037	7.711.827	497.534	426.074
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.220.933	539.000	317.488	5.326.447	408.144	489.785
Opções de Compra Outras	**22.615.439**	**682.621**	**1.698.636**	**89.142.771**	**661.537**	**1.183.085**
Mercado Interfinanceiro	4.120.386	335.583	1.068.509	3.729.452	217.219	265.824
Outras (2)	18.495.053	347.038	630.127	85.413.319	444.318	917.261
Opções de Venda Outras	**186.744.933**	**473.104**	**222.763**	**316.914.629**	**685.600**	**536.563**
Mercado Interfinanceiro	203.439	61.517	57.444	543.157	46.852	30.439
Outras (2)	186.541.494	411.587	165.319	316.371.471	638.748	506.124
Compromissos de Venda	**264.536.187**	**(3.622.959)**	**(2.677.287)**	**438.566.536**	**(3.365.688)**	**(2.685.360)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	5.294.089	(352.052)	(294.372)	3.453.152	(288.349)	(466.324)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	8.612.138	(392.364)	(224.046)	4.642.411	(288.799)	(431.952)
Opções de Compra Outras	**41.932.630**	**(2.337.025)**	**(1.835.168)**	**113.106.162**	**(2.029.925)**	**(999.258)**
Mercado Interfinanceiro	18.254.571	(1.736.809)	(1.173.717)	17.295.280	(1.479.724)	(710.121)
Outras (2)	23.678.059	(600.216)	(661.451)	95.810.882	(550.201)	(289.137)
Opções de Venda Outras	**208.697.330**	**(541.518)**	**(323.701)**	**317.364.811**	**(758.616)**	**(787.826)**
Mercado Interfinanceiro	772.546	(103.021)	(98.560)	370.221	(24.912)	(23.004)
Outras (2)	207.924.784	(438.497)	(225.141)	316.994.590	(733.703)	(764.822)
Contratos de Futuros	**371.708.743**	**-**	**-**	**325.170.914**	**-**	**-**
Posição Comprada	**186.197.711**	**-**	**-**	**164.682.752**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	70.592.100	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	76.255.442	-	-	48.254.715	-	-
Moeda Estrangeira	39.088.272	-	-	68.838.058	-	-
Índice (3)	261.897	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Posição Vendida	**185.511.032**	**-**	**-**	**160.488.163**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	70.592.100	-	-	41.331.942	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	76.885.245	-	-	48.339.061	-	-
Moeda Estrangeira	37.771.790	-	-	64.559.123	-	-
Índice (3)	261.897	-	-	5.269.712	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	988.325	-	-
Contratos a Termo e Outros	**361.728.681**	**175.554**	**307.772**	**330.970.103**	**3.288.881**	**3.351.821**
Compromissos de Compra	**181.267.019**	**4.788.408**	**13.904.991**	**167.171.665**	**17.249.113**	**12.972.712**
Moedas	147.044.013	3.974.445	3.880.890	134.610.617	17.042.331	4.932.719
Outros	34.223.006	813.963	10.024.101	32.561.048	206.782	8.039.993
Compromissos de Venda	**180.461.662**	**(4.612.854)**	**(13.597.219)**	**163.798.438**	**(13.960.232)**	**(9.620.890)**
Moedas	147.659.131	(4.589.562)	(3.929.614)	130.779.288	(13.211.003)	(1.766.190)
Outros	32.802.531	(23.292)	(9.667.605)	33.019.150	(749.229)	(7.854.700)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

Banco

	Contraparte 30/06/2024 Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Contraparte 31/12/2023 Total	Abertura por Vencimento 30/06/2024 Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Referencial Mercado de Negociação 30/06/2024 Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	206.078.849	594.709.882	379.378.509	1.180.167.240	1.080.128.583	94.629.817	281.473.836	804.063.587	149.069.195	1.031.098.045
Opções	44.674.830	8.190.394	450.002.911	502.868.135	859.964.525	115.892.182	311.278.079	75.697.874	401.168.259	101.699.876
Contratos de Futuros	-	-	371.708.743	371.708.743	325.170.914	127.957.739	118.480.180	125.270.824	371.708.743	-
Contratos a Termo e Outros	184.233.952	150.957.576	55.835.033	391.026.561	367.004.069	169.044.200	166.855.515	55.126.846	35.422.223	355.604.338

Consolidado

	Contraparte 30/06/2024 Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Contraparte 31/12/2023 Total	Abertura por Vencimento 30/06/2024 Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Referencial Mercado de Negociação 30/06/2024 Bolsas (2)	Balcão (3)
Swap	206.078.849	298.443.816	390.312.649	894.835.314	821.847.698	86.999.595	226.102.411	581.733.308	120.403.938	774.431.376
Opções	44.674.830	3.382.645	450.002.912	498.060.387	857.662.210	114.813.919	311.278.079	71.968.389	401.168.259	96.892.128
Contratos de Futuros	-	-	371.708.743	371.708.743	325.170.914	127.957.739	118.480.180	125.270.824	371.708.743	-
Contratos a Termo e Outros	184.233.952	121.659.697	55.835.032	361.728.681	330.970.103	165.072.692	157.003.729	39.652.260	35.422.222	326.306.459

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de *Hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de *Hedge* contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de *Hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do *Hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *Swap*s e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *Hedge* de risco de mercado como segue:

• Designa *Swap*s de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré - Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge* Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.

• O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap* Cross Currency,

• Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de *Hedge*) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de *Hedge*).

Em *Hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *Hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *Hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *Hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o *Hedge* de fluxo de caixa como segue:

• Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de *Hedge*), utiliza-se como instrumento de *Hedge* contratos futuros ou *Swap*s de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em *Hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *Hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

Continua...

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Banco

Estratégias	30/06/2024 Valor Contábil Objeto	Valor Contábil Instrumento	Notional Objeto	Notional Instrumento	Ajuste a Valor Justo Objeto (1)	Ajuste a Valor Justo Instrumento (1)	31/12/2023 Valor Contábil Objeto	Valor Contábil Instrumento	Notional Objeto	Notional Instrumento
***Hedge* de Risco de Mercado**										
Contratos de *Swap*	**250.270**	**294.411**	**242.821**	**266.471**	**7.449**	**27.940**	**304.799**	**288.423**	**272.805**	**290.091**
Hedge de Operações de Crédito	250.270	294.411	242.821	266.471	7.449	27.940	304.799	288.423	272.805	290.091
Contratos de Futuros	**21.011.499**	**22.018.028**	**20.723.134**	**22.386.351**	**288.365**	**(368.323)**	**20.013.827**	**20.263.142**	**21.325.623**	**21.045.909**
Hedge de Operações de Crédito	7.341.930	8.217.739	7.605.200	8.539.673	(263.270)	(321.934)	7.098.063	7.322.033	8.339.747	8.103.679
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.214.531	4.223.202	3.130.215	4.287.312	84.316	(64.110)	1.712.916	2.496.306	1.775.818	2.496.723
Hedge de Captações	10.455.038	9.577.087	9.987.719	9.559.366	467.319	17.721	11.202.848	10.444.803	11.210.058	10.445.507
***Hedge* de Fluxo de Caixa**										
Contratos de *Swap*	-	-	-	-	-	-	**12.712.510**	**10.260.273**	**13.176.910**	**10.807.983**
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	-	12.712.510	10.260.273	13.176.910	10.807.983
Contratos de Futuros	**20.203.120**	**18.265.077**	**17.559.375**	**18.104.075**	**2.643.745**	**161.002**	**23.474.440**	**18.881.495**	**21.507.468**	**17.409.795**
Hedge de Operações de Crédito	795.007	1.587.364	667.021	1.430.972	127.986	156.392	4.775.959	2.377.994	4.514.260	1.210.499
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	10.627.124	8.309.583	9.986.280	8.342.640	640.844	(33.057)	9.820.833	8.593.414	9.525.807	8.228.328
Hedge de Captações	8.780.989	8.368.130	6.906.074	8.330.463	1.874.915	37.667	8.877.648	7.910.087	7.467.401	7.970.968

Consolidado

Estratégias	30/06/2024 Valor Contábil Objeto	Valor Contábil Instrumento	Notional Objeto	Notional Instrumento	Ajuste a Valor Justo Objeto (1)	Ajuste a Valor Justo Instrumento (1)	31/12/2023 Valor Contábil Objeto	Valor Contábil Instrumento	Notional Objeto	Notional Instrumento
***Hedge* de Risco de Mercado**										
Contratos de *Swap*	**250.270**	**294.411**	**242.821**	**266.471**	**7.449**	**27.940**	**304.799**	**288.423**	**272.805**	**290.091**
Hedge de Operações de Crédito	250.270	294.411	242.821	266.471	7.449	27.940	304.799	288.423	272.805	290.091
Contratos de Futuros	**21.011.499**	**22.018.028**	**20.723.134**	**22.386.351**	**288.365**	**(368.323)**	**20.013.827**	**20.263.142**	**21.325.623**	**21.045.909**
Hedge de Operações de Crédito	7.341.930	8.217.739	7.605.200	8.539.673	(263.270)	(321.934)	7.098.063	7.322.033	8.339.747	8.103.679
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.214.531	4.223.202	3.130.215	4.287.312	84.316	(64.110)	1.712.916	2.496.306	1.775.818	2.496.723
Hedge de Captações	10.455.038	9.577.087	9.987.719	9.559.366	467.319	17.721	11.202.848	10.444.803	11.210.058	10.445.507
***Hedge* de Fluxo de Caixa**										
Contratos de *Swap*	**6.494.529**	**5.508.845**	**5.250.711**	**5.427.070**	**1.243.818**	**81.775**	**18.843.967**	**15.351.145**	**18.238.421**	**15.770.933**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.494.529	5.508.845	5.250.711	5.427.070	1.243.818	81.775	18.843.967	15.351.145	18.238.421	15.770.933
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	**20.203.120**	**18.265.077**	**17.559.375**	**18.104.075**	**2.643.745**	**161.002**	**23.474.440**	**18.881.495**	**21.507.468**	**17.409.795**
Hedge de Operações de Crédito	795.007	1.587.364	667.021	1.430.972	127.986	156.392	4.775.959	2.377.994	4.514.260	1.210.499
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	10.627.124	8.309.583	9.986.280	8.342.640	640.844	(33.057)	9.820.833	8.593.414	9.525.807	8.228.328
Hedge de Captações	8.780.989	8.368.130	6.906.074	8.330.463	1.874.915	37.667	8.877.648	7.910.087	7.467.401	7.970.968

(*) O Banco possui estratégias de *Hedge* de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

Estratégias	Banco 30/06/2024 Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	31/12/2023 Total	Consolidado 30/06/2024 Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	31/12/2023 Total
***Hedge* de Risco de Mercado**										
Contratos de *Swap*	-	-	**266.471**	**266.471**	**290.091**	-	-	**266.471**	**266.471**	**290.091**
Hedge de Operações de Crédito	-	-	266.471	266.471	290.091	-	-	266.471	266.471	290.091
Contratos de Futuros	**2.063.979**	**5.868.352**	**14.454.020**	**22.386.351**	**21.045.909**	**2.063.979**	**5.868.352**	**14.454.020**	**22.386.351**	**21.045.909**
Hedge de Operações de Crédito	1.377.239	2.960.357	4.202.077	8.539.673	8.103.679	1.377.239	2.960.357	4.202.077	8.539.673	8.103.679
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	191.241	322.054	3.774.017	4.287.312	2.496.723	191.241	322.054	3.774.017	4.287.312	2.496.723
Hedge de Captações	495.499	2.585.941	6.477.926	9.559.366	10.445.507	495.499	2.585.941	6.477.926	9.559.366	10.445.507
***Hedge* de Fluxo de Caixa**										
Contratos de *Swap*	-	-	-	-	**10.807.983**	-	-	**5.427.070**	**5.427.070**	**15.770.933**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	10.807.983	-	-	5.427.070	5.427.070	15.770.933
Hedge de Captações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de Futuros	-	**12.933.201**	**5.170.874**	**18.104.075**	**17.409.795**	-	**12.933.201**	**5.170.874**	**18.104.075**	**17.409.795**
Hedge de Operações de Crédito	-	1.430.972	-	1.430.972	1.210.499	-	1.430.972	-	1.430.972	1.210.499
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	3.171.766	5.170.874	8.342.640	8.228.328	-	3.171.766	5.170.874	8.342.640	8.228.328
Hedge de Captações	-	8.330.463	-	8.330.463	7.970.968	-	8.330.463	-	8.330.463	7.970.968

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de *Swap* e futuros ativos foi liquidado em 31/12/2023 (o valor em 31/12/2023 - R$ 337).

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default *Swap*s e total return *Swap*s, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps - TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps - CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

Banco/Consolidado – Valor Nominal

	30/06/2024 Risco Retido - *Swap* de Taxa de Retorno Total	30/06/2024 Risco Transferido - *Swap* de Crédito	31/12/2023 Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	31/12/2023 Risco Transferido - *Swap* de Crédito
Swap de Créditos	3.968.970	12.937.989	3.456.614	10.293.916
Total	**3.968.970**	**12.937.989**	**3.456.614**	**10.293.916**

Futuros - Brutos	30/06/2024 Acima de 12 Meses	30/06/2024 Total	31/12/2023 Acima de 12 Meses	31/12/2023 Total
Por Instrumento: CDS	16.906.959	16.906.959	13.750.530	13.750.530
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	16.906.959	16.906.959	13.750.530	13.750.530
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	16.906.959	16.906.959	13.750.530	13.750.530

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.996.459	14.688.274	23.201.134	20.991.334
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.767.239	1.061.960	2.680.866	2.122.045
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.097.170	2.301.790	4.683.535	4.988.403
Total	**20.860.868**	**18.052.024**	**30.565.535**	**28.101.782**

7. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Carteira de Créditos

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Operações de Crédito	**369.935.908**	**354.093.609**	**450.798.015**	**427.599.259**
Empréstimos e Títulos Descontados	236.371.095	222.773.857	238.548.574	225.733.376
Financiamentos	45.221.761	47.197.805	123.906.390	117.743.936
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	25.149.564	22.350.907	25.149.564	22.350.907
Financiamentos Imobiliários	63.193.488	61.771.040	63.193.487	61.771.040
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	**3.181.038**	**3.164.051**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	**5.799.959**	**4.301.307**	**5.799.959**	**4.301.307**
Outros Créditos	**75.152.820**	**77.812.411**	**78.898.050**	**81.794.055**
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 9.a)	1.414.064	1.450.794	1.220.760	1.810.543
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido e Importações Financiadas	206.267	157.593	206.267	157.593
Outros Créditos Diversos (2)	73.532.489	76.204.025	77.471.023	79.825.919
Total	**450.888.687**	**436.207.327**	**538.677.062**	**516.858.672**

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações (Nota 8).

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN no 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2024, as cessões sem coobrigação foram no montante de R$ 423.985 (31/12/2023 - R$ 7.469.843), sendo R$91.669 em Carteira Ativa, gerando um resultado de R$ 20.067 (31/12/2023 - R$ 59.386) e R$ 332.316 em Carteira de Prejuízo. Esses montantes referiam-se a operações, substancialmente, de empréstimos e títulos descontados, não tendo valores deste montante com empresa do Grupo.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2024, o valor presente das operações cedidas é de R$ 23.480 (31/12/2023- R$ 26.696). Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Vencidas	10.749.929	9.605.843	12.165.413	11.070.469
A vencer:				
Até 3 meses	58.788.752	54.140.443	69.500.599	63.866.924
De 3 a 12 meses	85.711.607	80.552.996	113.795.106	106.484.133
Acima de 12 meses	214.685.620	209.794.327	258.517.935	249.341.784
Total	**369.935.908**	**354.093.609**	**453.979.053**	**430.763.310**

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Vencidas	147.990	167.353	186.492	224.963
A vencer:				
Até 3 meses	54.462.151	58.690.731	55.449.103	59.645.397
De 3 a 12 meses	24.452.156	21.590.633	26.772.467	24.086.401
Acima de 12 meses	1.890.482	1.665.001	2.289.947	2.138.601
Total	**80.952.779**	**82.113.718**	**84.698.009**	**86.095.362**

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Setor Privado	**447.618.982**	**433.995.618**	**535.398.341**	**514.641.345**
Indústria	81.400.988	76.652.008	83.296.329	78.454.638
Comércio	54.918.827	55.554.562	62.064.225	62.919.149
Instituições Financeiras	1.905.718	1.989.794	1.856.492	1.726.240
Serviços e Outros (1)	61.299.750	59.014.390	67.779.917	65.197.183
Pessoas Físicas	**241.985.810**	**234.815.709**	**312.826.530**	**298.338.615**
Cartão de Crédito	52.294.381	50.865.659	52.294.381	50.865.659
Crédito Imobiliário	60.938.615	59.503.137	60.938.615	59.503.137
Crédito Consignado	71.998.230	66.388.826	71.998.230	66.388.826
Financiamento e Leasing de Veículos	471.105	620.151	68.152.375	61.027.223
Outros (2)	56.283.479	57.437.936	59.442.929	60.553.770
Agricultura	**6.107.889**	**5.969.155**	**7.574.848**	**8.005.520**
Setor Público	**3.269.705**	**2.211.709**	**3.278.724**	**2.217.327**
Governo Estadual	438.485	385.611	438.485	385.611
Governo Municipal	2.831.220	1.826.098	2.840.239	1.831.716
Total	**450.888.687**	**436.207.327**	**538.677.065**	**516.858.672**

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Banco

Nível de Risco	%Provisão Mínima Requerida	30/06/2024 Carteira de Créditos Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Provisão Total	31/12/2023 Carteira de Créditos Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Provisão Total
AA	0,0%	191.938.083	-	191.938.083	-	-	-	185.037.635	-	185.037.635	-	-	-
A	0,5%	134.395.046	-	134.395.046	671.975	1	671.976	125.473.009	-	125.473.009	627.365	3	627.368
B	1,0%	36.461.896	3.588.645	40.050.541	400.505	70	400.575	36.135.274	3.240.124	39.375.398	393.754	123	393.877
C	3,0%	33.427.226	3.172.749	36.599.975	1.097.999	1.229	1.099.228	32.993.383	2.835.006	35.828.389	1.074.852	1.534	1.076.386
D	10,0%	10.683.691	3.366.724	14.050.415	1.405.041	208.264	1.613.305	11.590.372	3.305.289	14.895.661	1.489.566	100.659	1.590.225
E	30,0%	3.156.894	2.474.732	5.631.626	1.689.488	963.450	2.652.938	4.749.941	2.373.124	7.123.065	2.136.920	92.052	2.228.972
F	50,0%	2.147.605	2.115.322	4.262.927	2.131.463	722.508	2.853.971	2.367.035	1.995.167	4.362.202	2.181.101	93.570	2.274.671
G	70,0%	6.855.004	2.219.385	9.074.389	6.352.072	2.199.511	8.551.583	6.638.832	2.213.364	8.852.196	6.196.537	1.756.763	7.953.300
H	100,0%	4.495.201	10.214.992	14.710.193	14.710.193	-	14.710.193	4.268.646	10.750.035	15.018.681	15.018.681	-	15.018.681
Total	-	**423.560.646**	**27.152.549**	**450.713.195**	**28.458.736**	**4.095.033**	**32.553.769**	**409.254.127**	**26.712.109**	**435.966.236**	**29.118.776**	**2.044.704**	**31.163.480**
Circulante							**11.195.467**						**10.990.008**
Não Circulante							**21.358.302**						**20.173.472**

Consolidado

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	30/06/2024 Carteira de Créditos Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Provisão Total	31/12/2023 Carteira de Créditos Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Provisão Total
AA	0,0%	208.855.634	-	208.855.634	-	-	-	203.142.039	-	203.142.039	-	-	-
A	0,5%	176.415.366	-	176.415.366	882.077	1	882.078	166.591.676	-	166.591.676	832.958	3	832.961
B	1,0%	53.564.758	5.416.891	58.981.649	589.816	70	589.886	45.233.297	4.927.564	50.160.861	501.609	123	501.732
C	3,0%	35.860.727	4.752.899	40.613.626	1.218.409	1.229	1.219.638	35.718.161	4.329.428	40.047.589	1.201.428	1.534	1.202.962
D	10,0%	11.244.984	4.210.406	15.455.390	1.545.539	208.264	1.753.803	12.283.076	4.149.299	16.432.375	1.643.238	100.659	1.743.897
E	30,0%	3.295.369	3.094.285	6.389.654	1.916.896	963.450	2.880.346	4.899.901	2.959.053	7.858.954	2.357.686	92.052	2.449.738
F	50,0%	2.733.574	2.572.777	5.306.351	2.653.175	722.508	3.375.683	3.107.877	2.492.362	5.600.239	2.800.120	93.570	2.893.690
G	70,0%	6.912.462	2.555.338	9.467.800	6.627.460	2.199.511	8.826.971	6.706.701	2.595.044	9.301.745	6.511.222	1.756.763	8.267.985
H	100,0%	4.864.652	12.151.448	17.016.100	17.016.100	-	17.016.100	4.665.549	12.816.554	17.482.103	17.482.103	-	17.482.103
Total		**503.747.526**	**34.754.044**	**538.501.570**	**32.449.472**	**4.095.033**	**36.544.505**	**482.348.277**	**34.269.304**	**516.617.581**	**33.330.364**	**2.044.704**	**35.375.068**
Circulante							**12.914.910**						**12.476.411**
Não Circulante							**23.629.595**						**22.898.657**

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R$ 175.492 (31/12/2023- R$ 241.091), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)

Conforme a Resolução CMN nº 4.846/20, demonstramos a seguir, as operações relacionadas ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), classificadas por nível de risco e juntamente com o montante da provisão constituída para cada nível de risco:

Banco/Consolidado

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	30/06/2024 Ativo	30/06/2024 Provisão Requerida	31/12/2023 Ativo	31/12/2023 Provisão Requerida
AA	0,0%	-	-	-	-
A	0,5%	-	-	-	-
B	1,0%	-	-	-	-
C	3,0%	-	-	-	-
D	10,0%	-	-	79	1
E	30,0%	-	-	213	10
F	50,0%	-	-	344	26
G	70,0%	-	-	357	37
H	100,0%	1.138	351	8.467	1.394
Total		**1.138**	**351**	**9.460**	**1.468**

(1) Saldo de provisão constituída sobre a parcela do crédito cujo risco é do Banco Santander (Brasil) S.A.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco 01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Saldo Inicial	**31.163.480**	**30.316.513**	**35.375.068**	**34.453.117**
Constituições Líquidas das Reversões	11.684.166	13.532.876	13.215.616	15.514.161
Baixas	(10.293.877)	(12.613.388)	(12.046.179)	(14.497.062)
Saldo Final	**32.553.769**	**31.236.001**	**36.544.505**	**35.470.216**
Créditos Recuperados	**1.275.261**	**1.714.903**	**1.458.005**	**2.115.952**

f) Créditos Renegociados

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Créditos Renegociados (1)	26.010.315	28.034.135	30.289.514	32.761.140
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(14.842.904)	(16.032.317)	(16.259.346)	(17.628.394)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	57,1%	57,2%	53,7%	53,8%

(1) Foram consideradas operações para as quais ocorreram contratações de acordos, em atraso a partir de 30 dias.

g) Concentração de Crédito

Consolidado

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	30/06/2024 Risco	30/06/2024 %	31/12/2023 Risco	31/12/2023 %
Maior Devedor	11.311.460	1,5%	9.055.658	1,3%
10 Maiores	61.482.722	8,1%	53.202.978	7,6%
20 Maiores	89.293.771	11,8%	82.601.115	11,8%
50 Maiores	138.134.447	18,3%	134.058.263	19,1%
100 Maiores	178.692.052	23,7%	174.946.657	24,9%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

8. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado 30/06/2024	Banco/Consolidado 31/12/2023
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	29.826.145	24.590.136
Câmbio Comprado a Liquidar	64.796.274	43.427.082
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(1.294.909)	(516.110)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 7.a)	206.267	157.593
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	656	571
Total	**93.534.433**	**67.659.272**
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	49.815.701	40.391.634
Obrigações por Compra de Câmbio	44.025.046	27.663.172
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 7.a)	(5.799.959)	(4.301.307)
Outros	136	121
Total	**88.040.924**	**63.753.620**
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	1.707.790	1.582.289
Créditos de Exportação Confirmados	(11.456)	193.368

9. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023
Carteira de Câmbio (Nota 8)	93.534.433	67.659.272
Negociação e Intermediação de Valores	3.657.347	1.763.642
Relações Interfinanceiras	110.447.169	105.155.562
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	1.414.064	1.450.794
Total	**209.053.013**	**176.029.270**
Circulante	**200.769.732**	**168.072.525**
Não Circulante	**8.283.281**	**7.956.745**

	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Carteira de Câmbio (Nota 8)	93.534.433	67.659.272
Negociação e Intermediação de Valores	9.395.841	4.743.775
Relações Interfinanceiras	110.760.552	105.454.708
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	1.220.760	1.810.543
Total	**214.911.586**	**179.668.298**
Circulante	**203.949.259**	**168.832.950**
Não Circulante	**10.962.327**	**10.835.348**

Continua...

INÊS 249

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.292.414	824.002	7.424.626	3.410.828
Caixas de Registro e Liquidação	8.155	2.049	18.622	5.086
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	15.225	109.491	570.960	442.332
Bolsas - Depósitos em Garantia	453.018	473.271	459.339	479.274
Outros	888.535	354.829	922.294	406.255
Total	**3.657.347**	**1.763.642**	**9.395.841**	**4.743.775**
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	618.588	294.254	4.435.861	1.107.953
Credores - Conta Liquidações Pendentes	5.746	4.976	1.030.336	236.854
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	1.129.068	1.273.344
Caixas de Registro e Liquidação	1	10.227	92.879	162.694
Comissões e Corretagens a Pagar	5.198	3.187	7.260	4.554
Outros	561.412	436	561.537	542
Total	**1.190.945**	**313.080**	**7.256.941**	**2.785.941**

10. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativos Fiscais Diferidos	45.103.889	41.271.976	50.563.199	46.196.503
Impostos e Contribuições a Compensar	7.694.211	8.026.814	9.021.192	9.427.154
Total	**52.798.100**	**49.298.790**	**59.584.391**	**55.623.657**
Circulante	**932.991**	**3.834.028**	**1.541.014**	**4.738.408**
Não Circulante	**51.865.109**	**45.464.762**	**58.043.377**	**50.885.249**

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Banco Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	62.589.813	55.875.335	25.143.901	5.234.611	(2.213.096)	28.165.416
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	2.979.852	2.856.292	1.285.331	538.170	(482.567)	1.340.934
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.378.107	2.108.600	948.870	147.325	(26.047)	1.070.148
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.765.420	5.825.567	2.621.506	708.316	(735.381)	2.594.441
Ágio	100.528	102.017	45.909	-	(671)	45.238
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	5.681.938	4.607.131	1.318.642	393.014	(188.004)	1.523.652
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "*Hedges*" de Fluxo de Caixa (1)	3.043.428	1.417.322	674.042	784.816	(11.481)	1.447.377
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.082.291	1.533.694	690.161	5.772	(208.903)	487.030
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	856.464	1.205.283	527.911	383.677	(533.740)	377.848
Outras Provisões Temporárias (3)	7.433.196	6.394.122	2.781.130	1.536.477	(1.055.507)	3.262.100
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**91.911.037**	**81.925.363**	**36.037.403**	**9.732.178**	**(5.455.397)**	**40.314.184**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	10.727.231	11.710.701	5.227.235	-	(437.530)	4.789.705
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	40.766	7.338	-	(7.338)	-
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**102.638.268**	**93.676.830**	**41.271.976**	**9.732.178**	**(5.900.265)**	**45.103.889**

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Consolidado Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	69.242.133	61.828.383	27.512.454	5.919.506	(2.581.583)	30.850.377
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.197.749	3.082.592	1.374.298	570.093	(516.723)	1.427.668
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.505.710	2.229.723	997.129	158.294	(36.144)	1.119.279
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	6.111.450	6.168.408	2.746.669	730.119	(758.864)	2.717.924
Ágio	100.528	102.017	45.908	-	(670)	45.238
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.523.031	7.830.843	2.516.879	2.040.809	(1.591.885)	2.965.803
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "*Hedges*" de Fluxo de Caixa (1)	3.837.103	2.049.816	947.929	923.332	(81.498)	1.789.763
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.092.344	1.543.768	693.587	5.771	(208.910)	490.448
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.107.251	1.629.466	671.892	450.825	(658.714)	464.003
Outras Provisões Temporárias (3)	8.245.334	7.315.138	3.119.676	1.632.719	(1.198.699)	3.553.696
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**104.962.633**	**93.780.154**	**40.626.421**	**12.431.468**	**(7.633.690)**	**45.424.199**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.913.641	12.906.909	5.562.744	57.601	(481.345)	5.139.000
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	40.766	7.338	-	(7.338)	-
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**116.876.274**	**106.727.829**	**46.196.503**	**12.489.069**	**(8.122.373)**	**50.563.199**

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.
(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

Em 30 de junho de 2024, os créditos tributários não ativados totalizaram R$ 75.875 (31/12/2023 - R$108.198) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Banco 30/06/2024 Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrados
2024	3.786.916	3.049.754	40.573	-	6.877.243
2025	6.721.480	5.415.450	81.146	-	12.218.076
2026	4.835.722	3.882.383	81.146	-	8.799.251
2027	4.501.754	3.601.393	81.146	-	8.184.293
2028	1.531.916	1.225.522	81.146	1.136.407	3.974.991
2029 a 2033	725.817	580.649	40.573	3.653.298	5.000.337
Até 2034	27.610	22.088	-	-	49.698
Total	**22.131.215**	**17.777.239**	**405.730**	**4.789.705**	**45.103.889**

Ano	Consolidado 30/06/2024 Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrados
2024	4.243.905	3.304.226	61.652	143.300	7.753.083
2025	7.470.364	5.822.038	123.147	133.826	13.549.375
2026	5.683.817	4.344.449	122.453	3.522	10.154.241
2027	5.171.037	3.970.919	122.453	5.230	9.269.639
2028	1.866.909	1.390.547	122.453	1.142.798	4.522.707
2029 a 2033	856.718	636.005	61.228	3.688.704	5.242.655
Até 2034	27.743	22.136	-	21.620	71.499
Total	**25.320.493**	**19.490.320**	**613.386**	**5.139.000**	**50.563.199**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R$ 38.116.337 (31/12/2023 - R$ 33.321.684) no Banco e R$ 42.636.032 (31/12/2023 - R$ 37.477.915) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2024	Consolidado 31/12/2023
Passivos Fiscais Diferidos	3.446.989	2.727.574	6.239.044	4.850.820
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	1.021.427	7.099	2.442.502	1.752.117
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	802.178	1.200.564	3.803.583	4.434.042
Total	**5.270.594**	**3.935.237**	**12.485.129**	**11.036.979**
Circulante	**1.401.347**	**1.207.663**	**3.401.660**	**6.186.158**
Não Circulante	**3.869.247**	**2.727.574**	**9.083.469**	**4.850.821**

(1) Inclui a parcela equivalente a R$ 2.683 no banco e coligadas, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide notas 18.e e 24)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Banco Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	4.058.847	3.596.609	1.705.979	2.064.799	(1.834.317)	1.936.461
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e *Hedges* de Fluxo de Caixa (1)	1.083.996	1.871.948	893.115	6.875	(380.866)	519.124
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.236	21.254	5.314	-	(4)	5.310
Outros	2.191.733	274.113	123.166	862.928	-	986.094
Total	**7.355.812**	**5.763.924**	**2.727.574**	**2.934.602**	**(2.215.187)**	**3.446.989**

	Origens 30/06/2024	Origens 31/12/2023	Consolidado Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2024
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	9.770.251	7.776.142	3.254.614	3.346.744	(2.529.243)	4.072.115
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e *Hedges* de Fluxo de Caixa (1)	1.158.508	1.966.265	935.587	99.668	(438.887)	596.368
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.988.251	1.877.592	469.398	43.215	(15.550)	497.063
Outros	2.845.118	592.670	191.221	883.763	(1.486)	1.073.498
Total	**15.762.128**	**12.212.669**	**4.850.820**	**4.373.390**	**(2.985.166)**	**6.239.044**

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Banco 30/06/2024 Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Total Registrados
2024	137.217	108.562	23.914	269.693
2025	274.434	217.124	47.829	539.387
2026	274.434	217.124	47.829	539.387
2027	273.549	217.125	47.828	538.502
2028	272.664	217.125	47.828	537.617
2029 a 2033	252.628	201.516	23.914	478.058
Até 2034	302.419	241.926	-	544.345
Total	**1.787.345**	**1.420.502**	**239.142**	**3.446.989**

Ano	Consolidado 30/06/2024 Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Total Registrados
2024	546.029	168.709	51.490	766.228
2025	821.636	334.732	102.515	1.258.883
2026	569.732	326.296	100.458	996.486
2027	560.781	322.340	100.458	983.579
2028	552.939	318.782	100.458	972.179
2029 a 2033	410.942	254.067	50.229	715.238
Até 2034	304.307	242.142	-	546.449
Total	**3.766.366**	**1.967.068**	**505.608**	**6.239.042**

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco 01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**5.906.144**	**1.445.532**	**8.469.078**	**4.362.974**
Participações no Lucro (1)	(856.170)	(766.337)	(1.192.926)	(1.014.159)
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(176)
Resultado antes dos Impostos	**5.049.974**	**679.195**	**7.275.976**	**3.348.639**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (3)	**(2.272.488)**	**(305.638)**	**(3.274.189)**	**(1.506.888)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	1.490.624	2.012.500	40.260	36.687
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	636.550	496.734	540.907	600.781
Juros sobre o Capital Próprio	1.263.939	1.351.669	1.424.139	1.295.670
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(40.494)	(70.098)	(70.791)	(48.029)
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	-	417.601	468.313
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(46.583)	18.662	(91.828)	66.864
Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.031.548**	**3.503.829**	**(1.013.901)**	**913.398**
Impostos Correntes	**(1.046.608)**	**(36.034)**	**(3.038.504)**	**(2.027.480)**
Imposto de renda e contribuição social do período	(1.046.608)	(36.034)	(3.038.504)	(2.027.480)
Impostos Diferidos	**2.521.524**	**3.517.758**	**2.485.261**	**2.739.092**
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	2.521.524	3.517.758	2.485.261	2.739.092
Movimentação do Período:	**(443.368)**	**22.105**	**(442.225)**	**176.800**
Base Negativa de Contribuição Social	(196.693)	19.666	(196.608)	41.385
Prejuízo Fiscal	(246.675)	2.439	(245.617)	135.415
Constituição no período sobre:	**-**	**-**	**(18.433)**	**24.986**
Base Negativa de Contribuição Social	-	-	(18.433)	524
Prejuízo Fiscal	-	-	-	24.462
Total dos impostos diferidos	**2.078.156**	**3.539.863**	**2.024.603**	**2.940.878**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.031.548**	**3.503.829**	**(1.013.901)**	**913.398**

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9% e 15%

e) Despesas Tributárias

	Banco 01/01 a 30/06/2024	Banco 01/01 a 30/06/2023	Consolidado 01/01 a 30/06/2024	Consolidado 01/01 a 30/06/2023
Despesa com Cofins	796.622	1.045.118	1.467.873	1.656.595
Despesa com ISS	353.605	290.808	491.436	402.103
Despesa com PIS	129.451	169.832	265.345	294.609
Outras	116.559	133.081	127.427	150.566
Total	**1.396.237**	**1.638.839**	**2.352.081**	**2.503.873**

11. Outros Ativos

	Banco 30/06/2024	Banco 31/12/2023	Consolidado 30/06/2023	Consolidado 31/12/2023
Títulos e Créditos a Receber (Nota 7.a)				
Cartões de Crédito	44.449.249	43.318.428	44.449.249	43.318.428
Direitos Creditórios (1)	28.137.569	32.272.330	31.928.650	35.741.687
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	563.442	214.077	563.442	214.077
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	5.794.090	5.656.205	7.693.585	7.503.965
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.666.759	1.735.205	1.764.788	1.834.873
Outros - Cíveis	757.298	787.047	944.569	987.175
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	114.066	93.865	117.586	97.478
Adiantamentos Salariais	244.507	129.513	472.516	542.314
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	-	3.977.955	2.750.937
Plano de Benefícios a Funcionários	260.077	272.437	325.152	338.820
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 7.a)	382.229	399.190	529.682	551.727
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	45.049	44.824	190.890	236.869
Rendas a Receber	3.128.985	3.399.401	3.326.724	3.156.621
Outros Valores e Bens (2)	950.941	1.036.387	965.168	979.728
Outros (2)	17.806.208	13.845.180	9.187.905	8.669.768
Total	**104.300.965**	**103.204.585**	**106.438.357**	**106.924.963**
Circulante	**93.088.273**	**91.933.523**	**92.334.024**	**92.881.898**
Não Circulante	**11.212.692**	**11.271.062**	**14.104.333**	**14.043.065**

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas esperadas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
(2) Em 2023, estão incluídos saldos referentes a despesas antecipadas na linha de outros, reclassificados de outros valores e bens para fins de uma melhor apresentação.

12. Informações das Dependências no Exterior

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman(1) 01/01 a 30/06/2024	Agência Grand Cayman(1) 01/01 a 30/06/2023	Agência de Luxemburgo(1) 01/01 a 30/06/2024	Agência de Luxemburgo(1) 01/01 a 30/06/2023
Resultado do Período	971.991	248.126	1.146.242	1.027.299

	Agência Grand Cayman(1) 30/06/2024	Agência Grand Cayman(1) 31/12/2023	Agência de Luxemburgo(1) 30/06/2024	Agência de Luxemburgo(1) 31/12/2023
Ativo	**176.296.292**	**143.819.087**	**142.655.693**	**86.266.765**
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	176.296.260	154.465.424	142.655.693	119.862.991
Ativo Permanente	32	28	-	-
Total do Ativo	**176.296.292**	**154.465.452**	**142.655.693**	**119.862.991**
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	137.678.333	121.105.599	119.862.915	100.565.467
Patrimônio Líquido	38.617.959	33.359.853	22.792.778	19.297.524
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**176.296.292**	**154.465.452**	**142.655.693**	**119.862.991**

(1) A moeda funcional é o Real.

13. Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil) Ações Ordinárias e Cotas	Ações Prefe-renciais	30/06/2024 Participação do Banco Santander	Participação Consolidada
Controladas do Banco Santander					
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	50.159	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00%	100,00%
GIRA - Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. (GIRA)	Tecnologia	7.488	-	98,74%	100,00%
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00%	100,00%
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	33.693	-	100,00%	100,00%
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60%	94,60%
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	872.186	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.640	14.067.640	99,99%	99,99%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Corretora	7.184	-	100,00%	100,00%
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	164	-	100,00%	100,00%
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00%	100,00%
SX Negócios Ltda.	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00%	100,00%
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00%	100,00%
Toro Participações S.A.	Holding	14.763	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	0,00%	50,00%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Tecnologia	328	-	0,00%	80,00%
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	0,00%	100,00%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	0,00%	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	0,00%	100,00%
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Holding Imobiliária S.A.					
Summer Empreendimentos Ltda.	Real Estate	17.084	-	0,00%	100,00%
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	0,00%	59,64%
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	44.101	-	0,00%	13,23%
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.361	-	0,00%	86,77%
Controlada em Conjunto da Sancap					
Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	0,00%	50,00%
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	0,00%	100,00%

Investimentos	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	30/06/2024 Participação do Banco Santander	Participação Consolidada
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56%	15,56%
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núclea S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	Outras	9.248	-	17,53%	17,53%
Pluxee BenefÍcios Brasil S.A	Beneficios	191.342	-	20,00%	20,00%
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras	743.944	68.771	0,00%	18,98%
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	0,00%	50,00%
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	0,00%	20,00%
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	0,00%	16,66%
Fit Economia de Energia S.A.	Outras	10.400	-	0,00%	65,00%
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	0,00%	30,00%
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A. (Loop)	Prestação de Serviços	23.243	-	0,00%	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A. (Car10)	Tecnologia	6.591	-	0,00%	66,67%
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	0,00%	100,00%
Controlada da TecBan					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras	552.004	-	0,00%	100,00%
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	0,00%	100,00%
Controlada da Tbnet					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte)	Outras	517.505	-	0,00%	100,00%

Continua...

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Prime 16 - Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2);
- Santander FI *Hedge* Strategies Fund (Santander FI *Hedge* Strategies) (3);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado (4);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Getnet;
- Santander Flex Fundo de Investimento Direitos Creditórios (4);
- San Créditos Estruturados - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (4);
- D365 - Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4); e
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas subordinadas.

(2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam como garantia imóveis. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI *Hedge* Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI *Hedge* Strategies.

(4) Fundo controlado pela Return Capital Serviços de Recuperação de Crédito S.A.

b) Composição dos Investimentos

	Banco					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2024	01/01 a 30/06/2024	30/06/2024	31/12/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Controladas do Banco Santander						
Aymoré CFI	23.635.873	797.135	23.635.873	22.838.738	797.135	1.121.581
Banco RCI Brasil S.A.	1.380.753	95.932	550.795	508.035	38.268	24.366
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	213.829	(388)	213.829	214.216	(388)	(35.009)
Esfera Fidelidade S.A.	1.309.962	401.918	1.309.962	908.089	401.873	406.940
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	7.858.093	393.896	7.858.093	7.482.700	396.083	455.463
Sancap	1.200.147	274.070	1.200.147	1.223.774	274.070	281.759
Santander Brasil Consórcio	1.297.262	269.362	1.297.262	1.027.901	269.362	305.971
Santander CCVM	989.770	18.675	989.768	975.593	18.675	28.769
Santander Corretora de Seguros	7.159.538	698.140	7.158.666	6.462.279	698.140	1.478.835
Santander Leasing	11.673.504	370.718	11.673.504	11.445.416	370.718	354.493
SX Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	238.945	8.698	238.945	230.246	8.698	17.596
Toro Participacoes S.A	136.519	1.861	136.519	-	1.861	-
Influência Significativa pelo Banco Santander						
Núclea S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	1.977.016	269.990	353.293	503.922	48.247	52.613
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (1)	10.220.000	-	2.044.000	-	-	-
Outros	1.690.086	(28.671)	1.390.337	1.298.301	(10.244)	(21.153)
Total	**70.981.297**	**3.571.336**	**60.050.993**	**55.119.210**	**3.312.498**	**4.472.224**

	Consolidado					
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2024	01/01 a 30/06/2024	30/06/2024	31/12/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	34.768	(16.743)	5.795	3.585	(2.791)	71
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	205.885	(6.940)	41.177	42.565	(1.388)	(673)
EBP	3.548	1.675	394	208	186	10
Gestora de Crédito	348.722	(14.664)	54.226	56.507	(2.280)	(2.950)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	3.930	716	1.965	1.607	358	118
PSA Corretora	-	-	-	-	-	1.226
Santander Auto	95.239	24.041	47.620	36.762	12.021	9.808
TecBan	1.012.279	44.679	192.131	183.650	8.480	(4.978)
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A.	480.860	88.779	144.258	106.956	26.634	26.281
Influência Significativa pelo Banco Santander	-	-	-		-	
Núclea S.A. (Atual denominação da CIP S.A.)	1.977.016	275.227	353.293	503.922	48.247	52.614
Pluxee Benefícios Brasil S.A. (1)	10.220.000	-	2.044.000	-	-	-
Total	**14.382.247**	**396.770**	**2.884.859**	**935.762**	**89.467**	**81.527**

(1) O saldo da operação de aquisição de participação na Pluxee inclui o seu investimento em sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A") e ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura, conforme termos descritos na Nota 29.c.

14. Imobilizado de Uso

	Banco					
	30/06/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imóveis de Uso	**2.375.115**	**(1.015.064)**	**1.360.051**	**2.385.144**	**(991.889)**	**1.393.255**
Terrenos	611.482	-	611.482	613.619	-	613.619
Edificações	1.763.633	(1.015.064)	748.569	1.771.525	(991.889)	779.636
Outras Imobilizações de Uso	**13.413.588**	**(9.973.572)**	**3.440.016**	**13.559.747**	**(9.701.225)**	**3.858.522**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.544.187	(4.200.962)	1.343.225	5.641.818	(4.080.962)	1.560.856
Equipamentos de Processamento de Dados	3.009.445	(2.123.435)	886.010	2.958.597	(1.960.612)	997.985
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.838.597	(2.917.523)	921.074	3.946.673	(2.964.733)	981.940
Sistemas de Segurança e Comunicações	959.788	(698.737)	261.051	945.019	(664.032)	280.987
Outras	61.571	(32.915)	28.656	67.640	(30.886)	36.754
Total	**15.788.703**	**(10.988.636)**	**4.800.067**	**15.944.891**	**(10.693.114)**	**5.251.777**

	Banco					
	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	**15.944.891**	**(10.693.114)**	**5.251.777**	**16.029.469**	**(10.317.194)**	**5.712.275**
Adições	201.558	-	201.558	560.786	-	560.786
Depreciação	-	(583.642)	(583.642)	-	(647.615)	(647.615)
Baixas	(357.746)	288.120	(69.626)	(298.642)	225.316	(73.326)
Transferências	-	-	-	16.340	(12.389)	3.951
Saldo no Final do Período	**15.788.703**	**(10.988.636)**	**4.800.067**	**16.307.953**	**(10.751.882)**	**5.556.071**

	Consolidado					
	30/06/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Imóveis de Uso	**2.609.147**	**(1.076.637)**	**1.532.510**	**2.617.403**	**(1.049.217)**	**1.568.186**
Terrenos	656.052	-	656.052	658.187	-	658.187
Edificações	1.953.095	(1.076.637)	876.458	1.959.216	(1.049.217)	909.999
Outras Imobilizações de Uso	**13.857.156**	**(10.166.885)**	**3.690.271**	**13.956.282**	**(9.869.620)**	**4.086.662**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.661.908	(4.274.567)	1.387.341	5.693.158	(4.137.663)	1.555.495
Equipamentos de Processamento de Dados	3.159.835	(2.142.631)	1.017.204	3.117.011	(1.977.807)	1.139.204
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.001.599	(3.014.541)	987.058	4.110.261	(3.055.802)	1.054.459
Sistemas de Segurança e Comunicações	964.076	(702.205)	261.871	949.249	(667.430)	281.819
Outras	69.738	(32.941)	36.797	86.603	(30.918)	55.685
Total	**16.466.303**	**(11.243.522)**	**5.222.781**	**16.573.685**	**(10.918.837)**	**5.654.848**

	Consolidado					
	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	**16.573.685**	**(10.918.837)**	**5.654.848**	**16.635.937**	**(10.520.884)**	**6.115.053**
Adições	264.348	-	264.348	624.643	-	624.643
Depreciação	-	(615.627)	(615.627)	-	(684.148)	(684.148)
Baixas	(363.235)	291.367	(71.868)	(378.017)	256.316	(121.701)
Transferências	(8.495)	(425)	(8.920)	(451)	4.302	3.851
Saldo no Final do Período	**16.466.303**	**(11.243.522)**	**5.222.781**	**16.882.112**	**(10.944.414)**	**5.937.698**

15. Intangível

	Banco			
	30/06/2024			31/12/2023
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**27.220.515**	**(27.017.298)**	**203.217**	**303.073**
Outros Ativos Intangíveis	**14.587.928**	**(7.788.014)**	**6.799.914**	**6.779.882**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	9.980.395	(5.701.677)	4.278.718	4.104.278
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.434.153	(1.924.523)	2.509.630	2.654.124
Outros	173.380	(161.814)	11.566	21.480
Total	**41.808.443**	**(34.805.312)**	**7.003.131**	**7.082.955**

	Banco			
	30/06/2024			31/12/2023
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Saldo no Início do Exercício	**41.237.399**	**(34.154.444)**	**7.082.955**	**6.315.142**
Adições (1)	901.708	-	901.708	3.678.961
Amortização	-	(981.337)	(981.337)	(2.018.678)
Baixas	(330.664)	330.469	(195)	(897.488)
Transferências	-	-	-	5.018
Saldo no Final do Período	**41.808.443**	**(34.805.312)**	**7.003.131**	**7.082.955**

	Consolidado			
	30/06/2024			31/12/2023
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**28.273.819**	**(27.540.253)**	**733.566**	**887.252**
Outros Ativos Intangíveis	**15.185.978**	**(8.103.572)**	**7.082.406**	**7.074.300**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	10.578.065	(6.017.236)	4.560.829	4.398.186
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.434.153	(1.924.523)	2.509.630	2.654.124
Outros	173.760	(161.813)	11.947	21.990
Total	**43.459.797**	**(35.643.825)**	**7.815.972**	**7.961.552**

	Consolidado			
	30/06/2024			31/12/2023
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Saldo no Início do Exercício	**42.895.970**	**(34.934.418)**	**7.961.552**	**7.292.141**
Adições (1)	975.248	-	975.248	3.678.961
Amortização	-	(1.078.659)	(1.078.659)	(2.117.080)
Baixas	(438.888)	375.927	(62.961)	(897.488)
Transferências	27.467	(6.675)	20.792	5.018
Saldo no Final do Período	**43.459.797**	**(35.643.825)**	**7.815.972**	**7.961.552**

(1) Refere-se a aquisição de logiciais.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não houve impairment de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento e Desenvolvimento de Logiciais.

16. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	Banco					
	30/06/2024					31/12/2023
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	**97.904.468**	**119.243.009**	**129.342.397**	**150.297.706**	**496.787.580**	**475.535.132**
Depósitos à Vista	39.772.892	-	-	-	39.772.892	41.280.250
Depósitos de Poupança	57.979.899	-	-	-	57.979.899	58.111.966
Depósitos Interfinanceiros	-	2.389.094	1.124.998	252.222	3.766.314	4.111.360
Depósitos a Prazo (1)	151.677	116.853.915	128.217.399	150.045.484	395.268.475	372.031.556
Captações no Mercado Aberto	**-**	**121.997.454**	**13.419.513**	**21.401.449**	**156.818.416**	**141.939.228**
Carteira Própria	-	55.124.432	562.106	33.362	55.719.900	61.343.482
Títulos Públicos	-	39.245.916	523.585	8.601	39.778.102	39.730.093
Outros	-	15.878.516	38.521	24.761	15.941.798	21.613.389
Carteira de Terceiros	-	66.622.960	-	-	66.622.960	62.025.098
Carteira de Livre Movimentação	-	250.062	12.857.407	21.368.087	34.475.556	18.570.648
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**-**	**12.877.496**	**62.449.663**	**89.974.723**	**165.301.882**	**167.198.665**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	6.920.006	51.435.635	55.461.987	113.817.628	116.770.927
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.542.024	16.956.459	21.937.137	41.435.620	41.677.823
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	1.287.374	21.858.496	16.802.281	39.948.151	36.422.804
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.815.427	9.970.724	2.881.480	15.667.631	22.729.058
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	275.181	2.649.956	13.841.089	16.766.226	15.941.242
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	3.917.573	7.219.787	25.988.037	37.125.397	38.257.726
Certificados de Operações Estruturadas	-	2.039.917	3.794.241	8.524.699	14.358.857	12.170.012
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**-**	**38.173.280**	**59.737.324**	**10.547.561**	**108.458.165**	**89.571.840**
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	37.348.810	57.380.190	4.592.300	99.321.300	77.239.162
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	18.953.390	42.109.404	5.285	61.068.079	50.490.555
Outras Linhas de Crédito	-	18.395.420	15.270.786	4.587.015	38.253.221	26.748.607
Obrigações por Repasses do País	-	824.470	2.357.134	5.955.261	9.136.865	12.332.678
Total	**97.904.468**	**292.291.239**	**264.948.897**	**272.221.439**	**927.366.043**	**874.244.865**
Circulante	**97.904.468**	**292.291.239**	**264.948.897**	**-**	**655.144.604**	**599.568.298**
Não Circulante	**-**	**-**	**-**	**272.221.439**	**272.221.439**	**274.676.567**

	Consolidado					
	30/06/2024					31/12/2023
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos	**97.467.385**	**119.825.308**	**129.269.328**	**150.512.265**	**497.074.286**	**475.701.951**
Depósitos à Vista	39.159.260	-	-	-	39.159.260	40.967.118
Depósitos de Poupança	57.979.899	-	-	-	57.979.899	58.111.966
Depósitos Interfinanceiros	-	2.742.827	1.065.769	542.181	4.350.777	4.263.954
Depósitos a Prazo (1)	151.677	117.082.481	128.203.559	149.970.084	395.407.801	372.200.427
Outros Depósitos	176.549	-	-	-	176.549	158.486
Captações no Mercado Aberto	**-**	**108.742.466**	**13.419.513**	**21.401.449**	**143.563.428**	**134.793.745**
Carteira Própria	-	45.183.987	562.106	33.362	45.779.455	55.967.171
Títulos Públicos	-	29.306.777	523.585	8.601	29.838.963	34.353.782
Outros	-	15.877.210	38.521	24.761	15.940.492	21.613.389
Carteira de Terceiros	-	63.308.417	-	-	63.308.417	60.255.925
Carteira de Livre Movimentação	-	250.062	12.857.407	21.368.087	34.475.556	18.570.649
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**-**	**12.673.930**	**60.391.790**	**77.907.323**	**150.973.043**	**149.203.270**
Recursos de Aceites Cambiais	-	93.461	392.924	978.379	1.464.764	1.339.088
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	7.463.562	53.253.650	58.840.701	119.557.913	122.082.082
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.542.024	16.956.459	21.937.137	41.435.620	41.677.823
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	1.287.374	21.858.496	16.802.281	39.948.151	36.422.804
Letras Financeiras - LF (3)	-	3.358.983	11.788.739	6.260.194	21.407.916	28.040.213
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	275.181	2.649.956	13.841.089	16.766.226	15.941.242
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	3.076.990	2.950.975	9.563.544	15.591.509	13.612.088
Certificados de Operações Estruturadas	-	2.039.917	3.794.241	8.524.699	14.358.857	12.170.012
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**-**	**38.179.657**	**59.737.324**	**10.547.561**	**108.464.542**	**89.635.879**
Obrigações por Empréstimos no País	-	5.808	-	-	5.808	64.039
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	37.349.379	57.380.190	4.592.300	99.321.869	77.239.162
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	18.953.959	42.109.404	5.285	61.068.648	50.490.555
Outras Linhas de Crédito	-	18.395.420	15.270.786	4.587.015	38.253.221	26.748.607
Obrigações por Repasses do País	-	824.470	2.357.134	5.955.261	9.136.865	12.332.678
Total	**97.467.385**	**279.421.361**	**262.817.955**	**260.368.598**	**900.075.299**	**849.334.845**
Circulante	**97.467.385**	**279.421.361**	**262.817.955**	**-**	**639.706.701**	**581.902.229**
Não Circulante	**-**	**-**	**-**	**260.368.598**	**260.368.598**	**267.432.616**

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2024 possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2034.

(3) As principais características das letras financeiras são duração mínima de dois anos, valor nominal mínimo de R$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2024 possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2034.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2024, possuem prazo de vencimento entre 2024 e 2035 (31/12/2023 - com prazo de vencimento entre 2024 e 2035).

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2029 (31/12/2023 - até o ano de 2030) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 1,05% a 12,32% a.a. (31/12/2023 - de 0,04% a.a. a 3,02% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

			Banco		Consolidado	
			30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total	Total	Total
2018	2025	Até 6,4% + CDI	-	207.098	-	-
2019	2027	Até 9% + CDI	756.999	1.115.221	-	-
2020	2027	Até 9% + CDI	337.743	464.379	-	-
2021	2031	Até 9% + CDI	5.978.840	7.584.269	3.751.189	3.337.315
2022	2035	Até 9% + CDI	3.077.114	4.950.983	1.657.106	1.918.929
2023	2031	Até 9% + CDI	15.661.915	23.935.776	4.848.624	8.355.844
2024	2033	Até 9% + CDI	11.312.786	-	5.334.590	-
Total			**37.125.397**	**38.257.726**	**15.591.509**	**13.612.088**

c) Abertura de contas de resultado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Depósitos a Prazo (1) (2)	19.563.017	14.643.665	17.596.480	12.569.533
Depósitos de Poupança	1.844.256	2.226.711	1.844.256	2.226.711
Depósitos Interfinanceiros	215.717	391.762	196.294	274.293
Captação no Mercado Aberto	7.113.241	7.342.309	6.764.916	6.813.435
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	132.415	162.181
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	28.686.865	6.305.846	29.073.150	6.673.599
Outras (3)	2.210.284	(937.828)	2.167.121	(936.669)
Total	**59.633.380**	**29.972.465**	**57.774.632**	**27.783.083**

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R$ 1.129.724 (2023 - R$ 200.570), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 16.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R$ 3.671.538 no Banco e no Consolidado (2023 - R$ 308.064).

(3) Em 30 de junho de 2024 refere-se principalmente à variações cambiais no Banco e no Consolidado.

17. Outros Passivos Financeiros

a. Composição

	Banco	
	30/06/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio	88.040.924	63.753.620
Negociação e Intermediação de Valores	1.190.945	313.080
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21.381.908	19.626.967
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.827.493	146.792
Relações Interdependências e Interfinanceiras	6.251.525	6.438.024
Total	**119.692.795**	**90.278.483**
Circulante	**106.466.182**	**78.170.338**
Não Circulante	**13.226.613**	**12.108.145**

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Carteira de Câmbio	88.040.924	63.753.620
Negociação e Intermediação de Valores	7.256.941	2.785.941
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21.381.908	19.626.967
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.867.388	178.846
Relações Interdependências e Interfinanceiras	6.251.525	6.438.025
Total	**125.798.686**	**92.783.399**
Circulante	**109.996.614**	**78.162.872**
Não Circulante	**15.802.072**	**14.620.527**

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco/Consolidado	
					30/06/2024	31/12/2023
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	Total	Total
Notes - Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US$1.250	8,913%	7.038.084	6.116.218
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R$5.300	CDI+2%	7.515.085	7.072.124
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R$200	CDI+2%	283.348	266.647
Letras Financeiras - Nível II (2)	out-23	out-33	R$6.000	CDI+1,6%	6.545.391	6.171.978
Total					**21.381.908**	**19.626.967**

(1) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2019.

(2) Letras Financeiras emitidas em novembro de 2021 e outubro de 2023 possuem opção de resgate e recompra.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US$ 150mil e em múltiplos integrais de US$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

18. Outros Passivos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	4.282.636	4.382.123
Obrigações com Cartões de Crédito	45.780.504	44.790.626	45.780.593	45.143.460
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19.b)	2.599.601	2.326.237	2.794.628	2.521.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 19.b)	6.259.216	5.735.086	6.776.663	6.189.357
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	516.679	550.374	516.679	550.374
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 27)	2.052.538	2.508.983	2.088.632	2.543.504
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.095	5.376	4.095	5.376
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.654.070	1.807.154	2.231.749	2.338.857
Despesas Administrativas	202.086	260.989	443.633	623.225
Outros Pagamentos	50.603	48.466	153.042	159.725
Credores por Recursos a Liberar	1.185.677	1.053.873	1.185.677	1.053.873
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	557.683	591.592	557.683	591.592
Fornecedores	895.815	802.212	1.206.533	1.304.360
Sociais e Estatutárias	446.648	523.514	457.828	585.339
Obrigações com Operações TVM Exterior	4.030.614	3.510.605	4.030.614	3.510.605
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.622.811	1.696.572
Outras (1)	14.556.673	10.137.251	18.624.618	13.989.486
Total	**80.792.502**	**74.652.338**	**92.758.114**	**87.189.388**
Circulante	**14.480.443**	**12.525.591**	**25.282.788**	**23.902.138**
Não Circulante	**66.312.059**	**62.126.747**	**67.475.326**	**63.287.250**

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidado.

Continua...



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

	Banco/Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.488.604	109.513	5.094.679	100.147
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	16.802.823	12.390	7.020.490	8.909
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	2.864.030	1.946	2.768.318	1.985
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	1.310.000	-	-	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	13.720.440	341.790	13.688.909	327.298
Outros Avais	100.060	2.112	90.386	1.840
Outras Fianças Bancárias	18.157.656	36.649	31.184.916	60.216
Outras Garantias Financeiras Prestadas	4.762.202	12.278	2.062.860	49.979
Total	**62.205.815**	**516.678**	**61.910.558**	**550.374**

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Saldo Inicial	**550.374**	**413.437**
Constituição	29.752	138.358
Reversão (1)	(63.447)	(25.980)
Saldo	**516.679**	**525.815**

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.

19. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	**2.599.601**	**2.326.237**	**2.794.628**	**2.521.560**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	**6.259.216**	**5.734.590**	**6.776.663**	**6.188.861**
Ações Trabalhistas	3.397.331	3.051.424	3.658.330	3.291.702
Ações Cíveis	2.861.885	2.683.166	3.118.333	2.897.159
Total	**8.858.817**	**8.060.827**	**9.571.291**	**8.710.421**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Banco					
	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**2.326.237**	**3.051.424**	**2.683.166**	**4.141.393**	**1.532.949**	**2.724.425**
Constituição Líquida de Reversão (2)	267.959	1.281.823	464.999	(1.873.869)	1.267.593	288.677
Atualização Monetária	73.520	80.127	122.454	76.355	35.449	147.762
Baixas por Pagamento	(68.115)	(1.016.043)	(408.734)	(56.507)	(557.793)	(324.084)
Saldo Final	**2.599.601**	**3.397.331**	**2.861.885**	**2.287.372**	**2.278.198**	**2.836.780**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.884.041	601.690	266.509	1.739.356	798.090	307.006
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.044	100.195	6	2.795	353	9
Total dos Depósitos em Garantia (3)	**1.887.085**	**701.885**	**266.515**	**1.742.151**	**798.443**	**307.015**

	Consolidado					
	01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**2.521.560**	**3.291.702**	**2.897.159**	**6.722.249**	**1.711.146**	**2.883.056**
Constituição Líquida de Reversão (2)	274.530	1.359.681	598.788	(4.101.201)	1.357.031	426.431
Atualização Monetária	78.117	87.159	125.146	87.298	38.033	150.483
Baixas por Pagamento	(79.579)	(1.080.212)	(502.760)	(99.092)	(599.274)	(437.361)
Saldo Final	**2.794.628**	**3.658.330**	**3.118.333**	**2.609.254**	**2.506.936**	**3.022.609**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.197.889	630.923	274.204	3.120.278	842.764	315.511
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.281	100.195	6	3.952	353	9
Total dos Depósitos em Garantia (3)	**3.202.170**	**731.118**	**274.210**	**3.124.230**	**843.117**	**315.520**

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.

(2) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Vide nota 25).

(3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R$ 5.358 milhões e no Consolidado é R$ 6.623 milhões.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R$ 1.133 milhões (31/12/2023 - R$ 1.099 milhões) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R$ 139 milhões no Banco e R$ R$ 140 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R$ 137 milhões no Banco e R$ 138 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R$ 394 milhões no Banco e R$411 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R$ 365 milhões no Banco e R$ 379 milhões no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 19.e.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ex-Empregados do Banespa

Ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa) pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA. A decisão final da ação foi desfavorável ao Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido. O risco de perda foi classificado como provável.

Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.

Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.

Em 27 de junho de 2024, foi firmado um acordo entre o Banco e as partes envolvidas (AFABESP e assessores jurídicos), perante o TRT, estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. A implementação do acordo depende da manifestação e adesão individual de cada beneficiário nas respectivas ações, que poderão ser realizadas até o dia 31/07/2024, podendo ser prorrogadas até 15/08/2024.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R$ 34.029 milhões no Consolidado (31/12/2023 - R$ 34.829 milhões), sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/98, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2024, o valor envolvido é de R$ 2.206 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$9.511 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$3.898 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 4.972 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 04 de abril de 2024, o recurso do Banco foi acolhido pela Câmara Superior do CARF, para cancelar integralmente a autuação.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 1.420 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 2.442 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, a primeira autuação aguarda julgamento no CARF. Quanto à segunda autuação, em razão da admissão parcial do Recursos da Câmara Superior do CARF, houve desmembramento para cobrança da parcela não admitida. Assim, foi ajuizada ação para discussão da parcela em cobrança. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 817 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 561 milhões.

IRRF - Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 30 de junho de 2024, o valor era de aproximadamente R$ 983 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R$ 175 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - Ação coletiva ajuizada pela Afabesp pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. A ação foi julgada desfavoravelmente ao Santander que recorreu. O recurso aguarda julgamento.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R$ 2.693 milhões no Consolidado.

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo da reserva de lucros estatutária.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em Milhares de Ações					
	30/06/2024			31/12/2023		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	140.631	166.204	306.835	124.804	150.621	275.425
De Domiciliados no Exterior	3.678.064	3.513.632	7.191.696	3.693.891	3.529.215	7.223.106
Total	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**	**3.818.695**	**3.679.836**	**7.498.531**
(-) Ações em Tesouraria	(19.270)	(19.270)	(38.540)	(27.193)	(27.193)	(54.386)
Total em Circulação	**3.799.425**	**3.660.566**	**7.459.991**	**3.791.502**	**3.652.643**	**7.444.145**

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	30/06/2024						
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	1.500.000	191,84	211,02	402,86	163,06	179,37	342,43
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	1.500.000	191,62	210,78	402,40	162,88	179,16	342,04
Total	**3.000.000**	-	-	-	-	-	-

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2024, pagos no dia 08 de fevereiro de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2024, pagos no dia 15 de maio de 2024, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2024.

	31/12/2023						
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	1.700.000	217,92	239,71	457,63	185,23	203,75	388,98
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	1.500.000	192,03	211,23	403,26	163,22	179,55	342,77
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.500.000	192,07	211,28	403,35	163,26	179,58	342,84
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	1.120.000	143,42	157,76	301,18	121,91	134,10	256,00
Dividendos (4)(5)	380.000	48,66	53,53	102,19	48,66	53,53	102,19
Total	**6.200.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2023, pagos no dia 06 de março de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2023, pagos no dia 15 de maio de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 13 de julho de 2023, pagos no dia 16 de agosto de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2023, pagos no dia 10 de novembro de 2023, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2023

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou na mesma data, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2023, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2024, o Banco Santander possuía 355.494.003 ações ordinárias e 383.298.414 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

		Em Milhares de Ações	
		30/06/2024 Quantidade Units	31/12/2023 Quantidade Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		**27.192**	**31.161**
Aquisições de Ações		2.331	1.272
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(10.253)	(5.241)
Ações em Tesouraria no Final do Período		**19.270**	**27.192**
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$	878.411	1.105.012
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$	1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$**	**880.182**	**1.106.783**
Custo/Cotação da Ação		**Units**	**Units**
Custo Mínimo (*)	R$	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R$	27,47	27,62
Custo Máximo (*)	R$	49,55	49,55
Cotação da Ação	R$	28,52	31,00

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2024	31/12/2023	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Banco RCI Brasil S.A.	829.959	765.526	57.664	36.718
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	291.572	263.562	27.653	21.089
Banco PSA	-	-	-	7.496
Rojo Entretenimento S.A.	8.498	8.165	604	248
GIRA	2.167	(9.379)	(6.356)	(11.283)
Toro CTVM	-	112.008	-	(775)
Toro Investimentos	-	18.764	-	(104)
Solution 4Fleet	(929)	25	(1.019)	(813)
Apê11	-	2.017	-	(654)
Total	**1.131.267**	**1.160.688**	**78.546**	**51.922**

21. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o período de janeiro a dezembro de 2024, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R$500.000.000(quinhentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2024.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023. Pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Continua...

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Remuneração Fixa	68.535	75.444
Remuneração variável - Em espécie	56.410	56.678
Remuneração variável - Em ações	44.560	50.477
Outras	52.190	28.636
Total Benefícios de Curto Prazo	**221.695**	**211.235**
Remuneração variável - Em espécie	65.733	68.908
Remuneração variável - Em ações	65.600	68.507
Total Benefícios de Longo Prazo	**131.333**	**137.415**
Total	**353.028**	**348.650**

Adicionalmente, em 2024 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$ 24.289 (30/06/2023 - R$ 23.645).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

(1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;

(2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;

(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;

(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;

(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;

(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;

(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações 30/06/2024					
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Ações Ordinárias (%)**	**Ações Preferenciais**	**Ações Preferenciais (%)**	**Total Ações**	**Total Ações (%)**
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	3.761	0,1%	3.761	0,1%	7.522	0,1%
Outros	355.494	9,3%	383.298	10,4%	738.792	9,9%
Total em Circulação	**3.799.425**	**99,5%**	**3.660.566**	**99,5%**	**7.459.991**	**99,5%**
Ações em Tesouraria	19.270	0,5%	19.270	0,5%	38.540	0,5%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
"Free Float" (2)	355.494	9,3%	383.298	10,4%	738.792	9,9%

	Em Milhares de Ações 31/12/2023					
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**Ações Ordinárias (%)**	**Ações Preferenciais**	**Ações Preferenciais (%)**	**Total Ações**	**Total Ações (%)**
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	3.184	0,1%	3.184	0,1%	6.368	0,1%
Outros	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%
Total em Circulação	**3.791.502**	**99,3%**	**3.652.643**	**99,3%**	**7.444.145**	**99,3%**
Ações em Tesouraria	27.193	0,7%	27.193	0,7%	54.386	0,7%
Total	**3.818.695**	**100,0%**	**3.679.836**	**100,0%**	**7.498.531**	**100,0%**
"Free Float" (2)	348.148	9,1%	375.952	10,2%	724.100	9,7%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Banco	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	**30/06/2024**	31/12/2023	**30/06/2024**	31/12/2023	**30/06/2024**	31/12/2023
Ativo	**25.051.947**	**25.120.898**	**103.771.312**	**93.150.685**	**91.050**	**112.444**	**128.914.309**	**118.384.027**
Disponibilidades	533.363	1.406.316	98.220	73.688	-	-	631.583	1.480.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.804.312	12.348.971	59.808.655	57.817.876	-	-	64.612.967	70.166.847
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	8.317.924	885.833	-	-	8.317.924	885.833
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.063.339	4.426.944	1.144.205	1.015.902	-	-	3.207.544	5.442.846
Relações Interfinanceiras	-	-	20.826.075	22.628.266	-	-	20.826.075	22.628.266
Operações de Crédito	-	-	107.770	321.728	31.209	22.729	138.979	344.457
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	1.323	306.212	-	-	1.323	306.212
Negociação e Intermediação de Valores	310.223	391.436	-	-	-	-	310.223	391.436
Carteira de Câmbio - Ativa	17.180.425	6.184.687	-	-	-	-	17.180.425	6.184.687
Rendas a Receber	-	-	1.110.699	927.017	-	-	1.110.699	927.017
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	212.634	189.325	-	-	212.634	189.325
Outros Ativos - Diversos	160.285	362.544	12.143.807	8.984.838	-	-	12.304.092	9.347.382
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	44.724	76.365	44.724	76.365
Garantias e Limites	-	-	-	-	15.117	13.350	15.117	13.350
Passivo	**(27.299.540)**	**(17.455.795)**	**(41.644.368)**	**(41.723.372)**	**(325.187)**	**(323.689)**	**(69.269.095)**	**(59.502.856)**
Depósitos	(2.849.251)	(5.030.951)	(4.653.767)	(2.036.810)	(35.470)	(26.451)	(7.538.488)	(7.094.212)
Operações Compromissadas	-	-	(8.204.203)	(7.369.449)	-	101	(8.204.203)	(7.369.348)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(28.228.969)	(31.904.862)	-	-	(28.228.969)	(31.904.862)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(195)	(237.434)	(253.831)	-	-	(237.434)	(254.026)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.038.084)	(6.116.218)	-	-	-	-	(7.038.084)	(6.116.218)
Carteira de Câmbio - Passiva	(17.181.294)	(6.238.279)	-	-	-	-	(17.181.294)	(6.238.279)
Outros Passivos - Diversos	(230.911)	(70.152)	(319.995)	(158.420)	(289.717)	(297.339)	(840.623)	(525.911)
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Resultado	**(677.412)**	**2.740.916**	**3.868.074**	**(957.542)**	**(313.387)**	**(304.780)**	**2.877.275**	**1.478.594**
Receitas da Intermediação Financeira	5.298.569	8.907.184	7.316.099	2.613.215	2.061	1.394	12.616.729	11.521.793
Despesas da Intermediação Financeira	(5.925.691)	(5.772.526)	(2.519.110)	(3.001.823)	(1.750)	(2.581)	(8.446.551)	(8.776.930)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(50.290)	(393.742)	(923.565)	(562.536)	(313.698)	(303.593)	(1.287.553)	(1.259.871)
Resultado não Operacional	-	-	(5.350)	(6.398)	-	-	(5.350)	(6.398)

Consolidado	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2024	31/12/2023	**30/06/2024**	31/12/2023	**30/06/2024**	31/12/2023	**30/06/2024**	31/12/2023
Ativo	**25.051.947**	**25.120.898**	**22.408.874**	**24.225.278**	**92.274**	**112.444**	**47.553.095**	**49.458.620**
Disponibilidades	533.363	1.406.316	98.220	73.688	-	-	631.583	1.480.004
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.804.312	12.348.971	-	-	-	-	4.804.312	12.348.971
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	311.549	497.304	-	-	311.549	497.304
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	2.063.339	4.426.944	-	-	-	-	2.063.339	4.426.944
Relações Interfinanceiras	-	-	20.810.812	22.612.800	-	-	20.810.812	22.612.800
Operações de Crédito	-	-	45.207	45.427	32.433	22.729	77.640	68.156
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	-	20.466	-	-	-	20.466
Negociação e Intermediação de Valores	310.223	391.436	-	-	-	-	310.223	391.436
Carteira de Câmbio - Ativa	17.180.425	6.184.687	-	-	-	-	17.180.425	6.184.687
Rendas a Receber	-	-	1.121.306	945.983	-	-	1.121.306	945.983
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	-	21.735	29.535	-	-	21.735	29.535
Outros Ativos - Diversos	160.285	362.544	45	75	-	-	160.330	362.619
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	-	-	44.724	76.365	44.724	76.365
Garantias e Limites	-	-	-	-	15.117	13.350	15.117	13.050
Passivo	**(27.299.540)**	**(17.455.795)**	**(10.686.309)**	**(8.823.516)**	**(334.887)**	**(323.689)**	**(38.320.736)**	**(26.603.000)**
Depósitos	(2.849.251)	(5.030.951)	(3.470.261)	(1.138.411)	(35.528)	(26.451)	(6.355.040)	(6.195.813)
Operações Compromissadas	-	-	(193.011)	(223.966)	-	101	(193.011)	(223.865)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(6.695.081)	(7.259.224)	-	-	(6.695.081)	(7.259.224)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(195)	(11.067)	(18.361)	-	-	(11.067)	(18.556)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.038.084)	(6.116.218)	-	-	-	-	(7.038.084)	(6.116.218)
Carteira de Câmbio - Passiva	(17.181.294)	(6.238.279)	-	-	-	-	(17.181.294)	(6.238.279)
Outros Passivos - Diversos	(230.911)	(70.152)	(316.889)	(183.554)	(299.359)	(297.339)	(847.159)	(551.045)
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Resultado	**(677.412)**	**2.740.916**	**1.077.369**	**235.949**	**(338.321)**	**(350.801)**	**61.636**	**2.626.064**
Receitas da Intermediação Financeira	5.298.569	8.907.184	30.121	69.564	2.226	1.586	5.330.916	8.978.334
Despesas da Intermediação Financeira	(5.925.691)	(5.772.526)	(120.925)	(157.524)	(1.749)	(2.581)	(6.048.365)	(5.932.631)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(50.290)	(393.742)	1.173.523	330.307	(338.798)	(349.806)	784.435	(413.241)
Resultado não Operacional	-	-	(5.350)	(6.398)	-	-	(5.350)	(6.398)

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 12.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

(4) Adicionalmente ao saldo de operações de crédito demonstrados, o grupo possui R$ 4.875 de limites concedidos às suas coligadas (R$ 6.058 em 31/12/2023)

22. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Administração de Recursos	237.108	241.833	748.818	688.418
Serviços de Conta Corrente	2.071.187	1.985.054	2.071.726	1.995.101
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	694.842	615.735	1.160.501	947.352
Operações de Crédito	261.996	269.591	724.213	597.232
Rendas de Garantias Prestadas	432.846	346.144	436.288	350.120
Comissões de Seguros	1.333.717	847.673	2.174.509	1.550.653
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	2.987.054	2.652.074	3.043.300	2.721.718
Cobrança e Arrecadações	599.002	649.530	613.767	650.968
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	683.675	636.984	877.991	786.211
Outras	56.280	61.166	257.651	169.075
Total	**8.662.865**	**7.690.049**	**10.948.263**	**9.509.496**

23. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Remuneração	2.083.077	2.049.322	2.812.290	2.659.121
Encargos	807.235	742.182	1.106.887	997.649
Benefícios	573.754	564.801	860.516	804.391
Treinamento	18.231	19.704	33.341	32.594
Outras	27	-	32.001	34.788
Total	**3.482.324**	**3.376.009**	**4.845.035**	**4.528.543**

24. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Depreciações e Amortizações	1.564.980	1.531.166	1.694.286	1.658.240
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	2.244.874	1.590.918	1.899.635	1.259.904
Comunicações	145.732	145.353	154.083	162.474
Processamento de Dados	1.578.131	1.468.842	1.349.706	1.304.122
Propaganda, Promoções e Publicidade	241.014	266.049	313.592	335.726
Aluguéis	368.754	441.148	381.046	451.081
Manutenção e Conservação de Bens	128.822	140.844	142.402	150.498
Água, Energia e Gás	90.815	88.938	96.124	93.372
Material	56.883	53.269	59.302	56.730
Outras	701.335	710.256	463.237	497.483
Total	**7.121.340**	**6.436.783**	**6.553.413**	**5.969.630**

25. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Atualizações monetárias	312.984	543.477	348.628	623.052
Comissões	(1.182.835)	(1.222.428)	(2.171.346)	(1.890.772)
Corretagens e Emolumentos	(41.525)	(48.257)	(42.415)	(48.299)
Despesas com Cartórios	(4.196)	(4.694)	(188.349)	(132.719)
Despesa com Formalização de Negócios	(82.106)	(74.141)	(82.106)	(74.141)
Despesas Judiciais e Custas	(124.287)	(112.630)	(125.688)	(114.745)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(64.259)	(61.640)	(65.365)	(63.986)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(96.996)	(70.383)	(96.967)	(69.867)
PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98) (2)	-	1.679.324	-	1.550.413
Provisões Operacionais				
Fiscais	(82.253)	(93.035)	(88.823)	(115.817)
Trabalhistas	(1.281.823)	(1.267.593)	(1.359.681)	(1.357.031)
Cíveis	(464.999)	(288.677)	(598.860)	(426.431)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	340.906	308.939
Resultado com Cartões	(1.937.984)	(1.340.159)	(1.230.037)	(794.571)
Recuperação de Encargos e Despesas	415.424	489.546	414.201	400.686
Outras (1)	(1.161.098)	(1.356.055)	(1.726.428)	(2.125.131)
Total	**(5.795.953)**	**(3.227.345)**	**(6.672.330)**	**(4.330.420)**

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2024 e 2023, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios, variação cambial e outras provisões.

(2) Refere-se aos efeitos das movimentações oriundas das ações do PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 descritas nas notas 18 e 9.

26. Resultado Não Operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Resultado com aquisição/alienação de investimentos (1)	1.929.980	-	1.929.980	1.104.645
Resultado na Alienação de Valores e Bens	81.287	15.578	23.370	22.516
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(2.920)	2.009	50.560	21.361
Despesas com Bens não de Uso	(31.198)	(22.221)	(31.434)	(22.316)
Ganhos (Perdas) de Capital	(13.211)	(954)	(9.004)	(973)
Outras Receitas (Despesas)	12.097	75.401	33.517	83.410
Total	**1.976.035**	**69.813**	**1.996.989**	**1.208.643**

(1) Em 2024, efeitos dos resultados provenientes da aquisição da Pluxee, conforme descrito na nota 29.c. Em 2023, resultados provenientes da venda de 40% da Webmotors conforme 29.I.

27. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)

Os planos de benefícios definidos e variáveis administrados pela entidade Banesprev são: Plano I, Plano II, Plano III, Plano IV, Plano V, Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75, Plano Sanprev I, Plano Sanprev II, Plano Sanprev III, DCA, DAB e CACIBAN. Todos os planos estão fechados para novas adesões.

• Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Conforme Portaria 389 da PREVIC, de 8 de maio de 2018, foi aprovado o encerramento da autorização de funcionamento da Sanprev.

• Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o semestre findo em 30 de junho de 2024 foram de R$ 28.414 (2023 - R$26.984) no Banco e R$ 31.445 (2023 - R$29.971) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estiverem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Conglomerado Santander Brasil. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A, entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no semestre findo em 30 de junho de 2024 foram de R$15.557 (2023 - R$ 13.259) no Banco e R$ 16.114 (2023 - R$ 13.688) no Consolidado.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

Banco	30/06/2024			31/12/2023		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**	**Banesprev**	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(23.079.027)	(4.072)	(1.508.502)	(24.263.723)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.092.820	3.728	2.189.135	24.311.272	3.539	2.345.042
	1.013.793	**(344)**	**680.633**	**47.549**	**(678)**	**826.368**
Sendo:						
Superávit	2.418.734	-	680.633	1.913.863	-	826.368
Déficit	(1.404.941)	(344)	-	(1.866.314)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.167.550	-	671.739	1.650.318	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	**251.184**	**-**	**8.894**	**263.545**	**-**	**8.892**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	**(1.404.941)**	**(344)**	**-**	**(1.866.314)**	**(678)**	**-**
Contribuições Efetuadas	129.336	-	-	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(67.714)	(31)	337	(106.706)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.415.419)	490	8.177	(3.786.700)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	692.919	486	(60.514)	1.731.233	629	449.963

Consolidado	30/06/2024			31/12/2023		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**	**Banesprev**	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(23.522.022)	(4.072)	(1.508.502)	(24.718.659)	(4.217)	(1.518.674)
Valor Justo dos Ativos do Plano	24.746.321	3.728	2.189.135	24.979.781	3.539	2.345.042
	1.224.299	**(344)**	**680.633**	**261.122**	**(678)**	**826.368**
Sendo:						
Superávit	2.665.012	-	680.632	2.161.957	-	826.368
Déficit	(1.440.713)	(344)	-	(1.900.835)	(678)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.348.997	-	671.739	1.832.030	-	817.476
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	**316.015**	**-**	**8.893**	**329.927**	**-**	**8.893**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	**(1.440.713)**	**(344)**	**-**	**(1.900.835)**	**(678)**	**-**
Contribuições Efetuadas	129.336	-	-	210.393	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(67.214)	(31)	337	(109.661)	(71)	694
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.439.177)	490	8.177	(3.826.567)	125	8.513
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	695.965	486	(60.514)	1.810.325	629	449.963

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

Banco	30/06/2024			31/12/2023		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**	**Banesprev**	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	(388.963)	18	(22.638)	(549.324)	114	(32.443)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.534.703	-	-	(1.518.890)	(222)	(104.974)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	(180.497)	(137)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**1.145.740**	**18**	**(22.638)**	**(2.248.711)**	**(245)**	**(137.417)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(312.495)	347	(158.791)	(432.347)	320	258.734
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(312.495)**	**347**	**(158.791)**	**(432.347)**	**320**	**258.734**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(445.855)**	**-**	**181.092**	**1.941.430**	**-**	**(122.196)**

Consolidado	30/06/2024			31/12/2023		
	Banesprev	**Santander-Previ**	**Bandeprev**	**Banesprev**	**Santander-Previ**	**Bandeprev**
Experiência do Plano	(395.129)	18	(22.638)	(553.348)	114	(32.443)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	1.563.723	-	-	(1.547.556)	(222)	(104.974)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	(177.988)	(137)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**1.168.594**	**18**	**(22.638)**	**(2.278.892)**	**(245)**	**(137.417)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(337.521)	347	(158.791)	(386.107)	320	258.734
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(337.521)**	**347**	**(158.791)**	**(386.107)**	**320**	**258.734**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(440.494)**	**-**	**181.092**	**1.923.889**	**-**	**(122.196)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	Duração (em Anos)	
Planos	**30/06/2024**	31/12/2023
Banesprev		
Plano I	9,62	9,62
Plano II	9,10	9,74
Plano III	8,79	8,79
Plano IV	9,69	9,69
Plano V	6,94	7,24
Pré-75	7,70	8,22
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	5,51/5,13/6,07	5,51/5,13/6,07
Sanprev		
Plano I	6,14	6,14
Plano II	9,49	9,49
Plano III	8,86	8,86
Bandeprev		
Plano Básico	8,01	8,01
Plano Especial I	5,70	5,70
Plano Especial II	5,19	5,19
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,11	6,11

Continua...



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Plano de assistência médica e odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:

Entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade. Os planos administrados pela entidade são:

- Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi);
- Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares).

Aposentados pela Bandeprev:

Plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores Saúde:

Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que
o diretor gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do diretor, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida): concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida): Incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis:

Plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

III. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

- **Método de avaliação**

Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco				Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024		31/12/2023	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.028.263)	(647.254)	(4.332.719)	(641.991)	(4.173.663)	(647.254)	(4.488.343)	(641.991)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.091.569	-	5.377.212	-	5.275.349	-	5.570.353	-
	1.063.306	**(647.254)**	**1.044.493**	**(641.991)**	**1.101.686**	**(647.254)**	**1.082.010**	**(641.991)**
Sendo:								
Superávit	1.063.306	-	1.044.494	-	1.101.686	-	1.082.010	-
Déficit	-	(647.254)	-	(641.991)	-	(647.254)	-	(641.991)
Valor não Reconhecido como Ativo	(1.063.306)	-	(1.044.494)	-	1.101.686	-	1.082.010	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	**-**	**(647.254)**	**-**	**(641.991)**	**-**	**(647.254)**	**-**	**(641.991)**
Contribuições Efetuadas	79.870	16.680	170.375	41.074	80.254	16.680	173.335	41.074
Receitas (Despesas) Reconhecidas	3.860	(29.351)	7.839	(54.738)	3.877	(29.351)	7.929	(54.738)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.627.621)	4.340	(1.558.705)	(3.068)	(1.617.912)	4.340	(1.534.182)	(3.068)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(163.194)	-	842.964	-	(166.894)	-	858.727	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco				Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024		31/12/2023	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(116.090)	7.408	(123.136)	(57.334)	(119.892)	7.408	(113.774)	(57.334)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	402.802	-	(356.116)	(51.150)	416.437	-	(368.157)	(51.150)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	2.173	30.844	-	-	2.994	30.844
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**286.712**	**7.408**	**(477.079)**	**(77.640)**	**296.545**	**7.408**	**(478.937)**	**(77.640)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(397.064)	-	388.785	-	(409.047)	-	387.599	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(397.064)**	**-**	**388.785**	**-**	**(409.047)**	**-**	**387.599**	**-**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**26.623**	**-**	**(89.920)**	**-**	**27.391**	**-**	**(89.852)**	**-**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2023:

	Duração (em Anos)	
Planos	**30/06/2024**	31/12/2023
Cabesp	11,17	12,01
Bandepe	10,39	10,39
Clínica Grátis	9,32	9,32
Diretores Vitalícios	6,90	6,90
Diretores Saúde	23,81	23,81
Circulares (1)	9,02 e 8,34	9,02 e 8,34
Seguro de Vida	5,28	5,28

(1)
A duração 9,02 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2023 9,02 - 8,74) e 8,34 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2023 - 8,34).

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 30 de junho de 2024, válidos para 31 de dezembro de 2023, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Instrumentos de Patrimônio	0,9%	0,0%
Instrumentos de Dívida	96,7%	95,1%
Bens Imóveis	0,1%	0,2%
Outros	2,3%	4,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	9,57%(1) e 8,65%	9,56%(2) e 8,7%	8,7%	8,7%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	N/A	3,5%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	**Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10% Demais planos: AT2000**	AT2000	**Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban:** AT2000 suavizada em 10% **Demais planos:** AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75;
(2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2024		31/12/2023	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(23.882)	(276.681)	(27.627)	(346.439)
(-)0,5%	26.242	304.020	24.768	266.243
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(45.644)	(528.663)	(50.263)	(611.723)
Aplicada (-) 2 anos	49.110	568.785	48.527	544.105
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	28.531	330.522	26.968	291.763
(-)0,5%	(26.395)	(305.766)	(30.133)	(376.538)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha leva em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação		01/01 a 30/06/2024			01/01 a 30/06/2023	
		01/2020 a 12/2022	2023	R$	-	(1)	R$	1.668.000	(1)
		01/2021 a 10/2024	2024	R$	17.070.000	(2)	R$	18.270.000	(2)
		01/2021 a 12/2023	2023	R$		(3)	R$	700.000	(3)
		01/2023 a 01/2027	2025 e 2026	R$	750.000	(1)	R$	1.125.000	(1)
		01/2024 a 12/2027	2025 a 2028	R$	500.000	(4)	R$	-	
Locais	**Ações do Santander (Brasil)**	01/2020 a 09/2023	2023		-	SANB11		154.720	SANB11 (5)
		01/2021 a 12/2023	2024		-	SANB11		316.978	SANB11 (6)
		01/2021 a 12/2024	2024		217.291	SANB11 (7)		217.291	SANB11 (7)
		01/2022 a 12/2025	2025		100.359	SANB11		66.323	SANB11
		01/2023 a 12/2026	2026		50.087	SANB11		50.087	SANB11
		2023		EUR 3,67	-	Ações Globais (8)		159.253	Ações Globais (8)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030			420.394	Opções ações Globais (8)		832.569	Opções sobre ações Globais (8)
		02/2024		EUR 2,685	117.601	Ações Globais (9)		124.184	Ações Globais (9)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			350.839	Opções ações Globais (9)		370.477	Opções sobre ações Globais (9)
		2025		EUR 3,104	95.786	Ações Globais (9)		150.703	Ações Globais (9)
Globais	**Ações e Opções sobre Ações do Globais**	2025, com limite para exercício das opções até 2030			367.827	Opções ações Globais (9)		578.713	Opções sobre ações Globais (9)
		2026		EUR 3,088	199.680	Ações Globais (9)		199.680	Ações Globais (9)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			537.637	Opções ações Globais (9)		537.637	Opções sobre ações Globais (9)
		2027		EUR 63,95	8.528	Ações Globais (9)			
		2027, com limite para exercício das opções até 2032			80.476	Opções sobre ações Globais (9)		9.095.000	Ações e opções sobre ações PagoNxt (8)
		12/2023			-			106.147	Ações SAM (9)
		2028		EUR 71,42	2.411	Ações Globais (9)		-	
		2028, com limite para exercício das opções até 2033			9.888	Opções sobre ações Globais (9)		-	
		12/2024, com pagamento em 2025			50.419	SANB11		-	
		12/2025, com pagamento em 2026			70.346	SANB11		-	
Saldo dos	**Planos em 30 de junho de 2024**			R$	18.320.000	(1)	R$	20.095.000	(1) (2) (3) (4)
					-			9.095.000	(9)
					488.502	SANB11		805.398	SANB11
					424.006			633.820	Ações Globais (8) (9)
					1.767.061			2.319.396	Opções sobre ações Globais (8) (9)
								106.147	SAM (9)

(1) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 57.696 ações brutas em Mar/2023, calculadas conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

(2) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.

(3) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 22.875 ações brutas em Jul/2023, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(4) Entrega de 24.895 ações brutas em Fev/2024, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(5) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 144.169 e cancelamento de 10.551 ações brutas em Ago/2023, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(6) Plano de Incentivo de Longo Prazo finalizado, com a entrega de 316.978 ações brutas entre Jan e Fev/2024, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(7) Entrega de 84.651 ações brutas entre Fev e Abr/2024, conforme critérios firmados no contrato do plano.

(8) Plano finalizado com atingimento 100%. A parte equivalente à 80.412 ações foi paga em espécie em Mar/2024 (após o lockup) e 78.841 ações foram canceladas. As opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030, sendo que no período tivemos o cancelamento de 412.175 opções.

(9) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos locais e globais, com indicadores de performance específicos e regras em hipótese de desligamento para ter direito ao recebimento.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos 4 planos globais lançados em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Os executivos elegíveis possuem incentivo com target em ações e opções do globais, com pagamento após um período de diferimento mínimo de três anos e liquidação do valor da venda dos ativos em reais.

Modelo de Precificação

O modelo de precificação é baseado no modelo de Volatilidade Local ou modelo de Dupire, que permite a calibração simultânea de todas as opções europeias cotadas. Além deste modelo existe uma extensão para lidar com a incerteza nos dividendos, onde parte do valor do dividendo é considerado confirmado, e o restante está ligado ao desempenho do subjacente. Este modelo estendido está integrado em um motor PDE, que resolve numericamente a equação diferencial estocástica correspondente para calcular o valor esperado do produto.

Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- O preço médio ponderado das ações (e preço de exercício) é de 3,104 com base na média ponderada de 15 dias entre 07/01/2022 e 27/01/2022
- A volatilidade esperada utilizada foi de 33,80
- As opções expiram em 01/02/2030
- Os dividendos esperados variam de aproximadamente 6,6 centavos no curto prazo (2022) a aproximadamente 5,75 centavos por ação por ano no longo prazo (2030)
- A curva de desconto utilizada dá um desconto de 0,96 para 2030

O preço de exercício, em todos os ciclos e caso atingidos os objetivos estabelecidos nos regulamentos, será o preço de mercado na data do exercício.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos.

Cada plano terá um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.

O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de *vesting* o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais, seja do valor equivalente às ações/opções dos planos globais são realizados com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus/Clawback*, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2024	01/01 a 30/06/2023
Programa	**Tipo de Liquidação**		
Local	Ações do Santander (Brasil)	4.361	9.040
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	3.076	2.863

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco		Consolidado	
Programa	**Participantes**	**Tipo de Liquidação**	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023	**01/01 a 30/06/2024**	01/01 a 30/06/2023
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	85.107	57.833	87.418	58.511
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	112.832	102.517	110.574	103.529

28. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto-avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco - Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 7.e.).

Assim, em consonância às resoluções recentemente emitidas pelos reguladores locais, foram considerados durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 os critérios temporários que tratam das medidas adotadas para a caracterização das reestruturações e para a mensuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, diante dos impactos dos eventos climáticos no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que até a data da divulgação destas demonstrações, não foram identificados impactos significativos nesta carteira. Continuaremos a monitorá-la e a implementar medidas de mitigação de riscos, tempestivamente quando necessário.

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do preço de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições em (taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, commodities, spreads de crédito, etc).

A Gestão do Risco de Mercado do Santander é aderente à Resolução CMN 4.557/17 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento de posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, "gaps" de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controles Internos tem como missão perante o Banco Santander: corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais e Controles Internos.

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (*Securities and Exchange Commission*).

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta muitas transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco em confiar nas tecnologias digitais, serviços de computação e mensageria, softwares e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguras de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de Compliance visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, Clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção à Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, aconselhamento e supervisão do programa de Prevenção à Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil de acordo com os requerimentos do Grupo Santander e das regulamentações Brasileiras aplicáveis ao tema. Tem como principais pilares os processos de: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Programa Antissuborno e Corrupção e Programa de Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto de acordo com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, promovendo uma robusta cultura de risco por toda a organização.

G. Risco Socioambiental

A fim promover um cenário mais controlado e seguro para nossas operações e ainda fomentar o desenvolvimento de negócios onde há adoção de práticas sustentáveis, o Banco Santander realiza a gestão permanente dos riscos que envolvem nossas atividades e que possam trazer impactos à Organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Neste sentido, o Banco Santander dispõe da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos social, ambiental e climático, que é orientado pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC), para concessão de crédito dos clientes Atacado e do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, segregados em dois níveis de risco: subsetores de médio e alto risco. Esta análise também abrange operações do agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes e fusões e aquisições. A análise de Risco Socioambiental e Climático tem como objetivo subsidiar e mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão de riscos integrados.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, sendo estes um conjunto de diretrizes empregado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de grandes projetos de infraestrutura e energia. Aplica-se o mesmo conjunto de critérios socioambientais nos projetos que não são enquadrados nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN n° 4.943 e n° 4.945, determinando que as organizações tenham um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução nº 4.557/ BACEN" na página https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco.

Continua...



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência Nível I	84.218,8	81.259,1
Capital Principal	77.058,4	75.042,8
Capital Complementar (Nota 17.b)	7.160,4	6.216,3
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 17.b)	14.506,9	13.644,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	98.725,7	94.903,3
Risco de Crédito (1)	593.481,2	560.780,9
Risco de Mercado (2)	35.494,2	33.002,7
Risco Operacional	57.479,3	60.491,1
Total de RWA (3)	**686.454,7**	**654.274,7**
Índice de Basileia Nível I	**12,27**	**12,43**
Índice de Basileia Capital Principal	**11,23**	**11,48**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**14,38**	**14,51**

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) As exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada e abordagem por modelos internos. A abordagem padronizada inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (Trading Book) e carteira bancária (Banking Book), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *Hedge*s. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/20, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2024.

Carteira Negociação				Consolidado
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(11.188)	(309.863)	(619.726)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(80)	(1.428)	(2.856)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(4.327)	(6.215)	(12.429)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(2.254)	(20.369)	(40.739)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(329)	(7.160)	(14.320)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(2.404)	(60.100)	(120.201)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(1.865)	(14.155)	(28.310)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(2.763)	(69.078)	(138.155)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(30)	(745)	(1.490)
Total (1)		**(25.240)**	**(489.113)**	**(978.226)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking				Consolidado
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(83.830)	(2.685.560)	(5.785.933)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(31.072)	(1.059.135)	(2.226.565)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(39.440)	(587.347)	(1.084.742)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.087)	(149.428)	(274.046)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.297)	(18.984)	(37.959)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(37.246)	(657.464)	(1.377.160)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(1.374)	(34.347)	(68.693)
Total (1)		**(199.346)**	**(5.192.265)**	**(10.855.098)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

29. Reestruturações Societárias

Até o semestre findo em 30 de junho de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Incorporação Total da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. pela Santander Holding Imobiliária S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11") foi incorporada totalmente, tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Apê11 não implicou em um aumento de capital social da SHI, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Apê11 eram detidas pela SHI e, portanto, já estavam refletidas em conta de investimento por equivalência.

b) Incorporação Total da Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. pela Toro Investimentos S.A.

Em 30 de junho de 2024, a Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. ("Mobills Labs") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Labs não implicou um aumento de capital social da Toro Investimentos, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Labs era detida pela Toro Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

c) Joint-venture entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Sodexo Pass International e Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda.

Em 27 de junho de 2024, após a conclusão das condições precedentes da operação anunciada em 24 de julho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. concluiu a constituição de uma Joint Venture com o Grupo Pluxee (anteriormente Sodexo).

O racional econômico da operação está fundamentado essencialmente: (i) nas sinergias decorrentes da combinação dos negócios da Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A") com a Sodexo no Brasil e (ii) na capacidade da empresa combinada de explorar a base de clientes do Santander para a oferta dos seus produtos e serviços (i.e. na capilaridade do balcão do Santander).

Para a formação da Joint Venture, o Banco Santander aportou o valor equivalente a R$ 2.044 milhões atribuído: (i) ao seu investimento na sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento S.A. (Atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A"); (ii) a uma parcela de recursos em dinheiro; (iii) ao contrato de exclusividade para exploração de sua base de clientes.

Como resultado da operação, o Banco Santander e o Grupo Pluxee, passaram a deter 20% e 80% de participação, respectivamente, no capital social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Pluxee"), veículo da joint-venture.

d) Incorporação Total da Mobills Corretora de Seguros Ltda. pela Toro Asset Management S.A.

Em 31 de maio de 2024, a Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Corretora") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Corretora não implicou um aumento de capital social da Toro Asset, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Corretra era detida pela Toro Asset e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

e) Aquisição da parcela remanescente da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. pela Return Capital S.A.

Em 17 de maio de 2024, a Return Capital S.A. ("Return") - subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A. - celebrou, junto aos sócios minoritários da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A. ("Gira"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 20% do capital social da Gira detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Gira.

f) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia ("Operação"). A conclusão da Operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 04 de julho de 2024, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 70% da participação acionária da América Energia.

g) Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação"). Informações adicionais sobre os valores adquiridos e contraprestações assumidas estão sob avaliação e serão divulgadas conforme aplicáveis em divulgações futuras, em conexão com a conclusão da contabilização do método de aquisição que deve ocorrer em até 1 ano da data da operação.

h) Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A aquisição ocorreu mediante a aquisição, pelo Santander, de 14.588.271 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia com o pagamento nas seguintes condições:

a. na data do Closing, no valor de R$291.529 (R$ 145.764 milhões pagos na Data do Fechamento mediante a TED e R$ 145.764 milhões pagos em certificados de depósito de ação, entregues à vista, na Data do Fechamento);

b. R$92.536 a serem pagos até 31/01/2026, atualizado por CDI e após confirmado o atingimento de certos indicadores de performance estipulados no Contrato de Compra e Venda, os quais serão aferidos em 31/12/2025.

i) Aquisição do remanescente de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") - subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% de do capital social da Apê11 remanescente detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação a SHI passou a deter 100% do Capital Social da Apê11.

j) Incorporação Total da Mob Soluções em Tecnologia Ltda. pela Return Capital S.A. e Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 31 de outubro de 2023, a Mob Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mob") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. ("Mobills"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mob não implicou um aumento de capital social da Mobills, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mob era detida pela Mobills e portanto já refletida em conta de investimento por equivalência.

k) Venda da totalidade da participação detida no Banco PSA Finance Brasil S.A. e na Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda.

Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").

Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

l) Venda de parcela da participação acionária da Santander Corretora na Webmotors S.A. para a Carsales.com Investments PTY LTD

Em 28 de abril de 2023, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") concluiu a operação de venda de ações representativas de 40% do capital social da Webmotors S.A. ("Webmotors") para a Carsales.com Investments PTY LTD ("Carsales") ("Operação"). Com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a ser titular de 30% e a Carsales de 70% do capital social da Webmotors.

30. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R$ 66.676.768 (31/12/2023 - R$ w64.277.216) no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R$ 2.483.129 (31/12/2023 - R$ 11.871.919) e o total de fundos de investimento administrados é de R$ 317.612.627 (31/12/2023 - R$291.736.828) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2024, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R$ 9.214.986 (31/12/2023 - R$9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2024, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R$ 1.546.050 (31/12/2023 - R$1.546.050).

d) Entre 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das resoluções CMN 3.263/2005 e 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2024	31/12/2023
Até 1 Ano	525.818	582.294
Entre 1 a 5 Anos	1.123.853	1.132.409
Mais de 5 Anos	732.540	734.431
Total	**2.382.210**	**2.449.134**

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R$ 676 (31/12/2023 - R$649) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2024, foram no valor de R$ 279.596 (2023 - R$ 326.745).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *Swap*s e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

Em milhares de Reais					2024
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**1**	**2**	**3**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	121.388.577	121.388.577	10.522.542	103.229.400	7.636.635
Títulos e Valores Mobiliários	271.109.905	270.791.972	194.234.347	12.817.439	63.740.186
Instrumentos Financeiros Derivativos	31.047.004	31.047.004	-	30.261.739	785.265
Operações de Crédito	450.798.015	449.727.104	-	-	449.727.104
Total	**874.343.501**	**872.954.657**	**204.756.889**	**146.308.578**	**521.889.190**

Em milhares de Reais					2023
Ativo	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**1**	**2**	**3**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	113.860.885	113.860.885	13.779.369	91.886.844	8.194.673
Títulos e Valores Mobiliários	248.998.836	248.880.165	167.411.689	12.550.106	68.918.370
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.066.689	28.066.689	-	26.848.128	1.218.561
Operações de Crédito	427.599.259	427.516.527	-	-	427.516.527
Total	**818.525.669**	**818.324.266**	**181.191.058**	**131.285.078**	**505.848.131**

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco e seus respectivos valores de mercado em 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro de 2023:

Em milhares de Reais					2024
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**1**	**2**	**3**
Depósitos	497.074.286	497.093.625	-	-	497.093.625
Captações no Mercado Aberto	143.563.428	143.580.321	-	143.580.321	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	108.464.542	108.464.542	-	-	108.464.542
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	150.973.043	152.457.825	-	-	152.457.825
Instrumentos Financeiros Derivativos	28.421.908	28.421.908	-	27.753.342	668.566
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21.381.908	21.381.908	-	-	21.381.908
Total	**949.879.115**	**951.400.129**	**-**	**171.333.663**	**780.066.466**

Em milhares de Reais					2023
Passivo	**Valor Contábil**	**Valor de Mercado**	**1**	**2**	**3**
Depósitos	475.701.951	475.680.352	-	-	475.680.352
Captações no Mercado Aberto	134.793.745	134.815.044	-	134.815.044	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	89.635.879	89.635.879	-	-	89.635.879
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	149.203.270	148.380.735	-	-	148.380.735
Instrumentos Financeiros Derivativos	25.606.801	25.606.801	-	24.692.540	914.261
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	19.626.967	19.626.967	-	-	19.626.967
Total	**894.568.613**	**893.745.778**	**-**	**159.507.584**	**734.238.194**

h) Resultados recorrentes/não recorrentes

						Banco
			2024			2023
	Resultado Recorrente	**Resultado não Recorrente**	**01/01 a 30/06/2024**	**Resultado Recorrente**	**Resultado não Recorrente**	**01/01 a 30/06/2023**
Receitas da Intermediação Financeira	100.213.289	-	100.213.289	42.873.602	-	42.873.602
Despesas da Intermediação Financeira	(90.462.689)	-	(90.462.689)	(38.481.756)	-	(38.481.756)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**9.750.600**	**-**	**9.750.600**	**4.391.846**	**-**	**4.391.846**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(5.709.298)	(111.193)	(5.820.491)	(2.904.432)	(111.695)	(3.016.127)
Resultado Operacional	**4.041.302**	**(111.193)**	**3.930.109**	**1.487.414**	**(111.695)**	**1.375.719**
Resultado não Operacional	**46.055**	**1.929.980**	**1.976.035**	**69.813**	**-**	**69.813**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**4.087.357**	**1.818.787**	**5.906.144**	**1.557.227**	**(111.695)**	**1.445.532**
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	1.850.479	(818.931)	1.031.548	3.454.043	49.786	3.503.829
Participações no Lucro	(856.170)	-	(856.170)	(766.337)	-	(766.337)
Lucro Líquido	**5.081.666**	**999.856**	**6.081.522**	**4.244.933**	**(61.909)**	**4.183.024**

						Consolidado
			2024			2023
	Resultado Recorrente	**Resultado não Recorrente**	**01/01 a 30/06/2024**	**Resultado Recorrente**	**Resultado não Recorrente**	**01/01 a 30/06/2023**
Receitas da Intermediação Financeira	106.230.492	-	106.230.492	49.301.544	-	49.301.544
Despesas da Intermediação Financeira	(90.373.274)	-	(90.373.274)	(37.843.486)	-	(37.843.486)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**15.857.218**	**-**	**15.857.218**	**11.458.058**	**-**	**11.458.058**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(9.215.695)	(169.434)	(9.385.129)	(8.114.931)	(188.796)	(8.303.727)
Resultado Operacional	**6.641.523**	**(169.434)**	**6.472.089**	**3.343.127**	**(188.796)**	**3.154.331**
Resultado não Operacional (b)	**67.009**	**1.929.980**	**1.996.989**	**103.998**	**1.104.645**	**1.208.643**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**6.708.532**	**1.760.546**	**8.469.078**	**3.447.125**	**915.849**	**4.362.974**
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b)	(221.179)	(792.722)	(1.013.901)	1.204.495	(291.097)	913.398
Participações no Lucro	(1.192.926)	-	(1.192.926)	(1.014.159)	-	(1.014.159)
Participações dos Acionistas Minoritários	(78.546)	-	(78.546)	(51.922)	-	(51.922)
Lucro Líquido	**5.215.881**	**967.824**	**6.183.705**	**3.585.539**	**624.752**	**4.210.291**

a)

Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R$ 111.193 e R$ 169.434 (30/06/2023 R$111.695 e R$188.796) no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R$ 61.633 e R$ 93.665 (30/06/2023 - R$61.909 e R$84.482).

b) Em 2024, efeitos dos resultados provenientes da aquisição da Pluxee, conforme descrito na nota 29.c, com impacto líquido de tributos de R$1.061.489 no Banco e no Consolidado. Em 2023, resultados provenientes da venda de 40% da Webmotors conforme 29.l.

31. Eventos Subsequentes

a) Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.

Em 4 de julho de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços ("Santander Corretora") concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), de forma que passou a deter 70% do capital social da Companhia.

b) Aquisição da parcela remanescente da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.

Em 3 de julho de 2024, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") - subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A. - celebrou, junto aos sócios minoritários da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. ("S4F"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir 0,01641% do capital social da S4F detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da S4F.

c) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de julho de 2024, apresentou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas até o dia 09 de agosto de 2024, respectivamente, para a declaração e o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia com base no resultado do semestre encerrado em 30 de junho de 2024, no montante bruto de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais). Os juros sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício de 2024.

Continua...

INÊS 249

...Continuação



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2024

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Deborah Stern Vieitas - Presidente (independente)	Ede Ilson Viani - Conselheiro	Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)	Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
Jose Antonio Alvarez Alvarez - Vice-presidente	José de Paiva Ferreira - Conselheiro (independente)	Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro	Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)	José Garcia Cantera - Conselheiro	Cristiana Almeida Pipponzi - Conselheira (independente	

COMITÊ DE AUDITORIA

Pedro Augusto de Melo - Coordenador	Maria Elena Cardoso Figueira - Membro Técnico Qualificado	Andrea Maria Ramos Leonel - Membro	René Luiz Grande - Membro

COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE

José de Paiva Ferreira - Coordenador	Deborah Stern Vieitas - Membro	José Mauricio Pereira Coelho - Membro	Jaime Leôncio Singer - Membro

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Marília Artimonte Rocca - Coordenadora	Álvaro Antônio Cardoso de Souza - Membro	Vivianne Naigeborin - Membro	Tasso Rezende de Azevedo - Membro

COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora	Deborah Patricia Wright - Membro	Cristiana Almeida Pipponzi - Membro	Jose Antonio Alvarez Alvarez - Membro

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Deborah Patricia Wright - Coordenadora	Deborah Stern Vieitas - Membro	Luiz Fernando Sanzogo Giorgi - Membro	Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Mario Roberto Opice Leão

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Gustavo Alejo Viviani

DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS

Alessandro Tomao	Franco Raul Rizza	Gilberto Duarte de Abreu Filho	Renato Ejnisman
Carlos José da Costa André	Germanuela de Almeida de Abreu	Maria Elena Lanciego Perez	
Ede Ilson Viani	Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt	Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite	

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Adriana Marques Lourenço de Almeida	Claudenice Lopes Duarte	Juliana Improta Cury Simon	Ricardo Olivare de Magalhães
Alessandro Chagas Farias	Daniel Mendonça Pareto	Leonardo Mendes Cabral	Richard Flavio Da Silva
Alexandre Teixeira de Araujo	Eduardo Alvarez Garrido	Luciana de Aguiar Barros	Robson de Souza Rezende
Alexandre Guimarães Soares	Eduardo Luis Sasaki	Marilize Ferrazza Santinoni	Rogério Magno Panca
Ana Paula Neves Granieri Domenici	Enrique Cesar Suares Fragata Lopes	Murilo Setti Riedel	Sandro Kohler Marcondes
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	Flávia Davoli	Paulo César Ferreira de Lima Alves	Sandro Mazerino Sobral
André Juaçaba de Almeida	Franco Luigi Fasoli	Paulo Fernando Alves Lima	Sandro Rogério da Silva Gamba
Carlos Aguiar Neto	Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto	Paulo Sérgio Duailibi	Thomaz Antonio Licarião Rocha
Celso Mateus De Queiroz	Gustavo de Sousa Santos	Rafael Abujamra Kappaz	Vanessa Alessi Manzi
Cezar Augusto Janikian	Izabella Ferreira Costa Belisario	Ramón Sanchez Santiago	Vítor Ohtsuki
Claudia Chaves Sampaio	Jean Paulo Kambourakis	Reginaldo Antonio Ribeiro	

CONTADORA

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo 30 de junho de 2024, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário.

O Comitê de Auditoria é atualmente composto por cinco membros independentes, eleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de maio de 2024. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante a suas atribuições, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I - Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu a análise das demonstrações financeiras das instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do resultado apurado no segundo semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023 em padrão BRGAAP, além das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e pela elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

II - Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos - inclusive participando das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, com a Vice-Presidência Executiva de Tecnologia e Operações, com a Diretoria de Compliance e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate à Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

III - Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2024, além de ter verificado os reportes acerca dos trabalhos executados, dos relatórios emitidos e suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) à recomendação ao Conselho de Administração da aprovação do Relatório da Auditoria Interna referente ao ano de 2023 e do Plano de Trabalho da Auditoria Interna para 2024; (ii) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "A melhorar"; (iii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iv) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

IV - Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2024. Nessas reuniões tiveram destaque: discussão do plano de trabalho para 2024, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2024, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA´s) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos e do relatório circunstanciado de revisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência. O Comitê também se reuniu com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado.

V - Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2024, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, tanto do Santander e coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023.

VI - Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria acompanha e atua sobre os resultados das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, monitora as novas regulações e mantem reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup e do Departamento de Supervisão de Conduta - Decon.

VII - Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar os seguintes temas: (i) acompanhamento do capital regulatório; (ii) monitoramento dos Ofícios recebidos de órgãos reguladores, inspeções em andamento e os respectivos planos de ação adotados para atendimento às demandas; (iii) monitoramento do tema segurança cibernética; (iv) acompanhamento dos temas ESG; (v) acompanhamento de temas relacionados a conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (vi) acompanhamento das atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vii) acompanhamento do contencioso fiscal, trabalhista e cível; (viii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (ix) acompanhamento das provisões e dos temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

VIII - Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são **apropriados** e **conferem transparência** e **qualidade** às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A., para o semestre encerrado em 30 de junho de 2024, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 23 de julho de 2024.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo - Coordenador | *Maria Elena Cardoso Figueira - Especialista Financeiro* | *René Luiz Grande* | *Andrea Maria Ramos Leonel* | *Luiz Carlos Nannini*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Santander (Brasil) S.A.

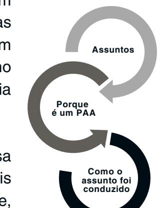
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(e) e 7)	
A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de *ratings* (classificação de risco) de crédito, bem como considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base na experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão. Dessa forma, esse assunto foi mantido como área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando, substancialmente, os seguintes principais processos: (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de *rating* considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas. Efetuamos testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos *ratings* atribuídos, às premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 3(p) e 19)	
O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de passivos para processos judiciais e administrativos e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações financeiras, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos para processos judiciais e administrativos (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis que são realizados pelo critério de médias históricas de perdas, para as ações consideradas comuns e semelhantes em natureza. Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos mais relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no semestre, a totalidade das informações e o valor correto das provisões. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 28(a))	
O Banco Santander (Brasil) S.A. tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, esse assunto permanece como uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos, quando aplicável. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco e do Consolidado. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de julho de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador
CRC 1SP222767/O-3